

**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora

**Ano 2019**

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
“O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8381925049	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250410	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.83819250411	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83819250412	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
DOI 10.22533/at.ed.83819250413	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.83819250414	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.83819250415	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
DOI 10.22533/at.ed.83819250416	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.83819250417	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART

**Ioneide Maria Piffano Brion de Souza**

Doutora em História, Política e Bens Culturais

Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em

História da UFJF

Juiz de Fora, Minas Gerais

**RESUMO:** A literatura teve um papel importante entre as artes de resistência tanto no diagnóstico da violência e da experiência social sob o autoritarismo, quanto no exame das contradições e impasses dos intelectuais de esquerda que se opunham ao regime. Este artigo objetiva refletir sobre a relação entre história e literatura a partir da análise do romance *O pardal é um pássaro azul* que compõe a Trilogia da Tortura de Heloneida Studart. O romance aborda a ditadura civil-militar brasileira a partir da ótica do militante de esquerda. A escolha da temática do artigo se deu não porque a literatura imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexa. Assim, partindo do livro em questão, busca-se compreender de que maneira a narrativa literária, quando colocada em diálogo com pesquisas acadêmicas recentes, contribuem

para uma compreensão desse período da história brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo. Literatura. Esquerda

**ABSTRACT:** Literature played an important role among the resistance arts both in the diagnosis of violence and social experience under authoritarianism, and in examining the contradictions and impasses of the leftist intellectuals who opposed the regime. This article aims to reflect on the relationship between history and literature from the analysis of the novel *The sparrow is a blue bird* that composes the *Trilogy of Torture* by Heloneida Studart. The novel approaches the Brazilian civil-military dictatorship from the perspective of the left-wing militant. The choice of the theme of the article was not because literature imitated reality in books, but because, in many cases, only the reflection propitiated by fiction, imagination or memory could account for understanding a political, cultural and social reality so multifaceted and complex. Thus, starting from the book in question, it is sought to understand how the literary narrative, when placed in dialogue with recent academic research, contribute to an understanding of this period of Brazilian history

**KEYWORDS:** Authoritarianism. Literature. Left

## 1 | HISTÓRIA E LITERATURA

Nos debates mais recentes a literatura e a história são compreendidas como leituras possíveis da recriação do real uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem imaginários e práticas sociais. O texto lido não oferecerá apenas a mediação do conhecimento de si mesmo, mas em última instância, estará proporcionando o conhecimento de um “mundo” através do mundo da obra. De acordo com Paul Ricoeur “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais” (RICOEUR, 1978).

A compreensão de que a Literatura é uma manifestação cultural, portanto, uma forma de registro do movimento do homem na sua historicidade permitiu que o historiador a assumisse como fonte e espaço de pesquisa (CANDIDO, 2006, p.13). A literatura não perde completamente o foco com a sociedade e com a História. Ao dialogar com as diversas formas de cultura existentes, e estando, o seu autor, inserido em determinado contexto social, cultural, político, econômico, a obra literária não poderá, jamais, deixar de refletir a cosmovisão da qual, querendo ou não, será ‘tradutora’. A relação estabelecida entre tempo e espaço revela que a narrativa literária é detentora de um status que reforça sua reação com valores e diretrizes dependendo da posição de seu autor frente aos acontecimentos, problemáticos ou não, do mundo.

Há uma crescente confluência entre História e Literatura que tem possibilitado encarar a forma historiográfica e a forma ficcional como “apenas formas de apropriação e construção da realidade, modalidades de discurso que devem ser situadas no mundo real e que possuem por objeto o homem” (CUNHA, 2007, p. 40). Ao apresentar a realidade no texto o ardid literário cria esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais que apresentam uma realidade, aquela “vista” pelo seu autor. Não podemos negar que a produção literária de um autor se encaixe em um âmbito social, em determinado local e época e que demonstre, parcialmente, a sociedade em que vive. Contudo, o que predomina é a leitura do mundo feita por quem escreve (BAUMGARTEN, 1993, p.93-94).

Sendo assim, a narrativa romanesca é hoje um dos gêneros mais sedutores, proporcionando possibilidades infinitas de transformação de situações, a quem o escreve e a quem o lê. Por meio da ficção, propicia a reflexão crítica acerca da vida social, política, dentre outras; resgata a memória e a refunde com a imaginação; denuncia os costumes; traz a dúvida e questiona a realidade, até mesmo, subvertendo-a. Ler romances, significa preencher determinadas lacunas da experiência de vida.

Para os historiadores, conforme enfatizado por Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (1998, p. 7), a literatura ao ser pensada como um importante “testemunho histórico” e, uma vez compreendida como fonte, tem de ser devidamente interrogada e inquirida. Os mesmos devem se aproximar com cautela da “realidade”

apresentada pela literatura. Cautela a qual se deve ter não só com os textos literários, mas na análise de qualquer documentação já que essa sempre será uma entre várias interpretações de um fato. E Sandra Pesavento complementa ao observar que o historiador ao compreender a literatura como fonte, deve estar preparado para ver “a representação que ela comporta (...) o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (1995, p.117).

Silviano Santiago (1989 p. 14) compreende que as ficções escritas em conjunturas como a ditadura civil-militar no Brasil teriam aberto “campo para uma crítica radical e fulminante de toda forma de autoritarismo. Então, usar a literatura como fonte histórica para esse momento é, para dialogar com Renato Franco (2003, p.356), considerá-la como uma forma de resistência, compreendendo “uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror”. Nessa perspectiva, é coerente pensar que em um contexto de extrema barbárie o real, para ser assimilado, necessitou ser ficcionado.

A ficção escrita durante os regimes autoritários, como bem analisado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 44), ao se pautar pelo viés da subjetividade, tentou apresentar as experiências fraturadas pela violência do vivido. Para a autora, “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura e pela humilhação” (FIGUEIREDO, 2017, p.43). Neste sentido, Vecchi e Dalcastagnè (2014, p.12), tomam a literatura como um campo privilegiado a partir do qual se pode “praticar uma política do nome próprio em relação ao passado, em que a violência não se eufemiza nos disfarces linguísticos e pode declinar-se em todas as forças que a constituem”.

A ficção assumiria o papel de expressão das incongruências e das ironias dos regimes autoritários. Ela descortinaria aspectos e elementos importantes da estrutura social do passado que, para o caso brasileiro, em decorrência das dificuldades de acesso a muitos dos documentos do período, como bem ressaltado por Eurídice Figueiredo (2017, p. 29), viria a cumprir o papel de uma espécie de “suplemento aos arquivos”, ampliando as possibilidades para uma reflexão mais refinada sobre um passado que se tentou silenciar, sobretudo, com a promulgação da Lei da Anistia.

Conforme destacado por Márcio Seligmann-Silva (2003, p.17), neste movimento reflexivo, os discursos historiográficos e os literários, ainda que mantenham suas fronteiras e particularidades, podem ser mobilizados de forma articulada para uma compreensão mais complexa sobre o passado traumático. Partindo dessa perspectiva, pode-se sugerir que os textos ficcionais têm o potencial de contribuir para uma interpretação mais ampla e multifacetada do passado autoritário.

Para ilustrar esta análise da Literatura como fonte para a História utilizo um dos livros da escritora Heloneida Studart que compõe a chamada Trilogia da Tortura. Os livros da trilogia possuem como característica principal o fato de serem ficções históricas com traços autobiográficos que partem de um evento histórico determinado para reescrevê-lo em forma de romance. Os livros foram escritos em diferentes

momentos da ditadura civil-militar brasileira o que faz com que eles tenham formas distintas de apresentar a temática. No entanto, seus enredos, antecedendo em muito a própria historiografia, já questionam o papel da escrita como detidora de memória de períodos traumáticos, tratam do papel fundamental de setores da sociedade civil para o implante do golpe, questionam os conceitos de golpe ou revolução e ainda levantam questões sobre a anulação da participação das mulheres na resistência contra a opressão. A Trilogia é composta pelos seguintes livros: O Pardal é um Pássaro Azul (1975), O estandarte da Agonia (1981) e O torturador em Romaria (1986).

## 2 | O LIVRO

O Pardal é um Pássaro Azul é o primeiro livro da Trilogia da Tortura. É uma mistura de um romance reportagem com uma literatura fantástica de onde nasce um romance cuja pretensão é contar a conversão do artista, do intelectual e do escritor, em militante revolucionário e a necessidade desse se manter intelectualizado. Contudo, a ditadura civil-militar aparece no romance de forma alegórica. A construção alegórica da História no romance encerra possibilidades de fundar outras figuras de sentido. Para Benjamin (1984), a alegoria é, enquanto escrita, compreendida pela sua convencionalidade de signos, capaz de expressar algo diferente daquilo que representa. Considera-se, assim, que o recurso alegórico no livro é aquele discurso que faz entender outro, em que uma linguagem oculta outra. Percebemos a sutileza da autora para burlar a censura em várias passagens como:

–Que é que você está lendo? Perguntou [a mãe]. –Ah, é uma história aí de estripador... Tem brumas, gerânios, ferro de lareira, mordomos. Nada a ver conosco”. Ou ainda na passagem: “– Por que você está chorando, moça? [pergunta uma criança à Marina]. Eu estou chorando? Ultimamente as lágrimas me descem pelo rosto e não as sinto mais” (STUDART, 1975).

O Pardal narra a trajetória de Marina, ou melhor, a história de sua “deseducação”. Oriunda de uma família fidalga, ainda que em decadência, recebeu uma educação voltada à vida religiosa. Contudo, sob influência de João seu primo e grande amor, aos poucos vai experimentando a intensa atração pelas várias dimensões da vida cotidiana que a empurra para a descoberta do desejo sexual. Nesse movimento, ao afastar-se da igreja, Marina conhece sua primeira grande transformação: a revolução de seu corpo. Uma revolução que é cada vez tomada por uma sensualidade até então desconhecida. É com e por João que a personagem se abre definitivamente para a vida e para os problemas ou contradições inerentes a ela. E o primeiro resultado disso é o embate travado com sua avó Menininha.

Heloneida deixa claro desde o primeiro capítulo o papel que “Vó” Menininha, a matriarca da família Carvalhais Medeiros, tem a desempenhar na narrativa. A matriarca, que assume o comando do clã após a morte do pai e do marido, cerceia a liberdade de todos a sua volta, ela é a representação do autoritarismo. A escritora apresenta

este conceito no livro como um comportamento no qual uma pessoa ou instituição excedem o exercício da autoridade abusando do poder, que muitas das vezes, não lhe foi instituído pela maioria. O autoritarismo se manifesta no livro com o objetivo de enredar à narradora, Marina, visando com isso exauri-la, retirando-lhe a capacidade de se opor a esta forma de poder para assim, subjugar-la e a tornar parte daquela realidade.

A trama se desenrola a partir do confronto de Menininha e Marina, que representam respectivamente, o autoritarismo e a luta pelo fim da opressão. A “Vó” Menininha através de sua manipulação quer assegurar o padrão de vida de sua família evitando a qualquer custo que a decadência da “fidalguia” da família se concretize. O mais importante para a matriarca do que o ser é o ter, isto é, fazer parte e manter a “ordem” vigente. Marina, sua neta e herdeira, se opõe a tudo isso. O “confronto” entre as duas personagens representa o embate entre as forças opressoras que esmagam o país e a luta, sobretudo dos jovens, pela liberdade.

E o ápice do confronto ocorre quando Marina, incitada por João, questiona a avó sobre a situação de penúria de boa parte da população do país e a necessidade destes se rebelarem. Sua avó é taxativa em seu ponto de vista. Para ela “nem mulher, nem negro, nem pobre tem querer” (STUDART, 1975, p. 13). Esta frase, apresentada no segundo capítulo, é também o início da crítica mais aberta do romance a situação política e econômica do país. Neste momento, a personagem cede voz a escritora que deixa transparecer sua opinião sobre as pessoas que detinham o poder em seu tempo. Essas não viam, ou melhor não queriam ver, a realidade sócio-política que o país estava mergulhado e muitas compactuavam com o que estava ocorrendo por medo de mudanças.

A transformação de Marina suscita uma alteração na narrativa que passa a ter um tom de denúncia, de panfleto incitador de um mecanismo de libertação capaz de gerar a mudança de tudo e levar a tomada de consciência. Conscientização a qual é tratada como fundamental no romance para que as pessoas consigam mudar o *status quo* vigente. O sentimento de superação do peso da tradição vivido pela protagonista leva-a a se identificar cada vez mais com João, agora não só pelo amor, mas também por questões ideológicas. Consuma, então, sua derradeira transformação, ao assumir ser uma revolucionária.

Há, então, o aparecimento dos contornos gerais do que deveria ser o processo revolucionário: ele começaria pela tomada de consciência pelos oprimidos de que quem estava no poder não os representava e partiria para um rompimento, pacífico, que culminaria na tomada de poder por estes grupos. Nesse movimento, as camadas populares, desobedientes e insurretas, dariam vida à verdadeira face da nacionalidade. Tal concepção está assentada em uma visão otimista e positiva da autora sobre a revolução proletária ainda como reflexo de sua filiação ao PCB durante a década de 1960.

Na segunda parte do romance, Marina lentamente começa a vivenciar os reflexos

do autoritarismo que ela combate ao lado de seu primo. O rapaz logo que terminou seus estudos retornou ao convívio familiar passando militar pelos mais humildes indo visitar os bairros pobres de sua cidade levando sempre consigo Marina. Nessas visitas encontrava oportunidade para tentar cooptar esse grupo social para a luta contra o sistema. Por João o discurso da igualdade de direitos e oportunidades transparece: “Olha isso aí Calunguinha, é a penúria” (STUDART, 1975, p.14) ou “(...) os pobres pagam por tudo. Não se compra uma jóia, um carro último tipo, não se adquire passagem para a Europa, que eles não recebam a conta”. Assim, o jovem, politicamente engajado, confiante na possibilidade da organização da luta revolucionária e no desfecho positivo do conflito é a representação do militante para Heloneida. Aquele a quem competiria as transformações.

Contudo, esta esperança na militância começa a ruir quando a protagonista vê seu primo ser politicamente perseguido. O tom de desesperança que toma o romance atinge seu nível máximo quando João escreve em um muro que o pardal era um pássaro azul e é preso. A partir daí, o romance dá destaque para as arbitrariedades das prisões efetuadas durante a Ditadura e o tratamento dado aos encarcerados. Esses são transformados em inimigos do sistema capitalista e difusores do comunismo logo motivo suficiente para serem “esquecidos” na cadeia e lá torturados até a morte. Tal opinião é manifestada por Meninina quando Marina a procura tentando ter apoio para tirar João da cadeia.

O conflito entre liberdade e opressão atravessam todo o texto de Heloneida. O enfrentamento entre as forças da opressão e aquelas que representam a busca, a luta e o sonho pela liberdade aparecem simbolizadas pela visão do pardal azul primeiro por João e depois por Marina. O pardal azul simboliza a tomada de consciência dos personagens da situação insólita em que vivem os Carvalhais Medeiros como representantes de um grupo social falido que compactua com o opressor para tentar conseguir benesses.

Assim, presos na loucura de sua matriarca em manter a pompa e no medo do novo os membros ignoram o que ocorre na sociedade na qual estão imersos: um jovem foi preso por querer a liberdade, aranhas caranguejeiras são postas em celas de presos os quais aparecem misteriosamente com hematomas, quando não somem sem deixar vestígios. A autora vai ironizando de maneira ácida o contexto político brasileiro e a postura de alguns setores da sociedade civil frente aos desmandos do regime militar com a seguinte frase de João “todos tem medo. Se você ler nos jornais as notícias dos óbitos, com aquela tarja ao derredor, fique sabendo que a maioria morreu de medo” (STUDART, 1975, p. 109).

Mesmo diante dos obstáculos e dificuldades impostas pelo terrorismo estatal à vida cultural, a autora tendem a caracterizar Marina, como uma intelectual que não hesitou em tomar a postura de que fazer política e militar naquele momento era também escrever denunciando o autoritarismo. Aí, o leitor percebe a fusão entre o narrador e o escritor que culmina em uma consciência mais aguda do estado de

marginalização que paira na sociedade brasileira e “a descoberta de que o tecido social é feito de diferenças apaixonadas e que a negação das diferenças (com vistas a um projeto único para todos) é também o massacre da liberdade individual, o recalque das possibilidades mais autênticas do ser humano” (SANTIAGO, 1989, p. 34). E o romance quer destacar que é essa visão que é perdida quando o militante não opta pela luta intelectualizada contra o sistema.

Esse quadro de medo e desesperança começa a ser rompido quando a partir do capítulo dezenove Vó Menininha percebe que o nome e a obediência ao sistema já não significa nada ao não conseguir impedir que homens da polícia secreta invadam o sobrado em busca de um foragido paraguaio escondido por Marina. A matriarca sofre derrames sucessivos até ficar em estado vegetativo. A partir daí, há uma reviravolta nos personagens que passam a se sentir mais livres já que Marina, a nova herdeira dos Carvalhais Medeiros tem outra concepção de mundo. Heloneida com esta passagem evidencia que apesar da tirania e da covardia existente no autoritarismo representado no livro por Menininha, ele um dia enfraquecerá e passará. E esta concepção fica explícita quando João fala para Marina a seguinte frase: “Como você vê, todos os pesadelos acabam por morrer, Calunguinha” (STUDART, 1975, p.139) No entanto o que não pode passar para a autora é a vontade de fazer diferente e de continuar a lutar contra a opressão.

No último capítulo, após a morte de seu amado pelos torturadores, Marina começa a esmorecer e a achar que seria mais fácil aceitar a ordem vigente. É quando vem a sua lembrança uma canção de sua babá que pedia a São Benedito para abrir os caminhos frente aos perigos e, em meio a devaneios, ela enxerga o “pardal azul” pelo qual seu amado viveu e morreu: a fé na liberdade, única arma eficaz frente ao autoritarismo que dominava o país.

### 3 | CONCLUSÃO

A obra de Heloneida não pretende partir das evidências e dos sinais deixados pelo passado para com isso se aproximar de como este passado foi. Seu papel é recriar e não copiar ou restaurar o que passou. De forma que a “verdade” narrada em seu texto não é única. Seus protagonistas, Marina e João, adquirem uma consciência histórica ao longo da narrativa. No entanto, não é uma consciência expurgada de ideologias, ou como se costuma dizer, de irracionalidades. Ambos embora tenham uma visão crítica do mundo são pessoas de seu tempo, dirigidas pelas paixões, sonhos, desejos e emoções as quais são compartilhadas com os de sua classe e de sua sociedade.

O pardal é um pássaro azul serve para se discutir a relação entre o histórico e a linguagem, entre a realidade e a ficção e entre a narrativa e o seu referente. Nesta obra a narrativa é o combustível para a transformação do mundo. De acordo com Georg Lukács “o contraste entre participar e o observar não é casual, pois deriva da posição

assumida pelo escritor em face da vida, em face dos grandes problemas da sociedade e não do mero emprego de um diverso método” (1998, p. 54). Heloneida através de sua narradora-personagem faz com que sua narrativa seja uma constante reflexão sobre o papel político da palavra, sobre a relação entre poder e discurso. O livro nasce da consciência que ela possui da importância do discurso e da centralidade das palavras na luta contra a opressão, a exploração, a miséria, a violência e a alienação. Para Heloneida, a luta sócio-política é uma luta, ao mesmo tempo, contra a coisificação do humano e contra a conceitualização e classificação do mundo.

Assim, a literatura tem sido e continuará sendo um arquivo surpreendente que guarda, de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio. De forma que mais importante que a distinção entre história e literatura é aquilo que as aproxima, isto é, o fato de ambas serem criações narrativas do mundo, de uma realidade. De serem versões do real que se materializam à medida que constituem subjetividades. Desta maneira, a forma historiográfica e a forma ficcional são modalidades de discurso que tem por objeto central o homem, com suas práticas individuais e/ou coletivas e que servem, para no caso de Heloneida, criticar o contexto político e social de seu país.

Não restam dúvidas de que as narrativas ficcionais criam possibilidades e interpretações, via imaginação, sobre terrenos e territórios, sobretudo subjetivos, capazes de evocar através, dos personagens, o que pensaram, sentiram ou sofreram aqueles submetidos as atrocidades da ditadura civil-militar brasileira. A literatura como fonte histórica serviria, então, para desestabilizar e questionar a reconstrução do passado trazendo à superfície fissuras da lembrança histórica entrevedo em suas dobras os interditos.

## REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e história: o entrecruzamento de discursos. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7-13.

CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octávio Paz**: a questão da identidade ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de La soledad. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 355-374.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX). **Revista anos 90**, Porto Alegre, n.4, dezembro, p.115-127, 1995.

RICOEUR, Paul. **Les temps et les philosophies**. Paris: -, 1978.

SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Nas malhas da letra**: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÉ, Regina. Apresentação. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. **Literatura e Ditadura**. n. 43, Brasília, jan/jun, 2014 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10748>. Acesso em 25/01/2017.

## LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)

**Kátia Sausen da Motta**

Universidade Federal do Espírito Santo

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História e Bolsista do Programa de Fixação de Doutores da Capes/Fapes  
Vitória – Espírito Santo

**RESUMO:** As eleições e o direito de voto foram assuntos recorrentes no século XIX, configurando-se temas principais da pauta política dos dirigentes do Império do Brasil. Ao longo dos 67 anos de Monarquia somam-se oito reformas e dezenas de dispositivos legais sobre a matéria. Este trabalho discute a campanha pela eleição direta ocorrida no Brasil a partir da década de 1860 e finalizada em 1881 com a aprovação da Lei Saraiva, responsável pela exclusão da maioria dos votantes e o retrocesso da franquia eleitoral. O debate iniciado nos impressos ganhou espaço na tribuna parlamentar, ao longo de duas décadas diversos projetos foram colocados para votação. Investigou-se a campanha pela reforma eleitoral no Império no seu contexto político e intelectual e seu debate no cenário mais amplo do direito eleitoral. Como fonte, priorizou-se a análise da literatura sobre as eleições produzida no Brasil no século XIX e a legislação do período. A leitura das obras específicas sobre o tema revelou a extensão da discussão sobre a reforma eleitoral

para além das fronteiras do Império, apontando que o sufrágio universal adotado na França, em 1848, não constituía consenso no debate político da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito de voto; Lei Saraiva; Brasil Império.

**ABSTRACT:** The elections and the right to vote were a recurring theme in the nineteenth century, configuring one of the main themes of the political agenda of the leaders of the Brazil's Empire. During the 67 years of Monarchy eight reforms and dozens of laws were made on the subject. This paper discusses the campaign for direct election held in Brazil from the 1860s to 1881 with the approval of Saraiva Law, responsible for the exclusion of the majority of voters and the setback of the electoral franchise. The debate started in printed and gained ground in parliamentary tribune with several projects put to vote over the next two decades. The research focused on the electoral reform campaign in the Brazilian Empire in its political and intellectual context and its debate in the broader electoral law scenario. As a source, it was prioritized the analysis of the literature on the elections produced in Brazil in the nineteenth century and the legislation of the period. The study of specific works on the subject revealed the extent of the discussion on electoral reform beyond the borders of Brazil, pointing out that

universal suffrage adopted in France in 1848 did not constitute a consensus in the political debate of the time.

**KEYWORDS:** Right to vote; Law Saraiva; Brazil Empire.

## 1 | INTRODUÇÃO

Cem anos após o Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também conhecido como Lei Saraiva, em referência ao então chefe de Gabinete, José Antônio Saraiva, Mircea Buescu (1981, p. 179-186) se dedicou a explorar a extensão da participação eleitoral no Brasil Império. Centrado no aspecto econômico, o autor contraria a ideia de que o sufrágio no século XIX era limitado em decorrência do voto censitário. De acordo com Buescu, a exigência de renda de 100 mil réis até 1846, depois recalculada em 200 mil réis, era irrisória para a época se comparada às outras exclusões legais: mulheres, escravos e menor de idade.

Em seu estudo, o autor também se propôs a responder qual o impacto da legislação de 1881 na franquia do direito do voto. Sérgio Buarque de Holanda (1972) e Raymundo Faoro (1975) já haviam se dedicado a análise da evolução do eleitorado após a década de 1880. Os dados apresentados pelos autores revelam que contabilizava-se no Brasil 1.089.659 pessoas qualificadas a votar em 1872, cerca de 10% da população do país. Já na primeira eleição sob o comando da Lei Saraiva, inscreveram-se cerca de 150 mil eleitores, 1,3% da população total. Para Holanda e Faoro a resposta para o encolhimento do corpo eleitoral estava na duplicação do valor da renda se comparado ao que estipulava a Constituição de 1824. Ao criticar essa interpretação, Buescu ressalta que tanto Holanda quanto Faoro ignoraram o fato que tal mudança havia ocorrido em 1846 e não na década de 1880, como equivocadamente pensavam. O economista alega que ao manter o padrão da legislação anterior, a tendência da Lei Saraiva foi atenuar a limitação censitária, e não o contrário. Considerando a inflação do período, 200 mil réis em 1881 equivaleria a 65 mil réis em 1824. Assim, não residia no censo a explicação para a diminuição da franquia eleitoral.

Detido em outros requisitos da lei, José Murilo de Carvalho (2011) aponta a exigência de alfabetização e a rigorosa comprovação de renda como chaves de resposta para explicar a diminuição do eleitorado após a aprovação da legislação. O autor observa que a partir de 1881 quem quisesse votar deveria apresentar um documento por escrito e assinado, anexando outros diversos documentos que comprovassem a renda legal. Processo que até aquele momento era baseado na oralidade do votante. Conforme observa Carvalho, em um país com 81% da população livre analfabeta tais exigências resultaram na queda de 90% do eleitorado, representando um tropeço na escala democrática. O retrocesso durou mais de seis décadas, somente em 1945, com o reconhecimento do direito de voto das mulheres, foram superados os números anteriores a Lei Saraiva.

Numa perspectiva diversa, este trabalho explorou os anos que antecederam a Lei

Saraiva. Para além dos resultados, investigou-se a campanha pela reforma eleitoral no Império no seu contexto político e intelectual e seu debate no cenário mais amplo do direito eleitoral. Como fonte, priorizou-se a análise da literatura sobre as eleições produzida no Brasil no século XIX e a legislação do período.

## 2 | A REFORMA ELEITORAL NA IMPRENSA OITOCENTISTA

A década de 1860 foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos (CARVALHO, 2009, p. 31). Foram nesses anos que se iniciaram as publicações de obras dedicadas exclusivamente às eleições, mais especificamente sobre a necessidade de uma reforma eleitoral. Antes desse momento, a literatura sobre o pleito eleitoral restringia-se a compêndios das normas, uma espécie de guia do processo eleitoral, contendo a legislação, as etapas do processo e os formulários indispensáveis ao pleito. Mesmo assim, poucos foram publicados. Como obras desse tipo, podemos apontar o *Novo manual eleitoral contendo a lei regulamentar das eleições de 19 de agosto de 1846*, publicado em 1856.

Já sobre a reforma eleitoral nota-se a circulação de impressos de vários tipos: textos políticos, contendo ou não projetos de reforma eleitoral; Discursos de Parlamentares na Câmara dos Deputados e Senado; Coletânea de Projetos e de artigos de jornais. No quadro abaixo é possível verificar os títulos das publicações, o ano de lançamento e seus respectivos autores.

Ano	Título	Autor
1861	Reforma eleitoral: eleição direta	Dr ****
1862	Reforma eleitoral: Eleição direta	Antonio Herculano de Souza Bandeira
1868	O sistema representativo	Jose de Alencar
1870	Reforma Eleitoral: projeto apresentado à Câmara dos deputados, na sessão de 22 de julho de 1870 pelo deputado Paulino José Soares de Sousa Ministro do Império	-
1871	Reforma eleitoral: projetos oferecidos a consideração do Corpo legislativo desde o ano de 1860 até o ano de 1870	-
1872	O systema eleitoral no Brazil como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado	Francisco Belisario Soares de Souza
1873	Reforma eleitoral - projeto apresentado à Camara dos Deputados na sessão de 30 de abril de 1873 pelo deputado João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Império	-
1873	Reforma eleitoral e parlamentar e constituição da magistratura: esboço de projetos de lei	Aureliano Tavares Bastos
1874	Reforma Eleitoral - Eleição direta (artigos publicados na Reforma)	Joaquim Antonio Pinto Junior
1874	Reforma eleitoral: observações de um liberal	-

1874	Reforma Eleitoral	José de Alencar
1875	Reforma Eleitoral: projetos oferecidos a consideração do corpo legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874	Antonio Pereira Pinto
1876	Estudos e Comentários da reforma eleitoral, precedidos de uma carta do Conselheiro d'Estado Nabuco de Araujo	Tito Franco de Almeida
1876	Reforma Eleitoral - Discursos Proferidos no Senado por Zacarias de Goes e Vasconcelos	-
1878	Eleição Direta: artigos publicados no jornal do Comercio em os meses de Outubro e Novembro de 1878	-
1881	Reforma eleitoral brasileira de 1881: repertório, anotações à lei e às instruções e formulários	Hyppolito de Camargo
1881	Legislação eleitoral do Imperio do Brazil em duas divisões comprehensivas dos dous systemase respectivo formulario com um appendice	Augusto Teixeira de Freitas Junior

#### QUADRO 1. PUBLICAÇÕES SOBRE A REFORMA ELEITORAL (1861-1881)

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1881-1882: 813-815.

A crítica ao processo eleitoral ditava o tom dos textos. A violência da votação e o falseamento das qualificações dos votantes contribuíam para o que Joaquim Antonio Pinto Junior (1874) chamava de “Representação da navalha e da bayoneta”. O enredo de seus artigos publicados no jornal *A Reforma* e reunidos na coletânea *Reforma Eleitoral – Eleição Direta* indica os atores principais: partidos/facções e o governo. Para Pinto Junior, nos pleitos eleitorais o governo era representado pelas autoridades policiais e guardas nacionais, a “bayoneta é seu símbolo”. Ao narrar os acontecimentos da última eleição na Corte, afirmava que:

Por toda parte compravam e pagavam votos com a mais cínica e arrojada ostentação, e distinguíam-se entre os mercadores, comandantes de batalhões da guarda nacional, empregados de superior e inferior categoria, inspetores de quarteirão, e esses mesmos indivíduos eram vistos mais tarde nas salas suntuosas as recepções ministeriais dando conta circunstanciada de suas proezas e façanhas (PINTO JUNIOR, 1874, p. 11).

Os partidos e facções, ressaltou o autor, também tinham suas armas: as navalhas. Joaquim lembrava que os adeptos das parcialidades políticas eram os responsáveis pelo tumulto na votação, o que na gíria eleitoral dava-se o nome de “rolo”.

Liberais e conservadores honestos, grandes e pequenos, ricos e pobres, nobres e plebeus, todos estiveram à mercê da fúria dessa horda de assassinos esquentados pelas bebidas alcólicas, instigados pelo dinheiro, animados pela mais torpe impunidade, açulados pelas paixões ruins de ambiciosos vulgares (PINTO JUNIOR, 1874, p. 12).

O desenho da “orgia eleitoral” também era compartilhado por Francisco Belisário de Souza ([1872] 1979). Proeminente político conservador, Belisário afirmava que falar da urgência de uma reforma eleitoral naquela época era “repetir uma trivialidade”. Diante dos últimos acontecimentos daquele ano, 1872, quando a Câmara fora dissolvida pelo Imperador, o sistema representativo estava desacreditado: o governo nomeia e não as

eleições, sentenciava.

A falsidade representativa também era descrita pelo Dr.\*\*\*\* (1861), pseudônimo do autor da *Reforma eleitoral: eleição direta*, primeira obra produzida no Brasil que advogava pela adoção do sistema eleitoral direto. O autor definia o processo sufragista como uma “miserável fantasmagoria” que só poderia dar um resultado: a mentira. A reforma, na sua percepção, era uma “cura do Poder Representativo” já que “as leis eleitorais não foram capazes de mitigar punhais e bayoneta como os impositores dos nomes aos votantes e eleitores” (1861, p. 13).

De forma geral, as obras advogavam a eliminação de influências do governo e do poder privado sobre o voto dos cidadãos. Se a literatura apontava o problema, a desmoralização do processo eleitoral, também fornecia caminhos para solucioná-los, sendo o principal a “Eleição Direta”. Publicada em 1875, a obra de Antonio Pereira Pinto é exemplar nesse sentido. No livro intitulado *Reforma Eleitoral: projetos oferecidos a consideração do corpo legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874*, Antonio Pereira Pinto se propôs a reunir os projetos sobre a matéria eleitoral apresentados à Câmara dos Deputados e Senado desde a primeira legislatura do Império. No prefácio, o autor expõe o objetivo do seu estudo:

Num momento em que o país ocupa-se “esforçadamente em dotar o país com a reforma do processo eleitoral vigente, quando todos os matizes políticos são acordes no empenho de restaurar a livre manifestação das urnas, base essencial da verdade do sistema representativo, não se nos afigura descabido o plano de formular em um só corpo para estudo, e consulta as sensatas cogitações dos primeiros legisladores do Império, e daqueles que trataram posteriormente desse importante assunto (PINTO, 1875-1983, s/p).

A análise dos projetos reunidos na coletânea revela que entre 1826 e 1873 foram apresentadas 67 propostas de alterações do sistema eleitoral (Tabela 1). Além do esforço do parlamento em dotar o sufrágio de garantias que assegurassem a verdade eleitoral, a verificação de cada projeto também aponta a antiguidade da proposta de eleição direta no Brasil (ver Quadro 2).

Anos	N. de Projetos
1826-1829	3
1830-1839	13
1840-1849	14
1850-1859	15
1860-1869	14
1870-1873	8
<b>Total</b>	<b>67</b>

TABELA 1. PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO ELEITORAL (1826-1873)

Fonte: PINTO, 1875- 1983.

Ao verificarmos as mudanças propostas acerca das condições legais de quem poderia participar das eleições, nota-se uma informação importante: metade das indicações previa a exigência de alfabetização. Se havia dissenso sobre o melhor método eleitoral, direito ou indireto, os projetos evidenciam que as casas legislativas assinalavam a crescente associação entre o voto e a alfabetização. Entre 1870 e 1873, todas as propostas encaminhadas ao parlamento previam tal critério.

Ano	Eleição	Alfabetização	Renda	Inclusão	Exclusão
1831	Indireta	-	-	mães de família viúvas ou separadas de seus maridos	-
1835	<b>Direta</b>	<b>sim</b>	-	-	votantes
1838	Indireta	-	-	-	Soldados de tropa de linha, guarda policial permanente, marinheiros de tripulação
1840	Indireta	-	Elevar (200 mil réis)	-	-
1841	Indireta	<b>sim</b>	Elevar (200 mil réis)	-	Soldados de pret de 1ª linha, os guardas nacionais aquartelados
1843	Indireta	-	-	-	Praças de pré do exército, armada e guardas nacionais, municipais, policiais ou marinheiros
1845	Indireta	<b>sim</b>	-	-	Soldados e praças de pré (1ª linha e policiais), guardas nacionais e jornaleiros

1846	<b>Direta</b>	-	Elevar	-	votantes
1864	<b>Direta</b>	-	-	-	-
1868	Indireta	<b>sim (eleitor)</b>	-	-	-
1869	Indireta	-	Impos- to (eleitores)	-	-
1870	<b>Mista</b>	<b>sim (eleitor)</b>	Impos- to (eleitores)	-	-
1871	Indireta	<b>sim</b>	-	-	-
1873	Indireta	<b>sim</b>	Dimi- nuir (100 mil réis)	-	-

QUADRO 2. ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO DIREITO DE VOTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO (1826-1873)

Fonte: PINTO, 1875- 1983 (grifo nosso).

### 3 | A ALFABETIZAÇÃO COMO CRITÉRIO PARA O DIREITO DE VOTAR NO SÉCULO XIX

As propostas de José de Alencar (1868) e de Aureliano Tavares Bastos (1873) evidenciam a associação entre alfabetização e direito eleitoral. Ambos defendiam princípios semelhantes em torno do direito de voto, embora discordassem sobre o método do escrutínio. Na obra *O Sistema Representativo*, Alencar se posiciona contrário à eleição direta. Sua justificativa recaiu sobre a inconstitucionalidade da proposta, tendo em vista a demarcação do processo eleitoral indireto na Carta de 1824. Em *Reforma Eleitoral e Parlamentar*, Tavares Bastos se posicionou firme pela eleição direta. Para o autor, o corpo eleitoral deveria ser “permanente, estável e não subserviente”. A lei deveria fornecer o eleitorado responsável pela escolha de seus representantes. Assim, uma base fixa dependente de prova impediria o livre arbítrio das autoridades incumbidas do recenseamento. Para ele, a matéria não era inconstitucional, tendo em vista que a Carta autorizava a regulamentação do modo prático das eleições por legislação ordinária.

O consenso entre os políticos ocorreu na previsão de nova exigência ao exercício do voto. Alencar destacava a “ignorância” como incapacidade política que limitava a liberdade do voto. O excerto abaixo exemplifica sua percepção:

A respeito da ignorância há também omissão na lei constitucional; mas essa incapacidade política resulta igualmente da natureza das coisas, e justifica-se com o art.97. Tal seja o modo prático da eleição que exclua forçosamente o analfabeto pela impossibilidade de prestar o voto na forma consagrada (ALENCAR, 1868, p. 99).

Seguindo sua concepção, Alencar insere no Art.48 de seu projeto que o votante deveria escrever seu nome com a declaração do voto na cédula. Tal previsão excluía indiretamente o analfabeto do processo eleitoral. Sobre o assunto, o autor esclarece que,

[...] não pode exercer o direito quem não dispõem dos meios necessários, surdo-mudo que não pode exprimir seu livre consentimento, assim como o cidadão que não pode escrever uma cédula, alheio à imprensa e à Tribuna é inepto para conhecer o governo (ALENCAR, 1868, p. 90).

Com visão semelhante, Tavares Bastos definiu em seu projeto artigo específico para a restrição eleitoral: “os que não souberem ler e escrever” (1873-1939). Em seguida também previu a exclusão dos guardas nacionais e dos condenados a vender o voto. O autor observava que era “[...] impossível que se exerça os direitos e os deveres de eleitor os que não sabem ler e escrever”. Essa medida, em sua opinião, excluiria somente os vadios e a capangada eleitoral.

Francisco Belisário de Souza, na obra *O sistema eleitoral no Brasil*, também corroborou com a exclusão dos analfabetos das urnas. Em suas palavras:

[...] o exercício do voto exige duas condições imprescindíveis para fazer presumir certa capacidade em quem as preenche. A primeira é uma tal ou qual instrução. Conferir o voto ao indivíduo que nem ao menos sabe ler e escrever parece uma zombaria e um contrassenso (SOUZA, 1872-1979, p. 132).

Para Belisário, a alfabetização era uma condição cardeal para a aptidão ao direito de voto. Na sua argumentação ressaltava que algumas regiões dos Estados Unidos adotavam tal restrição, bem como a Itália moderna, que consagrava o mesmo princípio em sua Constituição. Com efeito, na Itália, a Constituição de 1848 exigia para votar a idade mínima de 25 anos, saber ler e escrever e pagamento de impostos (CHARBONNIER, 1874). A legislação de alguns estados americanos também demarcava certo critério de alfabetização. Em Connecticut e Massachussets, por exemplo, o cidadão não era admitido a votar se não soubesse ler um artigo da Constituição e assinar seu nome. Em Missouri, todo cidadão que após 1876 não soubesse ler e escrever, estaria excluído do direito de votar.

A questão eleitoral e a discussão em torno das qualidades de quem teria o direito de votar não se restringiu ao Brasil. Em 1874, J. Charbonnier (1874) observou a urgência e atualidade de tal preocupação política no prefácio de sua obra, *Organisation électorale et représentative de tous les pays civilisés*, que reunia informações sobre o sistema eleitoral em vigor de diversos países. Com o estudo, o autor almejava fornecer material para comparação das ideias e teorias que inspiravam a normatização dos sufrágios adotados em diferentes lugares. No quadro abaixo é possível verificar o modelo de sufrágio adotado pelos países inventariados por Charbonnier na década de 1870 e, quando previsto, o tipo de censo.

Continentes	País	Sufrágio	Ano da Lei
Europa	Dinamarca Espanha* França Grécia	Universal	1866 1870 1848 1844
	Alemanha**	Universal Masculino/ Censitário  (econômico - alguns Reinos)	1871
Europa	Bélgica Inglaterra Noruega Holanda Portugal Suécia Romênia	Censitário  (econômico)	1848/1872 1867/1872 1814 1855 1859 1810 1866
	Itália Luxemburgo	Censitário  (econômico e alfabetização)	1848  1868

Continentes	País	Sufrágio	Ano da Lei	
América	Argentina	Universal Masculino	1853	
	Honduras		1869	
	México		1857	
	Paraguai		1870	
	Venezuela		1864	
	Estados Unidos***	Universal Masculino / Censitário (alfabetização – alguns Estados)	1870	
	América	Brasil	Censitário (econômico)	1824
		República Dominicana		1844
		Haiti		1867
		Bolívia	Censitário (econômico e alfabetização)	1825/1871
Chile	1833			
Costa Rica	1859			
Equador	1835			
Guatemala	1851			
Peru	1823/1856/1860			
El Salvador	1871			
América	Uruguai	Alfabetização	1830	

QUADRO 3. REGIME ELEITORAL DOS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA (1870)

Fonte: MOTTA, 2018, p. 186 (Quadro 7).

\* Na Espanha, a primeira experiência do sufrágio universal masculino durou apenas seis anos. Em 1874, ano da publicação da obra de Charbonnier, a legislação foi alterada, retornando ao modelo censitário. Somente em 1890, o voto universal masculino é estabelecido de forma permanente (DARDÉ, Carlos. *El Sufragio Universal en España: causas y efectos*. Anales de la Universidad de Alicante. *Historia Contemporánea* 7, 1989-1990. p. 85-100).

\*\* Apesar da Constituição do Império Alemão determinar o sufrágio universal masculino para a eleição dos membros do parlamento, o regime eleitoral dos diferentes Estados e Reinos não se modificou para a nomeação dos seus representantes legislativos. Sendo assim, coexistiu até 1919 o regime o voto restrito com o universal, ano em que se adotou o sufrágio universal no

país já unificado. Em Anhalt, Baden, Baviere, Breme, Hesse havia o censo pecuniário. Por sua vez, em Lubeck e Brunswick, o sistema era o universal masculino.

\*\*\* Na década de 1870, alguns estados nos Estados Unidos tinham aderido a experiência do sufrágio universal masculino. Subsistia, no entanto, em vários outros a exigência de alfabetização.

Dos 31 países catalogados na obra, onze (35,5%) previam a exigência de certa alfabetização para votar, seja como única condição ou vinculada a regras econômicas. Ademais, em 20 países (64,5%) a posse de algum tipo de renda ou pagamento de imposto ainda era requisito para poder participar do sufrágio naqueles anos. O voto universal masculino tinha sido adotado de forma integral em nove países (29%).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em estudo sobre a cultura política do século XIX, Peter Gay (1988-1995, p. 218-240) afirma que políticos aventureiros que faziam campanha em prol da abolição dos critérios para o direito de voto era uma minoria subversiva, criadores de problemas. Até a revolução de 1848 na França eles nem sequer chegavam a ser respeitáveis. A maioria na Grã-Bretanha pensava que a democracia pura era a contrapartida do governo autocrático de um rei, um convite a tirania. Até mesmo na França, observa Pierre Rosanvallon (1992), o sufrágio universal masculino era tido por muitos como um acidente de percurso da Revolução.

Se o salto para o sufrágio universal masculino havia sido dado, serviu de estímulo para alguns, mas também de pesadelos para muitos. Se aos olhos do século XXI é possível averiguar o caminho ascendente do sufrágio universal masculino iniciado no século XIX e potencializado no XX, na literatura sobre a última reforma eleitoral do Império do Brasil a visão sobre a trajetória do voto não estava clara. No Brasil, poucas foram as vozes em defesa do sufrágio universal. Na campanha pela Reforma Eleitoral não foi mencionado como alternativa viável, afinal a ampliação das urnas não constituía resposta para sua moralização, mas sim a educação de seus cidadãos.

#### REFERÊNCIAS

Fontes:

ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Edictor, 1868.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares (1873). Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura: esboço de projectos de lei. In: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares; AZEVEDO, Fernando de. **Os males do presente e as esperanças do futuro**: (estudos brasileiros). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CHARBONNIER. **Organisation electorale et représentative de tous les pays civilisés**. Paris: Guillaumin, 1874.

DR \*\*\*\*. **Reforma eleitoral – eleição direta**. São Paulo: Typographia Litteraria, 1861 (Acervo da Biblioteca Nacional).

**Novo manual eleitoral contendo a lei regulamentar das eleições de 19 de agosto de 1846 para as camaras legislativas, assembléas provinciaes, camaras municipaes e juizes de paz do Império do Brasil:** acompanhada das resoluções do Conselho d'Estado, avisos, ordens e portarias, que darão esclarecimento aos seus artigos. Segunda ed. Rio de Janeiro: E & H. Laemmert, 1856 (Acervo da Biblioteca Nacional).

PINTO, Antonio Pereira (1875). **Reforma Eleitoral:** projetos oferecidos à consideração do Corpo Legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, ed de 1983.

PINTO JUNIOR, Joaquim Antônio. **Reforma Eleitoral - Eleição Direta, artigos publicados na Reforma.** Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1874 (Acervo da Biblioteca Nacional).

SOUZA, Francisco Belisário Soares de (1872). **O sistema eleitoral no Império;** com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. Brasília: Senado Federal, 1979.

Obras de apoio:

BUESCU, Mircea. No Centenário da Lei Saraiva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, Rio de Janeiro, nº330, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos.* 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DARDÉ, Carlos. El Sufragio Universal en España: causas y efectos. Anales de la Universidad de Alicante. **Historia Contemporánea** 7, 1989-1990.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** Porto Alegre/São Paulo, 1975.

GAY, Peter. **A experiência burguesa:** da Rainha Vitória a Freud. v.3 – O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo II, 5. São Paulo, 1972.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do Oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881).** [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em História. UFES. Vitória, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. **Le Sacre Du Citoyen:** du suffrage universel en France. Paris: Gallimard, 1992.

## LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

**Luciana de Moraes Trombeta**

Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão  
Catalão – Goiás

**RESUMO:** Objetivou-se apropriar das contribuições dos referenciais oriundos da Literatura de Cordel para o ensino de História, tendo como viés de discussão a construção de material didático que contemple uma prática na perspectiva inclusiva destinado a alunos que apresentam deficiências intelectuais. A pesquisa parte do entendimento de que os alunos que apresentam deficiências intelectuais necessitam de educação que promova sua formação cultural e científica para a vida pessoal, além de contribuir na sua formação cidadã e na socialização com os demais integrantes do espaço escolar. Entende-se que a escola tem papel coadjuvante na formação crítica e democrática dos indivíduos, independente de sua condição física, social e psicológica. Pretende-se elaborar o material didático que aproprie de métodos e abarque uma educação inclusiva, com a intencionalidade de promover juntos aos alunos mais potencialidades em conhecimentos, revertendo-se em novas conquistas. A literatura de cordel como recurso no ensino de história poderá estimular o aluno a pensar sobre a realidade social na qual

está inserido. Faz-se necessário apropriar dos parâmetros sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), propondo reflexões acerca de práticas inclusivas existentes e as pretensões para que possam surgir novas práticas educativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas educativas. NEE. Integração.

**SUMMARY:** The objective was to obtain the bibliographical supports of a teaching discipline for the teaching of history, taking as a bias a series of didactic works that contemplate an perspective of inclusive perspective for the students who present intellectual deficiencies. The part of the knowledge of the students who present intellectual deficiencies is important to promote their cultural and scientific formation for the personal life, besides helping in its formation and the socialization with the other members of the school area. It is understood that a school has a role in the critical and democratic formation of individuals, regardless of their physical, social and psychological condition. It is intended to elaborate the didactic material that appropriates methods and embrace an inclusive education, with an intentionality to promote to the students more potentials in knowledge, reverting itself in new conquests. Cordel literature as a teaching resource can stimulate the student to think

about a social reality in which he is inserted. “To fulfill the requirements for the exercise of an inclusive educational policy” (BRASIL, 2008), proposing reflections on included educational practices and the pretensions to the questions of the new educational practices.

**KEYWORDS:** Educational practices. SEM. Integration.

## 1 | FUNCIONALIDADES DA INCLUSÃO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é uma realidade que permeia frequentemente o meio educacional, onde todos os profissionais devem se adequar, estando aptos para lidar com esse tipo de alunos dentro da escola. O professor de história não está imune a isso, tendo que desenvolver estratégias para possibilitar a participação desses alunos na sala de aula interagindo com os demais colegas da turma.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal.” (BRASIL, 2008, p. 5). Ou seja, apesar de utilizar meios diferentes para ensinar alunos com deficiência intelectual, ao final todos devem apresentar o mesmo nível de conhecimento, não deixando os alunos da Educação Especial em condições inferiores aos demais colegas de turma.

Ainda um grande problema enfrentado para que a inclusão ocorra é a adequação e mobilização em prol da superação das diferenças dentro da escola, pois não basta que se cumpra a legislação necessitando, conforme Frias (2008, p. 13), de

[...] flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas.

Garantindo que o aluno com NEE possa ter as mesmas oportunidades que qualquer outro aluno regular tem dentro da escola. Mas os desafios são grandes e cabe ao professor encarar e enfrentar seguindo em direção a uma educação cada vez mais inclusiva dentro do ambiente escolar.

O melhor a fazer é analisar cada caso individualmente explorando suas particularidades, para isso existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que seu objetivo é segundo Batista e Mantoan (2006, p. 21) “propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência mental possa construir sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento”.

Dentro desse Atendimento Educacional Especializado está o professor de apoio,

que se encarrega de atender, da melhor forma possível, a condição intelectual do aluno com NEE considerando que seus problemas estão no

[...] processo de ensino-aprendizagem, estes vão desde a aceitação, até a dificuldade para realizar tarefas que para os demais são fáceis, a dificuldade de articular o pensamento e ação, a lentidão para realizar tarefas, a necessidade do apoio visual, a incapacidade de permanecer muito tempo na mesma atividade e, talvez, o mais agravante a baixa autoestima (FIGUEIRÓ, MOUSSA, s/d, p. 8).

Fatores que são amenizados com as devidas adaptações curriculares feitas pelo professor de apoio, que as realiza observando as deficiências de cada aluno com NEE, para propor atividades que consigam realizar.

Entretanto, um dos problemas enfrentados pelo professor de apoio está na melhor forma de adequar o ensino de história para os alunos com deficiência intelectual, onde a alternativa encontrada é incorporar aspectos do cotidiano do aluno aos conteúdos ministrados para que se obtenham melhores resultados, como descreve Figueiró e Moussa (s/d, p. 7) “a idéia de que conteúdos relacionados à vida pessoal e à vida privada das pessoas com deficiência intelectual podem ser introduzidos no trabalho educativo, perpassando os conteúdos de matemática, de língua, de ciência, etc.” Tornando o professor um mediador da aprendizagem do aluno, interligando as atividades escolares com a vida social do aluno. Esse processo facilita com o ensino de História para que os alunos compreendam seu papel na sociedade e segundo Silva (2015, p. 41) “deixem de serem meros receptores passivos e tornam-se sujeitos ativos e críticos nas atividades propostas”. Contribuindo como cidadãos na sociedade em que estão inseridos.

Além do mais não pode ser esquecido que o ensino de história atualmente está em constantes modificações para se adaptar à realidade da sala de aula, transformando a forma de ensinar, dando oportunidade para inserção de novas linguagens, por exemplo: a TV, o filme, a fotografia, a música, o jornal, a revista e os diversos tipos de literatura, seja na forma de romance, conto, poema, prosa ou versos. Onde destacamos a literatura de cordel que será objeto de estudo desta pesquisa, por possuir um conteúdo riquíssimo, que é pouco utilizada em sala de aula e facilita a compreensão do conteúdo para os alunos com deficiência intelectual. Neste sentido, que o professor ao fazer uso de técnicas de ensino variadas pode estimular o gosto e o interesse dos alunos com NEE pela disciplina de história, tornando sua aula diferente e causando expectativa em torno do que será ensinado. Como menciona Silva (2015, p. 40) “é notório que a prática de adotar metodologias diversificadas distintas da tradicional. Isto é, do famoso quadro e giz, possibilita ao aluno com deficiência intelectual uma maior aprendizagem”.

Sendo assim, este estudo se faz importante pela necessidade de se pensar alternativas para ensinar história a alunos com deficiência intelectual. Baseia-se nas experiências obtidas nas escolas da rede estadual de ensino com alunos da inclusão, que proporcionam condições ideais para observar inúmeras falhas na maneira de

se transmitir o conteúdo para alunos com deficiência intelectual. Situação pela qual é importante investigar e repensar a qualidade do ensino que esse tipo de aluno está recebendo, se realmente essa educação fornece os devidos suportes para ser inclusiva ou resulta em um conjunto de erros sucessivos que vão comprometendo o conhecimento adquirido por estes alunos.

Outro ponto a ser pensado é em relação a importância que os professores dão ao ensino de história para alunos com NEE, muitas vezes deixada de lado em detrimento de outras disciplinas. Acreditando que sua falta não acarretará prejuízos sérios na educação desses alunos, porém os alunos da Educação Especial são sujeitos que têm direitos e deveres comuns dentro da sociedade. Para uma melhor formação necessitam da disciplina de história que lhes estimulam a desenvolver uma consciência histórica do “passado” dando suporte para entender sua própria realidade. A esse respeito Batista e Mantoan (2006, p. 21) menciona que “O aluno com deficiência mental, como qualquer outro aluno, precisa desenvolver sua criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa”. Possibilitando aos alunos com deficiência intelectual uma vida mais independente.

Por isso a relevância de se pesquisar novos métodos para o ensino de história considerando que os alunos deficientes intelectuais possuem dificuldade de aprendizado, demandando formas de ensino adequadas a sua condição e um excelente recurso é a literatura de cordel que pode facilitar sua compreensão de conteúdos de história, interligando o conhecimento com seu cotidiano para que entendam o mundo a seu redor. Proporcionando interesse e gosto pela disciplina. Por isso, ao se referir a literatura de cordel Farias (s/d, p. 15) menciona que

[...] pelo fato de esse tipo de literatura ser carregado de toda uma expressividade e historicidade relacionada à cultura popular, sentimos a necessidade de contemplá-la não só em sua expressão literária, mas também como prática sócio-discursiva, principalmente na sala de aula, por ser esse um local de ampla construção do conhecimento.

Diante disto, foi proposto para esta pesquisa o uso da literatura de cordel para ensinar história, visto que esta linguagem expressa uma cultura regional Nordestina, apresentando falas do dia a dia dos alunos, o que pode facilitar a compreensão de conteúdos como o descobrimento do Brasil. O trabalho tem como objetivo apropriar das contribuições dos referenciais oriundos da Literatura de Cordel para o ensino de História, tendo como viés de discussão a construção de material didático que contemple uma prática na perspectiva inclusiva destinado a alunos que apresentam deficiências intelectuais.

## **2 | A APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA LITERATURA DE CORDEL: UM RECURSO**

## VIÁVEL PARA ALUNOS COM NEE

Considerando essa necessidade de atenção especial que os alunos da inclusão requerem, verificam-se a existência de vários tipos de alunos com NEE e aqui queremos focar nos alunos com deficiência intelectual. Focando ainda mais no ensino-aprendizagem desses alunos, percebe-se que apresentam três dificuldades distintas conforme Rodrigues (2011, p. 2) descreve que “Falta de concentração, entraves na comunicação e na interação e menos capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente”. Esses alunos precisam de um professor inteiramente voltado para atender as suas necessidades como é o caso do professor de apoio que adéqua o currículo e se dedica exclusivamente a ensinar todas as disciplinas para esses alunos mais lentos. Sugerindo atividades adequadas ao grau de dificuldade em que o aluno deficiente intelectual está inserido para que supere suas dificuldades melhorando seu desempenho escolar. Entretanto, para realizar o ensino de história a alunos com NEE o professor se depara em muitas situações com alunos que tem dificuldade na construção da leitura e da escrita, como cita Silva (2015, p. 23) “a alfabetização é retomada como princípio norteador fundamental ao ensino de História”. Sem uma boa alfabetização o aluno não consegue se reconhecer como sujeito histórico, fazendo do professor de apoio um verdadeiro suporte para mediar esse conhecimento.

Agora, analisando o ensino de história, este na maioria das vezes não é inclusivo, principalmente quando o professor da disciplina de História não utiliza recursos diferentes em suas aulas, optando por uma aula tradicionalista, fazendo uso apenas do quadro, giz e do livro didático. Sobre isso, Fonseca (2003, p. 163) aponta que “no decorrer dos últimos 20 anos uma das principais discussões, na área da metodologia do ensino de história, tem sido o uso de diferentes linguagens e fontes no estudo dessa disciplina.” Levando o professor a ampliar seus horizontes introduzindo vários recursos em sala de aula como a mesma autora (2003, p. 163) continua “trata-se de uma opção metodológica que amplia o olhar do historiador, [professor] o campo de estudo, tronando o processo de transmissão e produção de conhecimentos interdisciplinar, dinâmico e flexível”. Proporcionando uma verdadeira inclusão, onde os alunos com NEE têm a oportunidade de se aproximar do conteúdo e se reconhecer como cidadãos.

Uma verdadeira inclusão é quando conduzimos os alunos com NEE ao conhecimento, não o deixando de lado dentro da sala de aula. Assim, o aluno deficiente intelectual se tornou um desafio para o professor de história como alerta Santos (2011, p. 2169) “educá-los para aquisição do conhecimento histórico e torná-los críticos e cidadãos, passa a ser um dos objetivos dos professores de história que no seu cotidiano escolar vem se deparando cada vez em maior escala”.

A incorporação de novas linguagens e técnicas no ensino de história contribuiu

muito para a inclusão de alunos com NEE, pois deu a chance de trazer os conhecimentos próprios da história para a vida do deficiente intelectual modificando a maneira como eles representavam o passado dando a oportunidade de compreensão do presente e do futuro.

Dentre essas linguagens está a literatura de cordel que segundo Teixeira (2008, p. 12) “é uma nomenclatura dada aos folhetos de cordel pelos intelectuais brasileiros por volta de 1960/70. [...] Cordel também vem da palavra ‘cordão’, pois os folhetos ficavam pendurados em cordões ou barbantes para serem vendidos nas feiras”. Este tipo de literatura é considerada literatura popular, pois retrata a cultura nordestina. Se estruturando conforme Silva (2007, p. 12) “através das narrativas orais, contos e cantorias [...], tendo a métrica, o ritmo e a rima como elementos formais essencialmente marcantes nessa literatura.” Contendo ainda em sua estrutura “uma narrativa, narra sempre uma história, seja ela real ou não; apresenta em seu discurso uma linguagem coloquial, cotidiana; e por fim, mesmo que tenha características da oralidade, ela é difundida a princípio pela forma impressa” (SILVA, 2007, p. 14).

Dessa forma, o cordel como qualquer outro documento pode ser utilizado no ensino de história. A mediada que esta fonte conduz um novo olhar para o conteúdo de história, promovendo um ensino-aprendizagem mais dinâmico e fácil, principalmente para os alunos com NEE. Além do mais, instiga o aluno a perceber que o conhecimento histórico não está pronto e acabado. Levando-o a criticar o documento frente ao conteúdo. Porém, toda essa metodologia demanda um planejamento por parte do professor para que a escolha do cordel esteja totalmente ligada ao conteúdo programático ao qual se quer ensinar, para que a aula ocorra da melhor forma possível.

### **3 | PROPOSTA DE ENSINO FAZENDO USO DA LITERATURA DE CORDEL A ALUNOS COM NEE**

Será proposta como fonte de ensino para a disciplina de história à literatura de cordel, que pode ser encontrada em livros específicos e principalmente na internet. Fonte as quais podem ser apontadas como uma maneira de aproximar o ensino de história a alunos com deficiência intelectual. Pretende-se, a partir destas fontes, estabelecer material didático suficiente para confecção deste ensino.

Como base para desenvolver este trabalho utilizar-se-á primeiramente a teoria histórico-cultural de Vygotsky, ao se referir à “importância da inclusão de fato, onde as crianças com alguma deficiência interajam com crianças que estejam com desenvolvimento além, realizando a troca de saberes e experiências, onde ambos passam a aprender junto”. (COELHO; PISONI, 2012, p. 146). Fazendo a devida interação do indivíduo com o meio em que se encontra, seguimento que será adotado ao assumir a concepção histórico-cultural de Vygotsky, sobre a qual Leme (2008, p. 8) se refere que “devemos privilegiar as atividades e currículos que atuem na

potencialidade dos sujeitos, [...] sendo as interações professor/aluno cruciais para o processo de aprendizagem, pois ampliam a capacidade cognitiva do aluno através das trocas; enriquecendo o desenvolvimento”. Com isso, à relação do aluno deficiente com os demais colegas de turma é tão importante quanto à relação do professor de apoio com os alunos deficientes, para que essas trocas de experiências ampliem cada vez mais o aprendizado de ambos.

O segundo viés que deverá ser abordado é o da Educação Histórica que de acordo com Silva (2011, p. 200), “apresenta possibilidades de pesquisas no campo do ensino da história nas escolas, das aprendizagens e, ainda, contribui com as inovações das metodologias de aulas”. Itens fundamentais para melhorar o ensino de história nas escolas, pois se preocupa com a formulação do conhecimento na mente de crianças e jovens para direcioná-los a uma consciência histórica, onde possam compreender os acontecimentos do passado na luz do presente com todos os sujeitos históricos nele inseridos, não apenas os heróis e poderosos (SCHMIDT, BARCA, 2009). Assim, através da Educação Histórica se obtém uma maneira eficaz de ensinar história dando possibilidade de interligar a teoria com a prática de sala de aula.

Detalhando melhor a proposta de ensino feita, pretende-se desenvolver material didático voltado para o Ensino Fundamental II, fase em que os alunos possuem uma disciplina separada de história e delimitando ainda mais precisamente, pretende-se abranger o 7º ano, fase na qual se estuda o descobrimento do Brasil. Um tema plausível para a literatura de cordel.

A didática deve ser utilizada após a introdução do conteúdo envolvendo o descobrimento do Brasil para a turma toda, realizando, então, um trabalho em conjunto com o professor da disciplina de história. O proposto é a utilização inicial de alguns versos para os alunos entenderem do que se trata esse tipo de literatura e depois os alunos tentarão, com sua criatividade, reproduzir alguns folhetos sobre o descobrimento. Fazendo a junção do conteúdo com a literatura que conheceram.

A referente pesquisa fará uso de diversas bibliografias a respeito da inclusão de alunos com deficiência intelectual, outras sobre a literatura de cordel, sobre o ensino de história e sobre o descobrimento do Brasil. Podendo ser encontradas em livros que serão adquiridos ao longo da pesquisa ou dispostos na biblioteca da UFG e materiais dispostos na internet.

#### **4 | RESULTADOS PARCIAIS**

A pesquisa se trata de um trabalho de mestrado que está sendo realizado junto a Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão. O trabalho ainda se encontra em andamento e até o momento foram revisadas diversas literaturas, consideradas bases para o desenvolvimento do assunto, como Cavalcante (2007), Funari (2003), Libâneo (1994), Schimidt (2004) e outros.

Espera-se ao final deste trabalho propor inovações, eficientes e funcionais, no ensino de história, utilizando a literatura de cordel, para alunos com NEE, visando tornar o estudo mais agradável e acessível a estes alunos que possuem capacidade limitada. Espera-se ainda disponibilizar material didático referente a esta prática baseado na literatura já existente.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M., MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: 2. ed. MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso: 27 maio 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. (2008). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf> Acesso: 27 de maio de 2018.

COELHO, L., PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influencia na educação. Osório/RS. **Revista e-Ped – FACOS/CENEC**, v. 2, n. 1, p. 144-152, 2012. Disponível em: <[http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto\\_2012/pdf/vygotsky\\_-\\_sua\\_teoriam\\_e\\_a\\_influencia\\_na\\_educacao.pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teoriam_e_a_influencia_na_educacao.pdf)>. Acesso: 25 maio 2018.

FARIAS, Monica Isabel S. **A literatura de Cordel como um recurso didático para inclusão e construção do conhecimento no ensino da morfologia**. s/d. Disponível em: <[https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol\\_\\_1381074009.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol__1381074009.pdf)>. Acesso: 24 maio 2018.

FIGUEIRÓ, N. D. S., MOUSSA, I. G. C.. **A deficiência intelectual e o processo de ensino aprendizagem**. s/d. Disponível em: <<http://www.alex.pro.br/A%20DI%20E%20O%20PROCESSO%20DE%20ENS.pdf>>. Acesso: 27 maio 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FRIAS, Elizabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino regular. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> Acesso: 26 maio 2018.

LEME, Maria Eduvirges Guerreiro. **As contribuições de Vygotsky no trabalho pedagógico do professor**. Londrina/PR. Artigo de capacitação do PDE, UEL. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1818-8.pdf>>. Acesso: 20 maio 2018.

RODRIGUES, Cinthia. **Formas criativas para estimular a mente dos alunos com deficiência**. Salvador. 2011. Disponível em: <<https://praticasinclusivas.files.wordpress.com/2011/04/deficiencia-intelectual.pdf>>. Acesso: 20 maio 2018.

SANTOS, Carla Marcia Pamphile dos. O ensino de história e o processo de inclusão escolar: o ensino de história a alunos inclusos na rede pública do Rio de Janeiro. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, São Luiz, 2011. **Anais...** São Luiz, 2011, p. 2168-2177. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/352.pdf>>. Acesso: 27 maio 2018.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.. **Aprender história**: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Unijuí, 2009. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/2138144/aprender-historia---perspectivas-da-educacao-historica>>. Acesso: 26 maio 2018.

SILVA, Daianne Maria Barbosa da. **O deficiente intelectual e o ensino de história – no centro de ensino especial de Planaltina-DF**. Brasília, 2015, 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14469/1/2015\\_DaianneMariaBarbosadaSilva\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14469/1/2015_DaianneMariaBarbosadaSilva_tcc.pdf)>. Acesso: 27 maio 2018.

SILVA, Josivaldo Custódio da. **Literatura de Cordel**: um fazer popular a caminho da sala de aula. João Pessoa, 2007, 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images\\_josi.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_josi.pdf)>. Acesso: 23 maio 2018.

SILVA, Maria da Conceição. Educação histórica: perspectiva para o ensino de história em Goiás. **Revista de História**, João Pessoa, n. 24, p. 197-211, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/12442/7204>>. Acesso: 26 maio 2018.

TEIXEIRA, Larissa Amaral. **Literatura de cordel no Brasil**: Os folhetos e a função circunstancial. Brasília, 2008, 44f. Trabalho de conclusão de Comunicação Social – (Bacharel em Comunicação Social), Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1840/2/20513195.pdf>>. Acesso: 26 maio 2018.

## MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

**Priscila Lopes d'Avila Borges**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** Este artigo se propõe a apresentar algumas considerações sobre a relevância da mediação na Exposição Permanente do Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), através de um estudo realizado no ano de 2016. O trabalho salienta o protagonismo do mediador como peça chave na educação, compondo a narrativa museal para trazer à tona discussões subjacentes as provocações estéticas do centro cultural. Além disso, contemplamos uma breve apresentação sobre as relações entre o museu e a escola, destacando a importância de espaços de educação não formal no ensino de história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Mediação; Ensino de História; Palácio Tiradentes.

**ABSTRACT:** This article proposes to present some considerations about the relevance of mediation in the Permanent Exhibition of the Tiradentes Palace, seat of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro (ALERJ), through a study carried out in 2015. The work emphasizes the protagonism of the mediator as

key piece in education, composing the museum narrative to bring up discussions underlying the aesthetic provocations of the cultural center. In addition, we contemplate a brief presentation on the relations between the museum and the school, highlighting the importance of spaces of non-formal education in the teaching of history.

**KEYWORDS:** Education; Mediation; History teaching; Tiradentes Palace.

### 1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre os espaços de educação formais e não formais ganhou fôlego nas últimas décadas, ressaltando-se seus papéis individuais e coletivos na formação humana. Especificamente no ensino de história, o uso de espaços não formais, entendidos como lugares dedicados à atividades organizadas fora do sistema formal de educação, que operam separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a um público previamente identificado como aprendiz (MARANDINO, 2008, p.13), é uma ferramenta disseminada como fundamental, por reforçar imagetivamente os conteúdos discutidos em sala de aula e, permitir um ambiente de aprendizado com potencial para fortalecer o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

A escola, identificada com o conceito de educação formal, tem um papel fundamentado na pedagogia, já o museu possui e produz seus próprios saberes, podendo ou não, seguir as temáticas e abordagens típicas dos espaços escolares. Ambos, contudo, atendem a um conjunto de escolhas, intencionalidades e pesquisas, que constituem suas propostas e atuações. Segundo a lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22, a educação básica deve “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, ou seja, os objetivos da escola, segundo a lei, não se restringem a assimilação de conteúdos prefixados, “mas se comprometem a articular conhecimento, competências e valores, com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem-se das informações para a (...) efetiva transformação da sociedade” (BEZERRA, 2015, p.37). Superando, portanto, as concepções de uma pedagogia tradicional, identificada por Paulo Freire (1987) como uma “educação bancária”, na qual os alunos apenas recebem informações sem estímulo a formulação crítica, encaminhando-se para uma nova pedagogia onde os alunos tenham um canal de diálogo e produção de saberes com o professor.

A lei estabelece uma normativa contrária à apreensão sistemática de conteúdos, propondo a formação de cidadãos ativos. Neste sentido, o professor teria a função de agente dinamizador e orientador do trabalho do aluno, enquanto o qual trabalharia e executaria tarefas visando à aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento pessoal. A aplicação da lei, contudo, é deficiente, já que inúmeras escolas atendem aos interesses de preparação para o vestibular e outros concursos. Das diferentes concepções de escola resulta a oposição de princípios das funções de professor e aluno, segundo a lei e a prática efetiva. No artigo de Luís Oliveira (1996), observamos riquíssima fonte para compreensão dessas pretensas novas relações e de uma aprendizagem multidirecional.

(...) encontramos o movimento pela “educação nova” de que serão sinônimos “nova pedagogia”. Nesta escola, “os educandos, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também”. Os princípios tradicionais da autoridade, da exposição e da memorização foram destronados em favor de novas evidências pedagógicas e científicas, oriundas principalmente da psicologia. O aluno passa a ser concebido como alguém que trabalha e executa tarefas concretas com vista à aquisição de conhecimentos, ao treino de competências e ao desenvolvimento pessoal. (HENRIQUES, 1996, p.77).

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2015, p.57) o professor de história é o responsável por ensinar o aluno a valorizar e captar a diversidade de pontos de vista, dando condições para que os mesmos participem do processo de “fazer história”, isto é, empoderando o aluno enquanto sujeito histórico. O professor seria, por conseguinte, o promotor da união entre os saberes acadêmicos e pedagógicos, contribuindo na rede de geração de saberes escolares. O uso dos museus deveria ser repensado da matriz generalizada de representação de conteúdos para um campo ensino de competências

e habilidades, que sirvam aos interesses escolares, mas, sobretudo, a formação de sujeitos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que nortearam a educação brasileira por mais de dez anos, ao tratar dos conhecimentos históricos, os problemas dos compromissos educacionais ligados ao patrimônio cultural, estão conectados ao direito a memória como parte da cidadania. O museólogo Mário Chagas contribui para a compreensão da educação em museus em suas obras, com leituras do papel do espaço como:

(...) campos privilegiados tanto para o exercício de uma imaginação criadora que leva em conta o poder das imagens, quanto para a dramaturgia do passado artístico, filosófico, religioso, científico - em uma palavra: cultural. É na moldura da modernidade que o museu se enquadra como palco, tecnologia e nave do tempo e da memória. Como palco, ele é espaço de teatralização e narração de dramas, romances, comédias e tragédias coletivas e individuais; como tecnologia ele se constitui em ferramenta de intervenção social; como nave ele promove deslocamentos imaginários e memoráveis no rio da memória e do tempo. Implicando na produção de novos sentidos e conhecimentos. (CHAGAS, 2013).

De acordo com o exposto na publicação *Cadernos e Diretrizes Museológicas* (2006, p.96) os museus são instituições interdisciplinares, que atuam em três campos: a preservação, a investigação e a comunicação, os mesmos se complementam, uma vez que “a preservação prolonga a vida útil dos bens culturais, assegurando-lhes a integridade física ao longo do tempo”, possibilitando o “acesso futuro às informações das quais os objetos são portadores”, por meio de “um processo de comunicação, no qual se estabelece uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o bem cultural testemunha de uma dada realidade”.

Os museus são instituições educadoras, tenham ou não um setor encarregado de ações educativas, eles exercem suas funções por meio da sua comunicação com diferentes públicos, entre eles o público escolar. A questão que se coloca é a difícil execução do papel do museu como dispositivo pedagógico, uma vez que muitos profissionais estão despreparados o uso educativo desses espaços. A experiência do corpo docente fica prejudicada e o valor do museu negligenciado pela ausência de uma mediação eficaz entre os saberes discutidos em sala de aula, as propostas das exposições e suas vivências particulares. Diversos problemas são passíveis de análise para explicar essa dificuldade, desde o desconhecimento dos professores acerca do conteúdo das exposições, até a falta de um material pedagógico no museu que esclareça seu conteúdo, porém é tácito que a educação no ambiente museal é uma prática que interessa não só ao espaço escolar, mas também ao próprio museu. Ademais, sem equalizar a educação museal e patrimonial, não devemos ignorar o potencial educativo do patrimônio musealizado. O Guia básico de educação patrimonial (1999), organizado por Maria de Lourdes Horta, apresenta a educação patrimonial como:

(...) um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao

O museu é um espaço privilegiado para construção de narrativas, contudo seu potencial educativo é frequentemente afetado pelo mau uso do seu espaço, neste sentido devemos entender o museu como um espaço de memórias e esquecimentos, selecionados para a construção de determinado discurso, que pode ser endossado ou desconstruído pelo professor/mediador. As exposições, em geral construídas com base em um conjunto de objetos, imagens e textos são capazes de informar e educar, a mediação é uma ferramenta valorosa para a formação neste contexto.

## **2 | PALÁCIO TIRADENTES: EVOCANDO MEMÓRIAS POLÍTICAS**

No estudo proposto pelo presente artigo temos como objeto de análise a mediação realizada na exposição permanente do Palácio Tiradentes, intitulada *Palácio Tiradentes - Lugar de memória do parlamento brasileiro*. A exposição foi inaugurada em 1998, desde então convive com o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e se propõe a retratar por meio de painéis, esculturas, pinturas e da própria arquitetura do prédio a história política brasileira do Império aos dias atuais, privilegiando em sua narrativa os textos constitucionais, além de oferecer informações sobre a região da Praça XV, na qual o edificação está situada, e sobre a sua própria construção e passado.

Conforme o exposto por Oswaldo Munteal Filho (2007) a exposição “sintetiza a trajetória política brasileira, oferecendo aos visitantes uma visão abrangente da importância desse espaço para a consolidação da democracia no Brasil”. A visita se destina a uma série de públicos, recebendo inclusive turistas estrangeiros, contudo o protagonismo do projeto fica a cargo da recepção de grupos escolares, para os quais, no caso das instituições de ensino públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, eram oferecidos, no período do estudo apresentado, lanche e transporte aos alunos e professores. Segundo dados de relatórios internos, a instituição recebeu em 2015, 399 escolas de todo o Estado, totalizando 13.949 visitantes escolares.

Em virtude do convênio estabelecido entre a ALERJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001, as visitas eram mediadas por 20 estudantes de graduação em História e Ciências Sociais, os quais eram beneficiados pela experiência no contato com os alunos e professores das escolas, trabalhando em um espaço que propiciava o aprimoramento da prática profissional. Em 2017, o vínculo entre a Assembléia Legislativa e a UERJ foi rompido, em razão da crise financeira enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2018, as atividades de mediação foram retomadas integralmente, sendo executadas por alunos de graduação em História de diversas instituições de ensino superior.

O visitante que conhece a exposição sem a interferência do mediador pode apreciar sozinho os três corredores principais do Palácio, ler os textos informativos

dos painéis e observar obras de arte, sendo em seguida acompanhado ao terceiro andar, onde tem acesso ao Salão Nobre e ao Plenário da casa. A experiência em si é um deleite ao olhar, a arquitetura do Palácio encanta pelo refinamento e detalhismo, o entalhamento das paredes com folhas de café, a cúpula de vitrais representando o céu do dia da Proclamação da República, o piso de mosaico artesanal, as esculturas e pinturas suntuosas do Salão Nobre, a escadaria de mármore, tudo em si é um convite a sensibilização do público. Contudo a visita pode ser muito mais do que isso. O público escolar, bem como os grupos que solicitam as visitas mediadas, recebe uma abordagem mais enriquecedora sobre o espaço.

A visita mediada oferece a oportunidade da inserção das informações e problematizações trabalhadas ao longo da exposição tanto na história, enquanto disciplina escolar, quanto na introdução de temas políticos, uma vez que além da discussão histórica são trabalhados conceitos como cidadania, democracia e o papel dos três poderes, situando e alfabetizando o aluno politicamente, por meio de uma abordagem que extrapola a metodologia expositiva e se propõe a uma prática compartilhada, onde os mediadores interagem constantemente com os alunos, buscando referenciais tangíveis as suas realidades, graças a uma constante flexibilização de suas ações e roteiros, em benefício de seus interlocutores. Sendo assim, os dados coletados no espaço cultural integram-se ao papel formador da escola, permitindo que o aluno se torne sujeito de sua aprendizagem. O grande diferencial da visita ao Palácio Tiradentes é o caráter vivo do espaço, uma vez que no local não só se desenrolaram fatos cruciais para política brasileira tal qual a conhecemos, bem como ocorrem diariamente reuniões e debates centrais para o desenrolar da política fluminense, ou seja, o movimento de memória e esquecimento está em vigorosa tensão, evocando no imaginário social o tempo passado, presente e futuro.

Entendemos como premissa da parceria entre escola e museu que os professores preparem inicialmente os alunos para uma visita museológica, e que o museu entenda as necessidades de cada grupo escolar em suas especificidades. Não se trata da subordinação de um espaço ao outro, e sim do estabelecimento de um diálogo que viabilize a interação pedagógica das instituições. Eis um dos esteios da mediação na formação de professores – a consolidação da ponte institucional e educacional. O professor que conhece o trabalho em museus, sabe como instrumentalizar a utilização desses espaços, reconhece seu valor educativo e incentiva a escola na realização de atividades fora dos muros institucionais. Já o mediador que atua no museu, tendo licenciaturas, enxerga as potencialidades e anseios escolares, compreende melhor as dificuldades que envolvem a prática docente e, prepara-se em seu labor para uma possível atuação em sala de aula.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação dessas questões aponta à necessidade de construção de uma parceria a ser realizada institucionalmente entre museus e escolas, ou seja, apoiada por todas as instâncias que as compõem, que não dependa apenas de alguns poucos profissionais interessados. Durante as últimas décadas as instituições museais e espaços culturais mudaram suas abordagens de comunicação, passando por um processo de democratização, tendo como premissa a visão do público como ator central do processo, portanto, influente na construção das exposições, uma vez que as mesmas passam a ser pensadas no sentido de cativarem os visitantes.

(...) não basta apenas garantir a democratização do acesso aos museus brasileiros para assegurar o processo de aprendizagem. É preciso formar leitores críticos aptos à função, à compreensão de mensagens, à desconstrução de discursos, à contextualização das fontes, dentre outras habilidades. (COSTA, 2009).

Por conseguinte, a democratização dos museus é viável perante uma mediação adequada e um acesso eficaz aos seus dispositivos. A relação entre educadores no museu e na escola deve ocorrer de maneira dialógica e propositiva, onde cada um seja protagonista em seu papel de construção de uma aprendizagem efetiva. Nesse sentido é essencial que o museu possua propostas educativas claras e que o professor tenha em mente seus objetivos com a visita, garantindo mais que a memorização mecânica de conteúdos, a promoção de situações que possibilitem a formação de uma bagagem cognitiva para os alunos, que mantenha uma interlocução com os temas trabalhados em sala de aula e vivenciados no cotidiano social.

A comunicação, tanto na sala de aula quanto no museu, é um conceito central. Para comunicar são utilizados signos e linguagens, a mediação proporciona a ressignificação do objeto e funciona como uma ponte que viabiliza o encontro dos saberes do aluno e do espaço educacional. Além disso, o professor/mediador é o agente que age em meio às tensões do espaço (identidade e diferença, passado e presente, memória e esquecimento, poder e resistência), o qual possui o poder de problematizar o que está cristalizado em uma exposição discutindo as verdades escolhidas pelo museu e, incentivando o espírito crítico dos alunos quanto ao que vivenciam.

Para realizar seu papel como instituição cultural, o museu deve adequar sua linguagem e métodos educativos ao público, tornando suas mensagens inteligíveis ao público. Mais que sua inegável função social, o museu deve fortalecer seu compromisso com os usos feitos pelo público. Portanto, o acesso a espaços culturais é um passo, mas não um fim no caminho da educação museal, a mediação pode ser uma ferramenta frutífera no uso destes espaços como dispositivos de educação não formal.

### REFERÊNCIAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (org). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC. 2000.

**CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

CHAGAS, Mário. **Museus, educação e movimentos sociais: só a antropofagia nos une**. In: Revista Museu, maio de 2013.

COSTA, Carina Martins. **Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio**. In: Revista Mosaico. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2009.

FILHO, Oswaldo Munteal. **História in Loco**. In: Revista Virtual de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11°. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENRIQUES, Luis Oliveira. **A comunicação na escola e no museu**. In: CADERNOS DE MUSEOLOGIA Nº 5 – 1996. p. 77

HORTA, Maria de Lourdes (org.). **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1999.

MARANDINO, Martha. **Educação em Museus: a mediação em foco**. São Paulo, SP:GEENF/FEUSP, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015. p.57.

## MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA

### **Angélica Szeremeta**

Bacharel em Jornalismo (2011- 2014) e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2015-2017)  
Ponta Grossa – Paraná

### **Alfredo Cesar Antunes**

Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2012). Docente Permanente M/D Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ponta Grossa – Paraná

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre as atividades de lazer que se encontram nos obituários do jornal imigrante ucraniano Pracia. Para tal finalidade, foram coletados 251 obituários, entre os anos de 2001 e 2014, com base nos princípios metodológicos da Pesquisa Documental e Análise de Conteúdo (AC). Este recorte temporal se dá a partir da disponibilidade do material, que encontra-se arquivado na Gráfica Prudentópolis, onde é confeccionado o referido jornal. Além disso, esta pesquisa leva em consideração, somente, os obituários publicados em língua portuguesa, publicados, apenas, após o ano de 2001. É importante ressaltar que, consideramos, neste artigo, o conceito de lazer relacionado ao „tempo livre” dos sujeitos pesquisados. A partir da análise dos dados, foi possível afirmar

que as práticas de lazer, realizadas nessa comunidade específica, recebem influência de princípios religiosos que norteiam não somente as atividades de tempo livre, como demais práticas culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia Impressa; Jornal Pracia; Obituários; Lazer.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the recreation activities found in the obituaries of the Ukrainian immigrant newspaper Pracia. For this purpose, 251 obituaries were collected between 2001 and 2014, based on the methodological principles of Documentary Research and Content Analysis (AC). This temporal cut occurs from the availability of the material, which is archived in the Gráfica Prudentópolis, where the newspaper is made. This research takes into account only obituaries published only after the year 2001, in Portuguese language,. It is important to note that, in this article, we consider the concept of recreation related to the subjects' "free time" researched. From the analysis of the data, it was possible to affirm that the leisure practices carried out in this specific community are influenced by religious principles that guide not only free time activities, but also other cultural practices.

**KEYWORDS:** Media printed; Pracia Journal;

## 1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de um estudo inédito, a partir de materiais empíricos impressos, que segundo buscas prévias, não foi estudado a partir da ótica do lazer. Esta proposta tem como um dos objetivos mapear as atividades de lazer realizadas pelos descendentes de imigrantes que aparecem nas páginas do obituário do Jornal Pracia. Além do caráter inédito, que julgamos possuir significativa contribuição para os estudos do lazer, esta pesquisa pretende contribuir, também, para o campo da cultura e práticas socioculturais de comunidades imigrantes, localizadas no interior do território brasileiro.

Variados são os conceitos de lazer, segundo Pinto (2004) e Menoia (2000). Neste artigo, trabalhamos com autores que abordam este conceito a partir de uma perspectiva cultural, levando em consideração as práticas de lazer atreladas a cultura e o tempo livre de determinado grupo. No âmbito social do conceito, entende-se por lazer como momentos de lazer as experiências lúdicas, atividades de pertencimento, encontros, repetições criativas (PINTO, 2004).

Porém, aponta-se uma reconfiguração das atividades de lazer, modificando o comportamento em relação ao tempo livre, devido, principalmente, a acontecimentos históricos ligados ao comportamento coletivo do trabalho (MENOIA, 2000). “Nesse ponto, uma das funções do lazer se torna evidente: o papel central que as reações emocionais têm nisso, por desempenhar funções de quebra da rotina, gerando uma tensão, excitação agradável” (RUGISKI; PILATTI, 2009, p.5).

Esta afirmação de Rugiski e Pilatti (2009) parte do princípio elaborado por Elias e Dunning (1992), de que a excitação provocada pela atividade de lazer/tempo livre é uma maneira de alcançar “alívio da repressão social”. A partir da realização de algumas atividades que proporcionam este momento dedicado ao lazer, o indivíduo pode alcançar o que os autores chamam de “catarse”, ou seja, o momento pleno em que se consegue liberar a tensão, em um espaço de tempo relativamente breve (ELIAS, DUNNING, 1992). De acordo com os apontamentos de Elias e Dunning (1992), pode-se compreender as atividades de lazer relacionadas ao “tempo livre” a partir das seguintes categorias: 1) Trabalho privado e administração familiar; 2) Repouso; 3) Provimento das necessidades; 4) Sociabilidade; 5) A categoria das atividades miméticas ou jogo.

Considerando os aspectos culturais do lazer, de acordo Menoia (2000, p.6, grifo da autora), “[...] não poderíamos ignorar a cultura adquirida socialmente. Esta se daria não apenas no convívio social, mas **estaria também inserida na memória cultural dos homens através** das manifestações expressadas coletivamente pela sua prática”.

De acordo com a autora, os sujeitos que desenvolvem a mesma prática de

lazer (atividade socialmente realizada) simultaneamente reforçam a ligação cultural, e refletem as memórias sociais destas práticas culturais. “O lazer é denominado coletivo quando praticado socialmente por meios de eventos, onde há a preservação de manifestações **com rituais ou símbolos necessários à sociedade pós-moderna** cercada de subjetividades” (MENOIA, 2000, p.17, grifo da autora).

Portanto, podemos sintetizar os apontamentos acima da seguinte maneira: há diversas formas de se entender o conceito de lazer, dependendo da finalidade e dos elementos de determinada atividade realizada. O fator principal, de acordo com os autores utilizados neste artigo é que o lazer está diretamente ligado ao descanso, ao que é elaborado fora do expediente laboral, como forma de se reestabelecer do cansaço provocado pelo trabalho. Só há atividade de lazer se existe trabalho.

## 2 | APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE LAZER, RELIGIÃO E CULTURA

Autores como Gabriel e Marcelino (2007) apontam que a igreja pode ser vista como fonte de questionamentos do trabalho moderno, como uma válvula de escape para o esgotamento ocasionado pelas práticas laborais. A fé e a religião podem ser vistas como instrumentos para fugir do tempo livre profano, onde a igreja e os dogmas religiosos assumem a função de recriar as formas de lazer executadas por determinada comunidade (GABRIEL; MARCELINO, 2007, p.5).

Complementando esta ideia, Carmo e Salomão (2009) apontam que um elemento chave nas atividades ligadas ao lazer é a sociabilidade entre os sujeitos que realizam esta prática. E, neste caso, em específico, parece que estas atividades estão além da realização de cultos e missas, mas, estendem-se a outras práticas e atividades fora do local físico “igreja”, tais como festas, danças, grupos folclóricos, confecção de artesanatos e demais práticas culturais não ligadas diretamente a religião.

No caso dos imigrantes ucranianos, podemos associar como práticas de lazer ligadas a religião a confecção das “Pêssankas”, por exemplo. “As “Pêssanky” (ou Pêssankas), ovos coloridos presenteados na Páscoa, representam uma das artes mais significativas dos ucranianos (ASSUMPCÃO; GADINI, 2003). Há outras atividades que não estão ligadas diretamente com a questão religiosa, como a confecção de bordados, geralmente, feitos pelas mulheres. De acordo com publicação do jornal “O lavrador”(nº 422, fevereiro de 2010, p.11), as “Toalhas bordadas “Рушничок” tem sido um atributo essencial de festas populares tradicionais.

## 3 | CARACTERÍSTICAS DO OBITUÁRIO NO JORNAL PRACIA

De acordo com Szeremeta (2014), estes textos de obituários, de forma comparativa, são diferentes dos demais jornais da mídia comercial hegemônica. O obituário no *Pracia* não é construído a partir de manuais de redação, regras pré-

definidas e muito menos por jornalistas graduados (SZEREMETA, 2014).

Os moldes desta produção remetem aos primórdios da confecção do obituário nos Estados Unidos do século XIX, onde são produzidos pelos familiares e pessoas próximas ao falecido (SZEREMETA, 2014). Também difere-se dos necrológicos, pois não são pagos para entrarem no jornal, tendo como função primordial registrar a vida do falecido (SZEREMETA, 2014).

Entende-se essa produção como textos de obituários pelo seu caráter noticioso, por não possuir vínculo publicitário na publicação, além de ser a própria denominação do jornal feita para caracterizar os referidos textos (SZEREMETA, 2014).

Na maioria das vezes, os obituários registrados em ucraniano pertencem às famílias que habitam o interior de Prudentópolis e que ainda possuem fluência na língua (SZEREMETA, 2014). É nas colônias de Prudentópolis que se encontra o maior número de pessoas que preservam a tradição de falar a língua materna (SZEREMETA, 2014). Segundo o Pe. Tarcísio, as crianças e os jovens, mesmo os que habitam essas localidades, não possuem o mesmo domínio linguístico que as pessoas mais velhas (SZEREMETA, 2014).

Não há um número mínimo, nem máximo, de caracteres para o texto. A variação dependerá da trajetória do falecido (SZEREMETA, 2014). Informações relacionadas à vida familiar, profissional e religiosa são incorporadas, de acordo com a vontade de quem o escreve (SZEREMETA, 2014).

De acordo com Szeremeta (2014), se um indivíduo possuía uma vida com grandes contribuições à comunidade ucraniana, o obituário tende a destacar essa participação ao longo do texto. Também não existe edição por parte da redação do *Pracia* nos textos dos obituários, e todo conteúdo é responsabilidade de quem o escreve, ou do solicitante, no caso do texto ser escrito nas dependências da gráfica, sendo que a única modificação no obituário se dá, em alguns casos, na correção gramatical, feita pelo redator.

#### **4 | METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS: PESQUISA DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Neste estudo, para a coleta e organização dos dados, utilizamos a pesquisa documental, de acordo com Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e Pimentel (2001). A análise documental é um “processo de garimpagem” (PIMENTEL, 2001). É construído, portanto, a partir de etapas, de seleções e de organização. Dividiremos o roteiro metodológico elaborado para esta pesquisa em três etapas distintas: seleção de material documental, organização do material e análise de material.

Para efetuar a análise dos dados, neste artigo, utilizamos a técnica da análise de conteúdo (AC), correspondente à associação de palavras. De acordo com Bardin (1976), esta modalidade é bastante útil para analisarmos estereótipos de grupos,

peças, comunidades, etc.

Selecionamos, no texto dos obituários, todas as palavras que correspondem às práticas culturais, de acordo com o referencial teórico estudado. Para selecionar estas palavras partimos de quatro categorias de lazer com tempo livre a partir de Pilatti e Rugiski (2009). São elas: Repouso; Sociabilidade e Categorias das Atividades Mimétricas ou Jogo.

A partir das categorias, elaborou-se um quadro para sistematização dos dados coletados, realizada a partir da divisão por sexo, em cada obituário e as atividades de lazer encontradas em cada texto. Vejamos o exemplo:

Nome:	
Sexo	Feminino ( ) Masculino ( )
Atividade de Lazer Repouso	<i>(Descreve quais)</i>
Atividade de Lazer Sociabilidade	<i>(Descreve quais)</i>
Atividade de Lazer Mimétricas ou Jogo.	<i>(Descreve quais)</i>

Quadro 1 – Modelo de quadro para sistematização de dados empíricos

Fonte: a autora.

## 5 | RESULTADOS

A análise foi realizada de acordo com uma sistematização por sexo (feminino e masculino). Ao todo, foram contabilizados 244 obituários, sendo que 110 são de mulheres e 134 restantes, os homens. Destes 110 textos femininos, 22 não contemplam nenhum aspecto referente ao lazer/ tempo livre, de acordo com o referencial teórico desta pesquisa.

Já em relação aos homens, 27 obituários não fazem menção à prática de lazer/ tempo livre. Estes textos, que foram descartados nesta análise, apresentam, em maioria, informações básicas como nome, data de nascimento/falecimento e cidade em que residia o falecido. A partir do objeto empírico, as palavras foram coletadas e organizadas de acordo com as categorias apresentadas anteriormente.

## 6 | RESULTADOS MASCULINOS

No grupo masculino, na categoria “Lazer e Repouso”, que chamaremos de “Categoria 1”, as palavras correspondentes foram divididas em subcategorias como: a) Relacionadas ao consumo da mídia e outros, tais como: Jornal Pracia, Missionar/ Missionário, Bíblia; b) Demais atividades de lazer, como rezar.

Na categoria “Lazer e Sociabilidade”, que chamaremos aqui de “Categoria 2”, as palavras correspondentes foram divididas em subcategorias como: a) Relacionadas à

sociabilidade no ambiente religioso, tais como: Igreja, Missa, Novena, Rezar, Terço, Culto, Apostolado da Oração, Grupo de Oração, Congregação, Festa/Festividade, Atividade/Atividades; b) Relacionadas à sociabilidade em comunidade tais como: Visitar/Visitava, Conversar, Grupo (de Jovens, Folclórico, Musical).

Por fim, na categoria “Lazer Mimétricas ou Jogo”, que chamaremos de “Categoria 3”, foram localizadas as palavras Brincar, Pescar, Canto/Cantar, Televisão/ gostava de assistir e Rádio, correspondentes a pratica de lazer nos obituários analisados dentro do recorte desta pesquisa.

Quantitativamente, os dados referentes a este material de pesquisa pode ser apresentado da seguinte forma:

#### Categoria Lazer e Repouso

	Total de obituários selecionada	Que Apresentam a palavra
Jornal Pracia”		13
Missionar/ Missionário		16/1
Bíblia		3

TABELA 1 - Atividades relacionadas ao consumo da mídia impressa e outros

Fonte: a autora.

Das atividades mais realizadas, a mídia impressa é a mais recorrente é a leitura do periódico “Missionar”, também encontrado no texto a partir da grafia “Missionário”, seguido do jornal Pracia e da Bíblia. Estes veículos de comunicação, no texto, eram acompanhados pelas “assinava”, “assinante”, “lia” e “ler”. O jornal Pracia, além de associado às palavras “leitura” e “assinatura”, também foi encontrado a partir da palavra “recebia”. Também há menções sobre livros, mas sem especificar quais.

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Fonte: a autora Rezar	16

TABELA 2 - Demais atividades de lazer

Fonte: a autora.

Também ligada a religião, destacou-se, nos textos, a prática de “rezar”, como uma atividade recorrente, e com maior frequência entre todas as atividades dessa subcategoria. Rezar é relacionada, no obituário, com a prática do terço e também, demais orações não descritas.

#### Categoria “Lazer e Sociabilidade”

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Igreja	50
Missa	38
Novena	14
Apostolado da Oração	79
Grupo de Oração	1
Festa/Festividade	8
Atividade/Atividades	3

TABELA 3 – Atividades relacionadas à sociabilidade no ambiente religioso

Fonte: a autora

A sociabilidade a partir do caráter religioso em comunidade é a que apresenta, em maior quantidade, atividades relacionadas ao lazer, a partir do caráter cultural-religioso. A Igreja é o lugar mais citado nessa modalidade. As atividades que, na maioria das vezes, acontecem nas suas dependências são as “Missas”, “Novenas”, “Grupos de Oração”, salvo em alguns casos que são realizadas em capelas ou nas próprias casas dos fiéis. O Apostolado de Oração é a entidade citada com maior frequência, no que se trata das atividades do sexo masculino.

Vale ressaltar que o Apostolado da Oração é uma entidade da Igreja Católica (do rito ucraniano ou não) responsável por realizar atividades na igreja que priorizem a fé, os mandamentos e sacramentos, além de organizar obras de caridade como visitas aos enfermos, asilos, ações beneficentes e ações que envolvem a paróquia e a comunidade religiosa.

No que se refere as ações festivas, representadas pelas palavras “Festas/Festividade”, são, em maioria festas da igreja, onde além de participar alguns fiéis também auxiliam na preparação da mesma, desenvolvendo atividades de trabalho voluntário, representadas pelas palavras “Atividades/Atividade”, acompanhadas do verbo ajudar (no infinitivo) ou ajudava (no passado). Ou seja, o momento de lazer acaba se tornando, também, um momento laboral, de certa forma. Estas atividades não são especificadas no texto.

	Total de obituários selecionada que apresentam a palavra
Visitar /Visitava	5 / 1
Conversar	3
Grupo de Jovens	2
Grupo Folclórico	2
Grupo Musical	1

TABELA 4 – Atividades relacionadas à sociabilidade em comunidade

Fonte: a autora.

A atividade de lazer realizada com mais frequência, detectada nesta subcategoria

é a visita realizada na casa de amigos, familiares e conhecidos. Durante a pesquisa, apenas uma vez a palavra “visitava” se referia a visitar pessoas enfermas. Em seguida, temos a categoria “conversar”, a participação em grupos distintos, como o Grupo de Jovens, Grupos Folclóricos e Grupo de Música.

Esta subcategoria aponta algumas práticas realizadas que envolvem o lazer e a comunidade. Demonstrando que as atividades realizadas no tempo livre destes sujeitos, também são executadas de forma coletiva, integrando outros indivíduos da comunidade, além de familiares.

	Total de que apresentam a palavra selecionada
Brincar	2
Pescar	2
Cantos / Cantar	6/ 3
Televisão/ gostava de assistir	1 /3
Rádio	1

TABELA 5 - Categoria Lazer Miméticas ou Jogo

Fonte: a autora.

Esta categoria se diz respeito ao relacionamento dos sujeitos em relação as crianças. Todas as palavras “Brincar”, eram compostas, nas sentenças, da seguinte maneira: “Gostava de brincar com crianças”. Esta prática, de acordo com a análise é feita por pessoas idosas, em momentos de socialização com a família.

A atividade “pescar” foi a única palavra associada diretamente ao lazer, pelo autor do texto de obituário, sendo proferida juntamente as expressões “tempo livre” e “lazer”. Porém, como esta pesquisa considera o lazer como um conceito teórico mais amplo, não nos prendemos apenas ao que o emissor profere diretamente.

Já o que se refere ao canto, estas atividades de lazer são relacionadas a habilidade ou “dom” do falecido para desempenhar tal façanha, e não apenas, uma atividade realizada por “qualquer pessoa”. Aparentemente, está associada ao dom divino, concedido por Deus aos homens, de acordo com a religião cristã professada pelos sujeitos dessa pesquisa. Dessa forma, a música também tem uma influência cristã.

Como apontado por Elias e Dunning (1992), consumir conteúdo da TV também é uma atividade mimética. Nessa lógica, associamos a esta prática o consumo radiofônico. No que se refere a televisão, detectamos a expressão “gostava de assistir”, associada no obituário com a prática de assistir missas e terços pela TV. No que se refere ao rádio e tv, palavras como “Ouvir”, “Acompanhava” estavam associadas a esta prática . As emissoras são ligadas a programas religiosos, tanto na TV, quanto no rádio, para acompanhar orações do terço e missas, transmitidas ao vivo.

## 7 | RESULTADOS FEMININOS

Em relação aos obituários femininos, na categoria “Lazer e Repouso”, (Categoria 1), as palavras correspondentes foram divididas em subcategorias como: a) Relacionadas ao consumo da mídia e outros, tais como: Jornal Pracia, Missionar/ Missionário, Bíblia/outros livros; b) Demais atividades de lazer, como Bordar, Crochê, Confecção de Flores, Tricotar, Costurar, Desenhar, Fazer Pêssankas, Cantar e Rezar.

Na categoria “Lazer e Sociabilidade” (Categoria 2), as palavras correspondentes foram divididas em subcategorias como: a) Relacionadas à sociabilidade no ambiente religioso, tais como: “Igreja”, “Missas/ Culto/ Liturgia/Liturgias”, “Novena”, “Apostolado de Oração”, “Grupo Mariano /Grupo de Senhoras”. b) Relacionadas à sociabilidade em comunidade tais como: “Visitar Famílias /Visitar Doentes”, “Cuidar Doentes/ Ajudar Pessoas”, “Agradar Crianças”, “Viagem/Viajar”, “Festas/Festividades”, “Grupo Folclórico”, “Grupo da Terceira Idade”.

Por fim, na categoria “Lazer Mimétricas ou Jogo” (Categoria 3), foram localizadas as palavras “Brincar”, “Jogar”, “Dançar”, “Televisão/ gostava de assistir” e “Rádio”. correspondente a pratica de lazer nos obituários analisados dentro do recorte desta pesquisa. Como no caso dos obituários do sexo masculino, não dividimos essa categoria em subcategorias.

Quantitativamente, os dados referentes a este material de pesquisa pode ser apresentado da seguinte forma:

### Categoria “Lazer e Repouso”

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Pracia	6
Missionar/ Missionario	6 / 2
Bíblia/ outros livros	1 / 3

TABELA 1 - Atividades relacionadas ao consumo da mídia impressa e outros

Fonte: a autora.

Em relação aos materiais impressos, como o Jornal Pracia, Missionar/ Missionário e a Bíblia, além de outros livros não descritos e nominados no texto, as palavras que acompanhavam estas práticas são “lia”, “ler”, “leitura” e “leituras”, além da palavra “assinante”, referente aos jornais. Comparativamente, pensando nos obituários masculinos, encontramos outras leituras, os “livros”, que não foram detectados nos textos durante a coleta.

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Crochê	1
Confecção de Flores	1
Bordar	2
Tricotar	2
Costurar	2
Desenhar	2
Fazer Pêssankas	3
Cantar	9
Rezar /Rezava	9/17

TABELA 2 - Demais atividades de lazer

Fonte: a autora.

Nesta subcategoria, encontramos grande diferença de atividades, comparadas a tabela masculina. Aqui, encontramos a maioria das atividades ligadas, tradicionalmente, a afazeres e práticas “femininas”, tais como bordar, fazer crochê, confeccionar flores (artificiais), tricotar, costurar e fazer Pêssankas (atividade relacionada a pintura decorativa de ovos, para as festividades pascais).

As semelhanças com os obituários masculinos ficam por conta das atividades relacionadas ao canto e rezas, detectadas pelas palavras “cantar” e “rezar/rezava”. Como pode ser observado na tabela acima, estas são as atividades mais praticadas pelas mulheres retratadas nos obituários. Categoria “Lazer e Sociabilidade”

	Total de obituários que Apresenta m a lavra selecionada
Igreja	35
Missas/ Culto /Liturgia/ Liturgias	28 / 1 / 2 / 3
Novena	13
Apostolado de Oração	74
Grupo Mariano	9
Grupo de Senhoras	1

TABELA 3 - Relacionadas à sociabilidade no ambiente religioso

Fonte: a autora.

Nesta subcategoria, as atividades de lazer realizadas pelas mulheres, neste recorte de pesquisa, são semelhantes às executadas pelos homens, como aquelas que envolvem a Igreja, Missas e derivados, novenas e o Apostolado de Oração. Este último, assim como constatado nas práticas masculinas, é a mais frequente atividade que envolve o tempo livre das mulheres. A diferença se encontra nas atividades executadas em grupos religiosos, como é o caso do Grupo Mariano e Grupo de Senhoras.

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Visitar Famílias/Visitar Doentes	1 / 2
Cuidar Doentes	7
Ajudar Pessoas	1
Agradar crianças	3
Viagem/Viajar	1 / 1
Festas/Festividades/ Reuniões Festivas	9 / 1 / 1
Grupo Folclórico	1
Grupo da Terceira Idade	2

TABELA 4 – Atividades relacionadas à sociabilidade em comunidade

Fonte: a autora.

Comparativamente aos obituários masculinos, esta subcategoria também apresenta disparidade na maioria das atividades realizadas pelas mulheres. Ao contrário dos homens, a sociabilização feminina relatada nos obituários desta pesquisa aponta que as atividades executadas no tempo livre vão além de participar de festas e grupos folclóricos, como dos homens. Mas, apresentam um caráter de “prestação de serviços” para a comunidade, desempenhados no tempo livre.

Como é apresentado na tabela acima, as mulheres visitam e cuidam de doentes, familiares, ajudam pessoas (nos obituários esse “auxílio” prestado não é discriminado) e se relacionam com crianças. Para além das atividades de prestação de serviços, as mulheres apresentam participação em Grupos da Terceira Idade e, também menções a atividades relacionadas a viagens.

	Total de obituários que apresentam a palavra selecionada
Brincar	1
Jogar	1
Dançar	1
Televisão	5
Rádio	2

TABELA 5 - Categoria Lazer Mimétricas ou Jogo

Fonte: a autora.

Apesar de superar, em quantidade e diversidade os obituários masculinos, nesta categoria, os obituários femininos apresentam o menor número de atividades, segundo os dados de amostragem. Aqui, foram detectadas atividades ligadas ao lúdico, como brincar e dançar. A única atividade relacionada ao esporte, entre todos os obituários analisados nesta pesquisa, pontuada na tabela acima pela palavra jogar, se refere ao jogo de futsal, realizado por uma menina adolescente que acabou falecendo devido a uma queda numa partida deste mesmo esporte.

Seguidos pelas atividades relacionadas ao consumo da mídia audiovisual e radiofônica, constaram as palavras “assistir, “assistia” e “acompanhava” no que se refere a televisão e o rádio. Da mesma forma que os homens, as mulheres apresentaram que o consumo midiático está relacionado as práticas religiosas, tanto pela questão da mídia impressa quanto os demais meios de comunicação. Acompanhar o terço, assistir missas e se informar sobre o que acontece na comunidade religiosa são algumas das finalidades dessas atividades de lazer.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, considerando os dados empíricos aliados as considerações teóricas de pesquisa que basearam a coleta e sistematização dos dados, concluímos que é possível a relação das atividades de lazer/ tempo livre com aspectos religiosos. Considerando, que nesta pesquisa, a religião esta intrinsecamente ligada as tradições culturais da comunidade ucraniana.

A partir de uma perspectiva comparativa entre os obituários masculinos e femininos, chegamos a algumas considerações sobre os dados empíricos, a partir das categorias de análise. Correspondente a Categoria 1 (referente ao lazer e o repouso) não houve diferença significativa entre as atividades desempenhadas no que se refere a subcategoria que aborda os meios de comunicação impressos: homens e mulheres realizam leituras de jornais, bíblia e livros.

Porém, na subcategoria correspondente a outras atividades de lazer no tempo de repouso, as mulheres desempenham mais funções que envolvem atividades comumente relacionadas a afazeres femininos como bordar, pintar, fazer crochê, entre outras. A única atividade que os homens realizam de forma semelhante, nessa subcategoria, é a prática da reza.

Já a Categoria 2 (referente a prática de lazer e a sociabilidade), na subcategoria referente ao ambiente religioso, as atividades apresentam semelhança, como frequentar missas, novenas, entro outros ambientes religiosos. A diferença nessa subcategoria é que, alguns grupos, são direcionadas à mulheres (como grupos marianos), apresentando, dessa forma, uma distinção de gênero no ambiente religioso.

Na subcategoria referente a atividades de lazer e a comunidade, a disparidade entre as atividades entre homens e mulheres é maior. Além de realizar as mesmas atividades que os homens (visitar, participar de festas, grupos folclóricos, etc), as mulheres desempenham outras funções, como ajudar e cuidar de doentes, por exemplo. O que nos remete os cuidados maternos, muitas vezes, relacionados como função da mulher.

Na Categoria 3 (relacionada as atividades miméticas ou de jogo), as atividades praticadas são semelhantes, em sua maioria. Tanto homens quanto mulheres assistem TV, se utilizam do rádio, brincam e cantam. A diferença é que nos obituários masculinos, encontrou-se a atividade “pescar”, não presente nas práticas femininas.

E, nesta última, foi detectada a dança como atividade de lazer, o que não consta nos obituários dos homens.

A partir da análise dos dados empíricos aliados ao referencial teórico, apontamos que a religião tem o poder de pautar os aspectos diários de convivência comunitária e atitudes individuais, de homens e mulheres. Exemplos dessa afirmação podem ser encontradas nas atividades apresentadas anteriormente, como ajudar a cuidar dos doentes, visitar familiares, auxiliar nas atividades da igreja, rezar em comunidade, entre outras. Pois, de acordo com a religião cristã, auxiliar os necessitados e a igreja são partes dos mandamentos e sacramentos da igreja católica.

Outro aspecto que vale ser ressaltado, em relação a descrição das atividades de lazer/tempo livre, se dá a partir dos obituários de padres e freiras (ou religiosas). Nestes obituários, não foram detectadas nenhuma atividade que se enquadrasse nas categorias e subcategorias dessa pesquisa.

O aparente motivo é que, nestes textos em específico, a forma que a vida destas pessoas é retratada exclui estas atividades de lazer, dando espaço, apenas para a trajetória cristã/profissional de cada um. Isso não quer dizer que estes indivíduos não possuíram momentos de descanso e lazer durante a vida, entretanto, não foram retratados no recorte biográfico analisado.

Nesse sentido, fazemos uma importante consideração: o objeto de pesquisa possui uma limitação. Não é possível reconstruir e nem contemplar todos os aspectos da vida do sujeito falecido, apenas utilizar de recortes. Como não há um padrão para a escrita dos obituários, cada texto é único, construído a partir de percepções individuais e coletivas a partir da memória do falecido. Portanto, é um desafio de pesquisa a cada obituário analisado.

A mídia (jornal Pracia), que registra e publica esses obituários tem um papel fundamental na difusão e preservação histórica dessas atividades culturais, visto o acervo centenário deste material na Gráfica Prudentópolis, como os jornais que circulam entre a comunidade ucraniana.

Consideramos que esta é uma pesquisa de caráter exploratório, e que não possui como objetivo esgotar todas as maneiras de pontuar as atividades de lazer dos descendentes de imigrantes ucranianos. É um material base que tem como finalidade basear futuras pesquisas que envolvam o lazer e a cultura a partir de outros materiais empíricos, além de entrevistas, pesquisas de campo e etnográficas.

Também é interessante pontuar que, como vimos a partir dos dados, esta temática é passível de desdobramento, como uma abordagem que contemple as questões de gênero envolvidas nas atividades de lazer. É visível a dissonância em determinadas categorias, como apresentamos anteriormente.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Zeneida; GADINI, Sérgio. Luis. **Cultura ucraniana na radiodifusão paranaense: Folclore e expressão midiática da cultura dos grupos étnicos.** INTERCOM – Sociedade Brasileira de

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1976.

BURKO, Valodomer. **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba: Gráfica da OSBM, 1963.

CARMO, Gonçalo Cassins Moreira do. SALOMÃO, Alexandre França. Lazer e religião: algumas aproximações. In: **IX Simpósio Nacional do Processo Civilizador**. Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa\\_debates/art14.pdf](http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_debates/art14.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ELIAS, Norbert.; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa, Difel, 1992.

GABRIEL, Oldrey Patrick Bittencourt; MERCELINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações possíveis entre lazer e religião. In: **Licere**, Belo Horizonte, v.10, n.3, dez./2007. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/download/662/541>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

MENOIA, Telma Regina Marialva. **Lazer: história, conceitos e definições**. 2000, . Monografia (Bacharelado em Recreação e Lazer) – Unicamp, CAMPINAS, 2000. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000325119](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000325119)>. Acesso em: 10 jan. 2016

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº114, 2001.p. 179-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. **Sentidos e significados de tempo de lazer na Atualidade**: estudo com jovens belo-horizontinos. 2004, 199f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85NPTE/2000000075.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RUGISKI, Marcelo; PILATTI, Alberto. Lazer e tempo livre: um olhar sobre a teoria elisiana. In: **IX Simpósio Nacional do Processo Civilizador, Ponta Grossa, Paraná**. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art11.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2016.

SÁ-SILVA, Jacksin Ronie; ALMDEIDA, Cristóvão Domingues; GUINDANI, Joel Felipe.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Santa Cruz do Sul, ano I, n. I, p. 1-15, jul/ 2009. Disponível em:

<[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_documental\\_pistas\\_teoricas\\_e\\_metodologicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf)>. Acesso em: 07 de jan. 2016

SZEREMETA, Angélica. **Imprensa imigrante e jornalismo**: apropriação de elementos jornalísticos na produção do jornal centenário ucraniano Pracia, 2014, 108. (Monografia para obtenção do título de bacharel em Jornalismo) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

TKACHENKO, Svetlana. “**O Lavrador**”, Nº 422.Fevereiro de 2010.Disponível em<[http://www.comunidadeucraniana.com.br/boletinsInformativos/boletimOLavrador/O\\_Lavrador\\_422\\_%283867%29.pdf](http://www.comunidadeucraniana.com.br/boletinsInformativos/boletimOLavrador/O_Lavrador_422_%283867%29.pdf)>. Acesso em: 27 de fev. de 2016.

## “O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”

**Mariana Nunes de Carvalho**

### INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo principal analisar os sentidos que eram atribuídos às palavras cidadania, democracia, liberalismo e república veiculadas no periódico *A Liberdade: Jornal defensor dos direitos do povo*.

Este jornal circulou na corte no ano de 1879 e é uma das fontes por mim levantadas para serem analisadas ao longo do doutorado. A leitura e análise destas fontes permitirá compreender não somente o discurso político circulante na imprensa deste período, mas trazer ao debate historiográfico fontes de pesquisa praticamente inéditas, e este periódico é uma delas. Além do mais, este trabalho possibilitará a descoberta de novos atores políticos atuantes na imprensa da corte de um período crucial para a história do Brasil que é o da crise do segundo reinado.

Parte-se do pressuposto de que a fala contida nestes periódicos discute conceitos como democracia, liberalismo, cidadania e república, aí incluindo o debate sobre a participação política e relações de trabalho. A análise do discurso proferido neste jornal enfatizará as propostas políticas dos redatores

em substituição à monarquia e aprofundará a investigação dos sentidos que conceitos como liberalismo, democracia, república e cidadania ganharam nesse período. Acredita-se que estas expressões tiveram seu sentido ampliado no âmbito das manifestações políticas que marcaram estes anos, uma vez que a sociedade vinha sofrendo mudanças estruturais, oriundas da intensa atividade econômica do período, quando surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, e o país ia em direção a uma modernização capitalista.

Também pretendo observar se o discurso veiculado neste periódico se voltava contra a figura do imperador. Parto do pressuposto de que sim, não apenas contra a figura do imperador, mas também contra o *status quo* imperial. Proponho-me, a partir da leitura e análise deste periódico, a estudar, analisar e recuperar, a linguagem que se falava no Brasil daquele tempo, refutando a ideia de que apenas a linguagem erudita do oitocentos nos chegou através dos impressos. Assim, ditados, expressões populares, até mesmo chulas, que eram elementos da linguagem popular do Brasil do final do século XIX foram conservados nas páginas desses jornais, nos proporcionando a possibilidade de identificar muitas permanências, falares que chegaram até

nossos dias, indo além do linguajar cientificista importado que impregnava o discurso na imprensa naquele período.

Longe de ser inovador, o debate sobre as ideias circulantes na década de 1870 foi detectado pelos próprios contemporâneos, que associaram a sua formação à divulgação das novas escolas europeias de pensamento.

Ângela Alonso afirma que a oratória inflamada era uma das características românticas que o movimento intelectual preservou. O estilo dos seus escritos se inspirou, em parte, no tom jacobino e na retórica clássica dos panfletos políticos do Primeiro Reinado e da Regência.

Todavia, ela afirma que a ruptura crítica não se transforma numa plataforma revolucionária. O movimento intelectual prefere a reforma à revolução, tanto quanto o *status quo*. Os projetos de todos os grupos – que ela divide em 5 e identifica como novos liberais, liberais republicanos, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas gaúchos e federalistas científicos paulistas e apontam a heterogeneidade das origens sociais que integram – preconizam a mudança controlada das instituições, um novo elitismo fora criado a partir da política científica e as mudanças com respeito à modernização social e econômica e da universalização política quebram o critério de propriedade como base da comunidade política. Em compensação, uma *intelligentsia*, nova elite político-intelectual, foi construída para gerir as reformas. O elitismo surgiu, também, a partir do conceito de criação do próprio povo pelo Estado. Ela caracteriza o movimento como antipopular, sugerindo assim uma explicação para a acolhida da política positiva, mais bem aceita que as teses da revolução. O que se pretende em todas as obras é encontrar princípios de organização social que preservem a hierarquia social, a distinção entre elite e povo, após o regime escravista.

Para o doutorado, pretendo investigar os atores e produtores destes discursos. Porém, neste trabalho especificamente, não consegui investigar quem era o redator de tal periódico e sua trajetória. Além do tempo disponível não ser adequado, o Arquivo Nacional encontra-se fechado para pesquisa. Deter-me-ei aqui ao discurso redigido neste jornal contra o imperador e o império e os sentidos de tais palavras.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a construção desta pesquisa, enfatiza-se, como objeto e fonte, o trabalho com periódico (o jornal). Parto do pressuposto da existência de uma dimensão política nas propostas estéticas construídas pelo redator, na medida em que, como produtores de bens simbólicos, eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que tem uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social.<sup>1</sup> Outro fator para a utilização de tal fonte é considerar o jornal como fonte completa e complexa, uma vez que ali convergiam posições e opiniões

<sup>1</sup>BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

diversas e representativas. Também corresponde ao período de formação da grande imprensa nacional.

Neste caso, os bens simbólicos produzidos pelos intelectuais são os editoriais, exposto neste jornal, e responsáveis pela disseminação dos novos ideais políticos. Neste âmbito, os meios de expressão que marcavam disputas ideológicas – no caso do Rio de Janeiro do século XIX marcava disputa entre elites<sup>2</sup> – a imprensa passou a ser muito bem-vinda, pois captava as representações, penetrava no imaginário político e atingia a cultura política da sociedade.

José Murilo de Carvalho ainda afirma que os jornais, junto com outros impressos como livros, panfletos e conferências públicas utilizados pelos radicais e que circulavam na década de 1870 eram os mesmos meios de propaganda utilizados pelos partidos monárquicos<sup>3</sup>. Ele também afirma que foram relegadas a segundo plano na agenda republicana quase todas as propostas de reforma dos radicais que diziam respeito à garantia dos direitos civis, como a independência do judiciário e a eletividade da polícia. Porém, a partir da leitura deste periódico verificamos que já existia na imprensa demanda por estas reivindicações. Um outro aspecto levantado pelo autor e que é corroborado com a leitura da fonte em questão é quando ele afirma que para a República ser democrática precisava ser exercida pela soberania popular, o que é justamente o oposto da monarquia, que era governado por uma família, um chefe não eleito pelo povo, conseqüentemente, antidemocrático. No plano político, república e democracia tornavam-se a mesma coisa, república era vista como o único lugar da democracia. Além da democracia, outro ponto de referencia nos parâmetros republicanos era o federalismo, em que eles consideravam ser a solução para manter a unidade nacional. Juntavam-se, assim, república, democracia e federalismo. Era a tríade da propaganda republicana, deixando de lado questões como a abolição da escravidão e as questões agrárias. Contudo, por outro lado, surgiram novas discussões, fundamentada teoricamente pelo ideal de obras positivistas, evolucionistas e o biologicismo.

Para examinar o discurso político implícito nos jornais, utilizei o conceito de *linguagem*, explicitado por J.G.A. Pocock<sup>4</sup>. Ao lado de Quentin Skinner, Pocock é um importante membro da Escola de Cambridge e ambos contribuíram para a construção de novos paradigmas no campo da História das Ideias e do Pensamento político. Este movimento no campo da História Intelectual no qual os dois se destacam foi intitulado “giro linguístico”. Em linhas gerais e resumidamente, encara os problemas *relativos ao conhecimento e à construção da história* como problemas de *linguagem*. *A História Intelectual, campo historiográfico no qual esta corrente está inserida, se ancora na análise de discursos e ideias políticas e se propõe a analisar os textos*

---

2 CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

3 CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Revista Varia hist.vol.27, no.45.Belo Horizonte: Jan./Jun,2011, não paginado.

4 POCOOCK, .J. G. A . Linguagens do Ideário Político. São Paulo: EDUSP, 2003

*relativos a determinados períodos históricos a partir de seu contexto.* Esta proposta de reconstituição dos contextos linguísticos e do estudo dos textos históricos enquanto “ações linguísticas” possibilitou toda uma nova gama de reflexões quanto à relação entre história e linguagem<sup>5</sup>

Para o autor, a linguagem é entendida como *contexto* e também permite compreender que o modo pelo qual determinado ato de enunciação é realizado está diretamente relacionado aos moldes do discurso institucionalizado. Segundo esse autor, a linguagem é composta de inúmeros artifícios retóricos, de afetos e de um vocabulário político específico que lhe confere uma identidade própria além da produção de um discurso peculiar. Um outro ponto relevante de seu trabalho diz respeito à criação e difusão de linguagens que, segundo o autor, condicionam-se à autoridade das elites intelectuais. Ele salienta que o historiador deve se preocupar em desvelar linguagens latentes nos textos que tem diante de si, tarefa esta que será posta em prática durante a análise do discurso proferido pelos intelectuais de então.

Pocock afirma que um mesmo texto pode conter várias linguagens e elas podem migrar. Diz ainda que faz parte da prática do historiador reconhecer estes diversos idiomas e aprender a lê-los por meio do reconhecimento de como eles se encontravam disponíveis na cultura da época estudada. Ele propõe que o historiador deve se familiarizar com os diversos idiomas do período que estuda. Ou seja, faz parte da profissão do historiador dominar várias linguagens, aprender a ler e reconhecer diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando. Ele também afirma que cada contexto linguístico diz respeito a um contexto político, social ou histórico no qual a própria linguagem se situa e que ela apresenta uma dimensão histórica porque levou tempo para se formar e que caberá ao historiador procurar indícios de que as palavras estavam sendo utilizadas de novas maneiras, como resultados de novas experiências, e que estavam dando origem a novos problemas e possibilidades no discurso da linguagem. Esta afirmativa nos permite aferir o sentido das palavras a serem analisadas nesta publicação.

Um outro referencial teórico é Reinhart Koselleck e a sua *História dos Conceitos*. Segundo SOUZA (2006), a história dos conceitos propõe uma análise das mudanças ocorridas no conteúdo e a utilização dos conceitos para um entendimento mais profundo das transformações históricas de duração mais ampla. Para ele, a história dos conceitos não apenas contribui para a história social, como esta não pode ser praticada sem aquela. Para ele os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, um contexto, a serviço da compreensão histórica. Isso significa que todo contexto

---

5 MARRECA, Pedro Paiva. Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; DA MATA, Sérgio Ricardo (orgs) **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia**: diálogos Brasil-Alema-  
nha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013

está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos / contextos. A palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o conteúdo por ela designado altera-se. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (*einmalig*) articulado ao momento de sua utilização. Koselleck também afirma que a história dos conceitos (Begriffsgeschichte) se explica também pelo esforço em compreender o fenômeno da modernidade em sua historicidade própria. O conceito é, ao mesmo tempo, produto e sujeito histórico e deve ser compreendido simultaneamente como fato e indicador, sendo possível perguntar sobre o campo de experiência histórica aberto por qualquer conceito e quais caminhos levaram a sua constituição e embate com outros discursos e linguagens políticas.

Portanto, democracia, cidadania, liberalismo e república são conceitos que atravessam diversos períodos históricos, mas que possuem sentidos distintos, de acordo com o contexto político que estão inseridos.

A análise do discurso será efetuada pela semântica e teoria do conteúdo das significações. Partirei do pressuposto de que o documento é sempre portador de um discurso e que este não pode ser considerado como algo transparente. Segundo Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso<sup>6</sup> o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo pelo qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para o pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc, que configurarão a base de estudo deste trabalho. Buscarei, portanto, relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos, relacionando-os ao social. Ainda seguindo a metodologia proposta por Vainfas e Cardoso, identificarei as relações de oposição, de associações e identidades às palavras república, cidadania, democracia, abolição, escravidão e federalismo. Farei, também, uma relação de associação aos xingamentos e investigarei suas redes de oposição, associação e identidade, mesmo que tais vocábulos não sejam os mais frequentes, do ponto de vista estatístico, no discurso selecionado.

## O CONTEXTO DA DÉCADA DE 1870 E A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO

A década de 1870 foi marcada por grandes transformações políticas e econômicas. O país sentiu profundamente as consequências econômicas da Guerra do Paraguai, em virtude dos investimentos feitos ao longo desta. Além do mais, os militares saíram fortalecidos a partir deste evento. Em 1871, promulgou-se a Lei do Ventre Livre. Também conhecida como “Lei Rio Branco”, considerava livre todos os

<sup>6</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 2003

filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei. Ela representou um duro golpe ao império e sua estrutura, que se ancorava no sistema escravista. Com isso, a figura do governante entrava em franca decadência, aparecendo propostas de uma nova organização governamental para o país, especialmente a partir da publicação do *Manifesto Republicano de 1870*, na primeira edição do jornal do Partido Republicano intitulado *A República*, que circulou até 1874.

De acordo com Silmara Dencati Santa Rosa<sup>7</sup> vários setores da sociedade estavam descontentes com a política imperial, e buscavam outra forma de representação que atendesse aos seus anseios de maior participação na vida pública. Como exemplos ela cita a contribuição do exército, a ação do partido republicano, a questão dos escravos, já que, após a Abolição, a base social do governo imperial se desfez. Uma base, em sua grande maioria, composta por grandes proprietários rurais que, por sua vez, contavam com o trabalho intenso dos cativos para ostentar a fortuna e prestígio na sociedade. Apesar do trabalho escravo já vir sendo substituído por mão de obra dos imigrantes em algumas regiões, havia ainda muitos escravos nas áreas produtoras. Diante de tantas pressões – o descontentamento do exército, a ação do Partido Republicano atacando diretamente à monarquia, a abolição dos escravos, a pressão de alguns setores da sociedade querendo mais participação na política –, o governo imperial ficava na defensiva e um enorme abismo se criou entre o Império, o Exército e os grandes proprietários que compunham a elite política provincial.<sup>8</sup>

A respeito da historiografia desse período de transição, Viotti propõem algumas mudanças nas versões já consolidadas levando em conta questões como: Abolição, Questão Religiosa, o papel do Exército, a atuação do Partido Republicano e o Poder Moderador. Sobre a Abolição, ela afirma que não foi a causa da República. Considera-a como repercussões de mudanças que ocorreram na estrutura econômica e que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais, afirmando que a Abolição abalou a classe rural, que apoiava o imperador, precipitando assim, a sua queda. Já a respeito da questão religiosa, afirma que identificá-la como fator de desestruturação que levava a queda seria um exagero. Para tal seria necessário que a monarquia fosse inimiga da Igreja e que a mesma encontrasse total apoio na República. Em relação ao Partido Republicano, este não tinha um número grande de adeptos, mas por outro lado, teve papel importante ao lançar a campanha republicana e criar assim uma opinião pública favorável à República, que encontraram boas condições para se estruturar devido às crises da instituição monárquica. Sobre o papel do exército, ela afirma que este foi importante no golpe, decisivo no momento, mas que somente foi possível devido às “contradições profundas que abalavam o regime”. No que tange o

---

7 SANTA ROSA, Silmara Dencati. A Crise Imperial e a Perspectiva Republicana: alguns fatores que determinaram o fim do império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun. 2014.

8 Ibidem, sem página.

poder moderador, para Viotti, poucas vezes o Imperador impôs a sua vontade, sendo que quem controlava a política eram “as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembleias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos ministérios, nos quadros do funcionalismo e das forças armadas”.

Para Renato Lemos<sup>9</sup> não existia nem partido político nem instituição que tivesse uma representação de âmbito nacional e pudesse mediar o diálogo entre os satisfeitos e os descontentes com a atuação política do Império, caindo, assim, no colo do exército a execução de tal papel.

De acordo com Maria Efigênia Resende<sup>10</sup> vários foram os fatores desagregadores que contribuíram para a queda da Monarquia, como as ações do Partido Republicano, a crise econômica imperial e a necessidade de inserção de novos atores políticos. Apesar de a ideologia militar ter sido um elemento catalisador na deposição do Imperador, existiam outros movimentos antimonárquicos da década anterior à implantação do regime republicano, que “envolve segmentos poderosos da sociedade – cafeicultores, ex-proprietários de escravos, abolicionistas, Igreja e militares positivistas, partidários de uma ditadura militar – além dos partidários da República” que auxiliaram na queda do regime.

O debate político surgiu entre os membros da geração de 1870, que queriam modificações no sistema que comandava o país. Questões como a reforma sociopolítica Colonial referente à atuação da monarquia e a escravidão eram assuntos que provocavam grandes debates e que ‘cindiou a elite política imperial’<sup>11</sup>. De acordo com Ângela Alonso, a “ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias”<sup>12</sup>. Esta ala era composta por membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outra parte do partido Conservador, denominada de ‘emperrados’, achava que as reformas poderiam por em risco as instituições políticas e a hierarquia social.

Em meio às divergências de opiniões entre os partidos políticos, em 1870 “os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os emperrados, iniciando uma reforma modernizadora”. É evidente que esta ação ocasionou crise entre os dois partidos e a “parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos

---

9 LEMOS, Renato. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. **Revista Topoi**, volume 13, n 24, jan –jun de 2012, p 60-72. Consultado em 02 de junho de 2013, p. 70.

10 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1, p. 104

11 ALONSO, Ângela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89.

12 Ibidem, p. 90.

marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano”<sup>13</sup>.

## OS ANOS 1878-1879

A década de 1870 foi marcada, no âmbito da atuação política, por uma sequência de gabinetes comandados pelo partido conservador e, conseqüentemente, uma baixa atividade política liberal. O recorte temporal delimitado para a pesquisa tem justamente o objetivo de analisar a atuação e ouvir as vozes, na imprensa, destes homens que acabaram por estar mais distantes do governo neste período. Entre 1870 e 1871 comandou o 25º gabinete o conservador José Antonio Pimenta Bueno, visconde e depois marquês de São Vicente. O 26º gabinete foi comandado por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que durou de 1871 até 1875. Entre 1875 e 1878 foi a vez de Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias ou Caxias-Cotegipe, encabeçar o 27º gabinete ministerial.<sup>14</sup>

De acordo com Alceu Ravanello Ferraro<sup>15</sup> a sequência de gabinetes conservadores foi interrompida em 1878, quando o Imperador, não podendo mais conter as vozes em favor da eleição direta, chama um liberal, escolhido a dedo, para formar um governo com a missão exclusiva de introduzir a eleição direta no país. Chega-se, assim, ao gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878, presidido pelo Visconde João Lins Vieira Casansão de Sinimbu (1878/80), depois seguido pelo gabinete de 28 de março de 1880, presidido pelo também liberal Conselheiro José Antônio Saraiva (1880/1882), de grande prestígio no partido. O Visconde de Sinimbu nasceu em Pernambuco em 20 de novembro de 1810, na fazenda Sinimbu, na região que se transformaria na província de Alagoas. Foi ministro em diversos gabinetes e presidente do Conselho de ministros, de 5 de janeiro de 1878 a 23 de março de 1880. Ainda de acordo com Ferraro<sup>16</sup>, sua escolha desagradou a alguns liberais que viam no gesto apenas uma opção pessoal do Imperador e não um verdadeiro repasse de poder ao partido opositor. Por ocasião da reforma eleitoral, sua decisão de apresentar projeto excluindo o voto dos analfabetos causou divisão no partido, acarretando na ida de vários liberais para a oposição. Com isso, seu gabinete ficou enfraquecido e acabou demitido para que outro liberal - Saraiva - presidisse o ministério.

Os debates sobre o projeto de reforma eleitoral do Ministério Sinimbu foram precedidos por intensas discussões provocadas pelo próprio teor da fala do trono na sessão de abertura da 17ª Legislatura, no Paço do Senado, em 15 de dezembro de 1878. Nessa sessão, o Imperador dirigira-se à Assembléia Geral em termos que

---

13 Ibidem, p 90.

14 FERRAZ, Sérgio Eduardo. O Império Revisitado. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese de doutorado Ciência Política, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Intel/Downloads/2012\_SergioEduardoFerraz.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

15 FERRARO, Alceu Ravanello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 26, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-46982010000300011>. Acesso em: 01 ago. 2016

16 Ibidem, sem paginação.

suscitaram a ira de um grupo de liberais, que passaram a constituir a oposição liberal ao próprio governo liberal.

## A LIBERDADE

O periódico “A Liberdade. Jornal defensor dos direitos do povo” circulou no Rio de Janeiro no ano de 1879. Encontra-se hoje na seção de Obras Raras na Biblioteca Nacional. Existem apenas 3 edições disponíveis: a primeira, a segunda e a terceira, datadas respectivamente de 01, 04 e 08 de outubro de 1879.

Impresso pela Tipografia Cosmopolita, o escritório da redação localizava-se na Rua da Alfandega n. 343 sobrado. O jornal era distribuído duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados. Impresso com 4 páginas, seu formato era 48 x 32 cm, dividido em 3 colunas. Era vendido por dois preços distintos: um valor para a Corte e outro para as províncias, o que nos leva a crer que sua distribuição não se restringia apenas à cidade do Rio de Janeiro. Disponibilizava duas modalidades de assinatura: a anual, que custava 5\$000 na corte e 6\$000 nas demais províncias, enquanto a semestral custava 3\$000 na corte e 4\$000 nas demais províncias.

Este periódico possui 2 colunas que aparecem nas três edições: “A Liberdade” e “Gazetilha”. A coluna “A Pedido” aparece na primeira e segunda edições e não está presente na terceira, enquanto a coluna “Memoranda” aparece na segunda e na terceira edições.

Na primeira edição, logo no editorial inicial intitulado “A Liberdade”, que apresenta o jornal e diz ao que ele veio, menciona que este jornal já havia existido no ano de 1875, mais precisamente em 23 de outubro, mas sua duração foi efêmera. Além do mais, já neste parágrafo inicial se coloca como defensor dos direitos do povo e afirma que foi o primeiro órgão da imprensa que denunciou o monopólio da carne seca.

*A Liberdade apareceu a 23 de Outubro de 1875, e posto que tinha durado apenas o tempo dos meteoros e isto por circunstancias estranhas à vontade de seu Redactor não lhe accusa a consciência de ter jamais faltado aos deveres sacrossantos que se, impoz no programa que adoptou, não só para com seus collegas da Imprensa, como em referencia ao Povo, de cujos direitos se declarou mantenedor arcando por vezes contra a tyrannia dos Cezares e de seus instrumentos, contra o poder da theocracia, e sendo o órgão da Imprensa que primeiro elevou a voz contra o monopólio da carne secca...<sup>17</sup>*

Logo neste parágrafo inicial e também com base no próprio nome do periódico podemos verificar um discurso de orientação liberal. Ao se propor a denunciar o monopólio comercial podemos concluir que quem escrevia era favorável à liberdade de comércio, o que fica explícito mais adianta, na mesma coluna “A Liberdade”, com o subtítulo “Liberdade de Commercio”.

Nesta subcoluna o redator prossegue a sua denuncia contra o monopólio do comércio da carne e defende o liberalismo com o argumento de que o monopólio

---

17 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.1 out 1879.

comercial prejudica a distribuição do alimento. De acordo com o artigo, os donos de açougue são também vendedores de gado e estes deveriam receber pesadas multas ou penas mais rígidas, pois provocam a “carestia” do alimento.

Continua o monopólio comercial, não há falta de gado para que haja tanta carestia desse necessário alimento, se o governo acabasse com os marchantes de gado que são açougueiros, ou que proibisse expressamente sob muitas rigorosas e outras penas, aos donos de açougue que direta ou indirectamente são marchantes de gado, igual proibição aos commissarios que se associão occultamente aos marchantes, não estaria o pobre prohibido de comprar a carne que se vende por um preço que só pode dela saborear os ricos do Paiz.<sup>18</sup>

Podemos aferir, na afirmativa apresentada acima, uma contradição dos redatores, pois em um primeiro momento defendem a liberdade de comércio, mas pedem a ação do Estado por meio de punições para aqueles que praticassem o monopólio comercial.

Além do próprio título do periódico e desta subcoluna mencionada acima, o periódico faz inúmeras referências à liberdade individual. A palavra liberalismo não aparece em nenhuma das três edições, porém a palavra “liberdade” é contabilizada 20 vezes (não foram computadas as que fazem referência à publicação). Já a palavra “livre” é mencionada 23 vezes nas três edições publicadas. Na primeira edição, na coluna “Res Non Vera” uma das vezes que a palavra “livre” aparece é acompanhando a palavra voto. Nesta coluna, que é o segundo editorial deste jornal, o redator reconhece que o país passou por avanços políticos significativos. Ele usa termos do linguajar cientificista, como “evolução” e “metamorphose” faz referência à troca ministerial, à falta de comprometimento dos dirigentes com o povo e com os próprios programas e faz críticas às eleições.

Depois do paiz ter passado por tantas evoluções politicas, se assim se pôde chamar a essas continuas e rápidas ascenções e quedas dos dous partidos, que se pavoneão com o titulo de constitucionaes; depois de tão amargas decepções para o Povo, cruel e ignobilmente sophismado, mistificado e traído por seus mandatários, que no poder não tratão senão de si e dos seus, porque sabem que o Povo pouco instruído em vez de reagir e assumir o governo, porque é o único soberano legitimo, se entibia, calla-se e assiste na mais degradante indiferença e atonia ao desmoronamento de um grande império ; depois de tantas lições de experiência dolorosa, que demonstrão à toda a luz que desorganizados como se achão os partidos militantes, sem programma, sem chefes prestimosos, sem apoio consciencioso e sincero da coroa, sem idéas definidas e sustentadas lealmente, não é possivel jamais que qualquer d'elles assumna perante a nação a responsabilidade seria de administrar os negócios públicos fazendo prosperar seu estado. Um partido sobe ao poder, dirigem-o os seus mais prestimosos chefes (esta ao menos é a presumpção) as urnas approvão sua escolha (só Deus sabe porque meios!) distribue-se programmas, promessas etc, passados poucos annos e ás vezes mezes, de uma luta inglória e mesquinha, que tem por fim jamais o interesse do'povo, mas sempre o interesse mesquinho—do poder—cae o ministério salva-vidas, por entre os apodos e maldicções publicas e o pobre continua sem instrucção; som garantias, exausto de impostos, não tendo as vezes nem água para beber, vendo seus filhos morrer à fome e á secca; exausto o thesouro, com esbanjamento e a commandita, desacreditado o commercio, exangue a lavoura, desmoralizadas as instituições, calcada aos pés à constituição, e elevando-se

---

18 Ibidem, p. 18

sorrateiro á sombra das saturnaes do voto livre, e das metamorfoses politicas, cada vez mais sobranceiro e altivo, por meio da usurpação\*de demais poderes, um parasita

que lhe suga a seiva, repartindo-a com mão profuga pelo sotaina negra, que lhe incensa o throno — e pelos fieis servos que adorão n'elle o bezerro de ouro!<sup>19</sup>

Na sequencia do editorial, o redator fará suas críticas ao poder imperial, mais especificamente ao absolutismo e ao poder moderador. Ele não é direto e se vale de metáforas, relacionando a existência de tal regime à ausência de liberdade do povo. Neste trecho, ao tratar da figura do Imperador e do poder que este exerce no sistema político de então, o autor se vale de adjetivos depreciativos como doido e diretor e gênio do mal, palavras que ainda hoje encontramos em nosso vocabulário e que são utilizadas para os mesmos fins.

Este poder que se conhece com o nome de pessoal, progride sempre e visa de perto a completa absorpção dos demais, isto é só absolutismo — que alguém definiu o governo de, muitas intelligencias por um só homem, ainda que seja doido ; e no entanto os ministérios caem arrastado por seus actos, e elle, o director, o gênio mau, o chefe sob cujas ordens e inspirações tudo se faz, continua sempre no mesmo posto, sem responsabilidade !!! Triste condição de um povo livre! Liberdade, virgem linda, augusta vista, quantos ídolos do barro não vivem e são adorados á tua sombra e protegidos pelo teu nome, sem que o ignórantismo de teus verdadeiros crentes, reclame ao menos contra os que profanão o teu divino manto ?!<sup>20</sup>

Dentro da perspectiva de construção e implantação de um país moderno, o redator se valerá da oposição entre velho e novo, antigo e moderno, de modo que para atingir a “moderna democracia” é necessário romper com programas e partidos antigos. Aqui também notamos que o conceito de democracia, nesse contexto do final da década de 1870, está muito próximo do conceito de liberdade.<sup>21</sup> As duas palavras possuem sentidos semelhantes e se aproximam. Soma-se a isso a perspectiva da possibilidade do voto popular, indo ao encontro da proposta do gabinete liberal de eleições diretas. A palavra democracia aparecerá ao longo das três edições apenas 4 vezes, mas nas duas vezes que aparece na primeira edição, está junto do adjetivo “moderna”.

É preciso que se ponha de parte os velhos, programas e rançosos partidos, que não mais podem, que se eleve das ruínas de ambos, um novo partido inspirado pelas idéas da Democracia moderna, passadas pelo cadinho de experiência e que, esquecendo seus velhos ódios mesquinhos e ridiculos, suas infantis desavenças, se reunão em um só corpo- pujante pela força da idéa, valente pelo voto popular, audaz pela consciência de seu direito e que hasteando a bandeira das liberdades publicas, intime a esse Poder hybridó á que se ponha á testa do movimento civilizador ou resigne a posição que indebitamente ocupa em um paiz de homens livres, que desejão a prosperidade de sua Pátria. Nada mais de mistificações e sophismas. Pelo povo, ou tudo ou nada.<sup>22</sup>

---

19 Ibidem, p. 1.

20 Ibidem, p. 1.

21 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2010, vol.2, p. 688.

A segunda edição deste periódico, datada de 4 de outubro de 1879 possui algumas diferenças estruturais com relação à primeira edição. Uma destas diferenças é que as colunas passam a ser assinadas por pseudônimos. Um destes pseudônimos chama-se Proudhon Filho, em clara referência ao filósofo revolucionário francês.

No editorial de abertura “A Liberdade”, cujo subtítulo nesta edição é “A Situação”, a palavra “república” aparecerá pela primeira vez no periódico. Na terceira edição a palavra aparecerá mais uma vez, totalizando duas citações, assim como a palavra “republicanos”. Ao mencioná-la o redator fará menção ao movimento republicano já existente no país e aproximará o conceito de república do conceito de democracia. José Murilo de Carvalho<sup>23</sup> afirma que o Manifesto republicano de 1870 já não fazia distinção entre estas duas palavras e que a república era a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular, entendida como fenômeno exclusivamente político. Sendo, então, democracia e república uma mesma coisa, um país que se autogovernasse e elege-se todos os seus governantes.

O Povo de hoje não é mais o de hontem, cada dia passado é um passo dado em sua illustração., a republica já não;é mais uma utopia, os, caracteres mais timidos e pusilânimes a affaga já como uma risonha esperança, outros a considerão como a única idéa que personifica o governo do povo pelo povo, descrente de outras idéas que já constituirão- lhe uma religião.<sup>24</sup>

Ainda neste editorial faz referência ao partido liberal e sua ascensão ao poder, criticando a atuação do partido usando adjetivos como “mesquinho”, e longe de representar o programa liberal que, segundo o autor do editorial, são “ideias generosas, sublimes, e grandiosas”. Neste mesmo parágrafo assumem que não são revolucionários, mas prosseguem elencando uma série de medidas e propostas que são mais que reformistas, além de apresentarem um repertório de palavras ligadas a movimentos revolucionários, como “proletário”

Mas os pobres, os filhos dos proletários, os miseráveis que nem roupa tem, aos quaes o governo deve vestir e dar livros, o que farão sahindo da escola ?<sup>25</sup>

Na subseção intitulada “Os ingênuos” o redator apresenta consequências da lei do ventre livre para os meninos que eram livres por conta da lei. Na sequência o redator apresenta algumas “vantagens” que se pode conseguir a partir da lei, apresentando propostas de qualificação destes meninos, contribuindo que estes se tornem cidadãos. Assim, este periódico colabora para o debate sobre as relações de trabalho.

Parece mesmo que não se enxerga ou quer enxergar um dos fins que teve em vista a lei da emancipação do ventre, porque não se tratou ainda de dar uma providencia qualquer, que mostre que se os não esqueceu. No entanto que uma das mais interessantes vantagens que o paiz pode auferir da lei, não é a libertação do ventre mas sim o aproveitamento de milhares de creanças, tio estado de receberem uma

22 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.1 out 1879.

23 CARVALHO, José Murilo de. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891**. Revista Varia hist. vol.27, no.45. Belo Horizonte: Jan./Jun,2011, não paginado.

24 **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.2 out 1879.

25 *Ibidem*, p. 1.

educação que pára o futuro os torne cidadãos prestaveis, obreiros do progresso a que aspira o Brazil ... Mas se o governo ainda que com sacrificio tornasse a lei effectiva, e apurado o numero de ingenuos, creusse colônias agrícolas orfanológicas em que esses menores e outros recebessem educação e ao mesmo tempo fossem instruídos para a lavoura, para as artes e ofícios, que de bênçãos não votarião os próprios esclavocratas de hoje, quando d'aqui a alguns annos, encontrassem núcleos moralizados onde podessem contractar o obreiro, o artista, o trabalhador que conhecesse o valor de seu trabalho? <sup>26</sup>

Ainda sobre a escravidão, já na primeira edição o periódico se coloca contrário. A aqui mantem o posicionamento defendendo, inclusive, a educação de meninos negros.

Na sequencia deste artigo tratará da educação pública brasileira, apresentando a baixa qualidade do ensino e comparando com a educação norte-americana. Critica a instrução primária ao afirmar que esta deve ir além das primeiras letras.

Entendemos que não ô esta a instrucção a que se obrigou o Governo pelo art. da Constituição e que como nos Estados Unidos a instrucção primaria deve abranger mais alguma cousa do que primeiras letras, e teremos oceasião dedesinrolver esta idéa em artigos subsequentes. Por era quanto o que pretendemos ó saber em nome do Povo o que se pretende fazer com esses ! ingênuos, que destino se lhes ha de dar já !<sup>27</sup>

Tanto nesta segunda edição como na primeira o jornal falará da falta de água e criticará o monopólio do comércio, mais uma vez afirmando que agem por conta da ineficiência do governo.

A terceira e última edição do jornal começa não com o editorial, mas com a apresentação dos postos de venda do jornal. São eles: Rua da Lampadosa n.º2; Kiosque de S. João, Largo do Rocio; Rua de S. Clemente; Rua de São Luiz Gonzaga n. 37; Rua do Conde d'Eu, n. 122 E; Kiosque da Estrada de Ferro; Rua da Gloria n. 18; Ponte das Barças, Corte, Praia-Grande e S. Domingos; Kiosque do Largo de S. Francisco.

Na sequencia, o editorial "A Liberdade" traz uma homenagem ao Marques de Herval, que faleceu em 04 de outubro de 1879, dia que circulou a segunda edição.

O segundo artigo, intitulado "A verdade é a liberdade" e assinado por V. Hugo e E. Guinet se coloca como instrumento da verdade. Informam também que não estão a serviço de nenhum partido e sim a serviço dos direitos do povo. A palavra revolução aparece nesta edição, contudo falam de revolução por meio da palavra.

Suspirados nestes princípios, tendo fé só no futuro, encetamos a publicação de nosso modesto jornal, que não sendo instrumento de partido algum, declarou-se defensor dos direitos do povo, rasão pela qual não se ataviando com pennas de pavão nem empregando ramalhetes de rhetorica, usa da linguagem chã e vulgar que mais bem possa serc ómprehendida pelo povo a quem ó destinado. Apesar porém de tão modesto programma, como tem por fim censurar os tartufos e desmandos do poder, não obstante não yísâr senão a revolução racciõnal por meio da palavra, tendo por fim tão somente discutir princípios e jamais personalidades, porque não encherga pessoas, mal funcionários públicos responsáveis por seus actos, aos quaes não injuria por certe e nem procura expor ao ridículo, quando

---

26 Ibidem, p. 2.

27 Ibidem, p. 2.

censura, porque não è jornal caricato, não poude A Liberdade escapar á sanha da perseguição e má vontade de aiguns— anima vilis — que desmascara/ fazendo conhecer ao povo as harpias dos cofres públicos, as sanguessugas que sorvem seu precioso sangue, os parasitas que lhe sugão a seiva<sup>28</sup>.

Além deste uso da palavra revolução, faz referencia aos ideais da Revolução Francesa no editorial intitulado “Xingu”.

Nesta terceira edição eles indicam que poderão não continuar a publicação por falta de recursos. Para tal, se valem de metáforas e apelam para identificação do povo, aquele que eles defendem com o programa, para tentar aumentar suas vendas.

A Liberdade só receia uma cousa, ó não se fazer comprehender do povo e desmerecer sua protecção; desde esse momento, callar-se-ha, porque deficiente de recursos, mirrhar-se-ha como a flor perfumosa da estação ao faltar-lhe o orvalho do céu, como tem acontecido a outros. Não espera porem que lhe falte a aura popular, desde que cumprir seu programma, pois não é de presumir que lhe recuse 40 rs. por folha, aquelle a cuja defesa se dedica com sacrificio.<sup>29</sup>

Não foram encontradas outras edições de tal jornal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e análise da fonte em questão, o periódico “A Liberdade”, conclui-se que a fala contida neste periódico discute conceitos como democracia, liberalismo, cidadania e república, aí incluindo o debate sobre a participação política e relações de trabalho. O próprio nome do periódico já nos dá essa indicação. Ao longo das 12 páginas disponíveis para leitura são apresentados pelo redator elementos em defesa dos direitos do povo (voto direto, liberdade de comércio, direito à alimentação e água, críticas ao absolutismo, ao imperador, à escravidão e propostas para educação, incluindo aí a formação de meninos negros).

Tal discussão era reverberada em um linguajar erudito, cientificista, com o uso de palavras em latim e se valendo de referências estrangeiras e ao classicismo. Existia uma crítica explícita ao imperador e ao absolutismo. Não encontrei o uso de ditados populares para se referir a o monarca, contudo os adjetivos referentes a ele eram pertencentes ao linguajar popular.

Não se coloca como um periódico revolucionário, mas suas proposições e seu discurso primam pelos direitos populares, distribuição de renda, bem-estar social, participação popular, eleições diretas, a luta contra a escravidão e uma preocupação com o futuro dos negros beneficiados pela lei do ventre livre, chamados pelo jornal de cidadãos.

## REFERÊNCIAS

**A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vols.1, 2 e 3 out 1879.

<sup>28</sup> **A Liberdade**, Rio de Janeiro ano 1, vol.3 out 1879

<sup>29</sup> *Ibidem*, página 1.

ALONSO, Ângela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 89.

\_\_\_\_\_. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Discurso e contestação. O movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2010, vol.2, p. 688.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891**. Revista Varia hist.vol.27, no.45.Belo Horizonte: Jan./Jun,2011.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Ordem**. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. **O Império Revisitado. Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)**. Tese de doutorado Ciência Política, USP, São Paulo, 2012.

FERRARO, Alceu Ravello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 26, n. 3, dez. 2010. KOSELLECK, Reinhart. Por uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos, **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LE MOS, Renato. A justiça militar e a implantação da ordem republicana no Brasil. **Revista Topoi**, volume 13, n 24, jan –jun de 2012, p 60-72. Consultado em 02 de junho de 2013, p. 70. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi24/TOPOI24\\_2012\\_A04.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi24/TOPOI24_2012_A04.pdf)>.

MARRECA, Pedro Paiva. Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; DA MATA, Sérgio Ricardo (orgs) **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia**: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTA ROSA, Silmara Dencati. A Crise Imperial e a Perspectiva Republicana: alguns fatores que determinaram o fim do império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun. 2014.

SOUZA, Bruno Silva. **Aedos**, Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

RESENDE. Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira Republica e o liberalismo oligárquico. In: **O Brasil Republicano. O tempo de liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Volume 1, p. 104

VIOTTI da COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**/Emília Viottida Costa. –6. Ed. –São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

## O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO

### Bianca Racca Musy

Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista de Iniciação Científica (CNPq). A produção do presente artigo contou com a orientação do Prof. Dr. Renato Franco, professor na Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Email: Biancarmusy@gmail.com

**RESUMO:** O artigo pretende analisar quais foram os principais argumentos retóricos utilizados no *Diretório dos Índios*, a fim de compreender como o receituário modernizador foi “testado” na região do Grão-Pará e Maranhão dando origem a práticas que pretendiam minorar a pobreza, extinguindo vagabundos, vadios e ociosos. O *Diretório dos Índios* foi elaborado em 1755 e entrou em vigor em todo o território colonial a partir de 1757; possui 95 artigos que sumariam as diretivas sobre o governo português para a região do Grão-Pará e Maranhão. Frequentemente analisado como um instrumento de aculturação dos indígenas, o *Diretório* partia de uma série de querelas mais amplas e menos contingentes, que acabavam por conectar as distantes regiões do norte da América aos debates sobre as formas mais acertadas de gerar riqueza em pauta nas cortes europeias. Foi a partir de uma proposição de fundo econômico, que o governo pombalino

condenou a falta de “polícia” dos indígenas, inserindo-os em uma concepção mais larga de pobreza, de modo a delinear novas formas de desenvolvimento por meio do trabalho útil. Do ponto de vista legal, as justificativas observadas no *Diretório* e na *Intendência* compartilham um repertório comum de reflexões a respeito do aumento das populações e do trabalho útil como maneiras eficazes de assegurar o crescimento e a segurança do Estado, que se delineou em meados do século XVIII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reformismo Luso-Brasileiro, Trabalho, Polícia, Racionalidade Econômica, História Intelectual

**ABSTRACT:** The article intends to analyze the main rhetorical arguments used in the “Directory of the Indians” in order to understand how the modernizing recipe was “tested” in the region of Grão-Pará and Maranhão giving rise to practices intended to reduce poverty, extinguishing vagabonds, vagrants and idles. The Directory of the Indians was elaborated in 1755 and entered into force in all the colonial territory from 1757; has 95 articles that would summarize the directives on the Portuguese government for the region of Grão-Pará and Maranhão. Frequently analyzed as an instrument of acculturation of the natives, the Directory was based on a series of broader and less contingent quarrels that eventually connected the distant regions of

North America to the debates on the most successful ways of generating wealth on the European courts. It was from an economic proposal that the Pombal's government condemned the lack of "police" of the Indians, inserting them into a broader conception of poverty, in order to outline new forms of development through useful work. From a legal point of view, the justifications observed in the Directory and Intendance share a common repertoire of reflections on population growth and useful work as effective ways of ensuring the growth and security of the state, which was outlined in the middle of the century XVIII.

**KEYWORDS:** Enlightened Reformism, Work, Police, Economic Rationality, Intellectual History

Conjeture-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida com incúria própria. (FERREIRA; 1974)

O *Directorio dos Índios* além de expressar as políticas da monarquia portuguesa para tratar os indígenas durante o século XVIII, traz um conjunto de tópicos que estavam em circulação entre os letrados do período. As reflexões sobre a pobreza e os problemas relacionados às populações consideradas vadias e ociosas, estiveram na base dos desafios colocados para a produção de riquezas e ao desenvolvimento dos Estados Modernos. As referências na literatura a essas populações estavam atreladas a uma ressignificação das tópicos da caridade, pobreza e da marginalidade utilizadas tanto em Portugal, quanto o resto do império. São um repertório de reflexões partilhados em diferentes níveis dependendo do local e se valiam de argumentos comuns atrelados à Razão de Estado, a polícia e a economia, que tinham por pano de fundo aspectos também culturais, comuns a todas as partes do império.

A morte de D. João V e a ascensão ao trono de D. José I fez com que o nome de Sebastião Carvalho de Melo e Castro, futuro marquês de Pombal, fosse considerado para integrar a nova formação de governo. Enfrentou oposição aberta de Frei Gaspar da Encarnação, que havia sido franciscano e reformador dos Cônegos Regrantes, tratava de assuntos particulares do rei, sobretudo da educação dos filhos adulterinos. Além de Alexandre de Gusmão, que havia sido responsável por negociar o Tratado de Madri com a Espanha, em 1750 e secretário particular de D. João V. Melo e Castro foi indicado para o cargo de secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, dando continuidade aos reformismos portugueses.

O reinado de D. José I iniciou sem evidências aparentes de crise, tanto no aspecto político quanto econômico, ainda que a tópica adotada por grande parte dos letrados defendesse a urgência de reformas para retirar Portugal do atraso a que estava condenado fosse comum. A partir da perda de empreendimentos coloniais nas mais diversas partes do mundo, encarecimento de produtos vindos do exterior, a baixa do preço do açúcar por conta da maior oferta, problemas com o tráfico de escravos e as avaliações negativas sobre o Tratado de Methuen acabaram por demonstrar a

fragilidade de Portugal em relação a Inglaterra. Partindo do que o antecessor de Melo e Castro, D. Luís da Cunha, havia proposto anos antes, também se considerava que a interferência da igreja era excessiva, principalmente no que tange às práticas do Santo Ofício como fatores que levavam Portugal ao empobrecimento.

Sebastião Carvalho Melo e Castro fez parte da geração crítica, mas suas primeiras atuações enquanto um dos secretários de Estado se resumiram a fazer cumprir as disposições previstas no Tratado de Madri. A substituição e reordenação das fronteiras do Tratado de Tordesilhas de 1494, foi negociada por Alexandre de Gusmão que havia sido adversário político de Pombal. Apesar de ter expandido significativamente a fronteira para o Oeste, fez com que Portugal concedesse o controle da colônia de Sacramento e de algumas possessões no estuário do Prata<sup>1</sup> a Espanha.

O tratado ainda fez com que as Sete Missões jesuíticas passassem a alçada da coroa portuguesa. Logo, os missionários e os indígenas cristianizados foram evacuados pelo governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul, Gomes Freire de Andrade. Na região Sul, houve resistência dos indígenas que eram apoiados pelos jesuítas na tentativa de dificultar a demarcação das terras e se recusaram a deixar as missões.

É nesse sentido que Pombal vai explicitar os meios pelos quais a população passa a ser um ponto importante para a manutenção das fronteiras. Essa tópica havia sido sistematizada por Giovanni Botero no século XVI, é retomada como forma de garantir soberania e produção de riquezas por diversos letrados, aparece em correspondências administrativas, tratados e cartas. Para Botero, uma população numerosa é pagadora de impostos e enriquece o comércio, a bonança vem de um grande número de pessoas com potencial industrial, que aumentam as trocas e conseqüentemente atraem mais gente, reflexão que só vai ser subvertida no século XIX com as concepções elaboradas por Thomas Malthus.

Jean Bodin, em 1576, também já havia alertado sobre a importância de conhecer a população como forma de garantir soberania régia. Ideais que estarão presentes em Melo e Castro, quando diz que “Como o poder e a riqueza de todos os países consistem principalmente no número e na multiplicação das pessoas que o habita (...) esse número e essa multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil para suas defesas” (MAXWELL, 1996).

A referência às populações como meio de gerar riquezas aparece antes de políticas econômicas bem delineadas e da instituição da polícia. As gentes são responsáveis pelo sucesso da agricultura, do gado, do comércio das próprias colônias ou das conquistas que deveriam ser povoadas independente da etnia “mouro, branco, negro, índio, mulatício, ou mestiço, tudo serve” (SANTOS, 1999) todos os homens, se governados de maneira correta, eram bons e serviam aos interesses do Estado.

---

<sup>1</sup> As terras cedidas por Portugal no estuário do Prata eram um importante entreposto de contrabando de escravos e da prata que vinha do Peru.

Ainda, o empenho reformador de colocar Portugal de volta no cenário europeu pela produção de manufaturas e por meio da agricultura, tinha a economia como assunto central e as gentes como tática incontornável.

Além das roças de maniba, serão obrigados os índios a plantar feijão, milho, arroz, e todos os mais gêneros comestíveis, que com pouco trabalho os agricultores costumam produzir as fertilíssimas terras deste País; com os quais se utilizarão os mesmos índios; se aumentarão as Povoações; e se fará abundante o Estado; animando-se os habitantes que dele a continuar no interessantíssimo Comércio dos Sertões... (Diretório dos Índios; tit 23)

O terremoto seguido do incêndio ocorridos em Lisboa em 1755 havia resultado na destruição quase completa da cidade, foi uma oportunidade de demonstrar a força exercida pelas populações como “motor” principal do império. Apesar disso, começaram-se a realizar experiências a nível local, no intuito de imprimir os moldes das reformas sistematizadas por D. Luís da Cunha, que buscavam imprimir novas dinâmicas econômicas. O incentivo a criação de uma companhia de comércio na região do Grão-Pará e Maranhão<sup>2</sup> pode ser tomado como exemplo, tinha o objetivo de facilitar a introdução de mão de obra africana na região da Amazônia, a incentivar as trocas e a agricultura, fomentar a soberania portuguesa e explorar as “drogas do sertão”.

É nesse contexto que o *Diretório dos Índios* vai ser elaborado e se torna público em 1757. O documento assinado por Mendonça Furtado, irmão de Melo e Castro, expressa a política pombalina para os indígenas e a tentativa de torná-los “gente útil” que tivesse serventia a Portugal, os equiparando a vassallos de pleno direito. É por conta disso que os indígenas foram retirados da tutela dos jesuítas, e tomados como parte da população do reino. Sendo a tutela indígenas competência das ordens jesuíticas, estavam sendo privados da civilidade<sup>3</sup>. Portanto, não tinham ciência de como funcionava um governo e deveriam ser dirigidos por um “governador, Capitão general do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir os índios com acerto” (FURTADO, Mendonça; pp.1).

As *Instruções Secretas* enviadas a Furtado que havia se tornado governador

---

2 As mudanças podem ser entendidas como uma tentativa de valorização dos mercadores e negociantes, a criação da Junta de Comércio também em 1755 conferiu um novo lugar social e uma relevância a esses homens que os colocava como parte de uma elite adquirindo distinções simbólicas por meio da aquisição de mercês.

3 “Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniências Temporais, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Comércio: E sendo evidente, que as paternas providências de Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar, e civilizar estes até agora infelizes, e miseráveis Povos, para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado: Estes duos virtuosos, e importantes fins, que sempre foi a heróica empresa do incomparável zelo dos nossos Católicos, e Fidelíssimos Monarcas” Diretório, tópico 3, página 1

versavam sobre a liberdade da mão de obra indígena e os abusos dos poderes dos regulares na região. Os problema com os religiosos ficava por conta da interferência na justiça local, das querelas com outras ordens, pelo controlavam grandes engenhos e da mão de obra local - indígenas - e o comércio das drogas do sertão. Acaba acusando a todos os regulares, independente da ordem de monopolizar o comércio que deveria estar a serviço do bem comum. As primeiras denúncias sobre as práticas dos jesuítas vieram de Mendonça Furtado, ao acreditar que desprezavam as leis régias e viviam de acordo com seu próprio governo.

A tutela dos indígenas pelas ordens religiosas impossibilitava a implementação de estratégias econômicas. O objetivo principal na região do Grão-Pará era inseri-la nos circuitos internacionais de trocas, o que era impossibilitado pelo controle da mão de obra pelos jesuítas. Mendonça Furtado atribui a Companhia de Jesus a situação de miséria dos índios, ainda faz referência ao grande poder exercido:

Por este princípio certos e evidentes, não é possível (não digo que eu, a quem Deus não foi servido dar todo aquele talento que deve constituir um hábil governador) mas, ainda vindo a esta terra, não só um homem com todos os requisitos que nele devem concorrer, mas uma dúzia deles, como se conserve o poder e os fundos que deveram gerar no público, e se conservam nas Religiões, não sei qual seria o meio que seguiram para poder ressucitar o Estado, porque ainda que pudesse fazer alguma companhia de grossos fundos para fomentar o comércio, em poucos anos se acharia arruinada pelo das Religiões, que lhes saem os gêneros de graça e acham as alfândegas livres, quando os outros haviam de comprar os gêneros por grosso dinheiro, e parar nas alfândegas todos os direitos que justamente devem a S.M por todo o referido, me persuado a que, nem Governador nem Ministro vêm cá fazer coisa alguma nas circunstâncias presentes, porque nenhum destes padres se lhes dá deles para nada, nem lhes têm respeito algum, porque creem, e estão persuadidos, que todos lhe são inferiores, e que todos dependem deles para seu despacho, e que aquele que falou contra eles foi um homem perdido, de que nunca mais ninguém fez caso; assim o imaginam, e assim o faz crer a todos... (MENDONÇA, 2005, tit.1)

A defesa da liberdade dos indígenas e a implementação da mão de obra africana mais intensiva na região a partir do *Diretório*, consistiu em uma mudança na forma tradicional de compreender interesse e utilidade<sup>4</sup> no norte da América Portuguesa. A tentativa de cultivar novos valores a partir do trabalho, da perseguição a preguiça e a ociosidade propostas por Mendonça Furtado, demonstram uma estratégia discursiva que vai ser justificada para legitimar instituições posteriormente:

Serão obrigados os Diretores a remeter todos os anos uma lista das Roças, que se fizerem, declarando nela os gêneros, que se plantam, pelas suas qualidades (...) para que à vista das referidas causas possa o mesmo Governador louvar uns em trabalho, e a aplicação; e castigar em outros a ociosidade, e a negligência. (Diretório dos Índios; tit 26)

---

4 O princípio da utilidade foi definido por Botero como uma qualidade que deveria ser estimulada nos vassallos. Ser útil, portanto, seria uma forma de engrandecer o Estado e de favorecer o bem comum. A inutilidade ou a ociosidade seriam as razões para o empobrecimento e também são tratados como coletivos. A utilidade possui um teor moralizante que enquadra atitudes de maneira a rebaixá-las tanto individual quanto coletivamente que podem contribuir ou retardar o engrandecimento dos impérios. (BOTERO; 1991.)

A partir da utilização de uma política de Razão de Estado cujo objetivo era a conservação e o aumento da república, o projeto assimilacionista é um meio eficaz de gerar utilidade. As leis que colocaram em cena novamente o problema da mão de obra indígena, a secularização das aldeias e a exploração econômica da região Norte, eram uma amostra da primeira sistematização de propostas reformistas, que tinha como foco a população e a boa política. O projeto missionário havia fracassado, no que diz respeito ao esforço de tentar civilizar indígenas e também do ponto de vista econômico. Os descimentos haviam resultado em inúmeras mortes e a perda de habitantes, principalmente pela questão da falta de serventia em razão da “não civilização” dos povos nativos, causava danos ao Império português.

O trabalho e a geração de interesse nessas populações, colocaram no Estado civil o papel de gestor. A mão de obra indígena passava a ser como a de qualquer outro trabalhador no império, os incluía em uma concepção mais alargada de pobreza, no sentido de quem dependia do trabalho para a subsistência. As reflexões sobre a ociosidade dos índios e a necessidade de torná-los operosos, se tornou uma questão fundamental nas decisões administrativas, a medida em que os projetos econômicos se tornaram mais claros. Entendia-se que todos deveriam viver do próprio trabalho, tópica que não passava por questões étnicas ou

O *Diretório* toma os índios como trabalhadores e não mais como objetos exclusivos de caridade. O desafio, portanto, era de gerar interesse por meio da utilidade, ou seja, o trabalho que engrandece o Estado e tem como característica gerar bem comum. O que também indica outra causa do fracasso dos missionários, ao prevalecerem os interesses privados sobre os da maioria, destroem o interesse público e diminuem as gentes no comércio. Além disso, ainda eram aplicados para a utilidade de quem os administrava e:

havam de padecer os habitantes do Estado o prejudicialíssimo dano de não ter quem os servisse, e ajudasse na colheita dos frutos, e na extração das drogas; e os miseráveis índios, faltando por este princípio a interessantíssima obrigação das suas terras, haviam de experimentar o irreparável prejuízo de muitos, e preciosos efeitos que elas produzem (SILVA; 1830, vol.1)

A chave do desenvolvimento econômico se baseia na fonte de riqueza dos Estados, tendo a agricultura como ponto central para conceber comércio e civilização. Botero atenta para a, “agricultura como base do desenvolvimento e chamo agricultura a todo e qualquer trabalho que tem a ver com a terra e dela se serve, seja de que maneira for”<sup>5</sup> (BOTERO, 1991). O comércio é o meio de enriquecer os povos e civilizar as nações, e conseqüentemente fortalece as monarquias. Para que a relação tivesse sucesso, o aumento da população permaneceria como uma tópica.

Em 1755 Pombal tornou o Grão-Pará e Maranhão um laboratório de práticas que seriam efetivadas meses depois com o terremoto de Lisboa. Dada a destruição, houve uma urgência na contratação de mão de obra para reconstruir a cidade, que

5 O papel da agricultura como base para as outras formas de riqueza se alia a tradição mercantilista.

foi pautada no imperativo do trabalho como meio de civilizar os vadios e ociosos. Os indígenas que haviam sido submetidos ao trabalho forçado em obras públicas e em casas de correção, para que se acostumassem ao labor e saíssem da preguiça, serviram de modelo para o que seria transposto a Portugal.

As primeiras casas de trabalho forçado remontam ao modelo de Luís Vives em seu *De Subventionem Pauperum*, escrito no século XVI. Tinha o objetivo de controlar os pobres que vagavam pelas cidades, fundar instituições onde pudessem trabalhar e adquirir seu próprio sustento. Seu caráter era exclusivamente educativo e punitivo, com o intuito de coibir os que tinham a mendicância como profissão e utilizavam a esmola para sobreviver. Vives tinha como base de sua argumentação o valor positivo do trabalho, e a referência a Paulo de ser o labor o sustento primordial<sup>6</sup>.

Em diferentes Estados como Espanha e Inglaterra, as casas de trabalho forçado foram uma realidade. Apesar disso, até 1780 Portugal não havia adotado este tipo de medida de contenção a pobreza, mas se valeu de ter se do trabalho compulsório de pobres em obras públicas e do degredo como meio de punição para os ociosos. A proposta na verdade, tentava garantir os meios pelos quais a população poderia se tornar útil. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão partiu de um processo reformador, que buscava criar companhias monopolistas como alternativa viável para o comércio e a mão de obra local levando em conta suas particularidades. Apostou em um conjunto de tentativas de estabelecimento de monopólio, como forma de colocar o empresariado local de volta nas trocas com o Estado tendo um papel preponderante de intervenção.

O conceito de polícia teve significados distintos durante a Época Moderna, foi a partir da segunda metade do século XVIII, que passaram por uma maior organização de sentido e também de esfera jurisdicional. Até meados da centúria a definição de polícia trazia o significado de condição de ordem, havia sido vulgarizado pelas leis que estavam sendo emitidas desde o século XVI. Polícia existia quando as pessoas se comportavam de maneira ordenada, modesta e respeitável em relação a vida em comunidade e ainda, poderia se referir a lei que tem o objetivo de estabelecer a manutenção das diretrizes pressupostas.

A criação da Intendência Geral de Polícia em 1760, veio no bojo do Terremoto de Lisboa e foi responsável por sistematizar as reformas implementadas por Pombal. Espelhava a ressignificação social de polícia, garantia de maior eficácia no controle da criminalidade e da vadiagem. Mas ainda permanecia como um termo utilizado quando se referia a boa administração da “casa”, que envolviam a economia e instituições de caridade. A Intendência surge enquanto resposta para o problema da pobreza, perpassa também a ótica do trabalho. As medidas de controle visavam o fortalecimento da gente inútil a monarquia, seria de diferentes maneiras um esforço de fazer com que a população pobre, que era cada vez mais vista como preguiçosa se tornasse útil.

---

<sup>6</sup> “Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também.” (Tessalonicenses 3:10)

É a partir da convergência entre interesses individuais e coletivos expressa no *Diretório dos Índios*, que se propõe incorporar os indígenas a população útil. O esforço reformista tinha como objetivo o fortalecimento da jurisdição civil sobre os pobres, por isso era preciso endurecer as políticas contra a ociosidade. Ainda, mescla-se o sentido de polícia enquanto responsável por impor ordem, mas também em relação aos comportamentos regulados, na medida em que expressa um ímpeto civilizatório, de conceder exemplos culturais impondo a língua portuguesa e a partir do incentivo a casamentos entre brancos e indígenas, que podem ser vistas para além do intuito de fazer com que essas populações se tornassem laboriosas, e colaborassem para o bem comum participando de forma “modesta” em sociedade.

## REFERÊNCIAS

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Tradução e notas de Luís Torgal e Rafaella Longobard Ralha. Coimbra: Inic, 1991[1589].

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – o comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

FALCON, Francisco José C. *A época pombalina (Política Económica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª. ed., São Paulo: Ática, 1993.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força – história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina – Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, 3 Tomos.

SANTOS, Eugénio. *O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado* In: TENGARRINHA, José (Coord.) *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec/ Instituto Camões, 1999, p. 147-182.

## ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Rosimeire Gonçalves**

(SEDUCE/PPGH – Mestrado Profissional)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar e apresentar uma discussão teórica do ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA), priorizando as práticas pedagógicas e o processo ensino-aprendizagem. A EJA é uma modalidade de ensino prevista na constituição educacional brasileira, e a disciplina de História busca a construção dos saberes do discente e o professor é o mediador do processo ensino-aprendizagem, que observamos como suporte fundamental na transformação da vida desse indivíduo que busca na escola uma possibilidade de modificar a sua própria realidade. Este recorte é parte de um uma pesquisa maior, do programa de mestrado. Por hora, a metodologia utilizada é de abordagem qualitativa e de cunho documental bibliográfico (revisão de literatura), visando analisar, discutir e compreender as ações educativas nos contextos da EJA. Por fim, apresentamos uma breve consideração em relação à análise e discussão teórica do ensino de História, a prática pedagógica do professor na Educação de Jovens e Adultos, considerando a valência desse estudo para a efetivação do processo ensino - aprendizagem e sua contribuição na transformação da vida

educacional e social do discente

**PALAVRAS-CHAVE:** História. EJA. Práticas pedagógicas.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze and present a theoretical discussion of history teaching in youth and adult education (EJA), prioritizing pedagogical practices and the teaching-learning process. The EJA is a teaching modality foreseen in the Brazilian educational constitution, and the History discipline seeks the construction of the students' knowledge and the teacher is the mediator of the teaching-learning process, which we observe as a fundamental support in the transformation of the life of this seeking individual in school a chance to change their own reality. This clipping is part of a larger, master's program research. For the time being, the methodology used is qualitative and documental bibliographical (literature review), aiming to analyze, discuss and understand the educational actions in the contexts of the EJA. Finally, we present a brief consideration in relation to the analysis and theoretical discussion of the teaching of History, the pedagogical practice of the teacher in the Education of Young and Adults, considering the validity of this study for the effectiveness of the teaching - learning process and its contribution in the transformation of educational and social life of the student.

**KEYWORDS:** Story. EJA. Pedagogical practices.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades previstas em lei do sistema educacional brasileiro. Ao nos referirmos à Educação de Jovens e Adultos (EJA), devemos retomar o período colonial em 1549, onde os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever.

Analisando outros documentos nos deparamos com a Constituição de 1824, com instrução primária para toda a população, inclusive para os adultos. E, foi no período da Primeira República, que tivemos as primeiras reformas educacionais, com intuito do governo de alfabetizar as massas para que estas pudessem atender as necessidades de um país em processo de industrialização (SILVA; MOURA, 2013). No ano de 1960 criam o extinto MOBRAL, e em 1971 surge o ensino supletivo. Então, em meados dos anos 2000, o governo federal firma o compromisso de priorizar este tipo de educação com o Programa Brasil Alfabetizado (SILVA; MOURA, 2013).

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento (CUNHA, 1999).

Por ser histórica, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, adquiriu, ao longo dos tempos, perfis distintos. Até a metade do século XX, ela foi reduzida a práticas de alfabetização. Na atualidade, ela é definida, de acordo com a Lei 9.394/96, “[...] enquanto modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio que usufrui de uma especificidade própria que, como tal, deveria receber um tratamento consequente”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, da educação básica, da rede pública de ensino, que vem assegurar o direito à educação ao indivíduo, que por algum motivo teve o seu direito negado em uma determinada fase da vida (infância e/ou adolescência). É uma oportunidade que ele tem em alfabetizar-se e letrear-se, e resgatar o direito que lhe foi negado.

Nesse contexto da educação modular a questão principal que se impõe é quanto à razão de ser da disciplina, qual o sentido ou qual a finalidade do estudo da História em classes da EJA? Ao estar à frente de uma classe de jovens e adultos com o propósito de ensinar História, é fundamental primeiramente o conhecimento e reconhecimento por parte dos professores sobre as especificidades que constituem essa modalidade, o cotidiano dos alunos, suas condições de vida, isso implica diretamente no processo de ensino - aprendizagem (BITTENCOURT, 2009).

Quando observamos criticamente o ensino de História entendemos que esta disciplina carrega em si um profundo potencial de transformação (PINSKY, 2009) indo além, diríamos que pode proporcionar aos alunos, sobretudo aos adultos da EJA, quando trabalhada de maneira articulada com suas experiências e vivências, um maior senso e olhar crítico a respeito da sociedade em que estão inseridos.

Portanto, a História deve ser compreendida pelos alunos, a princípio isso nos parece uma tarefa simples, porém Monteiro afirma que:

Tornar acessível aos alunos o conhecimento constituído sobre as sociedades e ações humanas do passado, passado recomposto pelos historiadores a partir de documentos constituídos como fontes; possibilitar a leitura de textos e imagens, a escrita de suas apropriações, aprendizagens, a (re)construção de representações, selecionar quais saberes, quais narrativas, quais poderes legitimar ou questionar, são alguns de seus desafios (MONTEIRO, 2007, p. 76-77)

Temos visto que o ensino de História vem passando por transformações ao longo dos anos, essas transformações provocaram reflexões que estão relacionadas aos contextos e sentidos que passou a ter em cada um deles. A era da informação e do conhecimento exige um profissional cada vez mais qualificado, um professor de História produtor de saberes, capaz de assumir o ensino como descoberta, investigação, reflexão e produção e que possa desenvolver nos alunos competências específicas da natureza da História (FONSECA, 2005, apud THEOBALD). Por isso, o professor deve ser capaz de proporcionar aos alunos elementos necessários para que estes consigam situar-se e orientar-se numa sociedade em constante transformação, sentindo-se sujeito participativo do processo histórico.

Conforme estudiosos nos apontam, o discente da EJA construiu sua trajetória além dos muros da escola, com práticas diferenciadas das reguladas pela instituição educacional, os discentes de alguma forma inseridos em um novo contexto de aprendizado necessitarão da mediação do professor para compreender e executar as práticas de ensino que o auxiliará na sua formação educacional.

Os jovens que frequentam a EJA construíram a sua trajetória escolar fora dos padrões definidos pela escola regular. Este número cresce a cada ano, e é pertinente nos questionarmos acerca do que está ocorrendo com a instituição, já que ela não está conseguindo atender plenamente às necessidades de uma boa parcela de jovens que poderia frequentar este espaço (BRUNEL, 2004, p. 37).

Nesse processo de construção do saber que se dará a mediação do professor, fundamental para que o discente se estabeleça em seu novo ambiente, o educacional. E, com isso, por meio do processo ensino - aprendizagem se constituirá em indivíduo crítico e reflexivo, capaz de transformar a sua própria realidade. O discente ao buscar uma sala de aula da EJA, está indo ao encontro de transformar a sua realidade e, por fim, as suas próprias condições marginalizadas na sociedade em que se encontra.

Assim a nossa pesquisa tem como objetivo analisar e discutir o ensino de história na EJA, dando ênfase na prática pedagógica do professor e no processo ensino - aprendizagem, este trabalho é recorte de uma pesquisa maior, a de mestrado, que

está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

Pautada nas revisões de literatura e análises realizadas, espera-se chegar a considerações relevantes que contribuam para uma melhor reflexão no processo de ensino e aprendizagem da (EJA) no que tange ao Ensino de História, bem como, nas práticas docentes dos profissionais que atuam no exercício dessa disciplina.

## 2 | METODOLOGIA

A referida pesquisa está fundamentada no método de pesquisa qualitativa, de cunho documental bibliográfico (revisão de literatura) com intuito de analisar, discutir e compreender as ações educativas nos contextos da EJA. Interpretando e analisando documentos e literaturas que refletem sobre a prática pedagógica do professor de história no processo de aprendizagem dos jovens e adultos.

A esse respeito, LÜDKE & ANDRE (1986, p. 18) percebem: “o estudo qualitativo, como já foi visto, é que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Diante disso, o educando é inserido em novas práticas sociais, mediado pelo professor. Assim sendo, a prática pedagógica docente é de vital importância para que ocorra um processo ensino - aprendizagem eficaz, principalmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim, objetiva-se analisar de que forma a prática docente viabiliza a construção de saberes inseridos no contexto da disciplina de História.

As etapas em que foram estruturadas a nossa pesquisa, esboçam o seguinte: o levantamento da temática; a problemática em relação ao ensino de história na EJA; e, por fim o levantamento documental bibliográfico, para analisar e realizar as discussões teóricas. E, por fim, a escrita do trabalho que hora apresentamos.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões dessa pesquisa são a partir de um estudo documental bibliográfico, por se tratar de um recorte de uma pesquisa maior, a de mestrado, que por hora encontra-se em fase de construção, ainda, não dispomos de dados coletados da pesquisa de campo, mas esperamos em outra oportunidade poder apresentá-los.

A Educação Básica, como direito constitucional, tem seus fundamentos firmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 1996, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, documento este que rege os currículos da escola brasileira. Deve-se considerar, ainda, que a ação docente não é um ato individual, mesmo que, aparentemente, o professor possa ficar isolado na sala de aula

com seus alunos. Sua ação é também coletiva, e talvez aí resida seu maior poder (BITTENCOURT, 2008).

A trajetória da disciplina de História e a formação de professores da área passaram por transformações nos últimos cinquenta anos. No que tange aos currículos, os pacotes externos para a educação consolidaram-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 5.692, de 11/08/1971, que também, segundo Bittencourt (1998), introduziu no currículo escolar a disciplina de Estudos Sociais na primeira fase do Ensino Fundamental, que dava início aos estudos na área de História, nesta fase na Educação Básica.

O professor atualmente, não é mais um mero expectador do positivismo educacional, no qual deve caminhar o processo ensino-aprendizagem. Ele é o agente desse processo, pois tem que se preparar para as mudanças e se adequar a elas. Diante dessa situação o educador não deve apenas ser um simples executor de tarefas, com foco apenas nos conteúdos, mas sim atuar de forma reflexiva. “A noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reproduzidor de ideias e práticas que lhe são exteriores” (ALARCÃO, 2004, p. 41).

Logo o professor se torna o ser humano que trabalha com os desafios de levar o educando a ser um transformador de sua própria vida, através do processo ensino e aprendizagem, tornando-se o sujeito de sua própria prática pedagógica, a qual trará benefícios à construção de uma sociedade mais digna e humana a partir do processo ensino - aprendizagem, perfazendo a sua autonomia e dos demais que estão incluídos nele:

O professor mediador é aquele que está preparado para trazer a reflexão e a compreensão dos diversos gêneros textuais e sua construção, a fim de formar escritores capazes de expressar pela escrita suas intenções, sentimentos, necessidades e tudo o mais, com autonomia (SILVA, 2010, p. 369).

Nesse sentido o professor trabalha com objetivos explícitos e preocupa-se com o desenvolvimento do aluno, “partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de aprender (e também ensinar), a relação aluno/professor torna-se um processo de constante ensino-aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 74).

AEJA, por ser direcionada aos alunos em sua maioria, de camadas financeiramente desfavorecidas da sociedade, e que foram privados de direitos, inclusive, o de frequentar a escola, constitui-se numa prática de escolarização que é, também, uma ação de resgate da autoestima, portanto, o professor da EJA deve se preocupar com a formação do aluno, sendo que ambos têm um papel ativo na sala de aula. Essa relação de confiança é fundamental para evitar novas situações de fracasso escolar de todos que não tiveram o acesso à escolarização na idade correta.

Os alunos da EJA não devem ser considerados como seres marginalizados, mas sim como um produto da sociedade em que vivem, eles são pessoas ativas na sociedade que em detrimento do sustento abdicaram de seus estudos ou não

tiveram tal oportunidade. O que ocorre muitas vezes é que jovens e adultos diante do professor, sentem-se inferiorizados, contudo, o professor deve estar provido de uma consciência crítica, que não pretenda sobrepor a dos alunos, mas identificando-se com os mesmos. Desta forma, os alunos revelarão um aprendizado satisfatório em relação ao que foi proposto pelo professor e o currículo escolar.

Para Dea Fenelon (1987) o professor precisa ser capaz de transmitir, de construir uma História viva, e não morta, que as pessoas possam se reconhecer e identificar, pois a História deve ser também espelhada no cotidiano, porque a partir dela construiremos o hoje e o futuro. A História é dinâmica, “fazer História significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação, aprender a reconhecer seus próprios condicionamentos sociais e sua como agentes sujeitos da História.” (FENELON, 1987, p.31).

Outra questão relevante diz respeito à prática de ensino em sala de aula, pois se notam muitas deficiências nesse quesito, dificultando o processo ensino - aprendizagem de qualidade. Diante desta situação o educador não deve apenas ser um simples executor de tarefas, com foco apenas nos conteúdos, mas sim atuar de forma reflexiva. E, segundo Alarcão (2004, p.41) “A noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reproduzidor de ideias e práticas que lhe são exteriores.”.

Entendemos diante do exposto que seja necessária a transposição da didática do procedimento histórico, sobre essa importante questão, Schimidt (2002) indaga para a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o docente da EJA deve refletir como a sua prática pedagógica pode de fato efetivar o processo ensino-aprendizagem da disciplina de História contribuindo com a formação educacional e o crescimento pessoal dos discentes.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação de Jovens e Adultos busca corrigir questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a marginalização. Nesse sentido, a política da EJA, fruto de reivindicações de grupos e movimentos sociais de educação popular, tem o desafio de resgatar o compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social.

O papel do professor na EJA precisa destacar a curiosidade, indagar a realidade, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos em dados de reflexão, para compreender os processos educativos. A relação professor e aluno é necessária para o processo de conscientização, libertação e conhecimento. E as ações do professor em sala de aula, influencia no desenvolvimento da apropriação de conceitos.

O professor mediador e transformador é aquele que reflete sobre sua atuação em sala de aula, construindo conhecimento a partir da sua prática pedagógica, estando aberto a mudanças e trabalhando com dedicação e comprometimento com seus alunos, para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Construir a qualidade do ensino na EJA é ação que pede participação de todos os envolvidos, para que se sintam coautores desse processo. Pois, essa qualidade é coisa que não pode ser apresentada de um a outro. Pela sua dimensão, envolve considerações aos saberes de cada um, de tal maneira que o diálogo não signifique o encontro de quem pensa igual, ou implantação de uma doutrina. Esse ato exige consideração às realidades de vida dos alunos e envolve a possibilidade de se promover mudanças no modo de ser das escolas, em acordo às sugestões e análises que ocorrerem ao longo desse processo de construção coletiva.

Ante esses levantamentos entendemos que a EJA é uma oportunidade importante, uma condição prévia para que o cidadão possa interagir com aspectos básicos da sociedade e que os alunos retornem às instituições escolares com o desejo de continuar seus estudos e utilizá-los para sua formação crítica e social. A escola se torna uma oportunidade para um futuro melhor, juntamente, a disciplina de História vem corroborar com essa (trans)formação e construção de um indivíduo capaz de mudar a sua realidade educacional e social.

Espera-se, assim, ao final de nossa pesquisa, ainda em andamento, apresentar os resultados obtidos aos professores, comunidade educacional e acadêmica, acerca do ensino de história, prática pedagógica e Educação de Jovens e Adultos, a fim de efetivar o processo ensino - aprendizado que contribua para a formação do educando, tanto no âmbito educacional quanto social.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 5692 de 11.08.71, capítulo IV**. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFV, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

\_\_\_\_\_. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: fev. 2018.

BITTENCOURT, C. Propostas Curriculares de História: Continuidades e transformações In: BARRETO, E. S. (org). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas. Autores Associados. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **O saber Histórico na Sala de Aula**. 7ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo, Cortez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez, 2009.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos.** POA: Mediação, 2004.

CUNHA, C.M. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: **SEEDMEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos.** Brasília, 1999.

ESCOTT, C. M. História Da Educação Profissional No Brasil: Políticas Públicas E O Novo Cenário De Formação De Professores Nos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia. **IX Seminário Nacional de Estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Anais Eletrônicos. 2012. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf). Acesso em: jan. 2018.

FENELON, D. A formação do profissional de história e a realidade de ensino. In: **Cadernos Cedex**, n.8, São Paulo: Cortez/CEDES, 1987.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO. A. M. O ensino de História: lugar de fronteira. In: NETO, J. M. A. (org.) **História: Guerra e Paz – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina: ANPUH/Mídia, 2007.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: \_\_\_\_\_; GHEDIN, E. (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-47.

PINSKY, J.; PINSKY, C. Por uma História prazerosa e consequente. In KARNAL, L. (org.) **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas.** 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

THEOBALD, H. **Fundamentos e metodologia do ensino de história.** Curitiba: Editora FAEL, 2010.

SILVA, D.M. Produção textual: quando a linguagem escrita se torna objeto escolar. **Revista Psicopedagogia**, Londrina, 2010.

SILVA, H. T. R.; MOURA, T. M. S. Educação de jovens e adultos – EJA: desafios e práticas pedagógicas. **Revista Eletrônica Univar.** On-line, Vol 3, p. 31 -36, 2013. Disponível em: <[revista.univar.edu.br/index.php/interdisciplinar/article/view/53/41](http://revista.univar.edu.br/index.php/interdisciplinar/article/view/53/41)> Acesso em: mar. 2018.

SCHIMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: \_\_\_\_\_. **O saber Histórico na Sala de Aula.** 7ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002

## O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII) ATUALIZAÇÕES DA PESQUISA

**Debora Santos Martins**

PPGH-UFF/ Scriptorium

Bolsista CAPES

Niterói, RJ

**RESUMO:** Estudo sobre os vitrais da catedral de Chartres que representam os ofícios e suas organizações confraternais no âmbito da cidade. Do ponto de vista espacial, além da própria catedral, tomamos como referência a cidade que a abriga e com quem espacialmente se relaciona. Partiu-se do princípio de que os dados figurativos estruturam-se nos quadros imaginários da cristandade e das grandes narrativas bíblicas. Portanto, não consideramos a relação imagem/texto como um espelho da realidade ou diretamente estruturada num contexto. A ideia central é a de que existe uma cultura visual presente nestas representações, elas mesmas estruturantes deste universo. Neste sentido, multiplicam-se as funções da imagem que presentifica os grandes ideais da cristandade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imagem – Cultura Visual – Vitrais – Chartres – Trabalho.

**ABSTRACT:** Study on the stained glass windows of the cathedral of Chartres that represent the offices and their organizations within the city. From the spatial point of view,

besides the cathedral itself, we take as reference the city that houses it and with whom it is related spatially. It was assumed that figurative data are framed in the imaginary pictures of Christianity and the great biblical narratives. Therefore, we do not consider the image / text relation as a mirror of reality or directly structured in a context. The central idea is that there is a visual culture present in these representations, themselves structuring of this universe. In this sense, the functions of the image that represent the great ideals of Christianity are multiplied.

**KEYWORDS:** Image - Visual Culture - Stained Glass - Chartres – Work.

Esta pesquisa analisa os vitrais da catedral de Chartres, na França, elaborados no século XIII, que representam os ofícios e suas organizações em *Communautés des Arts et métiers* no âmbito da cidade, focalizando as redes de relações desenvolvidas entre eles no exercício de suas atividades, as correlações entre os ofícios e as formas diversas de organização do trabalho num período em que a categoria trabalho sofre uma profunda mudança ideológica (LE GOFF, 2013). Do ponto de vista espacial, além da própria catedral, tomamos como referência a cidade que a abriga e com quem espacialmente se relaciona.

Quando na dissertação de mestrado *Entre*

*o imaginário e o vivido: as representações dos padeiros nos vitrais da catedral de Chartres (França – século XIII)* foram analisadas as representações dos padeiros da cidade em cinco vitrais doados por essa comunidade de ofício à catedral, nelas pode-se observar, ao seriar as imagens de Chartres e as da Catedral de Saint-Étienne de Bourges relativas aos ofícios, a participação da imagem nos fazeres e ritos cotidianos ao representar as diferenças ou variações dos regimes, privilégios e sistemas de trabalho desse ofício (MARTINS, 2017: 154). Para além disso, ao tomarmos o conjunto dos vitrais de Chartres para análise, foi observada também uma ordenação e uma correlação entre os diversos ofícios, e uma possível hierarquização, uma rede dinâmica de relações representada na espacialidade da catedral. O que se pode perceber é que essa simbólica das relações está representada na espacialidade da catedral pela localização e disposição dos vitrais dentro da catedral, na sua iconografia e na quantidade de doações feitas por uma determinada comunidade de ofício, o que nos interessa de perto.

A cidade de Chartres está localizada na importante planície cerealífera de Beauce, no vale do rio Eure, noroeste da França, e sua área total é de 16,85 km<sup>2</sup>. Situa-se a 90 km de Paris, a 80 km de Orléans, a 140 km de Tours, 110 km de Mans e 70 km de Evreux, o que faz dela um verdadeiro entroncamento de rotas importantes, tanto comerciais quanto de peregrinação no Domingo de Ramos e no Pentecostes, e é também marcada pela passagem dos peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, na Galícia. Essa região conserva, ainda nos dias atuais, sua proeminência como centro agrícola e abriga diversas indústrias de cosmético e perfumaria, o que a tornou sede da Câmara de Comércio e da Indústria de Eure-et-Loire.

No século XIII, a cidade, cuja localidade era denominada de *pays Chartrain*, pertencia ao domínio real de Luís IX que compreendia toda a Picardia, a Île-de-France (região de Paris e arrabaldes) e parte do que hoje é a Normandia. Seus ricos domínios abarcavam toda a planície fértil do Beauce, produtora de grãos (onde está localizada a cidade).

No último terço do século XI, na localidade, observa-se o fenômeno urbano e seu embricamento no surgimento e organização dos ofícios. O *Cartulário da Abadia de Saint-Père de Chartres* (L'EPINOIS & MERLOT, 1862) registrou os primeiros trabalhadores de diversos ofícios a partir do último terço do século XI, em condição servil (ACLOQUE, 1917: 23-25), muito embora as notações informem que esses artesãos gozavam do fruto de seu trabalho e tinham o direito de passar o conhecimento do ofício a seus descendentes.

Os padeiros e pasteleiros foram os primeiros ofícios ligados à alimentação a serem registrados nesses documentos (o registro é precoce, antes de 1080), seguido pelos açougueiros, numerosos desde o primeiro terço do século XI, quando a *boucherie* era um comércio de luxo, seguidos pelos cozinheiros, charcuteiros, mercadores de vagens e legumes secos, os saleiros, os taverneiros e os viticultores. Em meados do século XII, os ofícios citadinos são, de forma geral, registrados e fixados.

Como em toda cidade medieval os ofícios estão arruados, constituindo os mesterais em padrão de organização do espaço urbano. Dessa relação da cidade e da catedral com os ofícios urbanos, Chartres ainda abriga no nome de suas ruas.

A catedral Notre-Dame d'Assomption de Chartres é um dos mais belos e completos exemplares da arquitetura gótica, e sua construção data do período de 1194-1260 (data da sua consagração, na presença de Luís IX), e possui o maior e um dos mais antigos conjuntos de vitrais medievais conservados da França, em sua maior parte datados do século XIII, entre os anos de 1205 e 1240.

No conjunto das suas 176 janelas vitrais, 45 delas contém representações dos ofícios medievais do século XIII (o conjunto original era constituído de 50 vitrais). São cenas dos trabalhadores em plena atividade de seu ofício, distribuídas em medalhões localizados na base dos vitrais. São visíveis a grandes distâncias e os vitrais que os abrigam possuem uma organização bastante diversificada quanto à região da construção em que estão localizados, os tipos de representação, devoções e quantidade de doações.

É importante sublinhar que em Chartres a relação dos ofícios urbanos com a catedral é singular: é um dos raros exemplos em que eles estão representados em profusão dentro da própria catedral. Essa singularidade não se deve somente às representações propriamente ditas ou às relações entre os ofícios urbanos e as catedrais góticas, mas a uma relação muito mais sensível: os ofícios urbanos de Chartres constituem o segmento social que mais vitrais doou à catedral.

Analisar essas representações dos ofícios urbanos na catedral de Chartres leva-nos, em primeiro lugar, à questão da monumentalidade e do papel ordenador da catedral na cidade. Assim, faz-se necessário abordar, inicialmente, as questões que se referem ao gótico, não apenas como estilo arquitetônico, mas como um verdadeiro mecanismo para entendermos a latinidade medieval do século XIII. Essa passagem do estilo românico para o gótico nos informa sobre um conjunto de elementos da vivência da sociedade medieval.

O gótico surgiu numa área que pode ser geograficamente delimitada: na França, a região da Picardia, da Normandia e a Île-de-France (região de Paris e arrabaldes) e na Inglaterra (ARAGUAS, 2000: 32). Essa região do noroeste da França apresentou uma preponderância econômica na Europa durante o período com a concentração da nobreza nos ricos campos agricultáveis da planície do Beauce, então domínio real dos reis Capetíngios, e produziu uma intensa e variada documentação e fomento da atividade intelectual, somada à expansão das cidades na região.

Essa mudança inscreve-se no fenômeno urbano do período como um todo, das novas ideologias e na mudança das mentalidades. Ao investigarmos esse processo de mudança, tomando a catedral gótica como uma representação da cidade (dos homens), mas também da Cidade de Deus, e também como um lugar de transcendência entre as duas, consideramos a concepção da própria Catedral como um cosmos ordenado segundo o modelo divino (FRÓES, 2012) e podemos, através dele, nos aproximar da

vivência social, dos seus ritmos, das suas trocas cotidianas.

Uma catedral gótica é o ponto central de um complexo de construções que abrange o palácio do bispo, um ambiente destinado aos clérigos (onde se localiza a Escola de Catedral e o claustro), e o Hôtel de Dieu (Casa de Deus), onde se recebiam os doentes e os peregrinos. Não se entrava na catedral apenas para orar, dentro do edifício também se realizavam as reuniões comunais e as assembleias das corporações de ofícios da cidade (DUBY, 1978: 99-136). Essas funções e usos múltiplos que a catedral adquire nesse período nos informam de sua importância social e a confirmam como fonte para investigarmos as mudanças sociais.

A catedral é assim fórum, palácio da justiça, local de ensino e produção de conhecimento, a casa de Deus, o local onde a *cidade dos homens* e a *cidade de Deus* estão em permanente contato, uma catedral gótica é a própria representação da cidade.

Em sua obra *O tempo das catedrais*, o medievalista Georges Duby associa a construção das catedrais às modificações das cidades no medievo, e aos novos padrões mentais e socioeconômicos perceptíveis, sobretudo, entre os séculos XIII e XV. Nessa obra de referência, Duby articula a teologia da luz, base da estética do gótico às estruturas de representação (*re-presentação*) do cosmos organizado na terra.

A luz é assim elemento estruturante da catedral e penetra em seu interior de forma regradada através de um complexo jogo de cores que tem como principal suporte, os vitrais. A característica que predomina nessa organização do espaço é a sua permeabilidade, todos os espaços se comunicam e podem ser vistos sem obstáculos ao olhar (ARAGUAS, 2000: 25), de forma que o deambulatório e as capelas se fundem, com o diâmetro das colunas reduzido. A luz difundida pelos vitrais não encontra obstáculos e preenche todo o ambiente interno da catedral, provocando um efeito de caleidoscópio no coro e iluminando as gemas e metais preciosos de sua decoração (ARAGUAS, 2000:26).

A noção de que Deus entra na alma pela visão/contemplação, ou seja, toca a alma através dos olhos do corpo, é muito presente, e está na base da ideia de contemplação específica do gótico, e encontra referência nas obras de Dionísio Pseudo-Areopagita e nas traduções e comentários do século XIII de suas obras, elaborados por Tomás de Aquino e nas cartas de Suger de Saint-Denis. Assim, a imagem provoca a transcendência pela sua contemplação, do material para o imaterial. Essa característica de mediação, de *transitus* (BELTING, 2002 & SCHMITT, 2007) é central no que tange a imagem medieval.

É importante reter que o pensamento medieval é materialista (LE GOFF, 2013). Esse materialismo se expressa por uma *corporeidade* (SCHMITT, 2007), onde mesmo a luz possui uma representação material, uma imagem, uma materialidade passível de apreensão pelos sentidos, um corpo.

A proposta do estudo é, portanto, tomar a Catedral de Chartres em sua

materialidade e, focalizando as representações dos ofícios nos vitrais doados pelas corporações da cidade, estabelecer relações identificáveis entre a construção arquitetônica e as ideologias e mentalidades do período e aproximar-se dos mecanismos internos de organização da sociedade, de como ela se pensa, organiza, age e muda, concebendo a sociedade como produto da ação humana e, portanto, as formas segundo as quais o homem continuamente cria e recria a sua realidade. Sua construção “é o resultado inegável da ação humana sobre a realidade física” inseparável de seu contexto. Portanto, as representações contidas em seus vitrais são “uma espécie de resíduo físico das relações sociais” (MENESES, 2014: 4) e, assim como a própria cidade que a abriga, lugar do trabalho, da ação humana sobre o espaço, um artefato.

A catedral é o coração dentro do corpo citadino, o *locus* da Concórdia, ela também uma representação do corpo, mas o de Cristo. A relação da cidade com a catedral é a da Eucaristia, do corpo de Cristo no corpo do homem, da catedral no corpo da cidade. Essa relação tem a marca da transcendência, da comunhão entre o céu e a terra, do encontro da Jerusalém celeste com a cidade dos homens, onde tem lugar a Eucaristia, a comunhão do material e o imaterial que é o ponto máximo dessa relação entre o físico e o espiritual. Além de representar um espaço ordenado do Cosmos segundo dons, hierarquias e lugares, ela mostra também através dos ofícios o aspecto funcional deste espaço de trocas, o corpo unitário da cidade.

## 1 | O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO

Ao longo dos séculos XII e XIII a afirmação dos ofícios e a sua organização, considerando mesmo todas as variações no tempo e no espaço, fez com que as lutas sociais urbanas, se ampliassem. É também nesse momento em que se fixam, de forma geral, os regimes de trabalho associativo e alguns ofícios recebem o registro de seus regulamentos e privilégios (mesmo que alguns não tenham sido registrados, caso dos ofícios menores), como é o caso das comunidades de ofícios de Paris (e tomado como referência para todo o domínio real), feito a pedido de Luís IX, por Étienne Boileau, de 1268. É nesse momento e num cenário amplo e bastante variado que se fundam lutas por representatividade e reconhecimento de seu lugar no corpo citadino e no reino e o trabalho ganha uma feição definitivamente colaborativa, construtora da realidade e não mais de sacrifício, mas de *função*, de ofício.

Para realizar o estudo das relações sociais através das representações dos ofícios nos vitrais do século XIII da catedral de Chartres, foi necessário elaborar um mapeamento dos vitrais, de forma a visualizar e, ao mesmo tempo, considerar a visualidade e as relações na espacialidade (como se distribuem no espaço e interrogar essas correlações). O mapa (localizado no fim do capítulo) e o conjunto de fontes iconográficas utilizadas na pesquisa compõem um acervo próprio da autora,

elaborados em visitas científicas à catedral.

No que concerne às representações dos ofícios em estudo, a investigação tem apontado para as questões relativas as características da imagem medieval, conforme Belting, a *presentificação*, ou seja, tornar presente o ausente, o *transitus*, ou a mediação que a imagem faz entre o expectador e o que se representa e, sobretudo, o que ela *vela e re-vela*.

A construção iconográfica parece operar na chave *vela-revela*, e não somente que ao se *revelar* um sentido, uma inteligibilidade, uma interpretação, *vela-se* uma miríade de outros, mas, antes, essa característica parece constituir *o fazer* dessa imagem, sua agência.

Ao se fazerem representar nos vitrais doados, os trabalhadores buscaram uma promoção do seu ofício, uma elevação de suas atividades dentro de uma sociedade em que o trabalho ainda era visto de forma pejorativa, representando-se ao lado dos seus santos patronos. Através dessas representações em se figuram em plena atividade, trabalhando com as mãos, no ambiente da oficina, estabelecem uma semelhança, uma espécie de aproximação, elaborada a partir do jogo de cores, da disposição da composição e da temática, em que se imbricam nesse tempo-espço da imagem o sagrado e o trabalho.

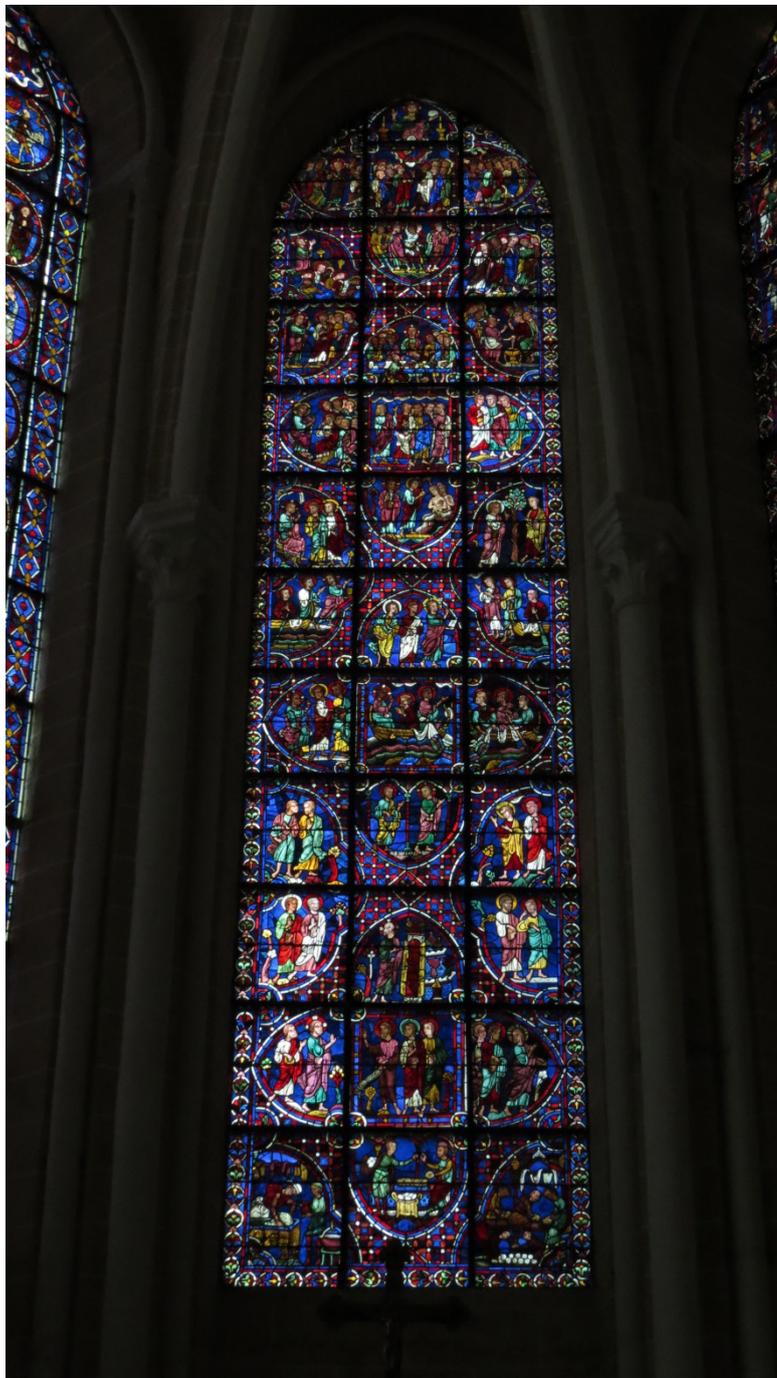


Figura 1. Vitral *Vocação dos Apóstolos* (1210-1225), Catedral de Chartres, França. Observe-se o embricamento entre os padeiros, representados na parte baixa do vitral e os Apóstolos, representados acima, a partir das cores das vestes do padeiro que sova a massa no primeiro medalhão e a veste da figura imediatamente acima dele representada.



Figura 2. Detalhe da representação dos padeiros na parte baixa do vitral *Vocação dos Apóstolos* (1210-1225).



Figura 3. Detalhe do primeiro quadrante do vitral *Vocação dos Apóstolos* (1210-1225): a massa que o mestre padeiro soja tem o rosto de Cristo figurada.

No detalhe do vitral *Vocação dos Apóstolos* (Figuras 1 e 2), pode-se perceber as cores da roupa do mestre padeiro e as cores da veste do personagem acima (do qual pés os pés). A composição iconográfica expressa uma unidade e, ao mesmo tempo em que representa um ofício com detalhes da atividade, estabelece essa relação de semelhança nesse velar/revelar. Essa característica ordena a representação como um todo e engloba as formas de promover e elevar socialmente o trabalho e inscrever as relações entre os ofícios: a massa sovada pelo mestre padeiro (Figuras 2 e 3), tem o rosto de Cristo figurada. O pão, alimento do corpo e do espírito, produto material desse

ofício. Ao analisar mais atentamente, no quadrante central, veremos a representação da venda de pães na qual o pão é comprado por uma moeda de igual tamanho. Além disso, o comprador é representado claramente como um judeu.

Releva dizer que os cambistas e os padeiros foram os ofícios que mais vitrais doaram para a catedral e essas doações estão em locais semelhantes e se correspondem espacialmente (*cf.* mapa no fim do capítulo). Relevam para essa investigação, no que tange ao cotidiano dessas relações sociais, compreender a natureza dessas relações e suas dinâmicas, de forma que possamos fazer uma aproximação maior com o vivido. Isso se liga ao que é o trabalho como identidade social e como essa identidade social se quer representar.

No mapa apresentado no fim do capítulo, constam os vitrais doados em conjunto, ou seja, mais de um grupo ou comunidade de ofício diferente compartilhou (ou dividiu?) a doação do vitral para a catedral. Essas doações nos falam sobre as relações entre ofícios, dinâmicas e relações de produção, cotidiano, vivência na cidade.

Finalmente, é importante reter que essas características são compartilhadas nos 45 outros vitrais distribuídas pela catedral e que é preciso avaliar atentamente as condições de visibilidade dessas representações. Não é possível considerar de forma generalizada que o vitral é *meio* (BELTING, 2002) de uma imagem que não se quer *publicizar* ou *visualizar*, considerando a altura e o tamanho das representações. Mas esse não parece ser o caso desses vitrais: essas imagens tem definição e tamanho de forma que podem ser vistas com clareza. Além disso, muitos desses vitrais são baixos, principalmente, os que possuem muitos detalhes, como é o caso do vitral analisado aqui. Para os vitrais altos a escolha de representação é mais simples e direta, e parece ter levado em conta as condições de visualização para alcançar impacto e visibilidade.

## 2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É crescente o número de estudos em que as imagens medievais são as principais fontes de pesquisa. Isso se deve ao fato de que elas representam e organizam as tendências profundas da cultura, são carregadas de sentido e valores simbólicos.

Para além de considerarmos o período como a civilização das imagens ou argumentarmos sobre a Antropologia cristã que funda o pensamento medieval na imagem (Gênesis 1: 26,27), ou ainda mergulharmos na amplidão do campo semântico do termo *imago*, é importante considerarmos também a necessidade de se dar um tratamento histórico à dimensão do imaginário levando em conta as suas especificidades, considerando a imagem, ou seja, a iconografia (ou a iconologia) como seu objeto privilegiado. Tais escolhas nos permitem alcançar dimensões de análise enriquecedoras e inovadoras no que concerne a historiografia do período.

É importante ressaltar que a pesquisa não exclui as fontes textuais, como cartulários, estatutos de ofícios, textos bíblicos e legendários paroquiais, compilações de ordenanças e editos reais, amplamente exploradas nesta proposta.

O eixo norteador dessa proposta de pesquisa é, portanto, a dimensão do imaginário, que se refere à subjetividade do agente histórico (FRÓES, 2012) e privilegia a investigação de ritos, práticas, símbolos, ideologias e representações. A fim de desenvolvê-la plenamente, torna-se necessário trabalhar com alguns conceitos-chave como os de *imago* (SCHMITT, 2007) e o de *representações* (CHARTIER, 2002). A ideia central é a de que existe uma cultura visual presente nestas representações, elas mesmas estruturantes deste universo e não consideramos a relação imagem/texto como um espelho da realidade ou diretamente estruturada num contexto.

Estamos, portanto, no universo de uma História econômico-cultural e, sobretudo, do simbólico, em que o sagrado se encontra embebido em todas as atividades da sociedade e as ordena e hierarquiza.

Sob essa perspectiva, se analisa como, em determinado contexto histórico, categorias como *tempo*, *espaço* e *trabalho*, especialmente, “seriam apreendidos por padrões visuais disponíveis em determinada sociedade, quer estivessem eles institucionalizados ou não” (FRÓES, 2009: 88). Essas categorias são construídas socialmente e concretizam-se num elaborado sistema de representações, apresentando-se como formas de apreensão da realidade, ordenando o mundo, e organizando os sistemas de valores sociais.

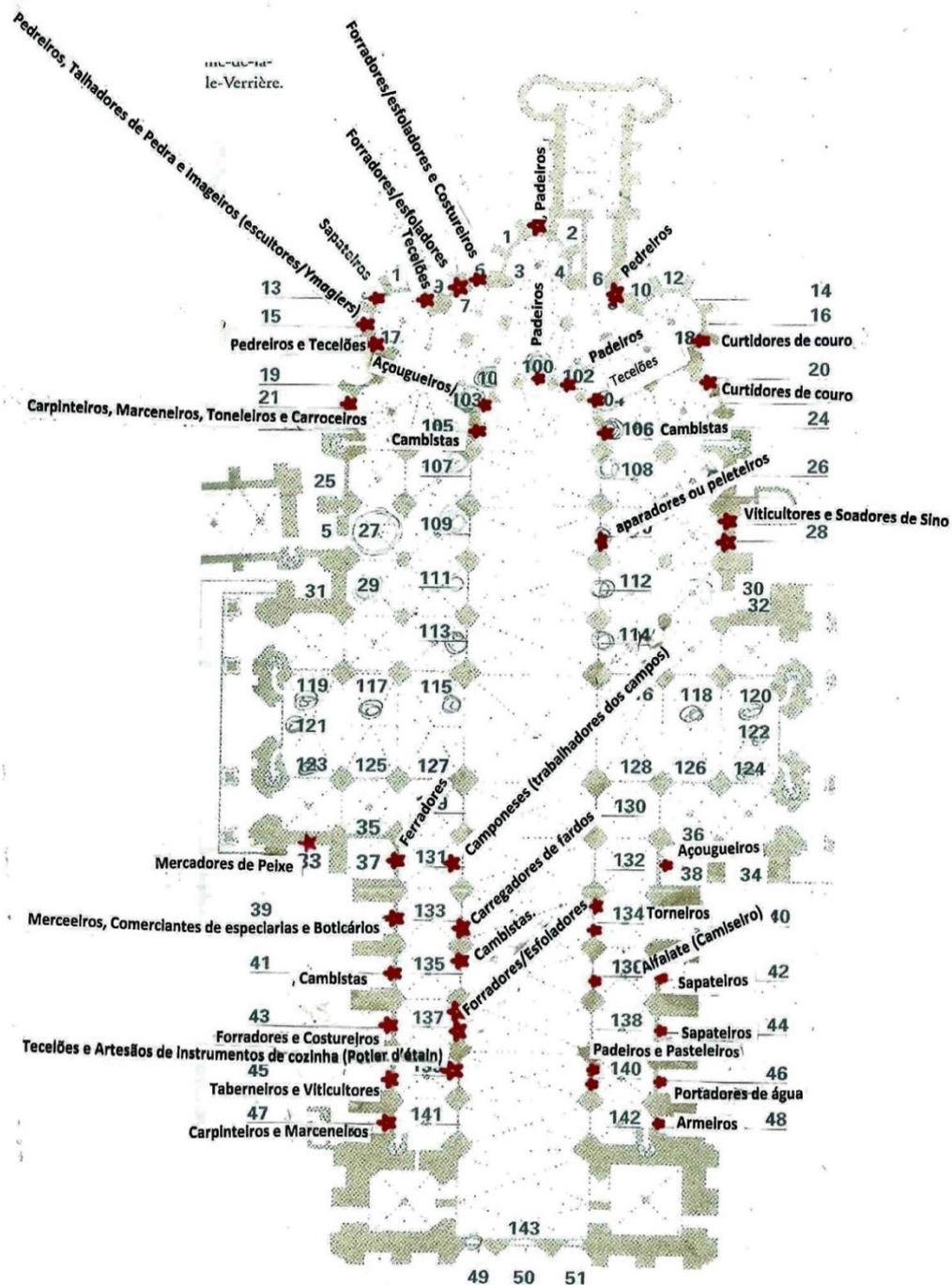
A premissa é considerar a imagem medieval dentro de seu próprio contexto e especificidade, adotando a perspectiva de uma cultura visual organizada no bojo da ética cristã e das grandes narrativas bíblicas. Não se tratando de referenciá-la ou corroborá-la com o texto, mas de extrair de sua análise elementos próprios da iconografia.

Desta forma, a catedral com os seus vitrais e a cidade que a abriga são inseparáveis, irredutíveis. É relevante para este estudo, tanto a dimensão material do objeto, quanto às técnicas e os materiais necessários para sua criação, e também a sua dimensão relacional. Um objeto “tem uma vida social, um ciclo, um terreno relacional: aspectos da organização humana, divisão social do trabalho, fragmentação nas operações de confecção de um artefato” (MENESES, 2014: 4). Mas, sobretudo, a relação que se advinha aqui é aquela em que concentro especial atenção: o objeto como produto do trabalho humano.

A historiografia que trata dos ofícios medievais buscou responder aos levantamentos de dados (necessários, por certo) e enfatizar as relações de domínio exercido pelo clero e a nobreza, focalizando a disputa entre os dois pela hegemonia social.

Assim, finalmente, o que se pretende nessa proposta é investigar as possibilidades de se operar um fazer histórico que nos aproxime mais da vivência dos homens e mulheres, abarcando as tensões e pluralidades sociais inerentes, e que busque atenuar juízos extremos predominantes na historiografia sobre a temática, que oferece a visão de uma sociedade medieval onde não há lugar para as esferas graduais de atuação, os níveis intermediários, as soluções criativas, as margens de

negociação e a mobilidade social no que respeita aos trabalhadores urbanos. Essa abordagem também contribui, mesmo que de forma indireta, para questionar as construções acerca do período medieval como uma época de estagnação intelectual e humana.



Planta dos vitrais da Catedral de Chartres (marcados por estrelas vermelhas, os vitrais dos ofícios)

## **Legenda dos vitrais marcados na planta, doados pelos ofícios da cidade de Chartres para a catedral Notre-Dame d'Assumption de Chartres:**

### **Vitrais baixos, localizados no coro (0 -30):**

- 0 – A vocação dos Apóstolos (1210 – 1225), capela do Sagrado Coração, Padeiros
- 5 – A História de São Tiago Maior (1210 – 1225), Forradores/esfoladores e Costureiros
- 7 – A História de Carlos Magno (1225, aproximadamente), Forradores/esfoladores
- 8 – A História de São Silvestre (1210 -1225), Pedreiros
- 9 – As Histórias de São Teodoro e São Vicente (1215 – 1225), Tecelões
- 13 – A História de Saint-Étienne e a transladação de relíquias (1220 – 1225), Sapateiros (capela)
- 15 – A História de Saint-Cheron (1220 – 1225), Pedreiros, Talhadores de Pedra e Imageiros (escultores/*Ymagiers*)
- 17 – As Histórias de Saint-Savinien e Saint-Potentien; História de uma mártire (1215 – 1225), Pedreiros e Tecelões
- 18 – A História de São Thomas Becket, (1215 – 1225 (?)) Curtidores de couro
- 20 – A História de São Martinho (1215 – 1225) Curtidores de couro
- 21 – A História de Saint-Julien, o Hospitaleiro (1215 – 1225); Carpinteiros, Marceneiros, Toneleiros e Carroceiros
- 28 – A vida da Virgem; o zodíaco e dos trabalhos dos meses; os viticultores e Thibault VI, conde de Chartres (doadores); as aparições a Joaquim e Ana; o encontro à porta dourada; o nascimento da Virgem; A educação da Virgem; A floração do cajado de José; O casamento da Virgem; A Anunciação; A Visitação; A Natividade; A Apresentação no Templo; A Adoração dos Magos; A fuga para o Egito; O massacre dos inocentes; Cristo abençoando (1217 – 1220) Viticultores e Soadores de Sino

### **Vitrais altos, localizados no coro, 100 -114:**

- 100 – a Anunciação, A visitação, A Virgem paritura (1210 – 1225, 1415) Padeiros
- 102 – Moisés e a sarça ardente; Isaías entronizado com um cajado florido, anjo adorador (1210 – 1225) Padeiros
- 103 – Ezequiel; David tocando a harpa; Querubins (1210 – 1225) Açougueiros
- 104 – profetas Daniel e Jeremias (1210-1225) Tecelões
- 105 – O Cristo entregando as chaves para São Pedro; São Pedro é solto da prisão por um anjo; O encontro de Cristo e São Pedro à Porta de Roma (1210 – 1225), Cambistas

106 – história de São João Batista; O anúncio de Gabriel a Zacarias; São João Batista carregando um cordeiro; (1210 – 1225) Cambistas

110 – a História de São Vicente, o corpo do santo é atirado ao mar; ele é velado por animais; São Paulo, o senhor da Casa Montfort armadura e a cavalo; (1210 – 1225), Os aparadores ou peleteiros

**Vitrais baixos, localizados no transepto, datados (31 -36):**

33 – Santo Antônio e São Paulo Eremita (XIII), Mercadores de Peixe

**Vitrais baixos, localizados na nave (37 -51):**

37 – Simbolismo da Paixão (1205 – 1215), Ferradores

38 – Os milagres de Nossa Senhora (1205 – 1215), Açougueiros

39 – A História dos milagres de São Nicolau (1205 – 1215), Merceeiros, Comerciantes de especiarias e Boticários

41 – A História de José (1205 – 1215), Cambistas

42 – A morte da Virgem e a Assunção (1205 – 1215), Sapateiros

43 – A História de Santo Eustáquio (aproximadamente, 1210), Forradores e Costureiros

44 – A parábola do Bom Samaritano (1205 – 1215), Sapateiros

45 – A História de São Lubin (1202 – 1215), Taberneiros e Viticultores

46 – A História de Santa Maria Madalena (1205 – 1215), Portadores de água

47 – A História de Noé (1205 – 1215), Carpinteiros e Marceneiros

48 – A História de São João Evangelista (1205 – 1215), Armeiros

**Vitrais altos, localizados na nave, datados (129 – 143):**

131 – O sacrifício de Abraão; busto de Deus abençoando entre o Alpha e o Ômega; o Sacrifício de Abraão; o Cristo com a cruz e abençoando; Camponeses (trabalhadores dos campos)

133 – o martírio de São Jorge, São Jorge, a massa de São Gilles, São Gilles, São Jorge armado e a cavalo (1205 – 1215), Carregadores de fardos

134 – Moisés assiste; São Bartolomeu; Torneiro (doador), São Calétric, Santo Agostinho, anjos bajuladores (1205 – 1215), Torneiros

135 – Dois apóstolos assistem; A Virgem e os sete dons do espírito (1205 – 1215), Cambistas.

136 – São Tiago Maior (1205 – 1215), Alfaiate (Camiseiro)

137 – São Nicolau; quatro Apóstolos assistem; São Thomas Becket entre dois doadores (1205 – 1215), Forradores/Esfoladores

139 - O Martírio de Saint-Étienne; Saint-Étienne; o martírio de Saint-Laurent;

Saint-Laurent; São Lubin entre dois doadores (1205 – 1215) Tecelões e Artesãos de instrumentos de cozinha (*Potier d'étain*)

140 – São Pedro; São Tiago Maior; O Cristo entronizado entre o Alpha e o Ômega; dois anjos adorando (1205 – 1215) Padeiros e Pasteleiros

## REFERÊNCIAS

ACLOQUE, G. **Chartres – du XI siècle à la Révolution**. Paris: Auguste Picard, 1917.

ARAGUAS, P. **Architecture religieuse gotique – diversités régionales XIII -XIV siècle**. Rempart, Paris, 2000.

BELTING, H. **Antropologia da Imagem**, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Semelhança e Presença, a história da imagem antes da era da arte**, Rio de Janeiro, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. Portugal: DIFEL, 2002

DUBY, G. **O tempo das Catedrais – a arte e a sociedade – 980 – 1420**. Lisboa: Estampa, 1978.

FRÓES, Vânia Leite. **O livro de horas dito de D. Fernando – Maravilha para ver e rezar**. Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 129. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2009

LE GOFF, J. **Para uma outra Idade Média – Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2013.

L'ÉPINOIS, E & MERLOT, L. **Cartulhaire de Saint-Père de Chartres**. Paris, 1840, in-4o; p. XLVII sqq. (Coll. de doc. inédits): I, CLXXII sqq; Chartres, 1862, in-4<sup>o</sup> (publ. de la Soc. arch. d'Eure-et-Loir). Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37754992h>. Acessado em: 31/07/2014.

MARTINS, Debora S. **Entre o imaginário e o vivido: as representações dos padeiros nos vitrais da catedral de Chartres (França – século XIII)**. Dissertação de Mestrado aprovada em 4 de abril de 2017, pelo PPGH/UFF, 162 pp.

MARTINS, Debora S. **O espaço do sagrado e o espaço do trabalho nos vitrais da catedral de Chartres (França – século XIII)**. PPGH - Universidade Federal Fluminense, 2017. 30 pp.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. **O Objeto Material como documento**. [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria\\_cultura\\_material\\_ulpiano\\_meneses](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria_cultura_material_ulpiano_meneses).

SAUVANON, Jeanine. **Les métiers au Moyen Âge – leurs « signatures » dans le vitraux – Cathédrale de Chartres**. Paris, Éditions Hovet, 1993.

\_\_\_\_\_. **A La Decouverte des vitraux de Chartres**. Chartres, Editions Jean-Michel Garnier, 1991.

SCHMITT, Jean-Claude; BASCHET, Jérôme (Dirs.). **L'image: fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval**: actes du 6<sup>e</sup> International Workshop on Medieval Societies, Centre Ettore Majorana, Erice, Sicile, 17-23 oct. 1992. Paris: Le Léopard d'or, 1996. [Col. Cahiers du Léopard d'or]

\_\_\_\_\_. **O Corpo das Imagens – Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

## O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE

### Michelle dos Santos

Doutoranda em Educação, Universidade de Brasília – DF. Professora da Universidade Estadual de Goiás Curso de História, Câmpus Formosa – GO

**RESUMO:** O diretor Luiz Fernando Carvalho afirma que seu trabalho televisivo dialoga diretamente com a questão da educação. No entanto, nem por esta razão, ele crê que as dificuldades e resistências enfrentadas por sua estética, na Rede Globo, devam-se ao contingente populacional ignorante que se encontra diante da tela. Ou seja, que ao fim e ao cabo, o trabalho de direção teria que atacar, sobretudo, um problema central, qual seja: o dessaber do espectador. Ora, se antes de experimentar “verdadeiramente” novelas como *Velho Chico* (2016) e minisséries como *Hoje é Dia de Maria* (2005) e *a Pedra do Reino* (2007), o público tivesse que ser preparado e cultivado com conhecimentos específicos, este não aprenderia somente conteúdos literários e artísticos, mas também estabeleceria uma relação com o próprio saber estético, visto que existiriam os que o dominam e ocupam o lugar do mestre, e os que dele nada sabem e, deste modo, precisariam evoluir ao patamar do primeiro. Diante do exposto, problematiza-se: então, a questão é política e não pode

ser reduzida à hierarquização das faculdades intelectuais e sensíveis das pessoas? O que embrutece o público de televisão é a insistência e a reiteração sob um mesmo regime de exibição? A resposta a estas questões será embasada teórica e metodologicamente pelos conceitos de emancipação e de estética propostos pelo filósofo francês Jacques Rancière, que se encontram distantes das concepções de mestre sábio ou de artista pedagogo, que teriam a missão de ensinar, elevar ou libertar o indivíduo de sua insipiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Luiz Fernando Carvalho; Jacques Rancière; estética; emancipação; educação.

**ABSTRACT:** The director Luiz Fernando Carvalho states that his television’s works dialogues directly with the education issues. However, not only for this reason, he believes that the difficulties and resistances faced by his aesthetics, in the Rede Globo, are due to the ignorant population contingent that are in front of the screen. That is to say that, at the end of it, the work of direction would have to attack, above all, a central problem, namely: the spectator’s lack of knowledge. If, before “really” experiencing soap operas like “Velho Chico” (2016), and miniseries such as “Hoje é Dia de Maria” (2005) and “A Pedra do Reino” (2007), the public had to be prepared and

cultivated with specific knowledge, they would learn not only about literary and artistic contents, but they would also establish a relation with the aesthetic knowledge itself, since there would be those who dominate it and occupy the place of the master, and those who know nothing of it, and thus, need to evolve to the level of the first group. In view of what was said above, we problematize: then, is the question political and cannot be reduced to the hierarchy of the intellectual and sensitive faculties of people? Is the insistence and reiteration under the same exhibition regime what leaves the television audience so “crude”? The answer to these questions will be theoretically and methodologically based in the concepts of emancipation and aesthetics proposed by the French philosopher Jacques Rancière, who are far from the usual conceptions of “wise teacher” or “pedagogic artist”, who would have the mission to teach, elevate, or liberate, the individual of his own insipidity.

**KEYWORDS:** Luiz Fernando Carvalho; Jacques Rancière; aesthetics; emancipation; education.

## 1 | INTRODUÇÃO: A HIPÓTESE

O ator Gabriel Leone, destaque da obra *Velho Chico* por interpretar o intenso e sensível agrônomo Miguel, fez a seguinte declaração: “Um sonho meu era trabalhar com o Luiz Fernando Carvalho. Sempre admirei sua linguagem única, originalidade, brasilidade” (LEONE; LIMA, 2016). Dessa “linguagem única” mencionada fazem parte temas rurais e bucólicos – com especial atenção à ancestralidade e à cultura popular –, de maneira a selar uma aliança duradoura entre Carvalho e Benedito Ruy Barbosa. Juntos, executaram *Renascença* (1993), *O Rei do Gado* (junho de 1996 a fevereiro de 1997) e *Meu Pedacinho de Chão* (2014). A última, montada em um ambiente onírico e maravilhoso, que configura uma opção estética recorrente de Carvalho, haja vista a minissérie *Hoje é Dia de Maria* (2005).

O Nordeste, o sertão, a caatinga, isto é, o denominado “Brasil profundo” constitui o espaço desbravado por suas lentes em *Velho Chico* (2016), assim como também em *A Pedra do Reino* (2007). As locações da primeira obra se deram em lugares como São Francisco do Conde, Raso da Catarina e Cachoeira, na Bahia; Baraúna, no Rio Grande do Norte; Povoado Caboclo e Olho D’água do Casado, em Alagoas. Pode-se afirmar que essas mesmas lentes são tributárias de uma extensa tradição, que vai de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, a *Abril Despedaçado*, de Walter Salles. Este último longa-metragem aborda a força e o peso da herança, das rinhas de sangue, também presentes na obra escrita por Benedito Ruy Barbosa e por seu neto, Bruno Luperi; contudo, deve-se levar em consideração que referências aos clássicos dessa tradição – que teve seu auge no Cinema Novo – não são vistas de modo positivo por determinada parcela dos teventes. Na ótica de Samuel Gueiros Jr., por exemplo,

Tentou-se empregar uma abordagem a la Glauber Rocha com o mesmo resultado: monótono, enfadonho, confuso e delirante. À primeira fase promissora sucede-se uma fase geriátrica, inverossímil e arrastada, com uma linha sonora em grande

parte fúnebre. A morte dos atores, a bela fotografia mas exagerada, uma abordagem artificial de sustentabilidade e histrionismos glauberianos resultaram em pretexto para canonizar uma novela cansativa e chata. (GUEIROS, JR., 2016).

Verifica-se que este espectador, a despeito de tecer intensas críticas, reconhece o mérito técnico da fotografia e apreende as referências feitas, o que justifica a opção pelo estudo da estética desenvolvida por Luiz Fernando Carvalho e pelo tipo de dissenso por ela provocado, seja na TV, seja na internet.

A ideia de uma obra aberta às aventuras intelectuais de qualquer pessoa, sem que haja necessariamente a exigência de quaisquer pré-requisitos para sua fruição, pode ser associada às considerações tecidas pelo filósofo francês Jacques Rancière (RANCIÈRE, 1988, 2011, 2012) em *A Noite dos Operários: Arquivo do Sonho Operário* (1981), aprofundadas em *O Mestre Ignorante* (1987), e retomadas em *O Espectador Emancipado* (2008), a fim de se pensar as relações existentes entre arte contemporânea e seus observantes. Ainda que, sob as perspectivas hodiernas, seja visto como radical, Rancière - na obra supracitada de 1987, apropria-se da teoria apresentada por Joseph Jacotot para afirmar a emancipação intelectual ao invés da sabedoria recebida.

Jacotot, filósofo e pedagogo francês, viveu nos séculos XVIII e XIX; era radicado na Bélgica em decorrência de razões políticas durante a Restauração (1814-1830). Como professor, viveu situações que o levaram a atentar para as virtudes da ignorância. Acreditava ser mais interessante ouvir e ver agir “inteligências desatendidas”, abdicando, como mestre, da tarefa de fornecer explicações ao aprendiz ou de apontar-lhe o caminho do conhecimento.

Em *O Mestre Ignorante*, Jacotot-Rancière – as vozes dos dois se confundem na escrita do livro – abordam a relação entre alunos e mestres. No presente artigo, o que se fez, foi adaptar tal discussão para o campo da relação entre diretor e telespectador. De acordo com essa premissa, o diretor ignora a existência de dois tipos de inteligência, a saber: aquela do “público despreparado”; e aquela do “público-modelo”.

Já no tocante ao telespectador, este é emancipado quando compreende e descobre por meio da tensão de sua própria inteligência – para se utilizar a expressão empregada por Rancière (2011) –, ou seja, a partir do que ele sabe, e não do que desconhece; assim, ele poderá relacionar seus conhecimentos, por mínimos que sejam, ao que ignora. O diretor, por seu turno, não conduz o público, não lhe transmite sua inteligência, mas sim sua opinião de igualdade. A emancipação jacotista pressupõe um funcionamento igualitário das inteligências, em que uma obra se abre a novos pensamentos e percepções, uma experiência pela qual a emancipação do indivíduo se realiza precisamente na percepção de sua própria capacidade. Decerto, existem dispositivos de mediação nessa relação, mas, com efeito, não há a necessidade de que uma inteligência seja guiada por outra, ou de que evolua da inadequação/incapacidade para a aptidão ideal.

A expressão “reeducação do espectador a partir das imagens” – as quais, por sua vez, são filhas da ética – foi empregada pelo próprio diretor. Esta sentença e suas

congêneres, tais como “reeducar o olhar do espectador”, “narrativas que toquem o espectador sob o ponto de vista educacional”, a partir de agora, serão compreendidas no presente texto para denominar o trabalho de Carvalho, voltado à imersão sensorial do telespectador por meio dos elementos cênicos, técnicos e humanos que compõem a dramaturgia de televisão. A linguagem audiovisual seria, então, o meio para que haja uma espécie de aprendizagem sensória, em que o público experimentaria o “descontrole”, a “vertigem emocional”. Ou seja, a estética de Carvalho é direcionada a instruir por intermédio da experiência sensitiva e, simultaneamente, a abrir-se a novas ideias e formas, visto que sua recepção e crítica interferem e reconfiguram a própria obra; já o termo ética nomearia o compromisso assumido pelo diretor com a cidadania, a brasilidade e com os outros sentidos de comunidade presentes em suas produções.

As declarações do diretor feitas ao jornalista Maurício Stycer não deixam dúvidas em relação ao seu esforço de ser o menos disciplinar possível no que concerne à sua estética – algo difícil, ainda mais no âmbito da TV aberta, que exige exatamente essa forma:

Não faço da televisão um bico. Acredito que ainda exista muita gente que depende de um espetáculo televisivo, de uma catarse televisiva, dos sentidos que uma narrativa possa tocar, **sob o ponto de vista educacional até**. [...].

Trago este sentimento como uma missão maior, que vai muito além do que simplesmente arrebanhar telespectadores passivos. [...].

Toda e qualquer narrativa cumpre uma função mítica. As narrativas curam. São um objeto mágico. A televisão cumpre essa função, ocupando esse lugar na relação com quem assiste aos conteúdos. Não que as imagens sejam alienantes, mas que sejam emocionantes, vitais!

Não que sejam ditatoriais, oferecendo pouco diálogo com a imaginação de quem assiste, e que pregam: ‘Veja isso porque estou mostrando’. (CARVALHO; STYCER, 2016).

A hipótese aqui aventada baseia-se, portanto, na concepção de uma estética-ética construída por Carvalho em que “uma outra TV” e uma “cosmogonia que não quer ser didática” foram possíveis por mais de três décadas na Rede Globo, fator que consentiu vislumbrar uma produção independente dentro da maior emissora aberta do país, permitindo o encontro infrequente do circuito alternativo/artesanal de produção do diretor com o circuito comercial/industrial da empresa pela qual era contratado.

Verifica-se que tal concepção se afasta da “pedagogia da comunicação” paulofreireana, que concebe a autonomia, a consciência e o direito de enxergar – não só letras e imagens, mas a própria realidade – como conquistas futuras, tanto por meio da alfabetização como da politização (FREIRE, 2005). Essa concepção abraça o dissenso (política) ao denunciar o consenso (polícia) e a “racionalidade comunicativa” habermasiana – em sua busca ideal-reguladora por harmonia, equilíbrio e transparência (HABERMAS, 1990) – como opostos à emancipação, pois suplantam a noção da conflitividade contínua, uma vez que a verdade de uma expressão verbal,

imagética ou gestual somente poderá ser garantida por sua coerência com outras expressões já anteriormente admitidas, aprovadas e aceitas. Distante está, também, de teorias como aquela do pedagogo, historiador e sociólogo Manoel Bomfim, que vislumbra na educação não um diálogo, mas um crucifixo, que exorcizará o “mal da ignorância” de outrem (BOMFIM, 1993).

Desta maneira, a hipótese levantada aqui baseia-se, também, na filmagem e exibição de sentidos comuns, de modo geral, excluídos da teledramaturgia, em nome de representações modelares do eixo Rio-São Paulo, das elites e da classe média branca, como se estas fossem referências ou metas a serem alcançados por todos. A ulterior face dessa moeda é o desaparecimento de sensibilidades nordestinas, nortistas, negras, ribeirinhas e indígenas, ou, pior, a sua presença estereotipada, reduzida a excentricidades ou a cartões postais.

## 2 | CONEXÕES: A TESE DA FUGA

Convergentemente, Rancière e Carvalho acreditam que artistas precisam compreender que se dirigem a semelhantes, e não a ignorantes, que não possuem conhecimento, tampouco cultura, e que, por esta razão, precisam evoluir e, assim, chegar ao nível dos sábios. Ambos creem que se todos possuem competências singulares, tornam-se iguais justamente pela diferença.

Em afinidade com o asseverado por Rancière, Carvalho afirma que a relação de quem assiste aos seus conteúdos pode ser vista como aquela de quem está diante de um objeto mágico que toca, comove e recobra disposições. A estética educativa de Carvalho surge do descontrole, ancorada na experiência sensorial, na catarse, no mítico; sua direção almeja que o espectador procure também com os olhos dos sentidos, que escute também com os ouvidos do espírito (NIETZSCHE, 1987, p. 51).

É precisamente nessa concepção que as referidas obras de ficção (aqui, faz-se ressaltar que em seus escritos, o filósofo francês invoca os termos estética, arte e ficção como análogos) realizam dissensos: a arte toca a política, pois muda quadros, ritmos, mostra o que era difícil de ver, exhibe de outro modo o que já se fez notar, traduz situações estereotipadas em figuras novas e, este procedimento, obviamente, contribui para reconfigurar as percepções e os afetos dos espectadores. Carvalho não ambiciona guiar o tevente às respostas que este próprio deve buscar para as questões advindas de seu contato com uma narrativa, de maneira a não constranger, portanto, a possibilidade de surgimento de novos sentidos que podem germinar da obra. Ora, o diretor não é possuidor e transmissor de protocolos de entendimento e de saber frente ao telespectador, que, por sua vez, não é um papel em branco, desprovido por completo de qualquer conteúdo, sempre dependente de indicações a serem dadas pela direção. Assim, é possível perceber que novas formas de subjetivação política se fazem possíveis, mas estas não estão determinadas previamente por cálculos de efeito, pela intenção do diretor. Ademais, deve-se sempre atentar para o fato de que

[...]. As artes nunca emprestam às manobras de dominação ou de emancipação mais do que lhes podem emprestar, ou seja, muito simplesmente, o que têm em comum com elas: posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível. (RANCIÈRE, 2009, p. 26).

Neste sentido, na arte, assim como na política, sujeitos “recolocam em causa a partilha já dada do sensível”, reconfiguram “o território do visível, do pensável, do possível” (RANCIÈRE, 2009, p. 60-62). A esta altura, já deve estar evidente ao leitor que a experiência estética participa da política porque também “desloca o equilíbrio dos possíveis”, isto é, porque ambas constituem formas de desentendimento, de ruptura na distribuição normal das coisas e dos sentidos.

Na perspectiva do filósofo francês, a experiência estética “suspende” ou “rompe” as regras da experiência comum, das formas já pré-determinadas, tornando expressivo aquilo que se encontrava aprisionado pelo consenso, pela autoevidência das coisas e de seus significados. Destarte, rompe com as relações ordinariamente estabelecidas e esperadas, de modo a inventar novas trajetórias do que pode ser visto. Ao convergir para esta percepção, Carvalho afirma: “Como diretor, acredito que minha função seja fazer com que o invisível se torne visível” (GSHOW, 2016).

É preciso estar ciente de que o modo como a televisão opera, sobretudo no campo da ficção – ou seja, como funcionam dramaticamente o movimento e a velocidade de câmeras, a edição, a luz e o uso das cores –, conduz ao papel da direção. Embora tradicional e majoritariamente o destaque da autoria nesse meio tenha se centrado na figura do escritor, é necessário observar que, com Carvalho, há um deslocamento dessa ênfase; a figura do diretor passa a ser o grande maestro que rege toda a equipe. Se é possível reconhecer o estilo de uma novela em razão de seu escritor (tal como em *Roque Santeiro* e em *Saramandaia*, de Dias Gomes), no caso das obras de 2005 e 2007, assim como na de 2016, a autoria é reconhecida pela direção *sui generis* de Carvalho, aspecto que constitui uma novidade na teledramaturgia, embora constitua algo absolutamente comum no campo da cinematografia.

As produções do diretor, sejam novelas ou minisséries, almejam “humanizar a narrativa”, a qual geralmente é reproduzida de forma mecânica, com padrões e conceitos facilmente reconhecíveis. A linguagem de *Hoje é Dia de Maria*, por exemplo, subverte o mecanicismo ao compor um mundo simbólico e lúdico, características também presentes na obra *A Pedra do Reino*, definida como um “circorama da phantasmagoria” – expressão utilizada pelo próprio Ariano Suassuna. A luta contra a desumanização na teledramaturgia redundou em “perigos”, “riscos”, “solidão” e, até mesmo, em “cicatrizes”, para se usar as confissões evocadas pelo próprio diretor. Produções como as de Carvalho, que escapam ao “tédio cartesiano que reina”, lidam com a imponderabilidade da recepção, sendo quase sempre condenadas pela lógica hegemônica e excludente, bem como acusadas de inacessibilidade e hermetismo. Em decorrência disso, a TV aberta classifica as obras do diretor na categoria “dramaturgia experimental”, “alternativa”, “autoral” ou “artística”. Mas, ele persiste. Subverte a

lógica dos iluminados. Carvalho não parte da constatação de que o conteúdo de suas produções (e também ele próprio) seja superior ao público de TV aberta, que “não daria conta” de sua qualidade, de sua abertura, de seu estranhamento.

Ao diretor, a palavra:

Ao meu modo, faço esse caminho de buscar uma espécie de reeducação do espectador a partir das imagens, dos conteúdos, da forma, da narrativa, da luz, das personagens, da música, enfim, da estética. E, como sabemos, a estética é filha da ética. Não estou aqui falando mal da televisão. Eu gostaria na verdade de encontrar nosso país mais voltado para as questões educacionais, acho que isso já suavizaria meu esforço em 50%... **Porque eu também não gosto de explicar muito o meu trabalho, nem sei se sou capaz.** Mas ele dialoga diretamente com a questão da educação. A televisão precisa formar espectadores, é certo, faz parte do trabalho dela, mas ela também precisa assumir uma missão mais nobre, maior, que é a de formar cidadãos. (CARVALHO, 2008, p. 83, grifo nosso).

Tal ponto de vista foge à ordem explicadora e põe em xeque dois pilares da produção televisiva, quais sejam: a criação de hábitos no público; e a repetição (mensagem simplificada). Ambos confluem para o que o diretor nomeia criticamente de “formar espectadores”. Tudo isso implica entender o mundo fora do cabresto da linguagem predominante na televisão, e não restringir a mídia à concepção de diversão monocrática e pueril; tampouco reduzir tal veículo aos espectadores que possuem uma “formação mais simples”, ao passo que o cinema e a literatura seriam associados à reflexão, à instrução, e, por isso, figurariam como apanágio das classes privilegiadas e letradas. As teleficções de Carvalho denunciam a normatização da TV, o entretenimento pasteurizado e o formato massificado, bem como o abandono do “homem mais comum, pobre” à televisão forjada nesses moldes:

[...] De minha parte, procuro um diálogo entre os que sabem e os que não sabem; um diálogo simples, sóbrio e fraterno, no qual aquilo que para o homem de cultura média é adquirido e seguro torne-se também patrimônio para o homem mais comum, pobre, e que, em relação a tantas questões, encontra-se ainda abandonado. Então a minha proposição que vai pegar carona na minha estética, é uma reflexão maior sobre a questão educacional no Brasil. Acho que é aí que mora o perigo e é a partir daí que eu trabalho, a partir do perigo. (CARVALHO, 2008, p. 83).

Embora ainda se utilize de um léxico embrutecedor – “os que sabem e os que não sabem” –, o diretor parte do pressuposto de que o espectador comum não é um idiota, mas é colocado reiteradamente em contato com um “regime de expressão” limitador, que apregoa a ideologia do controle. Extraído das reflexões de Jacques Rancière, o conceito “regime de expressão” indica modos compartilhados de circulação de palavras, sons, imagens, gestos e afetos, de maneira que pode significar também, ao longo deste texto, pois assim foi depreendido de sua filosofia: dispositivo sensível, regime de exibição, dispositivo de visibilidade, comunidades de dados sensíveis, senso comum.

Desta forma, o dispositivo de visibilidade poderia ser definido como “um dispositivo espaço-temporal dentro do qual palavras e formas visíveis são reunidas em dados comuns, em maneiras comuns de perceber, de ser afetado e de dar sentido”. Então, o

desafio do diretor seria o de que sejam criados outros dispositivos de visibilidade, outros sentidos comuns, “outras comunidades de palavras e coisas, formas e significados” (RANCIÈRE, 2012, p. 99). Será preciso considerar, portanto, sob qual dispositivo sensível as minisséries e as novelas foram veiculadas e assistidas. Qual é o regime de exibição da teledramaturgia na Rede Globo de televisão?

Ao se abordar as formas de recepção do público, lida-se com comunidades de dados sensíveis, as quais se configuram com a partilha de modos de percepção de tais imagens; indivíduos ou grupos se conectam por meio desse senso comum, e o usual, no caso específico do objeto desta pesquisa, é associar a imagem televisiva tanto ao consumo passivo de espetáculos que são mercadorias, como à ignorância das massas (em oposição ao requinte dos leitores) e ao reino das aparências. Esse é o dispositivo sensível empregado habitualmente pela teoria crítica, mas há, também, o dispositivo de visibilidade empregado pelo *mainstream* da própria TV comercial:

Um programa que “não agrada” representa um grande prejuízo à emissora, logo, a produção televisiva acaba reciclando a maioria de seus formatos, mantendo a estrutura e modificando itens superficiais, ou ainda combinando formatos já testados e aprovados pela audiência. (CANNITO, 2010, p. 58).

No entanto, para Carvalho, ao contrário: “Repetir fórmulas que deram certo é algo que eu não consigo. Fico enjoado, me sinto mal, o corpo não vai (SAMPAIO, 2016).

### 3 | O DESFECHO PRIMORDIAL

Diante do supraexposto, é possível concluir que a discussão sobre estética e educação, articulando-se as ideias de Rancière àquelas de Luiz Fernando Carvalho, mostrou-se interessante e válida na medida em que deixou entrever a tese do fim pedagógico da obra de arte. Aí há uma tradição frente à qual Rancière se posiciona, a começar justamente pela educação estética do homem, proposta por Friedrich Schiller. Acredita-se, ainda, que essa tradição encontra-se na base dos diagnósticos catastróficos empreendidos pela Escola de Frankfurt, precisamente porque eles se baseavam na concepção de que a era da comunicação de massas seria o fim da educação estética humanista. O filósofo francês afasta-se desse catastrofismo. E Carvalho também. Este se distanciou dos “mestres sábios da TV”, bem como se descolou da insígnia do “artista pedagogo”, tributária de *Schiller*. Para este filósofo alemão, educação estética visa à formação plena do homem, à vida em sociedade e à liberdade política da humanidade. Pois, ao estimular faculdades intelectuais e sensíveis em conjunção, ela harmonizaria e elevaria os indivíduos, sendo essa, enfim, a responsabilidade do “artista pedagogo”: unir tal desígnio à matéria de sua obra. O artista disporia, portanto, do poder de tirar as pessoas da unilateralidade e do empobrecimento espiritual. Já em Carvalho (ao se projetar Rancière no diretor), o potencial revolucionário da arte se distanciou das normas e das tarefas, tendo se confundido com o espectador emancipado – e não com o espectador a ser emancipado.

[...]. Quem ensina sem emancipar, embrutece. E quem emancipa não tem que se preocupar com aquilo que o emancipado deve aprender. Ele aprenderá o que quiser, nada, talvez. Ele saberá que pode aprender *porque* a mesma inteligência está em ação em todas as produções humanas, que um homem sempre pode compreender a palavra de um outro homem (RANCIÈRE, 2011, p. 37, grifo do autor).

Não se trata aqui de formar indivíduos nos mais altos ideais e conhecimentos, de assumir a alcunha de artista pedagogo, aquele ser superior, “homem cultivado” e “enobrecido”, que lapidaria as pessoas brutas. O artista não é educador do povo, emancipador da humanidade, produtor de bons cidadãos, o porta-voz de uma moral cívica, em absoluto. A arte, tal como se a concebe aqui, faz justamente oposição a esses fetiches pedagógicos. É o desvio da função civilizadora do gosto e do belo; é o desvio da escravidão em que fins estéticos são premeditados e devem ser atingidos. Ora, é a liberdade que conduz à beleza, e não o contrário – para se tomar a afirmação de Schiller de que “é pela beleza que se vai à liberdade” (SCHILLER, 1991, p. 39). Deste modo, fugir do legado desse pensamento epistemocrático é animar uma visão estética democrática do mundo e da própria vivência, que faça desaparecer a missão do gênio no projeto de educação artística do homem.

Tal como propalou o diretor ignorante, em entrevista concedida à revista *Amarello*. Em seus dizeres:

Acredito que o público necessita, hoje em dia, conversar mais com a narrativa dos personagens. Quando uma obra não dá certo, não é porque o público não entendeu o que foi jogado; é que aquilo foi mal jogado, mal colocado. Dentro de uma história ambientada numa favela, num mundo seja qual for, urbano ou não, existe, em primeira instância, o gênero humano. Se não há esse diálogo, a gente tem que ter, no mínimo, humildade e consciência para perceber que esses equívocos são do espetáculo, não da plateia. O público não é burro (CARVALHO, 2016).

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANNITO, Newton. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus, 2010.

CARVALHO, Luiz Fernando. Diálogo com o diretor. In: CARVALHO, Luiz Fernando et al. **Capitu**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 75-83.

CARVALHO, Luiz Fernando; STYCER, Maurício. ‘Velho Chico’ marcou pela ambição estética e a relevância cultural. **Folha de S. Paulo/UOL**, São Paulo, 01 out. 2016. Colunistas. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/mauriciostycer/2016/10/1818880-velho-chico-marcou-pela-ambicao-estetica-e-a-relevancia-cultural.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARVALHO, Tomás Biagi. Amarello Visita: Luiz Fernando Carvalho. **Revista Amarello**. [S.l.]. [2016]. Disponível em: <<http://www.amarello.com.br/artigo/amarello-visita-luiz-fernando-carvalho>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GSHOW. Luiz Fernando Carvalho apresenta 'Velho Chico', sintetiza a novela em 'amor', e elenco exalta diretor. **Gshow**, 08 mar. 2016. Bastidores. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/Bastidores/noticia/2016/03/luiz-fernando-carvalho-apresenta-velho-chico-sintetiza-novela-em-amor-e-elenco-exalta-diretor.html>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GUEIROS JR., Samuel. **'Velho Chico' marcou pela ambição estética e a relevância cultural**. [Comentário]. 02 out. 2016, 9h 9min. Disponível em: <<http://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6033451?skin=folhaonline&device=>>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEONE, Gabriel; LIMA, Maria Clara. Gabriel Leone aponta semelhança com Renato Góes e revela sonho conquistado em 'Velho Chico'. **Gshow**, Rio de Janeiro, 22 set. 2016. Bastidores. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/Bastidores/noticia/2016/09/gabriel-leone-aponta-semelhanca-com-renato-goes-e-revela-sonho-conquistado-em-velho-chico.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012.

SAMPAIO, Paulo. Ibope não assusta Luiz Fernando Carvalho, diretor de "Velho Chico". À entrevista! **Glamurama/UOL**. 20 ago. 2016. Disponível em <<https://glamurama.uol.com.br/ibope-nao-assusta-luiz-fernando-carvalho-diretor-de-velho-chico-a-entrevista>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SCHILLER, Friedrich. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: EPU, 1991.

## O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS

**Bruno Rodrigo Couto Lemos**

Programa de Pós-Graduação em História

Social – PPGHIS/UFRJ

Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** Esta comunicação tem por objetivo apresentar algumas questões referentes à circulação das narrativas míticas no contexto da pólis clássica ateniense em vista das possibilidades de entrelace das relações de visualidade e espacialidade. Partindo da apreensão de múltiplas práticas cotidianas, determinados espaços seriam percebidos como capazes de provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade e, no limite, tornar empíricas as formas de relação entre os gregos antigos e sua tradição mitológica. Desta forma, a proposta aqui apresentada é abordar tais ambientes a partir da interação entre tradição mitológica e práticas cotidianas para, assim, tornar possível a apreensão dos espaços que se configuram a partir de intercâmbios sociais, mobilizando múltiplas relações e não simplesmente pela via de uma codificação simbólica.

**PALAVRAS-CHAVE:** mito, espaço, visualidade.

**ABSTRACT:** This communication aims to present some questions concerning the circulation of mythical narratives, in the context

of the Athenian classical polis, considering the possibilities of interrelationship between daily practices, visuality and spatiality. Starting from the apprehension of multiple daily practices, certain spaces would be perceived as capable of promoting effects, producing and sustaining forms of sociability, and making empirical forms of relationship between the ancient Greeks and their mythological tradition. Therefore, the proposal presented seeks to approach such environments from the interaction between mythological tradition and daily practices, in order to make possible the apprehension of the spaces that are configured from social exchanges, mobilizing multiple relations and not simply through a symbolic codification.

**KEYWORDS:** myth, space, visuality.

Ao falarmos do mito em sua dimensão visual, na Atenas do período clássico, não estamos pensando na direção da composição de uma imagem objetiva de uma dada narrativa mitológica. Nossa abordagem não se voltará às questões da imagética iconográfica, apesar de reconhecermos aí um aspecto que se liga à visualidade das cenas míticas. Não obstante, propomos problematizar tal dimensão visual pela via das *práticas do espaço*, ou seja, pela apreensão das relações que constituem a vivência do lugar (DE CERTEAU, 1994, p.201-

202). Desta forma, nossa compreensão da dimensão visual do mito se apresenta a partir de uma série de práticas que se dão em diálogo com os espaços em que se desenrolam.

Não há aqui, porém, qualquer pretensão em se qualificar, ou apontar espaços em que esta dimensão visual esteja objetivamente acessível; espaços onde as práticas que os envolvem os potencializem, privilegiadamente, como espaços de representação mítica. Há, certamente, lugares como estes, em que a atmosfera que os engloba os configura como espaços onde a experiência com o mito, ou o místico, é sua função objetiva – certamente os templos, os oráculos e os altares de sacrifícios aos deuses guardavam estes ares. Entretanto, acreditamos haver um âmbito de aproximação das tradições mitológicas, que funciona como um estrato que se desdobra sobre as ações corriqueiras da vida ordinária, em que é possível apreender uma relação menos litúrgica e mais flexível com estas narrativas mitológicas. Sendo assim, são as práticas e os espaços menos controlados que nos interessam, na medida em que nosso objetivo é lançar luz sobre as possibilidades de circulação destas narrativas no contexto do cotidiano da sociedade clássica ateniense.

Apreender o mito pela sua dimensão visual é percebê-lo, então, através das práticas que envolvem os lugares de vivência cotidiana que, significando estes lugares, criam, ou configuram, espaços em que as narrativas míticas encontram respaldo na – e a partir da – experiência cotidiana. São esses espaços, enquanto *lugares praticados*, que pretendemos buscar. É só a partir da interação sujeito-espaço que se torna possível a apreensão da visualidade. Contudo, para tanto, torna-se prerrogativa a percepção, nas fontes, das formas e das possibilidades desta interação visual na sociedade clássica ateniense. Deste modo, compreender a configuração visual dos ambientes, significa estar atento aos suportes desta visualidade. Não é o caso de apenas inferir a visualidade da pólis em sua monumentalidade, como se esta fosse uma instituição visual por excelência, ou ainda, engessar nas condições técnicas da retórica filosófica uma casualidade da composição visual do discurso. É preciso compreender as condições sociais em que estas práticas se projetam e os apelos culturais aos quais respondem (MENESES, 2005, p.01), compondo, ou antes, *pintando*, o quadro no qual circulam e são consumidas as narrativas míticas.

Assim, buscar ultrapassar as variadas formas de representação do mito para, através da visualidade, perceber seu enraizamento nas práticas cotidianas da pólis, significa ir além da identificação dos espaços em que o mito figure como tema – da imagética iconográfica às festas cívicas e apresentações teatrais – e evidenciar os espaços de *vivência* do mito, onde as *práticas do espaço* se desdobram como um arranjo de elementos que permitem as narrativas da tradição mitológica adquirir sentido e inteligibilidade. Cremos que se formos capazes de perceber as narrativas mitológicas como um dos elementos fundamentais na configuração das práticas do espaço e como estas narrativas estavam a tal ponto enraizadas nas condições de significação destes lugares, estaremos dando um passo singular na direção de ultrapassarmos a

compreensão do pensamento grego como raiz primitiva da racionalidade ocidental, para percebê-lo com um pensamento outro.

É sob este olhar que em *Fedro*, diálogo platônico escrito por volta de 370 A.E.C., encontramos alguns indícios que nos parecem relevantes ao buscarmos perceber a construção visual do discurso por intermédio das narrativas mitológicas. São passagens em que Platão parece ambientar o diálogo, como se construísse a atmosfera propícia ao discurso que será proferido. Neste processo, chama-nos a atenção que uma ampla descrição, em uma espécie de ambientação da conversa, parece de alguma forma se fazer necessária para que determinado assunto seja tematizado. Das críticas da filosofia platônica à retórica sofística e ao comportamento de certos grupos da elite aristocrática ateniense até à tradição poética, tais passagens de construção visual da narrativa parecem capazes de, por si só, veicularem um discurso de censura, reprovação e deslegitimação.

Entretanto, no diálogo *Fedro*, no que tange a tematização das narrativas mitológicas, o que nos parece significativo notar é que, por mais que tal ambientação, seguindo a lógica da retórica do texto, tenha por objetivo construir *o lugar* propício ao debate de um dado tema, esta tematização parece emergir, no contexto do diálogo, quase que em sentido oposto. Da forma como é inserido na dinâmica da conversa entre Sócrates e Fedro, o tema da tradição mitológica aparece como se o próprio lugar possibilitasse ou mesmo condicionasse um “trazer à memória” de determinado tema.

Deixaremos de lado a questão que cerca o teor filosófico do diálogo para nos focarmos na construção visual do discurso. Deste modo, ao encontrar Sócrates, Fedro o convida a uma caminhada pelas imediações da cidade a fim de que possam conversar e debater sobre o discurso de Lísias. Platão situa o diálogo nos arredores da cidade, as margens do rio Ilisso, ao sul de Atenas.

FEDRO – Parece que nem de propósito vim sem sandálias! Quanto a ti, já é costume andares descalço, como toda a gente sabe. De qualquer maneira não deixará de ser agradável meter os pés na água e caminhar ao longo da margem deste rio, e mais agradável ainda nesta estação, e esta hora do dia.

SÓCRATES – Nesse caso caminha e vai procurando um lugar onde nos possamos sentar.

(PLATÃO, *Fedro*, 229a)

Alguns elementos de descrição já são inseridos como componentes de uma *paisagem*: as margens do rio onde se molham os pés; a estação; a hora do dia. Todos esses elementos constituem peças de um espaço que visualmente compõe a cênica do diálogo. Logo em seguida, Fedro e Sócrates decidem-se por um “bom local” onde poderiam sentar e levar a frente o debate sobre o discurso de Lísias:

FEDRO: - Vês aquele altíssimo plátano?

SÓCRATES: - Como não!

FEDRO: - Ali há sombra, relva, e sopra um pouco de brisa. Debaixo dele podemos nos sentar, e até, se quiseres, deitar-nos.

SÓCRATES: - Vamos para lá.

(PLATÃO, *Fedro*, 229a-b)

Árvores, relva e uma agradável brisa terminam por compor o cenário descrito por Platão. O local idealizado pelo filósofo para desenvolver seu diálogo está então definido e, aparentemente, nada nos daria o indício de que uma temática transversa poderia ser abordada. Contudo, um questionamento colocado por Fedro desvia o eixo do diálogo, levando Platão a expor a perspectiva socrática acerca das narrativas da tradição mitológica. Como apontamos anteriormente, é somente ao alcançarem este determinado lugar que Fedro questiona Sócrates sobre a veracidade do mito do rapto de Orítia e se este acredita que foi mesmo *ali* que se deu tal acontecimento ou se nas imediações das colinas de Ares, onde outra versão da história diz ter ocorrido:

FEDRO: - Dize-me uma coisa, caro Sócrates, não afirma o povo que de um desses lugares, à margem do Ilisso, Bóreas raptou Orítia? Ou foi na colina de Ares? A lenda, com efeito, admite que foi no Ares e não aqui que Orítia foi raptada.

SÓCRATES: - Com efeito.

FEDRO: - Quem sabe se não foi aqui mesmo onde estamos? É bonito este trecho do regato; a água aqui é pura e transparente; este lugar bem se presta aos folguedos das jovens.

SÓCRATES: - Não foi aqui, mas cerca de três ou quatro estádios mais abaixo, onde atravessamos o regato em direção ao templo de Agra. Há naquele ponto um altar a Bóreas.

FEDRO: - Não prestei muita atenção. Mas por Zeus, caro Sócrates. Dize-me uma coisa: acreditas que esse mito corresponda à verdade?

(PLATÃO, *Fedro*, 229c-d)

A resposta do filósofo nós já conhecemos: tenderá a uma desqualificação daquele tipo de conversa, vinculando-a a todo tipo de “gente vulgar” que dá crédito ao que dizem os poetas. Apesar de oferecer a Fedro um parecer sobre o rapto de Orítia, Sócrates logo minimiza a importância dessas histórias, apontando tantos outros seres míticos que precisariam ser desmitificados, como centauros e quimeras, em um vão esforço de exegese, que a nada levaria a não ser a uma “sabedoria grosseira”. A resposta de Sócrates encaixa-se plenamente na hipótese de Paul Veyne (1984) acerca dos “programas de verdade” e da disputa por locais de fala e por legitimidade entre a filosofia nascente e as tradições correntes, bem como a sofística. Deste modo, não seria incorreto afirmar que todo o “prólogo” do diálogo foi elaborado com tal finalidade, preparando os ouvintes/leitores e introduzindo a temática mais ampla. Contudo, é a forma como a tematização das narrativas míticas é trazida à tona que nos chama a

atenção.

Assim, no que tange nossa problemática, o que queremos sinalizar é a forma como a descrição apresentada, no diálogo, deu lugar e viabilizou a abordagem do tema. Platão torna a descrever a paisagem, Sócrates parece maravilhado com o espaço externo da cidade, apesar de logo em seguida o desqualificar em termos de qualquer possibilidade de produção de saber: “[...] *o campo e as árvores nada me podem ensinar, ao contrário dos homens da cidade*” (*Fedro*, 230e). A descrição parece cercar e encerrar o tema dos mitos, abrindo espaço ao discurso de Lísias.

SÓCRATES – Oh, por Hera, que lugar aprazível! Na verdade, este plátano não só faz muita sombra como também é muito alto; e este agnocasto, como é imponente e como oferece uma sombra magnífica! Na plenitude da floração, não admira que este local seja percorrido por um aroma delicioso! Além disso, há o encanto sem par desta fonte que rebenta sob o plátano, a frescura da sua água: basta mergulhar nela o pé para o verificar! A julgar por estas figuras e pelas estátuas, sem dúvida este lugar foi consagrado a algumas ninfas e a Aqueloo. Não te encanta o ar puro que respira aqui, não é ele desejável e prodigiosamente agradável? Cristalina melodia do verão, que faz eco ao canto das cigarras! O mais agradável de tudo é, no entanto, esta relva, a medida que cresce na encosta suave, densa o ideal para que se coloque a cabeça sobre ela. Um estrangeiro não poderia encontrar melhor guia do que tu, meu caro Fedro!

(PLATÃO, *Fedro*, 230b-c)

Ao nos depararmos com este tipo de descrição, a questão da ambientação nos pareceu relevante: por que tal ambientação se fez necessária para a abordagem do tema? Seria ela meramente artifício retórico que daria fluidez ao texto? Se formos capazes de redirecionar nossa questão, poderíamos nos perguntar pelo o que tal espacialização, visualmente construída na narrativa, faz?

Se desta forma, poderíamos pensá-la, então, como uma forma de preparação do ouvinte/leitor para o tema que se seguiria. Ouvinte/leitor este deparado cotidianamente com aquela paisagem, e que diante das práticas que envolvem aquele espaço, imediatamente lança mão de uma série de pensamentos, saberes e tradições que, de alguma forma, se relacionam com aquele espaço. Se desta maneira, tal descrição não seria apenas um elemento componente do encadeamento do discurso, de modo que não poderia ser trocada aleatoriamente pela descrição de outro ambiente qualquer – como talvez o espaço de uma assembleia, de um tribunal ou do teatro – mas haveria de fato uma escolha premeditada de tal ambientação.

Desta maneira, o que podemos perceber é que os elementos articulados por Platão na construção de sua narrativa compõem uma paisagem. Esta, por sua vez, ao mesmo tempo em que se apresenta como corriqueira e cotidiana, como a circunvizinhança da cidade, é também capaz de viabilizar um discurso, através de sua apreensão visual, e o faz na medida em que se liga ao espaço cotidiano pela prática de um espaço vivido e associado ao contexto da narrativa mítica do rapto de Orítia. Ou seja, de algum modo, a paisagem descrita por Platão remete-se à narrativa mítica de Orítia e Boreas, mesmo que aquele não fosse o local tradicionalmente consagrado à

divindade. Para inserir o tema dos mitos Platão apela àquela paisagem, porque a sua apreensão visual a liga a tradição mitológica.

Não esperamos com isso indicar que tais “locais de caminhada” são então espaços em que comumente se discutem temas mitológicos, evidenciando assim *um* espaço de circulação das narrativas míticas. De fato, o que pretendemos é chamar a atenção para o modo como tal espaço possibilitou, ou ainda, viabilizou a tematização de uma dada narrativa mitológica. Neste sentido, consideramos pertinente refletir sobre a possibilidade de determinados espaços, lugares comuns de circulação ou mesmo eventos cotidianos, suscitarem a tematização de narrativas mitológicas conhecidas através de práticas que envolvem, ao mesmo tempo, a visualidade e a narrativa mítica, como constituintes de uma paisagem. Essa paisagem, por seu turno, incita uma determinada prática discursiva em que se contrapõem os mitos comuns e as palavras de Sócrates.

Assim se dariam, portanto, em dados espaços, em dados momentos, a vivência do mito: nos lugares em que as práticas que os envolvem, no momento em que se desdobram, se ligam de alguma forma às narrativas que compõe o quadro das tradições mitológicas. Uma destas formas, temos buscado sinalizar como advindas da visualidade, ao comporem um conjunto de relações que se apreendem pela prática do olhar. Esta ligação, no entanto, não se daria necessariamente por uma atividade litúrgica ou ritual, mas transbordaria das ações, movimentações, deslocamentos e afazeres habituais que ao se conjugarem ao lugar, trariam à tona uma reconfiguração e ressignificação do espaço que o abriria a uma relação, no limite, empírica com o mito.

Encontrar os indícios destas ressignificações espaciais nos indicaria um caminho expressivo na compreensão, não apenas das possibilidades de circulação nas narrativas míticas na Atenas clássica, mas, principalmente, do enraizamento destas narrativas na conformação do pensamento grego.

Deste ponto de vista, pensar a circulação do mito seria pensar como determinados espaços poderiam se constituir, frente à sociedade ateniense do período clássico, como espaços vividos e investidos de sentido através de suas apreensões visuais. Contudo, de modo algum procuramos demonstrar que tais espaços trariam em si os elementos, ou as condições que os fundassem como espaços propícios, por excelência, a tal experiência, mas é a partir das práticas sociais relacionadas a eles que estes se conformariam, ou ainda seriam objetivados como tais. Desta forma, acreditamos ser possível pensar estes espaços, assim configurados, como espaços que se aproximam daquilo que Foucault (2003) chamou *heterotopias*.

Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-lugares, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar

Sendo assim, estes espaços de vivência do mito se constituiriam em um momento específico como *sobre-lugares*: espaços absolutamente reais, mas que, plenamente associados a todo um conjugado de práticas, imagens e tradições, ao mesmo tempo, sobrepe-se a si mesmo como um *espaço outro*. É neste sentido que falamos da possibilidade de vivência do mito por meio desses espaços heterotópicos, que num só lugar real, conseguem sobrepor vários outros, a princípio completamente incompatíveis.

Na maior parte dos casos, as heterotopias estão ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas do tempo – estão intimamente ligadas àquilo que chamarei, a bem da simetria, heterocronias. O auge funcional de uma dada heterotopia só é alcançado quando de uma certa ruptura do homem com a sua tradição temporal. (FOUCAULT, 2003, p. 82)

Espaços, momentos, mas sobretudo, práticas que, no limite, possibilitam uma abertura para a vivência concreta daquelas narrativas míticas veiculadas por uma longuíssima tradição oral. Se na construção de uma percepção identitária pelos gregos a tradição mitológica já tem sido, há muito, objeto de estudos e, assim, entendida como elemento central de todo um complexo sistema de práticas, de valores e de regras sociais (VERNANT, 2006, p.14), não obstante, quando falamos de uma vivência do mito que se dá em um contexto de visualidade, nosso objetivo é lançar nova perspectiva sobre a percepção deste enraizamento das narrativas míticas na sociedade ateniense, sobretudo, do período clássico. Pensar as narrativas míticas por esta via é perceber um movimento de espacialização destas histórias capaz de ultrapassar as tão pretendidas sólidas fronteiras de um imaginário fabuloso e abstrato e, no limite, cristalizar, nos próprios espaços da cidade e adjacências, esta identidade. Na construção desta identidade, tais espaços tornam-se passíveis de um reconhecer-se neles, não na medida em que são apreendidos como monumentos, “lugares de memória”, como certamente serão outros muitos espaços, mas como espaços vivos, e desta maneira, como destacado por Marc Augé, históricos “na exata proporção em que escapam à história como ciência” (AUGÉ, 1994:53).

É desta forma que pensar os espaços de circulação do mito é, em nossa perspectiva, estar atendo às condições de investimento de sentido nesses espaços. Atento a aquilo que Augé chamou de uma dimensão materialmente temporal:

A praça do mercado só merece esse título em certos dias. [...] Os locais consagrados aos cultos e às reuniões políticas ou religiosas são apenas por momentos, em geral em datas fixas, objeto de tal consagração. As cerimônias de iniciação, os ritos de fecundidade ocorrem em intervalos regulares: o calendário religioso ou social modela-se geralmente em cima do calendário agrícola, e a sacralidade dos locais onde se concentra a atividade ritual é uma sacralidade que se poderia dizer alternativa. (AUGÉ 1994:58)

Se retornarmos ao *Fedro* de Platão, podemos agora perceber no espaço descrito no diálogo os elementos que o ligam à tradição mitológica. Como já dissemos,

aquele não é um espaço de vivência do mito por excelência. É um espaço qualquer, corriqueiro, ao redor da cidade. Não há nada nas árvores, na relva ou no rio que o ligue, de imediato, ao rapto de Orítia por Bóreas. Poderiam mesmo haver muitos outros espaços como aquele, como talvez fossem as colinas de Ares na medida em que “*a lenda, com efeito, admite que foi no Ares e não aqui que Orítia foi raptada*”. Contudo, dentro das fronteiras da história narrada por Platão, a apreensão visual do espaço lança sobre Fedro a narrativa mítica de Orítia; fora dessas fronteiras, os ouvintes/leitores de Platão, são arrastados a ela pela construção visual da narrativa do filósofo.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

PLATÃO. **Phaedrus**. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0174>>

### ESTUDOS

ANDRADE, M. **A Cidade das Mulheres**: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica. 1. ed. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Vida Comum** – espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. Logos Gunaikos. *In*: Bustamante, R M. E Lessa, F S. **Dialogando com Clio**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, pp. 111-122

\_\_\_\_\_. *O kat'oïkian*: uma cidade para habitantes. *In*: **A Vida Comum**: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 115-171.

\_\_\_\_\_. **Elogio das mulheres em contextos funerários da Atenas Clássica**: estudo de caso do táphos de Melita. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 20 [2010], p. 235-249, 2011.

\_\_\_\_\_. O Espaço Funerário: comemorações privadas e exposição pública das mulheres em Atenas, séculos VI-IV a.C. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 2011c, v. 31, n. 61, p. 185-208.

\_\_\_\_\_. O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica. *In*: **Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011a, pp.1-15.

\_\_\_\_\_. Política e visibilidade: o elogio das mulheres em contextos funerários. *In*: **XV Jornada de Estudos da Antiguidade** **Ciro Flamarion Cardoso**: A Construção dos sentidos. Inst. promotora/ financiadora: CEIA-UFF. Niterói: UFF, 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)

\_\_\_\_\_. Diálogos da vida comum: os espaços funerários e a cidade antiga. *In*: CORNELLI, G. (Org.) **Representações da Cidade Antiga**: categorias históricas e discursos filosóficos. Coimbra: Classica Digitalia, 2010b.

AUGÉ, M. **O Lugar Antropológico**. Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994, pp. 43-70.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

- DETIENNE, M. **Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Escrita de Orfeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- \_\_\_\_\_. & VERNANT, J-P. **Métis. As Astúcias da Inteligência**. São Paulo: Odysseus, 2008.
- FINLEY, M. I. **O Mundo de Ulisses**. Lisboa: ed. Presença, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A Economia Antiga**. Porto: Edições Afrontamento, 1980a.
- \_\_\_\_\_. **Ancient Slavery and Modern Ideology**. London: Chatto & Windus, 1980b.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- \_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- \_\_\_\_\_. Outros espaços. *In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, v. 4.
- INGOLD, T. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais” *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- MENESES, U. T. B. de. “As marcas da leitura histórica: arte grega nos textos antigos”. *In: Manuscrita: revista de crítica genética*. São Paulo: Editora Annablume, 1998. v. 7. p. 69 82.
- \_\_\_\_\_. “História e Imagem: iconografia/iconologia e além”. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), Novos domínios da história*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp. 243-262.
- \_\_\_\_\_. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Rumo a uma “História Visual”**. Versão 2, 2005, p. 1-9.
- VERNANT, J. P. **As Origens do Pensamento Grego**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Mito e Pensamento entre os Gregos**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Mito e Sociedade na Grécia Antiga**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O Homem Grego**. Lisboa: Ed.I Presença. 1994.

\_\_\_\_\_. **O Universo, os deuses, os homens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEYNE, P. **Acreditavam os Gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

## O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE

**José Antonio de Andrade**

Centro Universitário São Camilo de Lellis  
Faculdade de História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**José Carlos Correia Cardoso Júnior**

Universidade São Camilo de Lellis, Faculdade de  
História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**Rafael Magalhães Costa**

Universidade São Camilo de Lellis, Faculdade de  
História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo expor os fatos e acontecimentos que foram determinantes ao fim do sistema feudal existente na Europa que vigorava do século V ao XV, e que levou ao surgimento de novas formas de contratos que, por fim, originou o capitalismo e o que chamamos de renascimento. Partindo desta idéia de mercado e observando a questão monetária, entender a formação dos estados absolutos e suas atribuições, como se comportou a sociedade europeia da época, bem como seu desenvolvimento e o que levou a novos rumos e novas terras, que daí então novas civilizações. E por fim, refletir sobre a formação destas comunidades, que baseadas na escravatura, acabam perpetuando esse sistema, transformando-o em um racismo

cultural, fundamental a corrupção.

**PALAVRAS CHAVE:** Renascimento; Estado Absoluto; Corrupção.

**ABSTRACT:** The present work aims at exposing the facts and events that are decisive for the end of the feudal system that existed in Europe from the fifth to the fifteenth century, and that was launched at the emergence of new forms of contracts, finally, origin or capitalism and what we call it rebirth. Starting from this idea of the market and observing a monetary question, understanding a formation of the absolute states and their attributions, as behaved the European society of the time, as well as its development and what led to new directions and new lands, that is from new civilizations. And finally, to reflect on a formation of the communities, that based on the slavery, end up perpetuating this system, turning it into a cultural racism, fundamental the corruption.

**KEYWORDS:** Rebirth; Absolute State; Corruption.

### 1 | INTRODUÇÃO

Ao debruçarmos sobre a lente histórica e voltar nossos olhares para o nicho entre os séculos XV ao XVI, temos a oportunidade de observar um período de vivaz transição nos

mais diversos campos que norteiam a vida da sociedade europeia de então. Em tal período, os códigos de honra cavaleiresca sede lugar a pujança de intento burguês.

O renascimento, como ficaria conhecido este período, assim chamado, pois neste decorrer a Europa, inicia o fim de mais de um milênio do modo de produção feudal com viscerais ligações com o catolicismo, teoria essa que tolhia a reprodução do conhecimento além dos mosteiros bem como das manifestações culturais independentes. Quando este movimento surge, passa a negar toda a subjugação do pensamento, no entanto não se nega a Deus, e se volta ao clássico do passado grego e romano, então renascimento como humanismo, pois tirara Deus do controle excessivo de tudo e libertava o Homem ao pensamento e ao contato com o mais sublime da natureza, ele próprio.

Desenvolve-se então, de forma concreta e lesta no seio da sociedade, administrações setorizadas como: econômica, política e de natureza mercadológica, sendo este o motivo a considerar o renascimento o gérmen do novo sistema que viria o capitalismo e o despertar do pensamento racionalista, que transfere do divino para o humano inúmeras responsabilidades e prazeres que, numa visão antropocêntrica e individualizada, o Homem passa a ocupar o centro do pensamento e priorizar as políticas desenvolvidas. Partindo destas premissas, tendo como ponto observação a obra de Nicolau Sevcenko podemos razoar sobre esse período histórico, de forma estruturada e discorrer entre suas mais diferenciadas vertentes.

## 2 | O RENASCIMENTO

E necessário para um bom entendimento deste processo do qual discorreremos a seguir, antes entender o contexto histórico geral, quais acontecimentos foram de certa forma responsáveis para o surgimento de uma nova e diferente dinâmica na sociedade europeia daquele tempo. Entender quais seriam as suas necessidades, despido de anacronismos e com o olhar criterioso na busca dos resultados alcançados pela dinâmica anterior bem como onde ela já não mais supria as lacunas que aparecem numa sociedade que entra em “ebulição” ante a falência de tipos de contratos e o surgir de novos outros.

E interessante a observação de que todo processo de transição de sistemas sociais cause turbulências e conflitos em escalas e termos de grau considerável, no entanto, tudo isso, consideremos, estava sim, incluso no referido processo, porém neste caso, tudo acontece a modificar toda a sociedade, até mesmo a nobreza que, em tese foi a prejudicada já se acomodava dentre das condições do comércio, tais conflitos não chegam a ser condicionante a uma ruptura entre as novas idéias. Outro fator de igual importância nestes acontecimentos é o fato de que, esses novos ares trouxeram consigo frescos as tensões das massas desfavorecidas pela vacância do sistema anterior, bem como novidades que se vertem ao consumo, que mesmo quem

não poderia possuí-las, nutria o sonho de tê-las, o que provoca uma acomodação pela ocupação, combustível do capitalismo.

Do século V ao XV a Europa vive a partir do colapso Romano, numa sociedade de modelo feudal, onde embora possam citar as monarquias, essas acabavam sendo somente mais uma peça em todo esse intrincado tabuleiro político, lotado de nobres ociosos que dominavam grandes porções de terra, como também o fazia, o clero e pessoas que, geralmente, por meios militares conseguiam ascender a tal patamar, todo o resto da sociedade ficava preso a terra tendo como direito básico sua permanência naquele feudo, onde sob pesados impostos produziam ao senhor. Então, dentro deste processo, o monarca passava a ser somente mais um senhor feudal.

Neste exercício podemos observar diferenças de comportamento social em diversas regiões. Principalmente nas periféricas que, por sua localização geográfica no litoral, são favorecidas ao comércio, como é o caso da Itália, Flandres, Portugal entre outros. Também possui relevância o fato de ocorrerem invasões em algumas partes, o que acaba por provocar um nível maior de organização de uma monarquia forte.

Entretanto, para entendermos a mudança de processos, torna-se fundamental a compreensão do colapso do exercício anterior, que para muitos historiadores, são: a peste, a guerra e a revolta das massas.

Por volta do século XIV, entretanto, todo esse processo de crescimento entra em colapso. Os fatores que tem sido apontado pelos historiadores como principais responsáveis por esse reflexo do desenvolvimento econômico são: a peste negra, a Guerra dos 100 Anos e as revoltas populares. Essa crise do século XIV tem sido também denominada de Crise do Feudalismo, pois acarretou transformações tão drásticas na sociedade, economia e vida pública na Europa que praticamente diluiu as últimas estruturas feudais ainda restante e reforçou, de uma forma irreversível, o desenvolvimento do comércio e da burguesia (SEVCENKO, 1988, p.6).

E inegável que estes três fatores são realmente importantes dentro da questão final do sistema feudal, pois como observamos nos últimos anos do feudalismo, acontecimentos que terminaram por contribuir para esses no futuro - como a liberação de servos que leva a formação dos burgos, aglomerados urbanos ao redor dos feudos que sem estrutura física, sanitária entre outras favoreceu a possibilidade da peste, oriunda de roedores proliferados no meio das populações urbanas, o que levou a enorme mortandade, bem como as guerras, em especial o conflito anglo-franco que perdura por mais de um século e dizima tal como a peste inúmeras vidas. Então, ao investigar o último fator, as revoltas, podemos tecer uma rede de ligações com os demais, bem como observar uma teia de acontecimentos que o levaram a cabo.

Contando então com uma taxa de mortalidade altíssima (pela peste, guerras, e lógico, uma redução de produção direta), a fim de não diminuir seus estoques, é imposto por parte dos senhores feudais, um maior peso nos tributos, gerando insatisfação. Outro ponto que leva direto a isso é a escassez do solo - saturada por mais de mil anos de uso contínuo. Partindo desse princípio, os antigos tributos feudais (corvéia, talha,

banalidades, etc) pagos em espécie, passam a ser substituídos por uma nova lógica monetária. A nascente capital passa a se tornar alvo de todos os elementos sociais que, tradicionalmente, eram denominados de clero, nobres e servos. Aos nobres senhores das terras, também conhecidos como senhores feudais, com representatividade local privilegiada por gerações de domínio fundiário, é fundamental uma renda oriunda de moeda. Os servos ainda presos a terra passam a vender força de trabalho e/ou produtos. Essa adaptação da nobreza a um novo paradigma econômico ajuda a solapar o decadente feudalismo.

Então, com o vazio deixado por esse sistema, começa a surgir uma mudança lenta e gradual, dos limites ao centro: o Capitalismo. Com o enfraquecimento da nobreza oriunda da crise do século XIV, as monarquias saem fortalecidas, pois deixam de ter os ideais de lealdade e honra, começando a agir de forma mais absoluta garantindo o negócio aos burgueses, a classe emergente e enriquecida pelo comércio. Assim, o monarca passa a atuar como um chefe militar, arrendatário de terras, garantidor de compromissos fiscais e jurídicos. A nova ordem social emergente, uma ordem de mercadores que passa a dominar o tempo, levando este ao patamar de produto negociável desvinculando a vida e o calendário das imposições da igreja católica, ou no mínimo, promovendo ruídos nesse estratagema. Eram tempos de efervescência em todos os setores sociais.

Como citado, as monarquias assumem um novo papel, retomam o controle sobre todo o território, a garantindo o trânsito dos comerciantes e seus interesses, e deles, recebendo impostos. Tendo como função também a defesa nas guerras, ou mesmo, a promoção delas em caso de interesse do comércio, característica que foi decisiva ao fortalecimento do capitalismo e que perdura como tática dele até os tempos pós-modernos. Além de uma criação que era necessária ao comércio e fundamental ao novo formato de estado que surgia, a burocracia estatal, onde o estado se comporta como uma empresa, contábil e administrativamente eficiente, que tinha o Rei seu controle decisivo. “Deve, pois um Príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem ter outra coisa como prática, senão a guerra, seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem governa” (MAQUIAVEL, 2010, p.54).

De tudo isso, não poderia ser outro o resultado, de instruções vindas de nada menos que dos escritos de Nicolau Maquiavel ao Duque de Urbino, Lourenço de Médici, O Príncipe. Obra dedicada a dar respostas a questões anteriores, o estado absoluto. Tal estado neste momento contou então com um muito eficiente manual de respostas a falidas tentativas de organização social e a novos desafios destas organizações que estavam a surgir dentro do novo bojo das sociedades europeias, que Maquiavel viria a chamar de estado.

Desta observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada *communis opinio*, do Estado moderno definitivo mediante a dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força (BOBBIO, 1987, p.69).

Neste caso coube a Maquiavel as mais diversas recomendações acerca da manutenção e controle do que chamou de estado, sendo necessário ao príncipe (entende-se governante), medidas que fogem as regras da ética e da moral, mesmo da época. No entanto, era fundamental que isso não viesse a público, pois deveria o Príncipe parecer sempre forte, altivo e inspirado, para tal era válido mentir, fingir e dissimular.

Todos compreendem o quanto seja louvável a um Príncipe manter a palavra dada e viver com integridade, não com astúcia; contudo observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve Príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam pela astúcia iludir os homens, separando enfim os que foram leais (MAQUIAVEL, 2010, p.63).

Em observação, jamais deveria o Príncipe governar sozinho, de certo cercar-se-á de ministros, aos quais deveria tratar com mais bônus e subornos possíveis pois, entendia Maquiavel que, a lealdade deve ser comprada, afinal não se trata de um dom natural, logo sendo necessário o suborno e a riqueza ao ministro para que este estivesse em satisfação e livre de novas ambições. Quanto ao povo, deveria ser o mais cruel possível, embora devesse tentar mostrar com isso piedade. Recomenda-se ser temido em desfavor de ser amado, pois o amor se troca, no entanto, o medo se mantém e traz consigo uma eficácia na dominação maior que qualquer outra técnica. E assim, para um maior sucesso em suas empresas, deve servir-se sempre da religião e dedicar-se a uma piedosa crueldade (MAQUIAVEL, 2010). Com todas estas informações e baseado nas necessidades da sociedade já não mais satisfeita com as regras anteriores, novos ventos varem a Europa trazendo consigo o que seria o novo tipo de contrato que dominaria o pensamento ocidental.

No soprar destes ventos, uma nova visão de mundo nasce, onde o Homem passa a ocupar o centro da vida. Digo “da vida”, pois esse movimento não negava a Deus, porém o enxergava de uma maneira nova, rompendo com toda a tradição e delegando ao Homem, o que é natural, e a Deus, o que é divino. Não seria de se esperar que esse processo não sofresse reação, e sofreu por parte da igreja, que tentara recuperar o espaço perdido. Ainda neste sentido, vem a favorecer o novo pensamento os reformadores da religião, que por premissa tomam por prática a não interferência no civil, ficando a religião mais pura. Pura não no sentido de santidade, mas no sentido de desvinculação política - mais tarde observaremos essas práticas por parte dos reformadores, com a união a governos e interferências impostas e sofridas. Para a reforma religiosa, principalmente na região nórdica/germânica, torna-se fundamental a formação dos novos estados, e assim, concluiriam de vez o rompimento com o clero católico que representava continuidade. Em muitos casos, tomando a religião reformada como oficial, o que era encarado como ato de afirmação, uma vez que estes reformadores eram mais receptivos as novas idéias que, orbitavam em torno do sistema monetário comercial, enquanto a igreja romana perdia posição e por isso, se opunha ferrenhamente a nova ordem.

Como tudo que é novo, esse movimento cria mecanismos para uso de afirmação e poderíamos observar inúmeros deles. Talvez um dos mais importantes seja a arte que, até o momento, ficava ligada quase exclusivamente a arte religiosa, sendo a partir de então, objeto de intenso uso por parte da burguesia enriquecida pelo comércio e que necessitava de consolidação no âmbito da sociedade, e para tal, o combate à cultura que deveria ser suplantada era importantíssimo. As figuras mais ricas faziam suas encomendas a pintores famosos com idéias já concebidas, o que nos leva a entender que, neste processo, nada era por acaso, não se tinha ali um ato de inspiração artística, mas sim um ato de propaganda da pessoa quem encomendou um produto e não uma obra de arte simplesmente. Tais pessoas, os mecenas, eram considerados como protetores das artes e cultura. “Esses financiadores de uma nova cultura, burguesia, príncipes e monarcas, eram chamados de mecenas, isto é, protetores das artes” (SEVCENKO, 1988, p.25).

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que esta necessidade de uma propaganda eficiente, levou a um aperfeiçoamento qualitativo extraordinário do que se tinha como obras de arte antes dela.

A dramaturgia, a escrita de peças e obras literárias significou um importante movimento de simbiose com o que se vivia nas esferas política e econômica. Política por conseguir incutir a possibilidade de uma língua laica, abandonando muitas vezes o latim tradicional. E econômica, por estabelecer a circularidade de moedas, produtos e serviços nos recém-criados países europeus. Com esse alcance burguês na vida, direta ou indiretamente, de todos na nação, delineou-se um caminho propício a fomentação de uma consciência de classe, basilar a mudança de paradigmas tradicionais.

Outro memorável invento deste período que nos chegou é a forma de governar e de manter o poder, que deve ser feito a qualquer custo e sem medir/mensurar o esforço ou mesmo o déficit social provocado.

Entretanto, o aumento da prosperidade econômica das cidades mercantis ao longo de todo esse processo não contribuiria para reforçar essa solidariedade entre as classes urbanas. Ao contrário, as guildas e corporações mais bem sucedidas em seus negócios passam a gozar de uma situação tão favorável que lhes permite manipular as instituições da nova república a seu gosto, através do suborno, da fraude eleitoral e da corrupção administrativa (SEVCENKO, 1988, p.46).

Ao anatomizar toda essa narrativa fica clara e evidente uma imensa ligação entre passado e atualidade, onde as bases para o novo convívio social foram postas, não somente na questão da evolução humanística, mas também no ponto onde podemos visualizar um concreto desprezo ao ser humano que ficava fora das classes favorecidas, bem como uma severa manipulação dos meios, a fim de manutenção perpétua do poder.

Como tínhamos, neste período, o início do fortalecimento comercial na Europa que numa fase de transição severa, encontra-se num estágio de acomodações de poder, que se ligava diretamente o dinheiro, então ficava em evidência os donos das casas comerciais, que mesmo com a manutenção do sistema republicano em

algumas cidades, a maioria delas, como por exemplo, na Itália, se colocavam acima de qualquer estatuto e lei, dominando de forma arbitrária todo o corpo administrativo local e moldando-o aos seus interesses particulares. Como esta nova ordem que entrara em vigor, os intentos comerciais vão dominando toda a Europa onde cada vez mais penetra e conquista, chegando o tempo em que, devido a aceitação e a dinâmica, que é natural ao comércio e logo ao sistema capitalista, os produtos locais já não atende à demanda, os metais preciosos tornam-se escassos na Europa, bem como a dificuldade das rotas comerciais que a ligavam Ásia e se lançam a novos desafios, era necessário vencer o mar.

Neste contexto, a igreja católica já intentava participar deste processo. Então, em privilégio aos reinos, ainda fieis a primazia de Portugal e Espanha, partem a novas rotas comerciais e por isso, a novas terras e descobertas, cabendo neste contexto a colonização do que se tornaria a América. Tanto portugueses quanto espanhóis fundam em terras “americanas” colônias, que se baseavam na exploração e ao atendimento das necessidades comerciais européias.

Para atender tais intentos, no novo mundo, cria-se um modelo de exploração que difere do sistema implantado na Europa. Dentro deste modelo coube a dizimação de povos e a escravização de muitos outros. Nascia então um novo modelo de civilização, baseada no que há de mais perverso dentro do sistema de exploração comercial ou capitalista, onde as oligarquias com poucos dominavam muitos. Esta dominação que começa com o uso da força excessiva, onde tudo era justificado afim da dominação, inclusive a justificativa da ausência de humanidade nos dominados e escravizados, que a partir desta premissa não se omitiam em matar e torturar com o intuito da exemplificação. Mesmo com o fim, após a dominação dos europeus estas civilizações, forjadas aqui com base na escravidão e na violência, permanecem quase imutáveis, onde as práticas desumanas se perpetuam, pois em quase todos os casos, os que governam o fazem com o objetivo de manutenção de elites que remontam ao período colonial.

Ainda que seja defendida a idéia de continuidade da ligação cultural aos colonizadores, considera-se que as mazelas perpetuadas aqui, seriam herança de um modelo de ordem política posta em prática nos países colonizadores e que, a corrupção seria instrumento da política colonizadora (FAORO, 2000). Não seria considerada prudente uma linha de raciocínio similar, pois há de se considerar que as oligarquias que aqui existem, aqui mesmo se formaram, tendo em vista que as normas representativas nas colônias não se ligavam as da metrópole. Como por exemplo, podemos citar a escravidão que, tida como base da sociedade colonial, nem mesmo existia na península ibérica, ou pelo menos, em sistema similar ao aqui desenvolvido.

Considerando então que estas sociedades se desenvolveram com regras próprias, ainda que impostas, impossível tarefa seria compará-las com as demais, inclusive as que regras ditadas por aqui. Essas sociedades forjadas na escravidão, onde bem dividida em classes, sempre haverá a quem oprimir e as difíceis mudanças

entre as classes econômicas, coloca em desvantagem o que menos tem, típico do sistema escravista. A escravidão acabou. Então, todo este sistema de opressões também, imaginaria o “leigo”. Entretanto, devemos estar atentos aos fatos: como se organiza nossa sociedade hoje? Como é dividida a riqueza em seu seio? Qual a reação e relação das classes em tempos atuais?

Em resposta a esses e outros questionamentos observamos a mudança nas estruturas de manutenção de poder. Onde antes era suficiente e possível a pura e simples divisão em classes econômicas, hoje já existe contestação. E assim, surge a idéia fantástica, talvez a mais inteligente e eficaz estratégia de dominação de todos os tempos dentro do sistema capitalista: a divisão em classes sociais; onde é possível ao dominado sentir-se dominador, bem como entender a “superioridade” dos mais ricos. As classes sociais são vistas como uma questão de merecimento por depósito cultural (SOUSA, 2017).

Essa dominação por divisão em classes sociais e a idéia do depósito cultural se mostrou tão eficaz que serviu, e serve, ao interesse de manipulação entre nações, encontrando até mesmo dentro das próprias nações “dominadas” defensores.

O culturalismo tornou-se uma espécie de “senso comum internacional” para a explicação das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo inteiro. O instante de ouro do culturalismo foi a entronização da modernização produzida especialmente nos EUA no segundo pós-guerra e disseminada no mundo inteiro. Ela explica precisamente o porquê de algumas sociedades serem ricas e adiantadas e outras pobres e atrasadas. (SOUSA, 2017, p.16).

Para sedimentar esse pensamento, Raymundo Faoro (2000) entre outros escritores brasileiros, compara a colonização dos EUA com a brasileira: onde o depósito cultural dos colonos protestantes individualistas seria o motivo da riqueza americana, enquanto que, a colonização brasileira, de exploração, seria culpada das mazelas de nossa sociedade, assim justificando o que é considerado racismo cultural.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos o movimento renascentista com a sua real importância e ao observar com o devido cuidado, nos deparamos com uma situação bastante singular, ou seja, não é possível enquadrar o renascimento em um retilíneo eixo. Embora esse processo tenha acontecido e atingido toda a Europa, o fez em tempos e maneiras distintas, ficando cada região resguardada ainda nas suas peculiaridades.

Fato é que a estrutura de poder medieval, alicerçada no binômio “Clero x Nobreza”, não garantiram suas maiores funções para com a sociedade, ou seja, não promoveram a proteção desses nem espiritual, nem carnal, mediante todos os problemas que o modo de produção feudal em voga apresentava. No campo da mentalidade desse homem recém-moderno, os padres não rezaram o bastante, os nobres não administraram bem a propriedade e esse feudo não satisfazia as necessidades que o fazia existir. A

burguesia, o Estado Moderno e o Capitalismo surgiam como numa súplica fervorosa numa oração desesperada. A sociedade estava criando um novo Estado. A verdade absoluta religiosa se abria à ação do homem, ao Humanismo.

Entretanto todo este processo, que ainda se encontra em vigor ou até mesmo em desenvolvimento, produziu uma sociedade que vive em constante disputa, fato que levou a explorações e subjugamentos de povos devidos a interesses comerciais, tornando-os reféns de idéias já mortas na Europa. Forjando sociedades desiguais, que se baseiam em discriminação social e generalização de pobreza, bem como na perpetuação de poucos no poder por muito tempo e agravando ainda mais essa situação. Conseqüentemente, tornando nações ideologicamente fracas e, por conseguinte, de fácil dominação as nações ideologizadoras, favorecendo as desigualdades e eternizando uma escravidão social.

## REFERÊNCIAS

*BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 256.*

*FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Vol.1. 10ª Ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 929.*

*MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Tradução: Lívio Xavier. 3ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2010, p. 96.*

*SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985, p. 74.*

*SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 240.*

## O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS

**Fernando Marcus Nascimento Vianini**

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora – Minas Gerais

**RESUMO:** No decorrer do século XX, o setor automotivo exerceu uma profunda influência na relação de poder dos Estados, principalmente devido ao seu peso econômico, refletindo na ativa participação do Estado na instalação de complexos automotivos nacionais e em políticas comerciais e barreiras para mitigar as importações. Este artigo visa analisar a inclusão do setor automotivo dentro do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, que levou à criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), destacar os principais pontos dos planos nacionais automobilísticos e ressaltar os prazos e as taxas mínimas de conteúdo local estabelecidas pelas políticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indústria Automotiva Brasileira, GEIA

**ABSTRACT:** Throughout the twentieth century, the automotive industry had a profound influence on power relations of states, mainly due to its economic weight, reflecting the active participation of the state in the set up of national automotive complex and trade policies and barriers in order to mitigate imports. This article aims to examine the addition of the

automotive sector in the “Plano de Metas” of Juscelino Kubitschek, which led to the creation of the “Grupo Executivo da Indústria Automobilística” (GEIA), highlight the main points of the automobile national plans and emphasize the deadlines and the minimum local content rates established by the policies.

**KEYWORDS:** Brazilian Automotive Industry, GEIA

### 1 | INTRODUÇÃO

Após 1945, o Brasil entrou numa nova fase democrática que se encerrou com o golpe de 1964. Neste intervalo, foram estabelecidas diversas políticas voltadas para a instalação de um setor automotivo no país, principalmente por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubistchek, que utilizaram de estratégias como a transferência de recursos do setor agrícola para a indústria ou o oferecimento de incentivos e subsídios para as montadoras. Estas políticas se inseriam dentro do modelo nacional-desenvolvimentista, iniciado ainda na década de 1930, baseado na industrialização via substituição de importações e que obteve um amplo apoio social, formado por forças políticas centro-esquerda, militares, sindicalistas, intelectuais e empresários, e com respaldo na CEPAL e no ISEB (BRESSER,

2007). Apesar dos diversos obstáculos, o Estado conseguiu instalar a produção automotiva doméstica com sucesso, forçando as montadoras a investirem e trazendo benefícios tanto com a renda gerada quanto com as externalidades produzidas pela industrialização.

De acordo com boa parte da literatura especializada, como Shapiro (1994), Limoncic (1997) e Latini (2007), nos governos de Getúlio Vargas foram lançadas as bases para a instalação de um setor automotivo no Brasil. Vargas conservou um caráter nacionalista, de criação e organização institucional e de fomento a indústria nacional e, apesar de não ter construído uma indústria automotiva em seus mandatos, foram neles que os quadros legais, físicos e infraestruturais foram estabelecidos, possibilitando a implantação do setor. Getúlio se utilizou das instituições existentes ou da criação de organizações totalmente novas para fomentar a industrialização, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Foi sobre este aparato institucional que as empresas fornecedoras de peças e componentes nacionais se organizaram e se desenvolveram e que a instalação de montadoras no país passou a ser considerada como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico do país durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Sem ignorar o legado varguista, neste artigo pretendemos abordar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, o estabelecimento do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, mais conhecido como GEIA, e a instalação das montadoras de veículos no Brasil sob estas políticas. Na primeira parte deste artigo buscamos analisar a inclusão do setor automotivo dentro do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que levou a criação do GEIA, instituição responsável por todos os assuntos referentes à instalação do setor no Brasil. Na segunda, procuramos destacar os principais pontos dos planos nacionais automobilísticos voltados para as diversas linhas de automóveis, ressaltando os prazos e as taxas mínimas de conteúdo local estabelecidas pelas políticas. Por fim, na terceira seção visamos desenvolver a questão acerca da adesão das principais montadoras ao projeto de carros de passeio, destacando os casos da Simca, da Volkswagen e da Ford.

Apesquisa histórica acerca da trajetória e dos legados do setor automotivo no Brasil nos permite avaliar uma série de questões que envolvem os avanços e retrocessos nas tentativas de construção de uma indústria nacional e de um país soberano no período republicano, as relações de poder entre as diferentes instituições do Estado, como a presidência, o congresso e o GEIA e entre estas instituições e as empresas, assim como questões acerca da relação capital e trabalho, do desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia. Neste trabalho, foram utilizadas fontes primárias, como os dados da representante do setor automotivo, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), os decretos do Estado e seus planos nacionais específicos, assim como fontes secundárias de cientistas de distintas formações, como Helen Shapiro, Joel Wolfe, Bresser Pereira e Antônio Negro.

## 2 | O GOVERNO JK E O PLANO DE METAS

Em 1955 foram realizadas as eleições para os cargos de presidente e vice-presidente do Brasil. Enquanto estava em campanha, Juscelino Kubitschek encontrou-se com Lúcio Meira, um dos idealizadores da construção de um setor automotivo no país, que convenceu JK da importância de inserir o setor no Plano de Metas (LATINI, 2007). De acordo com Shapiro (1994), a implantação do setor automotivo foi pensada inicialmente para a resolução do problema da balança de pagamentos do país. No governo Dutra (1946-1951), por exemplo, foi iniciada uma política de importação irrestrita que se esgotou na medida em que a balança de pagamentos acumulava déficits. Deste modo, as primeiras iniciativas de construção de uma política para o setor automotivo foram resultado dos problemas na balança comercial e baseados nos instrumentos existentes para a redução das importações e de seu impacto nas despesas. Os automóveis eram os itens mais importantes das importações e sua produção local seria capaz de aliviar a enorme pressão monetária, de resolver o gargalo no setor de transportes e de atrair capital e tecnologia estrangeiros para o país.

Posteriormente, no governo JK, a implantação do setor automotivo ganhou contornos mais estratégicos. O setor seria utilizado como meio para garantir uma rápida industrialização, devido aos seus efeitos de derramamento sobre os demais setores da economia. A implantação do setor automotivo ainda resolveria os dilemas acerca dos transportes e da integração física do país, trazendo o apoio da burocracia e dos militares ao projeto. De acordo com Joel Wolfe (2010), o Brasil se interiorizou de fato apenas após a instalação da indústria automotiva, já que a construção de ferrovias não servia ao interesse público e político de unificação do país, mas simplesmente ao desejo de transportar café, açúcar ou qualquer outra matéria prima do interior para os portos de exportação. Neste mesmo sentido, Helen Shapiro (1994:38) afirmou que: “Quase todas as transações comerciais entre o sul e o nordeste, e mesmo entre vizinhos próximos, era conduzida pelo mar. Durante a guerra, os ataques alemães na costa do Brasil isolou as grandes cidades costeiras uma das outras e demonstraram a vulnerabilidade das rotas de suprimento do país”. Por fim, num período de profunda radicalização política, a instalação do setor visava angariar o suporte da classe média ao governo, uma vez que o automóvel era o símbolo daquilo que havia de mais avançado tecnologicamente e sua instalação era voltada para atender o mercado doméstico.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek nomeou Lúcio Meira para o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas e o pediu para elaborar um relatório sobre a instalação do setor automotivo no Brasil. Em maio 1956 foi entregue ao presidente o Relatório do Grupo de Trabalho Sobre Indústria Automobilística, que alertava sobre a importância da construção de uma indústria automotiva nacional, reforçando a

existência de um mercado para veículos de diferentes tipos e os serviços oferecidos por veículos ao país. Segundo o Relatório, o que impedia o investimento no Brasil eram a inexistência de políticas governamentais e as oscilações nas políticas econômicas. Para contornar estes problemas, era recomendada uma política econômica assegurada por decretos do Poder Executivo, sem a participação do Poder Legislativo. Constatava-se ainda que era preciso desenvolver a indústria automotiva num curto espaço de tempo, uma vez que a troca do governo executivo poderia transformar o projeto inicial. Desta forma, era necessário forçar um grande investimento inicial por parte das empresas envolvidas, de modo a atingir um ponto de não retorno, evitando que uma troca de governo resultasse no fracasso total do plano.

Paralelamente, JK lançou o Plano de Metas, uma política com o objetivo de transformar a economia exportadora de matérias primas para manufatureira e composto por trinta metas de expansão para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, focadas na superação dos pontos de estrangulamento para o desenvolvimento econômico do país. As trinta metas eram divididas entre energia (da meta 1 a 5), setor de transporte (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (19 a 29) e educação (meta 30). A meta síntese do Plano era a construção de uma nova capital, Brasília. Das trinta metas, somente uma era destinada a um bem de consumo, a meta 27 voltada para o setor automotivo, que estabelecia como objetivos: produzir 170 mil veículos em 1960, atingir taxas de conteúdo local em peso de 90 a 95% do peso total do veículo em 1960, incumbir ao setor privado a produção, reservar ao Estado apenas a função de promotor e coordenador – excluindo a possibilidade de iniciativa estatal, exceto a já existente Fábrica Nacional de Motores -, permitir a constituição de empresas com capitais brasileiros, estrangeiros e mistos e enfatizar a produção de veículos de maior importância econômica, como os caminhões. De acordo com Limoncic (1997), a implantação do setor automotivo ainda criaria importantes efeitos-cascata sobre diversos outros pontos do Plano de Metas, como as Metas 4, de produção de petróleo, 5, de refinamento de petróleo, 19, da siderurgia, 21, dos metais não ferrosos e 25 da borracha, e sobre todas as metas relativas a transporte, fomentando as rodovias e inibindo as ferrovias. Para coordenar a execução do Plano de Metas foi criado o Conselho do Desenvolvimento que, por seu turno, era composto por Grupos Executivos e Grupos de Estudo setoriais.

A partir do Relatório de Lúcio Meira e do Plano de Metas foi criado o decreto 39.412 de 16 de junho de 1956 (BRASIL, 1956a), que estabelecia as diretrizes básicas relativas à Indústria Automobilística Brasileira e a competência e autoridade dos órgãos executivos que se encarregariam de aplicar tais diretrizes. Ficou definido que os equipamentos utilizados na indústria automotiva eram de importância estratégica e, por este motivo, sua importação deveria ser feita de acordo com a Instrução 113 da Sumoc, que se constituía em concessão de isenção fiscal. Todavia, para obter o direito ao benefício, as fabricantes de veículos tinham que elaborar um projeto, contendo diversos pré-requisitos, como a produção de motores em instalações próprias ou de

subcontratadores, o respeito aos prazos fixados e às taxas mínimas de conteúdo local. O decreto ainda previa que nenhuma distinção ou preferência seria realizada sobre o tipo de motor do ponto de vista dos combustíveis utilizados e que os incentivos eram reservados aos projetos de iniciativa privada, retirando a possibilidade de estimular entidades estatais, antigas ou novas, a se dedicarem nesta atividade.

O artigo número 14 do decreto 39.412 criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), subordinado ao Conselho do Desenvolvimento, cujas funções seriam a execução e supervisão das diretrizes básicas do decreto, a formulação das recomendações de incentivo à indústria, o julgamento dos projetos apresentados pelas fabricantes de veículos, o incentivo a entrada no país de técnicos e operários especializados, o estabelecimento dos Planos Nacionais Automobilísticos para as várias linhas de veículos, a recomendação aos órgãos competentes sobre o provimento de créditos para os empreendimentos, a coordenação de estudos sobre revisão de tarifas e classificação de mercadorias, a normalização de materiais, o preparo de mão de obra, o suprimento de matéria prima, estatísticas, medidas tributárias e legislativas, censos, custos de produção, mostras, exposições e qualquer outro aspecto de interesse para a indústria automotiva. Por fim, o decreto definia que os membros do GEIA seriam o Ministro da Viação e Obras Públicas, ao mesmo tempo presidente do GEIA, o diretor executivo da Sumoc, o diretor superintendente do BNDE, o diretor da Cacex e o diretor da Carteira de Câmbio, excluindo a iniciativa privada e os trabalhadores da participação nos quadros da instituição (BRASIL, 1956a). Posteriormente outros representantes foram incluídos, como o Ministro da Guerra e o Conselho em Política Tarifária em 1957, e o Ministro da Agricultura em 1959. Ao juntar os diretores em uma única instância, a tomada de decisões foi acelerada, sem haver a necessidade de reportar qualquer assunto a superiores ou passar pela burocracia. Ao GEIA também foi garantido o poder executivo e sua localização na cadeia executiva o isolou, ao menos em teoria, das disputas no congresso (SHAPIRO, 1994).

Tanto o Estado, quanto as firmas tinham objetivos estratégicos além do investimento. Para JK, a instalação da indústria automotiva era um meio para o rápido desenvolvimento industrial do país e que lhe forneceria apoio político. Os tecnocratas perceberam a necessidade de desenvolver a indústria ao ponto sem retorno: no momento em que os investimentos fossem realizados e uma rede de fornecedores criada, seria difícil desmantelar a indústria tanto economicamente quanto politicamente. Por outro lado, as empresas atrasavam os investimentos temendo reviravoltas na política econômica do país. As firmas preferiam reduzir seus riscos ao investirem menos recursos para recuperá-los o quanto antes, diminuir os custos de retirada e começar com baixos níveis de conteúdo local que gradativamente aumentariam. Todavia, o gradualismo não era bem estimado pela administração de JK, haja vista a possibilidade de alteração da política pelas administrações futuras. Coube ao GEIA moldar a estrutura de incentivos de forma a garantir altos investimentos e comprometimento por parte das firmas desde o início.

O que se constatou é que havia certa resistência das marcas internacionais em estabelecerem montadoras no Brasil. Os planejadores brasileiros concluíram então que a colaboração das corporações transnacionais jamais seria obtida a não ser por imposição. Por esta razão, o governo optou pelo fechamento do mercado doméstico às importações, oferecendo às montadoras que se instalassem no país subsídios, linhas de crédito, facilitação da importação de máquinas e equipamentos, isenções fiscais, tarifas protecionistas e acesso exclusivo ao mercado brasileiro durante um período pré-estabelecido, o que se constituiria como vantagem sobre as empresas que ficaram de fora do projeto. Como contrapartida, as empresas teriam que cumprir uma agenda de progressiva nacionalização da produção, ao mesmo tempo em que cumpriam metas de produção. Em caso de descumprimento das normas, as operações da empresa, assim como os benefícios, poderiam ser suspensas e seu capital retido no país. (SHAPIRO, 1994, NEGRO, 1997).

No princípio do projeto, a prioridade eram os veículos comerciais dado a importância do transporte de cargas no país, a economia de escala ser menos rigorosa, o padrão de qualidade menor e o mercado mais definido. A produção de carros de passeio ocorreria como estágio final do plano, para represar a demanda, garantido mais mercado para as vendedoras.

### 3 | O GEIA

Em suas operações, o GEIA não possuía o poder de limitar os competidores ou de escolher campeões, desta forma, procurou criar condições de um mercado neutro, de modo a garantir o investimento das firmas, a evitar o monopólio e a não parecer a favor do capital de uma nação em detrimento de outra. Todavia, a preferência da instituição era por firmas grandes e já conhecidas no mercado brasileiro, principalmente no setor de carros de passeio. O melhor exemplo desta postura foi a aprovação dos projetos de jipes. A Willys, a Vemag e a Rover apresentaram e tiveram aprovados seus projetos, mesmo as duas primeiras sendo compostas de capital nacional e investindo num segmento com menor mercado, elas não foram impedidas de competirem entre si, enquanto poderiam estar investindo em setores diferentes para ampliarem as áreas de atuação do capital nacional (SHAPIRO, 1994, NEGRO, 1997).

A partir da criação do GEIA, foram instituídos decretos que guiariam a implantação do setor de caminhões (decreto 39.568, julho de 1956), jipes (decreto 39.569, julho de 1956), camionetas, furgões e caminhões leves (decreto 39.676-A, julho de 1956), carros de passeio (decreto 41.018, fevereiro de 1957) e tratores agrícolas (decreto 47.473, dezembro de 1959). Os decretos efetivamente fecharam o mercado brasileiro para as importações e forçaram as firmas a aumentarem o nível de conteúdo local para receberem uma série de incentivos em contrapartida. A forma que o GEIA encontrou de regular o conteúdo local foi pelo peso total das peças, pois a estimativa do valor

de cada peça iria requerer mais procedimentos de contagem, conversão, pesquisa e estudos, atrasando todo o processo de implementação do plano que deveria ser urgente. Ademais, as firmas poderiam manipular os preços

Cada decreto estabeleceu o peso máximo e mínimo dos veículos que poderiam obter o auxílio do programa, assim como definiu que qualquer componente ou parte do veículo produzido nacionalmente, escolhido de acordo com o critério da montadora, seria computado no percentual de conteúdo local. Aos projetos aprovados estava garantida a importação de equipamentos e partes complementares de acordo com o decreto 39.412. Todavia, a continuidade da concessão dos benefícios era condicionada ao cumprimento dos índices de nacionalização. Para os caminhões pesados foram definidas as taxas de conteúdo local de 35% para dezembro de 1956, 40% para julho de 1957, 65% para julho de 1958, de 75% para julho de 1959 e de 90% para 1960 (BRASIL, 1956b). Para jipes, as taxas eram de 50% para dezembro de 1956, e 60, 75, 85 e 95%, respectivamente para os meses de julho de 1957, 1958, 1959 e 1960 (BRASIL, 1956c). Para camionetas, caminhões leves e furgões, ficou estabelecida uma taxa de conteúdo local de 40% para dezembro de 1956, gradativamente crescendo, até atingir 90% em 1960 (BRASIL, 1956d). Por fim, para os carros de passeio, o GEIA exigiu uma taxa de conteúdo local de 50% para 1957, subindo para 95% em 1960 (BRASIL, 1957).

Três anos após o estabelecimento do GEIA foi baixado o decreto 47.473 que estabelecia o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas (BRASIL, 1959). O decreto estabelecia os mesmos mecanismos para a manutenção dos incentivos governamentais e os critérios de importação de peças e equipamentos. Obviamente, o que se alteravam eram os prazos para o cumprimento dos requisitos de conteúdo local. A partir de julho de 1960, seis meses após a promulgação do decreto, era requerida uma taxa de 70% de nacionalização. Em primeiro de janeiro de 1961, a taxa aumentava para 85%. Seis meses depois, para 90% e, por fim, em primeiro de janeiro de 1962, requeria-se uma taxa de conteúdo local em peso de 95% (BRASIL, 1959).

Dos dezoito projetos enviados ao GEIA, apenas onze foram postos em prática. A maioria das firmas produzia mais de um tipo de veículo, sendo seis produzindo caminhões, três veículos utilitários, três jipes e cinco carros de passeio. Das firmas que iniciaram a produção no Brasil dentro do programa do GEIA, três eram controladas pelo capital nacional (Willys-Overland, Vemag e FNM), duas eram *joint ventures* 50-50 entre o capital nacional e o estrangeiro (Mercedes-Benz e Simca) e seis eram controladas ou subsidiárias totalmente controladas pelo capital externo (Ford, General Motors, Volkswagen, International Harvester, Scania Vobis e Toyota). A ameaça de fechamento de mercado não foi capaz de fazer com que as “Três Grandes de Detroit” investissem no setor de carros de passeio, no qual elas dominavam o mercado e eram mais reconhecidas pelos consumidores brasileiros. A Ford e a GM enviaram projetos para caminhões leves. No setor de caminhões médios estavam a Mercedes-Benz, além da Ford e da GM. Para os caminhões pesados, os projetos implementados eram

da Scania Vabis, Mercedes-Benz, FNM e International Harvester. A Mercedes-Benz ainda ficou com a produção de ônibus. Volkswagen, Willys e Vemag nos utilitários e Toyota, Vemag e Willys nos jipes. O setor de carros de passeio foi representado pela VW, Willys, Vemag, FNM e Simca.

A meta de produção de 170 mil veículos em 1960 não foi atingida, uma vez que as onze empresas montadoras conseguiram produzir apenas 133 mil veículos (ANFAVEA, 2015). Shapiro (1994) explica que um dos motivos para o não cumprimento desta meta foi a limitação de importação de peças estrangeiras. Posteriormente, logo em 1961, as montadoras produziram quase 150 mil veículos, com cerca de 87% de taxa de conteúdo local, não em peso, mas em valor.

Como uma instituição administrativa, com pouco poder discricionário, o GEIA não tinha os meios de intervir diretamente, escolher entre os projetos ou estabelecer prioridades. O órgão não teve um desempenho extraordinário, devido tanto as suas limitações quanto às pressões do governo e das empresas transnacionais:

O GEIA muitas vezes não dispunha de autoridade política ou flexibilidade administrativa para enfrentar imprevistos, tais como as crises cambiais ou o golpe de 1964 que, sem dúvida, afetaram o plano. (...) As empresas transnacionais mostravam-se mais aptas que o GEIA para a manipulação da opinião pública e do Congresso. (...) Além disso, o fato do GEIA não ter conseguido seduzir Ford e a GM, as duas maiores fabricantes de carros com a maior experiência internacional no mercado, levanta dúvidas sobre a suficiência das políticas estatal ou do fechamento de mercado (...) para garantir a entrada das empresas no programa (SHAPIRO, 1997:73).

Entretanto, o GEIA cumpriu seu próprio cronograma e impediu sabotagens tanto de membros da oposição, quanto de empresas.

#### **4 | ESTADO E SETOR DE CARROS DE PASSEIO**

Quando o Brasil decidiu por implantar plantas montadoras de veículos no país, inúmeras recusas e obstáculos foram colocados pelas empresas multinacionais, como o nível de conteúdo local exigido pelo GEIA, a produção do núcleo tecnológico de seus veículos no Brasil e a necessidade de fazer grandes investimentos em um curto espaço de tempo. Em 1953, por exemplo, a Ford procurou dissuadir a comissão brasileira, liderada por Lúcio Meira, da implantação de uma montadora no Brasil, alegando que o país possuía problemas de infraestrutura e falta de mercado para a produção de caminhões.

No lançamento do Plano de Metas e do GEIA, ficou estabelecido o oferecimento de incentivos e o fechamento do mercado pelo Estado, exigindo uma série de contrapartida das empresas que aderissem ao programa. Entretanto, a ameaça de fechamento de mercado não era vista com seriedade pelas montadoras estrangeiras. A Ford manteve sua posição anterior, se opôs a produzir veículos no Brasil, mesmo quando a Chrysler e a GM já iniciavam a produção local de carrocerias e cabines de

caminhão em 1956, e protestou quando o Brasil suspendeu a importação de peças e componentes que eram produzidas no país (SHAPIRO, 1997).

Quando o decreto para automóveis foi promulgado em 1957, esperava-se uma alta taxa de adesão. Todavia, poucas empresas entregaram projetos de produção. As principais companhias europeias, como a VW e a Mercedes, quando apresentaram seus projetos, buscaram negociar melhores condições. A Toyota até enviou um projeto modesto para a produção de jipes que foi logo aprovado. As norte-americanas, quando apresentaram projetos que não cumpriam os requisitos do GEIA, resolveram se limitar a produzir veículos comerciais. JK então pressionou tanto as empresas para o envio de projetos, quanto o GEIA para a aprovação de projetos de fabricação de carros de passeio, que se mostrou forte o suficiente para declinar propostas que não atendiam às condições mínimas de nacionalização, como a de veículos de passeio da Ford.

Até dezembro de 1957, apenas a Vemag teve seu projeto aprovado. JK teve papel decisivo na entrada da joint-venture entre a italiana Alfa Romeo e a brasileira Matarazzo na produção de carros de passeio. A joint-venture, batizada de Fabral, propôs um projeto de carro de luxo que foi declinado por não seguir as linhas gerais do GEIA. Pressionado por Kubitschek, pois a ausência da Ford e da GM na produção de carros de passeio era um desastre para o plano, o GEIA aprovou este projeto. Em 1958, após o fim da sociedade entre a família Matarazzo e a Alfa Romeo, Juscelino concedeu um empréstimo à empresa estrangeira, que se associou à FNM para a fabricação do sedan, agora rebatizado de JK (SHAPIRO, 1994, LIMONCIC, 1997).

A Simca, por seu turno, possuía interesse no Brasil antes da constituição do GEIA devido às relações pessoais entre JK e a alta cúpula da empresa e uma promessa de construir sua montadora em Minas Gerais. Após a formação do GEIA, a Simca alegou que estava fora da jurisdição do GEIA, uma vez que seu projeto era anterior. A empresa planejava importar veículos semi ou completamente desmontados, utilizando conteúdo local inferior ao estabelecido pelo GEIA. Este, por seu turno, insistiu na elaboração de um projeto pela empresa, que foi apresentado posteriormente, contudo, sem cumprir as exigências de conteúdo local e uma definição mais precisa sobre o momento da realização das obras para a construção da fábrica. Após a aprovação do projeto, a Simca se instalou em São Paulo, numa planta alugada da Studebaker, mas não cumpriu o segundo estágio dos requerimentos de conteúdo local, sendo impedida pelo GEIA de importar novas peças. Por esta razão, a planta ficou sem funcionar durante seis meses, até que os requisitos mínimos de componentes nacionais fossem empregados (LATINI, 2007).

A Volkswagen enviou um projeto para a produção de vans em 1956 e, mesmo antes do decreto para carros de passeio, tanto o GEIA, quanto JK solicitaram projetos de carros de passeio para a empresa, que se mostrou relutante em iniciar a produção nacional. A diretoria da Volkswagen do Brasil pressionou a diretoria da matriz que, enfim, enviou a proposta para a fabricação do Fusca em 1957. Todavia, a implementação do projeto enfrentou problemas devido ao financiamento. A firma já havia recebido 150

milhões de cruzeiros do BNDE para a produção da Kombi. Com o projeto do Fusca aprovado, um novo empréstimo teria de ser realizado. Neste pedido de 10.8 milhões de marcos, o banco encontrou algumas irregularidades que iam desde falhas contratuais à sobrevalorização do marco frente ao cruzeiro. Posteriormente, parte do capital foi liberado e a produção de fuscas se iniciou (SHAPIRO, 1994, LIMONCIC, 1997).

O caso da Ford é um dos mais emblemáticos. A adesão da empresa ao programa de caminhões somente se deu devido à concorrência com a GM, que acertou sua participação logo no início. Todavia, a Ford buscou investir o menor capital possível e procurar estratégias alternativas de financiamento, enquanto enviava os seus equipamentos mais antigos para o Brasil. A empresa considerava que caso nenhuma grande empresa enviasse projetos, a tentativa de fechamento do mercado brasileiro fracassaria (SHAPIRO, 1994). Durante todo o governo JK, a Ford enviou propostas para a produção de carros de passeio, todas rejeitadas devido à redução nos investimentos e ao não atendimento dos requerimentos do GEIA. Posteriormente, diante uma nova recusa no início da década de 1960, uma vez que a Ford desejava se beneficiar da Instrução 113 que expirara em 1957, a empresa afirmou que o Brasil estava lhe negando a entrada no mercado e articulou uma campanha contra o GEIA que, segundo a Ford, estava forçando os brasileiros a dirigirem carros de segunda categoria, como um Fusca. Somente com a ditadura militar que a Ford, enfim, conseguiu a aprovação de seu projeto de carros de passeio, o Galaxie 1966.

As recusas da Ford e da GM em enviarem um plano para a fabricação de carros de passeio possibilitaram a entrada de concorrentes menores no mercado brasileiro que, em um curto espaço de tempo, passaram a dominar as vendas do setor. Na ausência da Ford, o mercado de carros de passeio brasileiro foi redefinido e capturado pela VW. Outra beneficiada pela ausência da Ford e da GM foi a Willys, que prosperou entre as décadas de 1930 e 1940, com a construção de embarcações e jipes para as forças armadas dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Além de abrir um centro de engenharia para trabalhos em design em veículos futuros na cidade de São Paulo, em 1959, a Willys foi responsável pela produção de 24% dos veículos no Brasil e 52% dos carros de passeio (WOLFE, 2010). Contudo, na década de 1960, quando o ambiente comercial se tornou desfavorável, as empresas com capital nacional foram gradualmente absorvidas pelas empresas multinacionais, restando apenas iniciativas nacionais no setor de peças e componentes. Em 1968, das onze empresas que iniciaram no programa do GEIA, apenas oito restaram, todas de capital transnacional. A Simca do Brasil, que possuía 50% de capital brasileiro, teve 92% das ações compradas pela Chrysler em 1966, que também comprou a planta da International Harvester. No mesmo ano, a VW comprou a Vemag, enquanto a Ford, em 1967, adquiriu a Willys-Overland. Por fim, a Alfa Romeo obteve o controle da FNM. Com a liquidação da Vemag e da Willys, a Ford e a GM finalmente entraram no mercado de carros de passeio (SHAPIRO, 1994).

## 5 | CONCLUSÃO

A instalação do setor automotivo no Brasil, em especial do segmento de montadoras de veículos, talvez não fosse realizada sem o apoio do Estado. Como vimos, as montadoras estrangeiras relutaram em investir no país, enquanto o capital nacional se mostrava insuficiente para investir em montadoras, tanto devido às barreiras de entrada, quanto devido ao grau de tecnologia necessário. A política do Estado, coordenada pelo GEIA, fechou efetivamente o mercado brasileiro às importações, garantindo às empresas participantes mercado e incentivos, principalmente fiscais, ao mesmo tempo em que exigia em contrapartida a elevação dos níveis de peças e componentes adquiridas de fabricantes locais e metas de produção.

As disputas entre as instituições do Estado e as empresas evidenciam suas relações de poder. A empresa Simca, devido aos laços pessoais entre sua diretoria e o presidente JK, pensou que poderia entrar no mercado brasileiro sob suas condições, esbarrando numa postura firme do GEIA a favor da adequação do projeto às suas orientações. A direção da matriz Volkswagen, por seu turno, foi pressionada pela sua diretoria nacional, pelo presidente JK e pelo GEIA para o envio de seu projeto de carro de passeio, que enfrentou dificuldades para ser executado. A Ford procurou sabotar a implantação do projeto de nacionalização da produção, acreditando que caso nenhuma das grandes montadoras aderissem, o fechamento do mercado fracassaria e procurando entrar no mercado de carros de passeio sob seus próprios termos. O que se viu foi a resistência do GEIA frente às investidas da montadora norte-americana.

A política do Estado embora tenha sido capaz de atrair as montadoras multinacionais e fazê-las atingir taxas mínimas de conteúdo local, fracassou nas metas de produção total para 1960. Ainda que não fosse objetivo da política, muito pelo contrário, as iniciativas compostas de capital nacional receberam pouco incentivo e foram absorvidas pela concorrência. Se, no princípio, o setor possuía uma composição proprietária heterogênea, composto por empresas nacionais privadas, como a Willys, por uma empresa nacional estatal, a FNM, e por empresas multinacionais muitas das quais presentes até hoje, como a Volkswagen, logo na década de 1960, num contexto de desaquecimento da economia e de saturação do mercado interno, as empresas nacionais não sobreviveram, legando um setor altamente internacionalizado. Dilemas diferentes emergiram a partir deste ponto, como as respostas das empresas às políticas do governo, que dependem de tomadores de decisões que não se encontram no país, ou as motivações para o investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil por empresas cujas sedes estão no exterior, questão central para o capitalismo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ANFAVEA (2015). **Anuário da Indústria Automobilística Brasileira**. São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/1JEZi2Q>>. Acesso em: 11/03/2015.

- BRASIL (1956a). **Decreto nº 39.412**, de 16 de Junho de 1956. Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas. Disponível em: <<https://bit.ly/2PseXc4>>. Acesso em: 20/11/2014.
- BRASIL (1956b). **Lei nº 39.568** de 12 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões. Disponível em: <<https://bit.ly/2SvsIIH>>. Acesso em: 08/09/2015.
- BRASIL (1956c). **Lei nº 39.569** de 12 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a Jipes. Disponível em: <<https://bit.ly/2QBzEGT>>. Acesso em: 08/09/2015.
- BRASIL (1956d). **Lei nº 39.676-A** de 30 de julho de 1956. Institui o Plano Nacional da Indústria automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões. Disponível em: <<https://bit.ly/2EfXZMN>>. Acesso em: 08/09/2015.
- BRASIL (1957). **Lei nº 41.018** de 26 de fevereiro de 1957. Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a automóveis de passageiros. Disponível em: <<https://bit.ly/2E6Ov5L>>. Acesso em: 08/09/2015.
- BRASIL (1959). **Lei nº 47.473** de 22 de dezembro de 1959. Institui o Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas. Disponível em: <<https://bit.ly/2G1TNlt>>. Acesso em: 08/09/2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2007). Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. IN: **Rev. Sociol. Polít. Curitiba**, 28, p. 9-30.
- LATINI, Sydney (2007). **A implantação da indústria automobilística no Brasil**: da substituição de importações ativa à globalização passiva. São Paulo: Alaúde Editorial.
- LIMONCIC, Flávio (1997). **A civilização do automóvel**: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961. Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- NEGRO, Antonio Luigi (1997). Servos do tempo. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta.
- SHAPIRO, Helen. (1994). **Engines of growth: the state and transnational auto companies in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHAPIRO, Helen. (1997). A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.) **De JK a FHC: a Reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta.
- WOLFE, Joel (2010). **Autos and progress: the brazilian search for modernity**. New York: Oxford University Press.

## O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS

**Beatriz Magno Alves de Oliveira**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, Rio de Janeiro - RJ

**RESUMO:** O alemão Johann Georg Peter Fuchs (1868-1949) foi encenador, dramaturgo e pensador do teatro moderno. Viveu a maior parte de sua vida em Munique onde construiu o *Münchener Künstlertheater* (Teatro dos Artistas de Munique), que abriu as portas em 1908, com a encenação da peça *Fausto* de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). A proposta deste trabalho é apresentar e discutir algumas ideias de Fuchs e suas contribuições para a transformação do teatro moderno. Nesse sentido, a ideia central é analisar os fundamentos do teatro de Fuchs, seus principais referenciais e objetivos. Alguns dos aspectos desse teatro que estarão em destaque aqui são: a criação de um novo espaço cênico, as questões que envolvem a relação palco / platéia e a recepção, seus fundamentos e suas contribuições na transformação espacial do teatro. O ponto de partida será o livro *A revolução do teatro: conclusões acerca do Teatro dos Artistas de Munique* publicado por Fuchs em 1909, pouco após a abertura do teatro concebido por ele. Nesse livro, o autor apresenta as suas propostas para um novo teatro e como elas influenciaram

na construção do Teatro dos Artistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** teatro alemão, Georg Fuchs, revolução do teatro, início do século XX, Teatro dos Artistas de Munique.

**ABSTRACT:** The German Johann Georg Peter Fuchs (1868-1949) was director, playwright and thinker of the modern theater. He lived most of his life in Munich where he built the *Münchener Künstlertheater* (Munich Theater of Artists), which opened its doors in 1908 with the play *Faust* of Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). The purpose of this work is to present and discuss some ideas of Fuchs and their contributions to the transformation of modern theater. In this sense, the central idea is to analyze the foundations of the theater of Fuchs, its main references and objectives. Some of the aspects of this theater that will be highlighted here are: the creation of a new scenic space, the issues involving the stage / audience relationship and the reception, its foundations and its contributions to the spatial transformation of the theater. The starting point will be the book *The Revolution of the Theater: conclusions about the Theater of the Artists of Munich* published by Fuchs in 1909, shortly after the opening of the theater designed by him. In this book, the author presents his proposals for a new theater and how they influenced the construction of the Theater of Artists.

**KEYWORDS:** German theater, Georg Fuchs, theater revolution, early 20th century, Theater of Munich Artists.

## 1 | INTRODUÇÃO

O alemão Johann Georg Peter Fuchs (1868-1949) foi encenador, dramaturgo e pensador do teatro moderno. Viveu a maior parte de sua vida em Munique onde construiu o Münchener Künstlertheater (Teatro dos Artistas de Munique), que abriu as portas em 1908, com a encenação do Fausto, de Goethe. Contemporâneo de Adolphe Appia (1862-1928) e Edward Gordon Craig (1872-1966), Fuchs repensou os fundamentos do teatro e sua obra foi de grande relevância para as transformações ocorridas no âmbito do espaço cênico, da iluminação e da arquitetura teatral no início do século XX. Foi uma forte influência para encenadores modernos importantes como Vsévolod Meierhold (1874-1940) e Max Reinhardt (1873-1943). O ponto de partida do presente artigo é o livro *A Revolução do Teatro* publicado por Fuchs em 1909, pouco após a abertura do teatro concebido por ele - o *Münchener Künstlertheater* (Teatro dos Artistas de Munique). Nesse livro, o autor apresenta as suas propostas teóricas e como elas influenciaram na construção do teatro e na elaboração de aparatos técnicos. Assim como outros artistas do período, suas ideias partem da crítica ao teatro vigente na época, um teatro de ênfase literária e naturalista. Suas propostas de transformação caminham em direção a uma essência teatral, originada na potente força da multidão dos antigos ritos religiosos, considerada a própria essência da vida. Para alcançar as transformações desejadas, Fuchs repensou diferentes aspectos da encenação, sempre considerando o movimento do corpo do ator como o elemento gerador do espetáculo teatral. A proposta deste texto é apresentar e discutir algumas das ideias de Fuchs e suas contribuições para a transformação do teatro moderno. Nesse sentido, pretende-se analisar os fundamentos do seu Teatro Festival, suas principais referências e objetivos. Alguns aspectos mais relevantes desse teatro estarão em destaque, sendo eles a criação de um novo espaço cênico, suas descobertas técnicas e, ainda, as questões que envolvem a relação palco / platéia e a recepção. Pode-se fundamentar o pensamento de Fuchs em dois pilares: o da crítica teatral que pensa um novo teatro afinado com as inovações feitas em outros gêneros artísticos, ligados às experiências das vanguardas e das primeiras ideias simbolistas; e o segundo pilar seria ligado à função do teatro, pensando-o por um viés ideológico. Desta maneira, pretendo ao longo desta discussão pensar suas ideias sempre abordando esses dois lados. Para Fuchs, o sentido do teatro é proporcionar um encantamento na multidão que participa do evento teatral. Em uma tentativa de retomar o verdadeiro sentido do teatro, seria necessário reconectar essa multidão que foi separada e individualizada pelo teatro que coloca o texto dramático como o centro da cena. O teatro como festival é, portanto, origem e meio para a sua revolução no teatro.

## 2 | O TEATRO COMO FESTA

No primeiro capítulo do seu livro *A revolução do teatro*, intitulado “O teatro como um problema cultural”<sup>1</sup>, Fuchs inicia sua discussão com a pergunta: “Por que nós vamos ao teatro?” a partir dessa indagação ele desenvolve todo o capítulo, no qual reflete sobre a função do teatro na sociedade. O principal objetivo do teatro para Fuchs é proporcionar um encantamento na multidão que participa do evento teatral, para isso, ele propõe um teatro festivo: “um lugar de celebração da vida e das artes em que as barreiras entre palco e público, bem como qualquer separação entre os espectadores, deveriam ser removidas”<sup>1</sup> (PERONE, 2013: 221). Na tentativa de retomar o verdadeiro sentido do teatro, seria necessário reconectar essa multidão que foi separada e individualizada pelo teatro que coloca o texto dramático como o centro da cena (FUCHS, 1909: 5).

“Sempre que decido ir ao teatro, espero ver algo além do normal. Eu não quero ser protegido; eu não quero que, devido ao decoro burguês, exclua-se qualquer coisa do palco: não, quero ser agarrado!”<sup>2</sup> (FUCHS, 1909: 3<sup>3</sup>). Essa emoção poderosa, capaz de agarrar o espectador, é compreendida ao longo do capítulo como um sentimento relacionado ao pertencimento a uma multidão, a um coletivo, como acontece, segundo Fuchs, em ritos religiosos.

A razão pela qual Fuchs planeja essa revolução do teatro é a crítica ao teatro de sua época, de forte aspecto literário e que coloca como elemento central da cena o texto dramático. Para ele, os reformadores do teatro, que são homens da literatura, afastam o drama do teatro; e fazem com que todas as atenções sejam voltadas à literatura, a fim de garantir prestígio a ela. Segundo Fuchs, a literatura não tem relação com a vida e com seus prazeres, e dessa maneira, não teria forças diante da vida e da força do teatro. Os chamados reformadores do teatro tiram dele tudo o que é ligado à vida, dissipam a multidão, separam os indivíduos de seus pares e, com isso, fazem com que o teatro perca a sua potência de vida, transformando-o no que ele considera a prisão da arte pedagógica (FUCHS, 1909: 6). O teatro daquele período não atendia as necessidades do público, por isso era necessária a revolução da cena.

As manifestações rituais a que Fuchs se refere como causadoras de um sentimento de arrebatamento, se aproximam das que ocorriam em um período anterior ao surgimento da pólis grega. O ritual, nesse momento, consistia em apresentações de dança e canto. Ou seja, não se pretendia representar nada, era uma presença em si, anterior a qualquer tipo de divisão de funções e divisões de espaço, como acontece no teatro.

---

1 *Das Theater als Kulturproblem*

2 *a place of celebration of life and the arts in which the barriers between stage and audience as well as any separation among the spectators was to be removed*

3 Todas as citações cujos textos em língua original se encontram nas notas de rodapé foram realizadas pela autora do presente artigo.

Forma pré-teatral (teatro em virtualidade) totalizada, puro ato. Dançar, cantar, tocar lira, revelar verdades e dizer “mentiras símeis aos fatos”. Representar é (a)presentar: fazer(-se) presente. Essa cena ritual se instaura como a própria presença (existência) do Ser. O teatro só virá quando o ritual se colocar diante de um espelho e então recortar-se, fazendo cumprir-se sua vontade de palco: ganhar novos contornos e limites espaciais, na separação da plateia e numa narrativa que conecta tempos e espaços infinitos. (GADELHA, 2013: 22)

É a essa forma pré-teatral a que Fuchs se refere quando afirma que o teatro necessita retornar às suas origens de festa e ritual. O “antigo e poderoso encantamento” (*alten starken Zauber*) buscado por Fuchs, nada mais é, senão, uma busca por presença, por um retorno ao momento anterior à representação.

É possível, portanto, encarar a crítica de Fuchs ao teatro dos literatos e ao teatro naturalista como uma crítica ao teatro que não traz em si o elemento mítico que está presente na tragédia em seu aspecto coral e ditirâmico. Ao romper com os limites e contornos do teatro é possível retomar o mito: o todo, a multidão, a festa. Esse rompimento porém, não é completo, pois esses limites ainda estão presentes na estrutura espacial do teatro. Segundo Perone, ainda mais decisivo para o teatro da revolução é a eliminação da barreira, tanto física quanto ideológica, entre o acontecimento cênico e o espectador, a eliminação do centro das atenções e a busca de uma experiência compartilhada entre o público e o ator. Essa subtração de barreiras baseia-se na tentativa de restabelecer uma unidade orgânica, esquecendo a individuação a qual a sociedade moderna forçou o homem (PERONE, 2013: 224).

O ritual é utilizado portanto como uma referência para a transformação do teatro, mas não como um ideal em si. A ideia da festa está muito vinculada à compreensão do teatro como um lugar de encontro na cidade. “Já reconhecemos que, em primeiro lugar, não esperamos literatura, música ou qualquer outra coisa quando vamos ao teatro, desejamos apenas nos reunirmos com tantos outros quanto possível para uma elevação”<sup>4</sup> (FUCHS, 1909: 55). Fuchs pretendia trazer o teatro de volta a uma antiga função social transcendendo o ato puramente estético. O momento festivo, que se destaca da vida cotidiana, tem a tarefa e a força de diluir ou mesmo de eliminar as barreiras impostas socialmente. Para Fuchs, no momento festivo não há limites: entre espectadores e cena, entre os que mostram e os que olham, entre as diferentes disciplinas artísticas e entre a vida e a arte. Como pretendia criar a experiência real de um momento festivo, a representação deveria envolver uma ação verdadeira e compartilhável. Mesmo dentro de um quadro esteticamente bem definido e inspirado pelo teatro da Antiguidade, o novo teatro pretendia transcender o limite do palco cênico do ponto de vista estrutural e ideológico (PERONE, 2015: 226).

---

4 Wir gestanden zuvor schon ein, daß wir zunächst weder Literatur noch Musik, noch sonst etwas erwarten, wenn wir in das Theater gehen, als uns mit möglichst vielen anderen in einer Erhebung zusammenzufinden, zusammenzufühlen.

### 3 | O TEATRO E OUTRAS ARTES

É pensando nessa unidade múltipla da festa que Fuchs desenvolve todas as suas propostas para o espaço cênico e para uma nova arquitetura teatral. Ele tem parte do seu pensamento ligado a Goethe que já apontava para uma colaboração entre as artes. Segundo Fuchs, Goethe sabia que a questão da cenografia não era superficial: o drama, o ator, a palavra, enfim tudo o que determina a aparência da cena, está inerentemente ligado às condições espaciais das quais eles emergem (FUCHS, 1909: 33). Dessa maneira, Fuchs aceita que outras artes estão dentro do teatro, de uma maneira que ele não seja uma união entre elas, mas que elas sejam elementos importantes para um melhor desenvolvimento do teatro. Sobre a relação do teatro com outras artes:

[...] Como Fuchs ressalta, também procurando uma distância de Wagner, as artes colaboram “de maneira importante”. Para Fuchs, isso significa que as artes devem encontrar uma coerência interna, um centro unificador que não faz do teatro apenas um *nebeneinander* (lado a lado) das artes, mas sua colaboração, um *miteinander* [um com o outro]. Ele investe no termo festa precisamente para a afirmação da harmonia e da coerência interna<sup>5</sup> (PERONE, 2015: 226).

A influência de Richard Wagner (1813-1883) na obra de Fuchs é bastante significativa, seja para concordar, seja para discordar dele, assim como para outros pensadores do teatro seus contemporâneos, principalmente Appia e Craig . Sobre a relação de Fuchs com as teorias wagnerianas, cito-o:

Enquanto tentamos determinar a forma do teatro a partir do seu propósito, também reconhecemos que o teatro não pode ser o *Gesamtkunstwerk*. Ele não chega à perfeição através de uma cooperação igual de todas as artes, mas é uma arte em si mesma. O teatro tem um propósito e uma origem diferente das outras artes, portanto, tem também outras leis e liberdades. O teatro não precisa de outras artes para existir. O drama é possível sem palavra e sem som, sem cena e sem vestimenta, ele pode existir puramente como um movimento rítmico do corpo humano. Mas a arte do palco pode enriquecer seus ritmos e suas formas com o poder de todas as outras artes; e, como vimos, seu propósito é ser um centro festivo de toda uma vida cultural<sup>6</sup> (FUCHS, 1909: 63).

Dessa maneira, Fuchs buscava compreender o teatro como uma arte em si e os seus elementos fundamentais. Semelhante a Appia, Fuchs coloca o trabalho do ator

5 [...] come sottolinea Fuchs, cercando anche una distanza da Wagner, collaborano «in modo importante». Per Fuchs ciò significa che le arti debbono trovare una coerenza interna, un centro unificante che non renda il teatro soltanto un *nebeneinander* (lo starsi accanto) delle arti, ma una loro collaborazione, un *miteinander*. Egli investe sul termine di festa proprio questa pretesa di armonia e coerenza interna.

6 Indem wir so aus dem Zweck der Schaubühne deren Form festzustellen suchen, erkennen wir aber auch, daß die Schaubühne nicht das „Gesamtkunstwerk“ sein kann. Sie entsteht nicht zur Vollkommenheit durch ein gleichwertiges Zusammenwirken aller Künste, sondern sie ist eine Kunst für sich. Sie hat anderen Zweck und anderen Ursprung, mithin auch andere Gesetze und andere Freiheiten als alle anderen Künste. Sie braucht ihrer keine, um dennoch alles zu sein, was nur irgend von ihr verlangt werden könnte. Das Drama ist möglich ohne Wort und ohne Ton, ohne Szene und ohne Gewand, rein als rhythmische Bewegung des menschlichen Körpers. Aber die Kunst der Schaubühne kann ihre Rhythmen und ihre Formen bereichern aus dem Vermögen aller anderen Künste ; und da, wie wir sahen, ihr Zweck ist, ein festlicher Mittelpunkt eines gesamten Kulturlebens zu sein, so wird diese Bereicherung bei gesteigerter Kultur von ihr verlangt nach Maßgabe der Rolle, welche jede der anderen Künste innerhalb der betreffenden Kultur spielt.

como o elemento gerador de toda a atividade teatral, ou seja, movimento rítmico do corpo humano no espaço, movimento este desenvolvido naturalmente do movimento da multidão em festa (FUCHS, 1909: 58). A arte teatral é, portanto, dança (FUCHS, 1909: 55).

#### 4 | O PALCO RELEVO<sup>7</sup> DO TEATRO DOS ARTISTAS

A maior crítica que Fuchs tece a Wagner é a respeito do palco frontal e profundo. Para Fuchs, era inconcebível a ideia de um palco totalmente frontal e profundo, e com um abismo literal entre espectador e cena. Não que a decoração cênica seja o ponto mais importante a ser considerado, mas ela mostra palpavelmente a necessidade de um novo teatro. A perspectiva impossível da cena frontal, todo o palco revelado pelas luzes da ribalta, a irrealidade dos materiais utilizados fazem com que o desenvolvimento genuíno da arte teatral seja dificultado (FUCHS, 1909: 48).

Um aspecto muito relevante do Teatro dos Artistas é a questão da iluminação cênica. Fuchs considerava a ribalta um recurso ultrapassado que poderia ser superado a partir da descoberta da luz elétrica. Ele propõe que as luzes possam ser posicionadas de maneira a iluminar de cima para baixo a cena e possa, com isso, iluminar apenas as regiões do palco que se deseja, ao contrário da ribalta que consiste em luzes de chão fixadas na linha do proscênio e que iluminam toda a área cênica uniformemente (FUCHS, 1909: 97). Com essa nova técnica de iluminação seria possível criar diferentes atmosferas utilizando as luzes em diferentes intensidades e em cinco cores diferentes (FUCHS, 1909: 112).

Fuchs, então, concebe um palco que traz a cena para o proscênio, reformulando a ideia de espaço cênico e iluminação cênica. Com isso, no Teatro dos Artistas, foi criado um palco diferente do que era utilizado até então. Fuchs o chamou de *palco relevo* o qual buscava uma quebra da barreira que separava palco e plateia. O palco era mais raso, dessa maneira, não seria necessário preencher tanto espaço vazio com cenários e outros elementos cênicos.

O termo *palco relevo* surgiu para Fuchs após sua leitura da obra *The problem of form* de Adolf von Hildebrand (1847-1921). Nesse livro, o propósito da obra de arte era inspirar o sentido espacial do espectador com a maior força possível. Dessa maneira, para Hildebrand, a pintura e a escultura em baixo relevo eram as formas artísticas que mais exigiriam energia do observador e com isso provocariam uma reação estética mais forte. Elas representavam três dimensões em obras com apenas duas dimensões, a luta do espectador para imaginar a profundidade inexistente na obra era em que consistiria a experiência artística (KOSS, 1990: 186).

O proscênio é, para Fuchs, uma região fundamental do palco teatral. É justamente

---

<sup>7</sup> *Reliefbühne*

nesse lugar que ator e espectador, encenação e público se encontram. É na linha da cortina que ocorre a transformação dos ritmos físicos da peça, das vibrações emocionais que são transmitidas ao público. Portanto, o proscênio, que é a linha divisória entre o público e o palco, seria a característica mais importante da arquitetura teatral. Ele define o espaço dentro do qual, por certa alquimia, a aglomeração de pessoas, objetos, sons, tons, luzes e sombras são arranjados de maneira a criar uma harmonia intelectual e emocional (FUCHS, 1909: 100).

## 5 | UMA MULTIDÃO EM FESTA

A principal questão que perpassa o teatro moderno a partir de Wagner é a discussão sobre a especificidade da arte teatral. Wagner considera que o *Gesamtkunstwerk* (Obra de Arte Total) é uma junção harmoniosa de diferentes artes que constroem um todo específico, o que chamamos de espetáculo teatral. Sobre o *Gesamtkunstwerk*, Wagner afirma:

O drama verdadeiro só é pensável enquanto produto do impulso coletivo de todas as artes para a mais imediata comunicação a um público coletivo: cada modalidade artística singular só consegue abrir-se ao completo entendimento do público coletivo por meio da sua comunicação com as restantes modalidades artísticas no drama, pois que a intenção de cada modalidade artística singular só se obtém inteiramente no agir conjunto de todas as modalidades artísticas, no qual elas se dão a entender e se entendem mutuamente (WAGNER, 2003: 178).

Nesse trecho, podemos perceber que o princípio de algumas ideias que Fuchs veio a desenvolver em seus escritos já estão presentes, de alguma maneira, em Wagner. É inegável a importância do *Gesamtkunstwerk* wagneriano para Fuchs, o pensamento sobre o papel das diversas artes para a criação teatral e, ainda, a própria ideia de “público coletivo” e “obra de arte coletiva” os quais Wagner se refere têm grande proximidade com o que Fuchs veio a chamar de multidão (*die Menge*); até mesmo a ideia de festival é abordada por Wagner que cria o seu *Festspielhaus de Bayreuth* (Casa de Festivais de Bayreuth) tem relação com o que Fuchs veio a chamar de teatro festivo. Sobre a arte teatral para Wagner e Fuchs, Juliet Koss afirma:

Como Fuchs o imaginava em 1899, a festa iria remover os espectadores de seu ambiente diário e transportá-los para um reino exaltado de apreciação da arte compartilhada. [...] Mas sua concepção do teatro era diferente: onde Wagner procurou unir todas as artes sob o guarda-chuva de seus próprios dramas de música, enfatizando a composição musical à custa de outras formas de arte, Fuchs dependeria de apresentações de teatro tradicionais expressadas no grande evento de uma festa. Em outras palavras, Wagner tentou unir diferentes formas de arte no palco - uma unificação, como vimos, que se baseou na purificação de cada forma - para alcançar o efeito mais poderoso no espectador, ao mesmo tempo em que produziu obras de arte contemporâneas. Fuchs também estava interessado na reação do espectador ao desempenho, mas, como dramaturgo e não como compositor, desejava apresentar dramas que não estavam ligados à música, exceto na medida em que a fanfarra incidental contribuiria para o efeito dramático geral<sup>9</sup> (KOSS, 1990: 97).

Fuchs teve como referência o palco do teatro elisabetano e o palco do teatro

*kabuki* japonês, ambos possuem o proscênio avantajado de maneira a deixar ator e espectador bastante próximos. Para ele, palco e plateia, ator e espectador devem formar uma multidão única, uma massa contínua na qual uma influencia a outra. A ideia wagneriana de um teatro que apaga as luzes da plateia na qual um espectador não é capaz de ver os seus companheiros e assim, ter uma experiência individualizada da encenação, não agradava Fuchs que buscava justamente um teatro coletivo e múltiplo. Essa ideia partiu da leitura de Fuchs do primeiro livro de Friedrich Nietzsche, *O nascimento da tragédia*, no qual ele define os conceitos de dionisíaco e apolíneo.

Para Nietzsche, Apolo e Dionísio estavam presentes tanto no espectador quanto na criação artística. Enquanto Apolo representava a arte estática e a imagem estética da beleza, Dionísio representava uma “perda de si” que simbolizava, para Nietzsche, a apreciação da música. Ele descreveu o arrebatamento do estado dionisíaco como a aniquilação dos limites comuns da existência, um êxtase que descreveu não só a experiência criativa do artista, mas também, a remoção do espectador do ambiente cotidiano para o domínio elevado da arte. Segundo Koss, A dissolução dos limites da identidade espectadora implicou em uma união emocional e psicológica entre espectador e obra de arte. Apolo representava o princípio da individualidade, mas ele não podia agir sozinho. Somente com a ajuda de Dionísio, as próprias fronteiras do eu se dissolvem, permitindo o indivíduo superar sua própria consciência de sua identidade individual. Foi sob o encanto da apreciação dionisíaca da arte que perda de individualidade do espectador sugeriu uma fusão da multidão em festa (KOSS, 1990: 37).

Assim como Nietzsche, Fuchs se distancia de Wagner com relação à experiência do espectador. Enquanto o caráter apolíneo era fortemente identificável no teatro de Bayreuth de Wagner, principalmente no que se refere a individualidade do espectador, Fuchs realizava o esforço de trazer de volta à cena teatral o caráter dionisíaco e mítico de um teatro ritual.

## 6 | CONCLUSÃO

O mote do livro *A revolução do teatro* é a frase “Reteatralizar o teatro!”, assim ele finaliza seu prefácio demonstrando o que a sua revolução está buscando. Romper com os limites das convenções teatrais já há muito instauradas é a maneira encontrada

---

8 As Fuchs envisioned it in 1899, the Fest would remove spectators from their daily environment and transport them to an exalted realm of shared art appreciation. [...] But his conception of the theater was different: where Wagner sought to unite all the arts under the umbrella of his own music dramas, emphasizing musical composition at the expense of other forms of art, Fuchs would rely on traditional theater presentation couched in the grand event of a Fest. In other words, Wagner had sought to unite different forms of art on stage—a unification, as we have seen, predicated on the purification of each form in order to achieve the most powerful effect on the spectator, all while producing contemporary works of art. Fuchs was likewise interested in the spectator’s reaction to the performance, but, as a dramatist and not a composer, he wished to present dramas that were not bound to music, except insofar as incidental fanfare would contribute to the overall dramatic effect.

para isso. Trazer de volta ao teatro as antigas tradições do teatro de rua, das festas populares, dos ditirambos dionisiacos... e, para que seja possível essa aproximação, reelaborar o palco e o edifício teatral, a fim de que ele possa receber essa multidão. A crítica ao teatro que privilegia a literatura em detrimento da cena é o ponto de partida para as suas ideias que desejam revolucionar o teatro trazendo de volta a força do ritual dionisiaco, sem que isso rompa com as convenções da representação, sem deixar de ser teatro.

## REFERÊNCIAS

APPIA, Adolphe. **A obra de arte viva**. Tradução de notas de ensaio de Redondo Júnior. Lisboa : Editora Arcádia, 1963.

CRAIG, Edward Gordon. **Da arte do teatro**. Tradução de Redondo Júnior. Lisboa : Editora Arcádia, 1964.

GADELHA, Carmen. **Corpo, espaço, tempo**: indagações sobre poética do teatro. Rio de Janeiro: Aretê, 2013.

FUCHS, Georg. **The revolution of the theatre**: conclusions concerning the Munich Artists' Theatre. Condensed and adapted from the German by Constance Connor Kuhn. N.Y/ London: Kennikat Press, 1959.

\_\_\_\_\_. **Die Revolution des Theater**: ergebnisse aus dem Münchener künstler-theater. München und Leipzig: Georg Müller, 1909.

KOSS, Juliet. **Empathy Abstracted**: Georg Fuchs and the Munich Artists' Theater. Massachusetts, US, 2000. Submitted to the Department of Architecture in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in the field of Architecture: History and Theory of Art Massachusetts Institute of Technology.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERONE, Eloisa. L'avvenimento teatrale come festa: la prima teoria teatrale di georg fuchs. **Spazio Filosofico**, Torino - IT, n. 14 , p. 221-232, agosto de 2015.

WAGNER, Richard. **A obra de arte do futuro**. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Editora Antígona, 2003.

## O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE

**Cleber Cezar da Silva**

(IF Goiano – Campus Urutaí/PPGL-UnB)

**RESUMO:** O estudo em questão tem por objetivo discutir a partir do topônimo Pires do Rio, a história do processo de construção da Estrada de Ferro Goyaz e a fundação da cidade de Pires do Rio. As informações aqui revisitadas integram obras de estudiosos que se detiveram, por alguma razão, no esclarecimento de controvérsia acerca, principalmente, do verdadeiro fundador do município e de fatos que antecederam a inauguração da estação férrea no ano de 1922. O método de investigação desta pesquisa é histórico documental bibliográfico, onde revisitamos documentos de posse da prefeitura e do museu ferroviário e literaturas (livros e dissertações) que abordam sobre a temática. No processo de efetivação da pesquisa inter-relacionar as áreas da Linguística e História, se faz de extrema relevância, pois a língua reflete o ambiente em que o falante está inserido e com isso nos traz os processos culturais e históricos desse mesmo indivíduo, bem como o de seu meio. Assim, em nossa pesquisa não tem como dissociar essas duas áreas. Ao fim, podemos mencionar a importância da via férrea para a fundação da cidade de Pires do Rio e seu posterior desenvolvimento socioeconômico em

âmbito nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. História da Cidade. Via Férrea. Pires do Rio.

**ABSTRACT:** The purpose of this study is to discuss the history of the construction of the Goyaz Railroad and the foundation of the city of Pires do Rio. The information reviewed here includes works by scholars who stopped by some reason, in the clarification of controversy, mainly about the true founder of the municipality and facts that preceded the inauguration of the railway station in the year 1922. The method of investigation of this research is historical documentary bibliographic, where we revise documents of possession of the city hall and of the railway museum and literatures (books and dissertations) that deal with the theme. In the process of making the research interrelate the areas of Linguistics and History, it is extremely relevant, because the language reflects the environment in which the speaker is inserted and with this brings us the cultural and historical processes of that same individual, as well as the one of its surroundings. Thus, our research has no way to dissociate these two areas. At the end, we can mention the importance of the railroad to the foundation of the city of Pires do Rio and its subsequent socioeconomic development at national level.

**KEYWORDS:** Toponymy. City history. Railroad.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo trazer uma discussão a partir do topônimo da cidade Pires do Rio-GO, perfazendo o construto histórico a partir da construção da Estrada de Ferro Goyaz e a fundação da cidade de Pires do Rio. O problema de pesquisa que levantamos é se a efetivação da via férrea estabelece relações diretas com a histórica da fundação e doação de terreno para instalação da Estrada de Ferro e posterior surgimento da devida cidade e suas relações com o desenvolvimento socioeconômico.

Como é sabido a maioria das cidades surgem em volta de igrejas, mas a cidade aqui referendada tem seu surgimento a partir de um marco na região sudeste goiana, que é a via férrea, e, também foi a primeira cidade planejada na região centro-oeste do país. O método de investigação desta pesquisa é histórico documental, onde revisitamos documentos de posse da prefeitura e do museu ferroviário e literaturas (livros e dissertações) que abordam sobre a temática.

As informações aqui revisitadas integram obras de estudiosos que se detiveram, por alguma razão, no esclarecimento de controvérsia acerca, principalmente, do verdadeiro fundador do município e de fatos que antecederam a inauguração da estação férrea no ano de 1922. Não cabe, portanto, indicar uma versão verdadeira, mas antes citar as versões que resultaram de minuciosas pesquisas realizadas por Siqueira (2006), Borges (1990), Ferreira (1999), Soares (1988) e entre outros.

Ao mencionar a toponímia, ressaltamos que é uma área da Linguística, que tem por objetivo de estudar os designativos de lugares e as relações sócio-histórica-cultural do nome que é designado, desta forma tomamos posse dos fatos e pessoas que estiveram ligados direto ou indiretamente com a história de construção e fundação da cidade de Pires do Rio. No processo de efetivação da pesquisa inter-relacionar as áreas da Linguística e História, se faz de extrema relevância, pois a língua reflete o ambiente em que o falante está inserido e com isso nos traz os processos culturais e históricos desse mesmo indivíduo, bem como o de seu meio. Assim, em nossa pesquisa não tem como dissociar essas duas áreas.

Ao fim, podemos mencionar da importância da via férrea para a fundação da cidade de Pires do Rio e seu posterior desenvolvimento socioeconômico em âmbito nacional. E, assim fazer as devidas considerações sobre as divergências do verdadeiro fundador da cidade, divergências essas que são trazidas em literaturas produzidas por escritores da própria região.

## 2 | OS ESTUDOS TOPONÍMICOS, UM VIÉS PARA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Embora faça parte do cotidiano das pessoas, portanto estreitamente ligado à cultura, não há muita discussão referente ao nome próprio e aos motivos de alguém ou um lugar ter o nome que tem. Entretanto, conforme Carvalhinhos (2002), já no século II a.C., com o gramático Dionísio Trácia, o estudo sobre o nome já tinha sido pensado e formulado. Esses estudos propiciaram, por sua vez, o surgimento da Onomástica, a ciência que se ocupa dos estudos da origem e alterações (na forma e no significado) dos nomes próprios. Ela é um ramo das ciências linguísticas que pode-se efetuar em duas vertentes: a toponímia (estudo do topônimo ou nome de lugar) e a antroponímia (estudo do nome pessoal).

Mesmo pertencendo à ciência da linguagem, a Onomástica se estabelece por meio do suporte de outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Etnografia, a Botânica, a Geografia e a História. Neste sentido, não é equivocado salientar que a Onomástica é um campo de amplo caráter interdisciplinar. Assim, a Onomástica ou Onomasiologia é o ramo da ciência linguística que tem o nome próprio como objeto de estudo, e se constrói em relação a outros campos do saber.

De acordo com Dick (1992), as intenções e as motivações que subjazem à escolha dos nomes em cada sociedade variam bastante. Os estudos dos sistemas onomásticos vêm confirmar isso porque os nomes existem e são controlados pelas necessidades e práticas sociais, as quais podem variar de acordo com a visão de mundo de um determinado povo.

A despeito de incorrer em lugar comum, convém rever os constituintes da palavra toponímia, cujo significado etimológico pode ser assim expresso: do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome). A Toponímia se ocupa dos locativos (também componentes do léxico da língua) com o fito de estudar a origem, as significações e as transformações por que passam ou passaram esses nomes. Ela se dedica ao estudo não apenas dos nomes de comunidades humanas (cidades, povoados, vilas), como também elementos geográficos, a exemplo os cursos d'águas.

Cabe reiterar que a toponímia refere-se a nomes de lugares habitados ou não. Daí uma definição apropriada para o termo “topônimo” é um nome de qualquer ponto localizável no espaço terrestre que tenha recebido denominação. Definição essa que pode ser estendida para o nome de qualquer ponto localizável no mundo real ou em mundos imaginados pelas culturas, em outras palavras, daqueles universos que existem por meio da atividade ideacional dos homens.

Assim, é por meio da relação povo-território que os nomes de lugar são estabelecidos. Inicialmente, pela posse do território, uma vez que, segundo Couto (2007), o território é uma das primeiras referências para que um agrupamento de pessoas possa receber o *status* de comunidade e todo território entendido como tal tem de ter um nome, um topônimo. Desta forma, recortam-se os aspectos do meio ambiente mais salientes aos olhos do povo como uma espécie de acordo que permite

a vivência e a convivência em sociedade no território apossado.

É possível afirmar que a nomeação dos lugares surgiu com a própria humanidade. Os registros antigos da história da civilização ratificam essa ação do homem sobre o lugar que habita ou já habitou; são fatores que sugerem uma espécie de posse ou de domínio sobre o lugar, por meio da significação, da organização e da orientação pelo espaço ocupado ou apenas conhecido. Em contrapartida, o ato de nomeação se manifesta como a ação do meio físico e sociocultural sobre o homem. Desta forma, é que observamos a partir do topônimo Pires do Rio, a construção histórica da referida cidade e seus desdobramentos.

### 3 | COM OS TRILHOS SURGE UMA CIDADE, PIRES DO RIO

No início do século XX, a Estrada de Ferro Goyaz avançou sobre o território de Goiás e, com isso começaram a surgir vilas, arraiais e distritos, que, com o progresso e passar dos anos se elevariam a cidades. A então chegada dos trilhos da Estrada de Ferro, no interior do estado, mais precisamente na região Sudeste Goiana, fez com que no ano de 1922 surgisse a Estação Pires do Rio e que se elevaria tão logo a cidade.

A estrada de ferro traria progresso às cidades e ao estado. No entanto, de acordo com Borges (1990), alguns coronéis, adversos a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não aceitavam a instalação da estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o poder constituído dos coronéis. Mas, na formação de Pires do Rio-GO, a chegada da Estrada de Ferro Goyaz foi aceita pelo coronel Lino Teixeira de Sampaio e inclusive foi doado o terreno para a construção de uma estação férrea. Vale ressaltar que

a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com apoio do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica com expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha (BORGES, 1990, p. 55-56).

O avanço da estrada de ferro na região Sudeste do estado de Goiás foi fundamental para o surgimento da cidade de Pires do Rio-GO. Ambas as histórias se entrecruzam e revelam acontecimentos que corroboraram com a construção de uma cidade promissora. Para (re)escrever esta história é fundante mostrar a ficha lexicográfica-toponímica, da cidade de Pires do Rio-GO.

Ficha lexicográfica-toponímica

<b>Nº de ordem:</b> 01	
<b>Topônimo:</b> Pires do Rio	<b>Localização:</b> Pires do Rio
<b>Taxionomia:</b> Antropotopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem/Etimologia:</b> Antropônimo	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Composto (Pires + do Rio – sobrenome)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região oriental do município, entre o ribeirão Sampaio e o Monteiro, afluentes do rio Corumbá, com estação da Estrada de Ferro Goiás.	
<b>Fonte:</b> Siqueira (2012), IBGE (1957).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2015 a Jul./2016.	
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva	
<b>Revisor:</b> Prof. Me. Cleber Cezar da Silva	

Os estudos toponímicos revelam fatores sócio-histórico-culturais de uma dada comunidade e Pires do Rio-GO nos revela isso de forma peculiar, como podemos observar na ficha acima a caracterização do topônimo, em que a taxionomia é de natureza antropocultural, antropotopônimo relativo a nomes próprios e de família (sobrenome do ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. José Pires do Rio). A base etimológica é antropônimo, a estrutura morfológica é de nome composto e as informações enciclopédicas vêm ratificar informações já expressas na ficha. Essas informações nos são precisas e no decorrer (re)editaremos partes relevantes da história desta cidade.

Observar o surgimento do município de Pires do Rio é reviver a construção da linha férrea na região Sudeste, e para tal ato, buscamos em algumas literaturas reconstruir em partes a história da cidade de Pires do Rio-GO, que carinhosamente foi apelidada de “Teteia do Corumbá” devido ao reluzir sobre as águas caudalosas do rio Corumbá a exuberância da lua cheia.

Na história de fundação da cidade há controvérsias, pois alguns dizem ter sido o Coronel Lino Teixeira de Sampaio o fundador, mas Wilson Cavalcanti Nogueira, filho do Sr. Manoel Cavalcanti Nogueira, o primeiro Intendente da cidade, em seus estudos revela que o fundador de Pires do Rio foi o Sr. Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro Goyaz.

Nos estudos de Jacy Siqueira (2006), piresino, historiador, cujo livro *Um contrato singular e outros ensaios de história de Goiás* descreve a origem da cidade de Pires do Rio, com base em documentos oficiais o autor citado presume a veracidade dos fatos, que contribuem para exposição histórica deste capítulo, já que “o tempo é agente terrível: a tudo colhe, separa, peneira, depura e evidencia – verdade ou mentira – com a força e a violência decorrentes do pesado braço da História, de quem é o servidor fiel e mestre implacável” (SIQUEIRA, 2006, p. 65).

Em relação aos fatos que marcam o início da fundação e consolidação da cidade

de Pires do Rio, os historiadores remetem a inúmeras controvérsias sobre a fundação e os reais fundadores e também sobre a existência de um povoado que competia com o Roncador, em 1921, que mais tarde nos arquivos seria o Bairro do Fogo, hoje Santa Cecília. O local, Rua do Fogo, é toda a parte situada do outro lado da linha férrea.

O Porto do Roncador, em 24 de agosto de 1921, recebe a visita do Ministro da Viação e Obras Públicas, Engenheiro Sr. José Pires do Rio, que na qualidade anterior de Inspetor Geral das Estradas de Ferro, havia se posicionado contrário ao prolongamento da ferrovia no Estado de Goiás. Na ocasião, ficou resolvido que a ponte sobre o rio Corumbá deveria se chamar Ponte Pires do Rio e a primeira estação a seguir Estação Presidente Epitácio Pessoa, mas ocorreu o contrário.

No dia 13 de julho de 1922, no momento de inauguração da ponte metálica construída sobre o rio Corumbá, fez-se a inversão do que o Senhor Ministro havia solicitado, pois ela recebeu o nome do presidente da república (Epitácio Pessoa), troca esta feita pelo diretor da Estrada de Ferro Goyaz, o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida.

A execução da ponte Epitácio Pessoa significou a integração das demais regiões goianas no desenvolvimento econômico, uma vez que o rio Corumbá representava uma onerosa barreira econômica para a produção dessas regiões. Pires do Rio, primeira estação na outra margem do Corumbá, prometia ser um entreposto regional devido à sua possível ligação por terra com antigos e promissores municípios isolados pelo rio e que não foram contemplados com a ferrovia: Santa Cruz de Goiás, Bela Vista, Piracanjuba, Caldas Novas e Morrinhos. O que veio concretizar essa possibilidade foi a disposição do coronel Lino Teixeira de Sampaio em doar terras à Estrada de Ferro Goyaz para, juntamente com a estação, fundar no local uma cidade. Nesse aspecto, seu empenho foi ágil e eficiente: dois planos urbanos que vieram garantir para os pioneiros a certeza da existência de uma cidade no local (FERREIRA, 1999).

Nas bases da história da rede férrea, segundo Ferreira (1999), quando da inauguração da estação Pires do Rio, foi também decretada a fundação da cidade, registrada em obelisco erguido no largo de frente à estação, hoje a praça do mercado municipal, considerando-se como fundador o engenheiro da ferrovia, Sr. Balduino Ernesto de Almeida, e designando a cidade pelo nome (uma homenagem) do então Ministro da Viação e Obras Públicas, engenheiro José Pires do Rio.

No dia 9 de novembro de 1922, é inaugurado o obelisco, a cerca de 50 metros da estação ferroviária, já edificada, considerada a pedra fundamental da cidade de Pires do Rio. Encontra-se grafado no monumento em alto-relevo, que o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, na época diretor da Estrada de Ferro de Goyaz, era o fundador da cidade de Pires do Rio, uma “frase” que tem gerado algumas controvérsias acerca do verdadeiro fundador da cidade (SIQUEIRA, 2006).

Enquanto alguns escritores piresinos e familiares alimentam a disputa ideológica no nível da influência política do coronel Lino Teixeira de Sampaio, corroborada pela doação de um terreno para a construção da cidade, outros têm se debruçado sobre as

críticas advindas do meio acadêmico local, uma vez que o aniversário da cidade não coincide com a data da escritura de doação das terras, 05 de julho de 1922, mas com a data oficial inscrita na pedra fundacional feita pelo Diretor da Estrada de Ferro, Sr. Balduíno Ernesto de Almeida, 09 de novembro de 1922.

Entretanto, os fatos históricos remetem à data de 09 de novembro como sendo de fundação da cidade, já que essa data se justifica pela inauguração (documentada) da estação ferroviária Pires do Rio, embora, para Siqueira (2006) a data de fundação da cidade seja o dia 05 de julho de 1922, data que coincide com a da escritura pública de doação das terras à Estrada de Ferro Goyaz.

Siqueira (2006) ainda acrescenta as suas considerações acerca do fato de que o coronel Lino Teixeira de Sampaio, além de doar os quatro alqueires de terra, ação que outros fazendeiros das estações seguintes não tiveram, apresentou um projeto urbano (planta) da cidade a ser erguida nas proximidades da estação, projeto este de autoria de um engenheiro da Estrada, Álvaro Pacca, que foi apresentado e aprovado pela direção da Estrada de Ferro Goyaz em 1º de janeiro de 1922.

De acordo com Ferreira (1999), acredita-se que no local definitivo da estação, por volta do ano de 1923, apresentou-se outro projeto para a construção da cidade, desta vez solicitado ao topógrafo da Estrada de Ferro, Moacir de Camargo. A cidade de Pires do Rio ficaria sendo então a primeira cidade do Centro-Oeste a nascer com planejamento prévio, antes de Goiânia ou Brasília.

O momento em que a cidade começa a surgir, de acordo com Nogueira (s/d), fez com que a população do Roncador migrasse toda para lá, carregando tudo aquilo que lhes pertencia, inclusive o material de construção das casas que foram demolidas, construindo novas moradias no local escolhido para tal fim. Esse fato de mudar de um arraial para outro, segundo Ferreira (1999), veio a constituir o fenômeno por ele denominado de fagocitose, pois, para a formação da cidade Pires do Rio, o arraial do Roncador extinguiu-se para vigorar a nascente cidade.

Segundo Novais (2014), a ferrovia, enquanto elemento modernizador do Sudeste Goiano e instrumento capaz de aumentar as aglomerações urbanas e dinamizar o progresso da região, de acordo com os novos interesses dominantes, sempre esteve sob o controle do poder econômico estatal ou de grupos. Sua expansão justificou-se em detrimento dos interesses capitalistas e imperialistas. Portanto, a estrada de ferro é um produto da indústria capitalista da Primeira Revolução Industrial, colocada a serviço do capital e resultante das transformações ocorridas no processo de expansão do capitalismo no Brasil e no mundo (BORGES, 1990). O Estado de Goiás, ao inserir-se na dinâmica capitalista e implantar a via férrea em seu território, conseguiu integrar-se ao mercado brasileiro, além de mitigar anos de atraso e isolamento econômico.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Siqueira (2006), Pires do Rio se desenvolveu de forma diferenciada das centenárias cidades de Goiás, visto que a maioria se formou por tradicionais, enraizados e familiocratas grupos políticos, ou simplesmente “oligarquias”, o que permitiu uma abertura e receptividade ao novo e ao desconhecido, como parâmetro coerente para a construção de uma comunidade nascente.

No período de 1921 a 1940, correspondentemente à cidade em sua afirmação política e urbana, foi composta por migrantes e imigrantes, que se estabeleciam na prestação de serviço, agroindústria e comércio, tudo isso oriundo da formação da cidade pela Estrada de Ferro Goyaz. Desta forma, a cidade de Pires do Rio, torna-se para as cidades circunvizinhas um polo de referência em educação, saúde e comércio.

Por fim, com as discussões de quem é na verdade o fundador de Pires do Rio, a Câmara Municipal aprova a Lei nº 1.522, de 14 de novembro de 1985, que é sancionada pelo Prefeito, reconhece em caráter oficial o Cel. Lino Teixeira de Sampaio como o Fundador de Pires do Rio, dispondo, inclusive, sobre a colocação de placas informativas em vários pontos da avenida que o homenageia.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes; estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922**. Goiânia-GO: Cegraf, 1990.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguístico-literária. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo-SP, v. 4, n. 8, p. 115-135, 2002.

COUTO, Hildo Honório. **Ecolinguística** - estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília-DF: Thesaurus, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo-SP: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

FERREIRA, Aroldo Márcio. **Urbanização e arquitetura na região da estrada de ferro Goiás – E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo**. 1999, 278f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia-GO, 1999.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **Incidente em Pires do Rio**. Goiânia-GO: Kelps, s/d.

NOVAIS, Simone Francisca de. **Avicultura Industrial e Reestruturação Produtiva: os produtores integrados no município de Pires do Rio (GO)**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão-GO, 2014.

SILVA, Antônio Moreira da. **Dossiê de Goiás – Enciclopédia Regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente**. Rio de Janeiro-RJ, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2001.

SILVA, Cleber Cezar da. **Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás,

Regional Catalão, Catalão-GO, 2017.

SIQUEIRA, Jacy. **Um contrato singular e outros ensaios de Histórias de Goiás**. Goiânia-GO: Kelps, 2006.

SOARES, Francisco Accioli Martins. **Pontos Históricos de Pires do Rio**. Goiânia-GO: Gráfica e Editora Piloto, 1988.

## OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG

**Arthur da Costa Orlando**

Universidade Salgado de Oliveira

Niterói- Rio de Janeiro

**RESUMO:** Compreendendo a importância de se entender as características sobre a urbanização nos mais variados locais do país no passar dos anos. O presente trabalho busca debater as políticas de consolidação territorial para o início de desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé), freguesia localizada no sertão leste da Zona da Mata mineira. Essa região começa a receber seus primeiros sinais de povoamento entre o final do século XVIII e início do século XIX, com a influência de políticas indigenistas, ocorridas no início do período analisado, além da concessão de privilégios, isenções fiscais e doação de sesmarias. Procuraremos entender as mudanças ocorridas nesse espaço geográfico, evidenciando ainda mais a interdisciplinaridade entre Geografia e História na busca de uma reflexão maior sobre as relações sócio-espaciais ocorridas no passar dos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atas da câmara, desenvolvimento urbano, infraestrutura.

**ABSTRACT:** Understanding the importance of understanding the characteristics of urbanization in the most varied places of the country over

the years. The present work seeks to discuss the policies of territorial consolidation for the beginning of urban development of São Paulo do Muriahé (present Muriaé), parish located in the sertão east of Zona da Mata mining. This region began to receive its first signs of settlement between the late eighteenth and early nineteenth century, with the influence of indigenist policies, occurred at the beginning of the period analyzed, besides the granting of privileges, tax exemptions and donation of sesmarias. We will try to understand the changes that have taken place in the geographic space, showing even more the interdisciplinarity between Geography and History in the search for an even greater reflection on the socio-spatial relations that have occurred over the years.

**KEYWORDS:** House minutes, urban development, infrastructure.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do desenvolvimento urbano de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé), freguesia essa localizada no sertão leste da Zona da Mata mineira. Assim, primeiramente, discutiremos os conceitos de espaço e território, buscando evidenciar a interdisciplinaridade entre Geografia e História na busca de uma

reflexão maior sobre as relações sócio-espaciais ocorridas no passar dos anos. Em seguida, será feito um breve diálogo com a historiografia regional evidenciando a chegada do homem branco a essa área, sua estabilização com a produção agrícola e início do crescimento econômico. Ao final será exposto o resultado da análise de 295 atas da Câmara Municipal de Muriaé entre os anos de 1871 – 1890. O período é justificado pelo fato do estudo estar voltado ao início do desenvolvimento urbano, onde nesse recorte se encontram os primeiros serviços de infraestrutura realizados no município, deliberados pelas autoridades municipais (vereadores) de acordo com as necessidades oriundas no momento da área em questão.

Apesar de ter sido mencionado esse período e atas analisadas, abrangendo quase duas décadas, é preciso frisar, desde logo, a existência de algumas lacunas, ora temporais, ora em termo de informações anotadas. Como seria de esperar, algumas partes dos livros das atas se perderem no tempo, ou se encontram em dificuldade de acesso, resultando na falta quase total de informações para o ano de 1871, e total para os de 1874 à 1879, 1886 à 1887. O que significa dizer que os anos de 1872-73, 80-85, 88-90, oferecem a possibilidade de interpretações cronológicas e diacrônicas mais seguras, não se pretendendo menosprezar os dados disponíveis para o ano de 1871, pois cada fonte que ainda sobrevive tem de ser valorizada (LIBBY, 2004:69-96).

Mesmo assim, o banco de dados construído pelo autor consiste em dados que nos permite compreender as necessidades pedidas pelos moradores, e a posição das autoridades quanto às mesmas, formando um conjunto de informações que nos permite retratar vários aspectos da realidade do período em tela, bem como levantar algumas hipóteses que procuram explicar àquela realidade. A primeira variável do banco de dados é a data da reunião, um dado essencial para entendemos à urgência dos pedidos, as análises e decisões, que geraram mudanças ou reclamações nas demais variáveis.

Com relação às petições e deliberações, ocorridas nas discussões dessas autoridades municipais, temos uma série de dados: construção de pontes; abertura de caminhos; concessão de terrenos; requerimentos de esgoto e calçamentos. Foram encontrados também discussões sobre o possível abastecimento de água, porém nada de concreto em relação a sua efetivação, além de outros assuntos tratados como: pagamentos feitos às custas judiciárias, fornecimento de alimentação aos presos pobres, ofícios de leis oriundas do governo provincial, tabelas de impostos, entre outros. Assuntos estes que fogem ao tema proposto, mas, podem subsidiar uma futura pesquisa relacionada a essas questões.

## **1.1 Uma Breve Discussão Entre os Conceitos de Espaço E Território**

Partindo das considerações feitas por Claude Raffestin de que “espaço e território não são termos equivalentes” e que “o espaço é anterior ao território” buscaremos

primeiramente, através de um breve diálogo entre os conceitos, definir o termo espaço que durante anos foi alvo de discussão entre os principais pensadores da Geografia desde sua fase tradicional à humanista e cultural. (RAFFESTIN, 1993: 143-147)

Diante dessa perspectiva Henri Lefebvre ressalta que “o espaço estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 1973: 91-95), Milton de Almeida Santos. “Afirma não ser possível conceber uma determinada formação sócio - econômica sem se recorrer ao espaço. Segundo ele, modo de produção, formação sócio - econômica e espaço são categorias interdependentes” (SANTOS 1977: 3-13). Neste sentido Roberto Lobato Correa nos esclarece que,

O mérito do conceito de formação sócio – espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado; o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio – espacial. (CORRÊA, 1995: 26-27)

Frente a essas indagações, o conceito será visto aqui sob a ótica a ser organizado pelo homem de diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar.

Percebemos essas perspectivas nas formas de ocupações ocorridas na Zona da Mata mineira, as quais podem ser dadas como exemplo de formação sócio-espacial, onde eram apropriadas partes do espaço para se produzir. Assim, através dessa concepção de espaço compreendemos melhor o conceito de território que, segundo Raffestin, “se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, onde ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993: 143-147) constituindo assim um lugar de relações sociais a partir da sua apropriação.

Seguindo nessa concepção, Márcio Freitas Eduardo nos atenta que

O espaço, metaforicamente, constitui a matéria – prima do território, sendo esse uma apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por autores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades de territorializarem-se e viverem os produtos do(s) “processos” do(s) territórios, estão fortemente mescladas e intrínsecas ao poder. (EDUARDO, 2006:178)

Desta forma, concordamos com Marcos Aurélio Saquet que espaço e território não se encontram separados, “um está no outro.” O conceito de território se diferenciaria de espaço por três processos determinantes; as relações de poder numa compreensão multidimensional, as identidades simbólico – culturais mais específicos e os processos TDR (Territorialização, desterritorialização e reterritorialização). (SAQUET, 2009: 83)

Nesta mesma linha coaduna Tiago Roberto Alves Teixeira no intuito de realizar contribuições acerca do conceito, o autor reafirma que são as relações de poder, por

meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço (por meio de conflito ou não) que formam os territórios, imprimindo nestes suas características relacionais de acordo com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural (TEIXEIRA, 2010: 75-78).

Portanto o conceito de território será visto nesse artigo sob a ótica histórica, como uma determinada área apropriada por atores que através das relações de poder inserem seus interesses econômicos, políticos e culturais.

A partir da definição dos conceitos conseguimos relacioná-los com a região estudada, visto que a Zona da Mata Mineira em seu processo de ocupação passou por diversas transformações, sendo sempre palco de atores que territorializaram seus espaços ao longo dos anos através das relações de poder.

De acordo com essa perspectiva temos o caso de São Paulo do Muriahé, região localizada ao leste da Mata mineira que começa a receber, antes da chegada do agente colonizador, seus primeiros sinais de transformação espacial, com a instalação dos índios Puris e Coroados, oriundos do litoral do Rio de Janeiro para o sudeste de Minas Gerais (MERCADANTE, 1973: 30-32). Tendo, posteriormente, uma dinamização maior nas transformações a partir da chegada e estabilização do homem branco nesse espaço, como será evidenciado.

Na perspectiva de se compreender as relações existentes será feito abaixo uma breve discussão historiográfica.

## **1.2 Ocupação E Produção Agrícola de São Paulo do Muriahé: Breve Discussão Historiográfica**

O processo de ocupação pelo homem branco da área que seria chamada de São Paulo do Muriahé ocorre tardiamente, apenas no final do século XVIII início do XIX, tendo por explicação sua localização nos sertões leste da Mata mineira, também denominados “Sertões Proibidos” pelas autoridades da Colônia e da Capitania, que buscavam impedir à ocupação e consideravam uma defesa natural contra o contrabando do ouro (ROCHA, 2008:15). Esta ocupação inicia de maneira efetiva, graças aos incentivos feitos pela coroa, visando privilégios, isenções fiscais e doação de sesmarias, além de duas políticas indigenistas no período abordado. A primeira que se baseava no extermínio dos nativos, a outra na ideia de aldeamento, visando integrar os nativos a sociedade civil, estimulando-os à adoção da agricultura como base de subsistência e ensinando-os a educação religiosa e civil com os sacerdotes católicos (SOARES, 2009: 95-97).

Diante dessa perspectiva, concordamos com Haruf Salmen Espindola ao mencionar que “esses sertões que ficavam a leste dos núcleos ligados a mineração, e, eram vistos como proibidos se tornaram alternativa com a diminuição aurífera”, iniciando assim seu processo de ocupação (ESPINDOLA, 2005: 25).

Diante do exposto, percebemos que os aldeamentos indígenas obtiveram grande impacto sobre o território da Zona da Mata, principalmente durante os anos de atuação do diretor-geral dos índios Guido Thomaz Marlière, responsável pelos nativos da Freguesia de São Manoel do Pomba, São João Batista e anexas, onde em seu trabalho civilizador sempre pregava respeito aos nativos, opondo-se ao trabalho servil indígena e a concessão de aguardente, que muitas vezes era concedida aos nativos pelos colonizadores em troca da Ipecacuanha, raiz medicinal também conhecida como poaia, explorada nessa região em grande escala devido a aceitação não só no mercado brasileiro, mas também na Europa (SOARES, 2009: 99-100).

Em artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, observamos a importância de Guido Marlière no processo de povoamento, sendo responsável por fundar um estabelecimento para os índios Puris, no sertão do Muriaé, levantar uma Igreja para eles e demarcar suas terras, desde que fossem bastante para sua cultura e sustento. Fato esse visto por Soares como passo fundamental para o crescimento do futuro município.

Recebendo arruamento e habitações de brasileiros, as aldeias caminharam a passos largos para se tornarem povoados brasileiros, evoluindo para as cidades atuais. Este é o caso de Muriaé, antigo arraial de São Paulo do Manoel Burgo, com núcleo inicial formado a partir de um aldeamento de índios Puris, criado em 1819 (SOARES, 2009:107).

Segundo Vitória Fernanda Schettini de Andrade, “a doação de parcela de terra para a sua cultura e estabelecimento familiar desses nativos foi um grande aliado para sua fixação. Alguns podiam tornar agregados das fazendas e ter sua morada própria” (ANDRADE, 2006:32). Sheila Siqueira de Castro Faria, nos atenta que, “este relacionamento entre as culturas indígena e branca possibilitou a sedentarização e a semi-sedentarização de alguns índios possibilitando maior convívio entre eles (FARIA, 1998: 56).

Mesmo com essa impressão de divisão do espaço “amigavelmente”, “pouco ou nada se valeu para que o problema das terras dos índios fosse de fato resolvido, pois o apossamento, a compra, a grilagem e outras formas de ocupação foram empurrando esses nativos para áreas mais distantes” (ANDRADE, 2012: 79).

Na medida em que analisamos outros trabalhos realizados sobre a região, e obtemos ferramentas de apoio, percebemos que essas relações ocorridas entre brancos e indígenas na área estudada eram norteadas por interesses, que posteriormente gerariam conflitos pela terra como Andrade nos atenta que,

Adverte-se que as disputas por terra e poder começam a se fazer presentes. Área de fronteira aberta, a Zona da Mata mineira experimentava alterações profundas, ocasionadas pela ocupação, em uma região que até então possuía uma vida tranqüila, longe das efervescências das áreas mineradoras, iniciando-se na região um processo espacial particular, fruto da própria complexidade da base econômica (ANDRADE, 2012: 81).

Percebemos que essas disputas por terras acontecem á medida que os espaços

vão sendo ocupados mais intensamente e aos poucos, a “noção de riqueza foi ganhando um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais” (ANDRADE, 2012:83).

Diante dessa perspectiva os estudos feitos por Jamila Aparecida Silva Câmara com as análises dos inventários *post-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, entre o período de 1848 e 1888 de São Paulo do Muriaé, nos permite compreendermos um pouco do panorama agrícola da área no período. Fica exposto que nos primeiros anos da análise feita existia uma diversificação maior da produção dos gêneros agrícolas como, cana, milho, arroz, feijão, entre outros, mas à medida que se aproxima da virada do século o café torna-se o principal (CAMARA, 2012: 38-42).

Com o passar dos anos rapidamente a cultura cafeeira se espalha por toda região, elevando Muriaé a posição de segundo maior produtor da província de Minas Gerais, alavancando o crescimento e desenvolvimento do município (HASTENREITER, 1979 *apud* MALAFAIA, 2007:20). Fato que se torna ainda mais evidente com a chegada da estrada de ferro na cidade em 1886, consolidando seu status entre os principais polos cafeeiros da região (ANDRADE, 2006:48).

Diante desse panorama vivido pela cidade no período, Tiago de Castro Braga nos atenta para um significativo aumento populacional ocorrido visto que a produção se intensifica, quando há pessoal disponível, ou seja, “na medida em que se intensifica a utilização do solo, torna-se mais elevado o índice demográfico, ou vice versa” (ANDRADE, 2006:46). Seguindo essa perspectiva e analisando os dois censos demográficos do período, constatamos um elevado crescimento populacional na cidade em um pequeno espaço de tempo. Em 1872 São Paulo do Muriaé continha uma população de 34.620 indivíduos, dezoito anos depois em 1890 a cidade já contava com 50.189 habitantes, representando um aumento de 31% no período analisado, evidenciando seu crescimento econômico com a produção cafeeira (BRAGA, 2017:38).

De acordo com tudo que foi mencionado até o momento, e seguindo a perspectiva de Mario Marcos Sampaio Rodarte o qual enfatiza que, “no processo de circulação de mercadoria que a riqueza rural se convertia em riqueza urbana” (RODARTE, 1999:21). Buscamos abaixo evidenciar como os primeiros sinais de riqueza rural em São Paulo do Muriaé se converteram em infraestrutura urbana.

### 1.3 O Início do Desenvolvimento Urbano

São Paulo do Muriaé era composto por onze freguesias, sendo o distrito sede, local onde as questões burocráticas e executivas estavam localizadas. Na tabela podemos observar quais as freguesias que pertenciam ao distrito sede de São Paulo do Muriaé no ano de 1872.

Freguesias	Denominação atual
São Paulo do Muriaé	Muriaé
N.S. das Dores da Vitória	Dores da Vitória
N.S. da Glória do Muriaé	Itamuri
São Francisco do Glória	São Francisco do Glória
Santa Luzia do Carangola	Carangola
Divino Espírito Santo*	Divino (de Carangola)
Sebastião da Cachoeira Alegre	Cachoeira Alegre
S. Fco de Assis do Capivara	Palma
S. Fco de Paula da Boa Família	Boa Família
S. Sebastião da Mata	Eugenópolis
N.S. Conceição dos Tombos do Carangola	Tombos

Tabela 1: Município de Muriaé 1872

\*Curato

Fonte: Andrade, Romulo. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995. p. 155

Com base na análise dos dados pesquisados, foi possível montar diversos quadros sobre as informações contidas nelas, sendo primeiramente colocado o de quantidade de sessões ocorridas por ano, evidenciando as reuniões acontecidas e as que deixaram de acontecer por falta de número de vereadores.

Ano	Período	Total de Sessões	Sessões discutidas	Sessões adiadas
1871	06/11/1871 - 11/11/1871	6	6	0
1872	09/01/1872 - 18/11/1872	26	21	5
1873	07/01/1873 - 21/07/1873	17	16	1
1880	09/01/1880 - 15/12/1880	24	16	8
1881	11/01/1881 - 14/11/1881	34	22	12
1882	21/02/1882 - 06/11/1882	23	14	9
1883	07/01/1883 - 16/12/1883	38	23	15
1884	04/01/1884 - 05/12/1884	39	17	22
1885	02/01/1885 - 19/08/1885	20	14	6
1888	01/05/1888 - 29/12/1888	24	13	11
1889	04/01/1889 - 29/11/1889	20	12	8
1890	07/01/1890 - 02/09/1890	23	13	11
/	<b>Total</b>	295	191	104

Quadro 1: Quantidade de Sessões da Câmara Municipal ocorridas na Freguesia de São Paulo do Muriaé no período 1871- 1890

FONTE: Paço da Câmara Municipal de Muriaé. Livros de Atas, ano de 1871 á 1890

Diante do quadro exposto percebemos que a média de reuniões por mês variava entre duas ou três, visto que no ano de 1884 que contou com maior número de sessões foi também o que contou com maior número de adiamentos por falta de número legal

de participantes para proceder às discussões. Levantamos a hipótese que essas ausências nas reuniões podem ter ocorrido devido a fatores como: a grande extensão do município, problemas familiares, doenças e viagens realizadas.

Perante a perspectiva de que quanto maior o número de sessões por ano, maior quantidade de adiamentos e fazendo uma análise do segundo quadro, contribuímos para a hipótese do não comparecimento as reuniões devido à grande extensão do município, pois constatamos, após o estudo realizado que a maioria das discussões feitas estava relacionada às pontes. (construção, reconstrução, consertos ou outros).

Ano	Pontes (construção, consertos)	Calçamentos	Esgoto	Água	Concessão de terrenos	Estradas (abertura, manutenção)
1871	2	0	1	0	3	2
1872	10	8	1	1	2	5
1873	6	6	1	0	2	4
1880	12	4	2	5	1	0
1881	17	7	8	0	4	5
1882	2	1	1	0	0	4
1883	7	4	0	0	1	4
1884	3	2	1	1	1	1
1885	7	1	0	0	3	2
1888	7	0	0	2	1	1
1889	9	4	1	2	10	4
1890	8	2	1	1	2	2
/	90	39	17	12	30	34

Quadro 2: Temas das discussões nas reuniões das autoridades municipais de São Paulo do Muriaé nos anos de 1871 à 1888.

Fonte: Paço da Camara Municipal de Muriaé. Livro de Atas ano de 1871 à 1890

Seguindo essa perspectiva, Andrade nos remete a pensarmos na importância que as tropas constituíam na região estudada, enfatizando que,

Com a redução da extração das lavras de ouro, o uso das tropas circulavam os sertões do leste mineiro passou a ser uma das saídas encontradas para a ocupação do território, gerando, com o tempo, uma diversificação agrícola, baseada principalmente em gêneros básicos, como a cana, o milho, e mais tarde o café (ANDRADE, 2017:230).

Outro ponto que devemos levar em consideração, juntamente com a análise feita por Braga sobre a profissão de votantes qualificados em 1876, é que a maioria dos moradores do município estavam diretamente ligados a serviços rurais. Sendo a profissão de lavrador a maior, englobando 71,7% dos indivíduos. Assim, essa perspectiva corrobora para buscarmos entender as poucas discussões realizadas sobre assuntos de serviços básicos urbanos: como serviços de esgoto e fornecimento de água (BRAGA, 2017:35).

Devemos notar também um número razoável de pedidos de aberturas de caminhos, visto que muitas vezes eram pedidos para encurtarem distâncias, com o intuito de se deslocarem mais rapidamente entre as freguesias, e entre a freguesia e sua propriedade rural.

O assunto que apareceu em número relativamente mediano foi o de concessão de terrenos, o que nos remete a concordarmos com Vitória Andrade que ao analisar as concessões de sesmarias e analisar a lei de Terras de 1850, menciona que, “não existiam na região grandes propriedades baseadas no “plantation” pelo contrário havia como característica um número reduzido de escravos e uma extensão de terras de tamanho pequeno a médio, com raras exceções” (ANDRADE, 2006: 41-42).

Esse maior número de petições de pontes, com o crescimento da produção de café perto da virada do século, pode ter explicação no que considerou Rômulo Andrade sobre seu estudo no município. De acordo com o autor, a economia de São Paulo do Muriahé baseada no cultivo de café só se consolidou após 1886, com a inauguração da ferrovia Leopoldina Highway, passando a existir melhores condições de escoamento do produto para o Rio de Janeiro (ANDRADE, 1995: 150).

Diante dos dados levantados e de uma análise sucinta dos dados conseguimos obter um posicionamento sobre os assuntos que norteavam as autoridades municipais e os anseios pedidos pela população, subsidiando futuras pesquisas que podem ser alavancadas posteriormente.

## 1.4 Considerações Finais

Esse estudo das atas de discussões da Câmara Municipal nos permitiu delinear uma boa parte do que se era discutido nas reuniões das autoridades e quais os principais anseios dos habitantes para serem atendidos, no recorte temporal enfocado.

No lugar do aumento de concessões de terrenos e pedidos de medidas urbanas como rede de esgoto e água potável, vemos em número constante abertura de estradas e sempre em maior número discussões relacionadas às pontes, contribuindo como já mencionamos para um pensamento voltado para os interesses rurais.

Acreditamos que as autoridades municipais começaram a dar ênfase a infraestrutura urbana, na medida em que houve a consolidação econômica do município (anos mais tarde) com a produção cafeeira, e a atração de pessoas.

Estudos voltados ao tema são necessários para o entendimento da dinâmica populacional e o funcionamento da economia de determinadas regiões. Tais pesquisas contribuem para desmistificação ou confirmação de paradigmas tradicionais e generalizantes sobre o eixo econômico vigente nesses lugares.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Romulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos**

**de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove. A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852 – 1888.** Dissertação de Mestrado, USS. Vassouras. 2006.

ANDRADE, Vitória Fernanda. Schettini. Tropas e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888. In: ANDRADE, Vitória Schettini de, LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. **As várias faces de Minas : Traços locais e regionais.** Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2017.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Um olhar sobre o espaço histórico e geográfico de São Paulo do Muriaé: Conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUSA, Jorge Prata de. ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Zona da Mata Mineira: Escravos, Família e Liberdade.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

BRAGA, Tiago de Castro. **Família, riqueza e sociabilidade na Zona da Mata mineira: os Garcia de Mattos na segunda metade do século XIX.** Dissertação de Mestrado. UNIVERSO. Niterói, 2017.

CAMARA, Jamila. A. Silva. **Outra face da economia da Zona da Mata Mineira: Produção agrícola de subsistência numa região de economia agro-exportadora – São Paulo do Muriaé (1848-1888).** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 N° 13 Jul-dez 2012.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Brasil: Editora Bertrand, 1995.

EDUARDO, Márcio F. **Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-Território:** revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, 2006.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce.** Editora Univale, 2005.

FARIA, Scheila S. de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LEFÉBVRE, H. (1974). **La Production de L' Espace. Paris, Anthropos. \_\_\_\_\_ Espaço y Política.** Barcelona, Ediciones Península (original em Francês de 1973)

LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. **Filhos de Deus: batismos de crianças.** Varia História, Belo Horizonte, v. 31 004.

MALAFAIA, Maria de Lourdes Lima .**Alforrias, um acordo entre gatos e ratos: um estudo do caso de São Paulo do Muriaé, leste da Zona da Mata Mineira (1850-1888).** Dissertação de Mestrado. USS. Vassouras, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste. Estudo de uma região : Mata Mineira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA de Historiografia Muriaeense. Muriaé: Hastenreiter, ano 2, n. 2, maio/1979.

ROCHA, César Henrique Barra. **Zona da Mata Mineira: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora:** Funalfa edições, 2008.

RODARTE, Mario M. Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram; a pertinácia do**

**antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista.** Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

SANTOS, M.(1977). **Society and Space : Social Formation as Theory and Method.** Antípode, Woecester 9(1).

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular, 2009.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira.** Dissertação de Mestrado UFMG. Belo Horizonte, 2009 p.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea. **O conceito de território como categoria de análise.** XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.

## POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880

### Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Professor na Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de História (Campus de Ananindeua), no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá). Contato: francivaldonunes@yahoo.com.br..

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

**RESUMO:** Procuramos analisar, ao longo deste texto, os debates que associavam a agricultura como instrumento de mudança do comportamento de índios e colonos, em meados do século XIX. Apoiado nos relatórios e correspondências da administração imperial e da província demonstramos que a agricultura tomava dimensão de uma indústria de criação e multiplicação de algumas espécies de plantas consideradas úteis, e ainda capaz de promover uma nova forma de apropriação da terra, em um movimento chamado de “arte econômica”. Ou seja, não se tratava apenas de aumento da produção, mas exercitar um processo transformador sobre os produtos cultivados e

os agentes cultivadores. Assim, a agricultura na Amazônia não estaria associada a uma “arte” do cultivo, isto por que o aperfeiçoamento das atividades de arroteamento do solo, os amanhos da terra, as sementeiras, as colheitas, a conservação dos frutos e manipulação de alguns produtos vegetais, as construções rurais, os trabalhos dos fechos, da irrigação e do dessecamento dos terrenos deviam estar vinculadas a estudos científicos e não a experiência de cultivo herdada das populações indígenas

Por uma temporada de 1898 teria ficado em cartaz um espetáculo dramático-musical encenado no Teatro Lírico do Rio de Janeiro chamado “Moscas e Aranhas”. Dizia-se que o seu produtor teria pretendido que aqueles momentos de apresentações fossem noitadas tipicamente brasileiras, pois revelava sentimento e percepções da região dos trópicos, como nenhuma outra encenação. Tratava-se de uma festa de caráter inteiramente nacional, que exaltava as riquezas e potencialidades do país, possíveis de serem exploradas por um modo de produção que despertasse a inteligência, o raciocínio, a energia individual, a capacidade para o trabalho e o aperfeiçoamento constante do indivíduo e da sociedade, destacava seu

1 Texto inicialmente apresentado no VII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global, de 08 a 11 de agosto de 2016, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. A versão aqui apresentada foi revisada e ampliada.

produtor. Adiante, aos senhores, fazia-se referência à agricultura, ou para usar uma expressão da época, o cultivo como *arte*.

Diante de um cenário teatral reproduziam-se paisagens naturais e rurais como referência de características predominantes do espaço nacional. O primeiro desses cenários era retratado por exuberante floresta tropical onde, segundo a fala da atriz principal, que não se permite saber o nome, tratava-se do local onde se dava o combate feroz entre as aranhas brasileiras e uma espécie de besouros dourados que viviam numa grande e distante floresta negra. Movidos pela ambição e ganância atravessavam o oceano para roubar as melhores flores da mata protegidas pelas aranhas, assim como tudo quanto tinham interesses. Como devoradores incansáveis, não deixavam nada de riquezas e bens nas terras que saqueavam. A guerra dos insetos invasores tinha como prelúdio musical de ruídos onomatopaicos de locomotivas, apitos agudos de vapores, ovação de multidões, referências a fios telegráficos e à conquista do Oeste americano, numa visível alusão a dizimação dos grupos indígenas que ocupavam o território americano. O combate se intensificava na medida em que esses ruídos tinham a sua sonoridade mais aguda aos ouvidos. Era como se a intensidade do som conduzisse as ações de exploração e destruição.

O segundo ato apresentava mais um cenário natural, em que agora se tratava de um espaço descrito por um grande e melancólico vazio. A referência era uma floresta na Amazônia, com um mar de água doce no fundo. Dava-se registro ainda, a presença de uma paisagem fluvial monótona, grandiosa, intérmina, cheia de tons quentes, que lembravam febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada, esquecida pela capacidade produtora do homem civilizado.

Este vazio de civilização era ainda marcado pela exuberância da vida selvagem e pela violência de suas “forças ainda não disciplinadas”, para usarmos aqui a expressão do próprio relator. Enquanto a representação pictórica parecia à primeira vista tediosa, quando se exercia o ingresso no interior daquele ambiente, observava-se que este havia sido recriado musicalmente através da simulação de manifestações da natureza em estado bruto, que despertavam sentimento de opressão e medo. Esta paisagem marcada pela monotonia e este meio natural tirânico e aterrorizador tornavam-se em seguida cenário de uma conquista que se efetivaria de forma pacífica, em que as ameaças da selva eram vencidas pela intenção colonizadora do homem branco que, aliado ao índio, vinha explorar as riquezas da terra, sem que destruíssem a população que ora ocupava aquele lugar, mas que chamava para si em um movimento de aproximação e domesticação. Exploração possível, à medida que os homens, com a aquisição progressiva de conhecimento, se mostrariam capazes de administrar as forças do meio físico, de observar sua previsibilidade e de evitar seus efeitos perniciosos para a produção.

A descrição do ensaísta parece bem oportuna, então a farei de forma direta. Dizia: “Ouve-se um silvo. É um índio que se aproxima. Não vem só. Acompanha-o o homem branco, que traz embaixada as riquezas daquelas terras. Os jaguares urram,

os guaribas coçam-se e assoviam. O reino inteiro dos pássaros solta um ruído festivo e sonoro. A fada recebe a embaixada. Rompe um terceto, em que se harmonizam as vozes desta e do homem vermelho e do homem branco. A aranha estende a antena para o Amazonas e ordena que os monstros das febres recolham-se aos seus antros”.

A ocupação do ambiente amazônico seria representada na cena seguinte por um novo cenário, uma paisagem rural onde a colonização era lida como uma obra de mestiçagem, possibilitada pela atuação enérgica e pontual de quem deveria governar aquele cenário. Observava-se uma jovem descendente de brancos e índios, ainda que vestida de roupas de linho e adornada de joias de ouro. Estendia seu olhar pela paisagem e sentia ainda a atração ancestral pelas grandezas da floresta, deixando-se tomar por “fadiga precoce do ideal”, desejo interrompido pelas circunstâncias a que estava submetida, pois para além de ter o contato com povos de mais conhecimentos, haviam criado apego as vantagens da vida civilizada. Algo que não havia sido fácil, pois a civilização daquelas terras pela atividade agrícola era bastante problemática, porém necessária, em que porcos selvagens destruíam o jardim e o roçado, enquanto ruidosos periquitos atacavam o milho e arruinavam as colheitas. No momento em que moscas que não pertenciam aquela terra invadiam a cena, o drama foi subitamente interrompido pelo público, inflamado pelas paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras.

Esta visão paradisíaca da representação exótica da paisagem natural brasileira como fonte de exaltação nacionalista, mesclada a uma discussão sobre a problemática do imperialismo como ameaça a integridade do território brasileiro e a necessidade de responder a um desejo de ocupação dessas terras amazônicas por nações estrangeiras, representava as intenções do autor. No caso, não estava preocupado com a “imitação da vida” ou em um sentido de precisão representar a realidade, mas em um despertar para a compreensão de situações, da mesma forma que apontar problemas sociais. Neste aspecto Raymond Williams ao analisar o ambiente social e teatral inglês do século XIX revela que as alterações no teatro acompanham as mudanças da própria sociedade, em que os temas encenados guardam valores, gostos e comportamento ao mesmo tempo em que apresentam questões em que a sociedade vivencia ou se preocupa (WILLIAMS, 2011, p. 180). Esta parece ser uma experiência observa no Brasil.

A discussão em tela acompanhava um ambiente social em que se debatia a necessidade de criação de programas de colonização que promovessem a agricultura e o aproveitamento das forças de trabalho (mão de obra) nacional, como instrumento capaz de combater as investidas de países estrangeiros em terras de fronteira, como a Amazônia. Em outras palavras, correspondia um momento em que a arregimentação de braços para a lavoura, seja de indígenas, colonos estrangeiros ou nacionais mobilizava as forças políticas no Império com intuito de assegurar a ocupação produtiva do Norte do país (NUNES, 2016, p. 263). Este momento constituía um grande cenário descrito e construído em forma de ensaio pelo advogado, crítico literário e escritor Tristão de

Alencar Araripe Júnior.

Araripe Júnior foi romancista, apesar de ter alcançado maior notoriedade como crítico literário. Tanto ele, como Capistrano de Abreu iniciaram sua vida intelectual no Ceará, fazendo parte de um círculo positivista (CAIRO, 1996). Neste ensaio, em que assinava com o pseudônimo Cosme Velho, tem-se o registro de sua primeira publicação em uma coletânea intitulada *Diálogos das Novas Grandezas do Brasil*, datada de 1898 e que em 1909 foi publicada na tipografia do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro. O ensaio já havia sido objeto de divulgação em anos anteriores neste mesmo periódico. No caso, constituía do diálogo entre Cosme Velho (Tristão Araripe Júnior) e João Rivas (João Ribeiro, intelectual e escritor no Rio de Janeiro), em que os principais temas nacionais da época, como miscigenação, soberania nacional, trabalho e migração, ganhavam relevo.

A princípio, diríamos que o ensaio que vai dar origem ao espetáculo dramático e música é resultante de suas experiências e de sua família na administração pública. Ao citar o caso da Amazônia, por exemplo, quando destacava a necessidade de consolidar programas voltados para o desenvolvimento da agricultura (questão que envolve colônias agrícolas e aldeamentos), como forma de promover o crescimento econômico e de civilidade, legitimava o enredo com observações que revelavam experiências do pai como administrador na região, no caso, Tristão de Alencar Araripe, que assumiu a presidência do Pará entre os anos de 1885 e 1886. Este chegou inclusive a publicar um manual descritivo e demográfico do Pará para os imigrantes que tivessem interesse em ocupar as terras provinciais, chamado *Dados estatísticos e informações para os imigrantes*, de 1886.

De fato a década de 1880 é marcada por um momento de balanço das principais ações governamentais em torno do desenvolvimento da agricultura na Amazônia. Até esta década era a única produtora mundial de borracha, havendo iniciado um processo de expansão da produção em decorrência do crescimento da demanda pelo produto na indústria mundial. Esse processo gerou um considerável aumento da população e criou um volume de comércio até então inédito. De acordo com Roberto Santos (1980, p. 66) entre as décadas de 1830 a 1900, o crescimento da produção da borracha para exportação em toneladas saltou de 156 para 15.335. Mesmo assim, como observou o crítico paraense José Veríssimo (1892, p. 18), a região permanecia alheia aos destinos da nacionalidade, onde a produção para exportação estava concentrada na extração de produtos naturais. Lamentava que o pouco ramo da agricultura desenvolvido, estes eram produzidos aos moldes da população indígenas.

O espírito de distanciamento e possível separação eram alimentados pela situação de peculiaridade da economia amazônica, que gerava lucro, mas não assegurava uma colonização regular, nem uma produção que se assemelhasse ao restante do país. As críticas de políticos e intelectuais comungavam valores que ao mesmo tempo desprezavam a atividade extrativa, embora esta possa ser registrada com vastos lucros, apresentavam a agricultura como atividade econômica da região.

José Veríssimo (1892, p. 35) ressaltava que não era qualquer prática de plantio, mas uma agricultura que se constituísse como *arte* do cultivo, visto que devia desenvolver técnicas modernas de plantação, uso de utensílios e instrumentos dos mais apropriados e recentemente desenvolvidos nos “centros de população”, como a Europa e Estado Unidos.

Araripe Júnior, ao escrever “Moscas e Aranhas” não apenas se apoiava em escritos de José Veríssimo, mas como registramos, em observações dos próprios governadores do Pará, através de seus relatórios lidos e compartilhados nos parlamentos provinciais, nacional e nos jornais da época. Como não lembrar da fala do presidente Antônio de Miranda, ainda na década de 1840, quando não apenas defendia o aumento populacional da província do Grão-Pará, mas que o Estado assumisse esta responsabilidade, criando políticas de arregimento de mão de obra, como forma de assegurar a soberania nacional na região e evitar as investidas inglesas e americanas em terras amazônicas. No caso, três meios eram vistos como indispensáveis: “chamar braços livres e industriosos ao país, criar missões, [utilizando] os nossos índios errantes e aproveitar os braços nacionais disponíveis”.<sup>1</sup>

Um ano depois das declarações de Antonio de Miranda, o ministro dos Negócios do Império, Candido de Araújo Vianna, ale de citar o presidente do Pará, acrescentava que no caso dos índios e nacionais “não tratava apenas de tornar úteis braços improdutivos, mas, porém prejudiciais e devastadores a produção, a riqueza e a prosperidade da nação”. O proveito que se deixava de tirar de muitos terrenos que se achavam “baldios pelo único receio das incursões dos selvagens”, as plantações e edifícios que esses grupos tinham “estragados, inutilizados e arrasados pelo seu comportamento indolente e feroz”, a perda das vidas de colonos trabalhadores, que os índios teriam “sacrificados por conta de sua ferocidade”, a destruição e morte de outras tribos, que ocorriam “nas contínuas guerras em que andavam as diferentes populações indígenas”, seriam para o ministro os verdadeiros e consideráveis prejuízos para o Estado, justificando uma atuação mais consistente de controle sobre esses grupos. No caso dos nacionais advertia da necessidade de transformar antigas e atrasadas formas de cultivo em meios mais eficazes e modernos de se plantar e produzir, superando uma rotineira agricultura.<sup>2</sup>

Outro caso a citar é do, na época inspetor geral de Terras Públicas da província do Pará, João Martins da Silva Coutinho. Dizia, reafirmando parte dos discursos anteriores, que para a região amazônica, não era apenas de colonização estrangeira que o governo deveria lançar mão para fazer cessar a carestia de alimentos que tomava conta dos mercados da capital e das cidades interioranas. Numa referência aos grupos indígenas, dizia que era inevitável lançar mão do grande número de indivíduos de que se encontravam espalhados pela província e direcioná-los para o campo do

---

1 Discurso recitado pelo presidente do Pará João Antonio de Miranda, em 15/08/1840, p. 60.

2 Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1841, 1ª Sessão da 5ª Legislatura, p. 29.

trabalho regular e lucrativo. Para o inspetor, esse controle se justificaria, pois, os índios ainda não podiam gozar da liberdade civil. Acrescentava: “liberdade é como alimento, que deve ser proporcional às forças do indivíduo”, sendo assim, “os índios pela sua condição selvagem deveriam ser domesticados e disciplinados ao trabalho, conforme os interesses do governo e as leis do Estado”.<sup>3</sup>

Os discursos de Antonio de Miranda e Silva Coutinho, lidos na Assembleia Provincial do Pará e incorporados nos escritos de Tristão de Alencar Araripe, ao que se observa, moldou parte do espetáculo “Moscas e Aranhas” com intuito de demonstrar a importância da presença indígena na colonização da Amazônia. A consequência deste processo que passava pelo controle do trabalho do índio resultaria na presença de uma jovem descendente de brancos e índios, que vestida de roupas de linho e adornada de jóias de ouro, como registramos, exemplificava o nativo que havia incorporado hábitos dos colonizadores. Reforçava a ideia de uma natural incorporação e apego as vantagens da vida civilizada.

O controle sobre índios e colonos pela via da agricultura, como necessário para transformar o ambiente amazônico, concebido como melancólico e vazio, exigia a atuação sistemática do governo imperial. Era preciso convocar as aranhas, ou as instituições do Estado, ambas lentas nas suas ações, mais precisas nos seus movimentos, para assumir o comando sobre as populações dispersas pelo meio rural e selvagem, convertendo-as aos propósitos de aperfeiçoamento da sociedade brasileira e amazônica. Dentro do processo de desenvolvimento das forças produtivas observado no mundo capitalista que se tornava crescentemente interligado, e no qual, entretanto as diferenças entre as economias capitalistas centrais e as regiões às margem tornava-se cada vez mais gritante era necessário que lançassem teias, leis e decretos, que pudessem corrigir estas distorções provendo as interligações econômicas das regiões do país, como um emaranhado de fios, muito bem interligados. Estas medidas não apenas promoveriam o crescimento nacional, mas corrigiriam distorções internas que pareciam se exprimir de modo agudo dentro do próprio território nacional. Como exemplo destaca-se a convivência de um universo urbano modernizado e cosmopolita com os vastos sertões pobres, primitivos e inexplorados. Esta situação soava como um contra senso.

O discurso do progresso e da atualização do Brasil no contexto da economia internacional adquiria, em meados do século XIX e em especial na segunda metade, um significado particular aos olhos da elite modernizadora. Maria Alice Rezende de Carvalho (2001, p. 229) demonstrou que o desejo de melhoramento foi incorporado pelo próprio Estado imperial que através de seus agentes defendiam uma condição que acompanharia o progresso da técnica, a inovação contínua, o aumento da produtividade, a ascensão do conhecimento e o estabelecimento de uma sólida

---

<sup>3</sup> Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1857, 2ª Sessão da 10ª Legislatura, Anexo: Relatório Geral de Terras Públicas, p. 75.

institucionalidade política liberal similar à dos modernos países capitalistas.

Ao que tudo indica o progresso e atualização do país estavam associados ao que se poderia chamar de controle sobre índios e colonos, ou seja, a formação de novos agentes produtores que seguissem modelos modernos de trabalho. Aqui nos faz recordar fala de Ângelo Thomaz do Amaral que administrou a província do Pará na década de 1860, sendo o 25º presidente. De acordo com este presidente, a experiência teria demonstrado que nas regiões onde não havia plantios, identificadas como sertões incultos, ou espaços descritos por Araripe Júnior como de grande e melancólico vazio e onde se destacava uma paisagem fluvial monótona, grandiosa, intérmina, cheia de tons quentes, que lembrava febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada, predominavam as práticas selvagens de produção. Nestes locais “os homens vagueiam em demanda de raízes e animais incertos e parques meios de sua subsistência quotidiana, entregue as intempéries, as moléstias e as guerras que os devastam”.<sup>4</sup>

Esse quadro melancólico de abandono da espécie humana seria modificado e desapareceria, na medida em que “o machado desbravador e o arado, fazendo ecoar os primeiros brados da civilização pela extensão das selvas, afugentassem as feras para levantar a choupana do cultivador”. Ainda apresentando um discurso em defesa da agricultura, Thomaz do Amaral apresentava a superação das selvagens práticas quando “o arado rasgasse o seio da terra para confiar-lhe a semente”; “o solo apresentasse o risonho aspecto das searas, dos jardins, dos pomares, florescendo e frutificando”; “os campos se cobrissem de animais domésticos de todas as espécies”; ou ainda quando “o homem, enfim, se enobrecesse pelo trabalho, dedicando-se a agricultura, a mais nobre de todos os misteres”.<sup>5</sup>

Ao identificar as regiões não cultivadas como espaços em que os homens estariam submetidos às intempéries e moléstias, sobrevivendo apenas do que a natureza poderia disponibilizar, sem esforços e sem o aprimoramento de seu intelecto, se consolidava uma ideia de que esses locais não criavam condições favoráveis ao crescimento produtivo, pois os indivíduos não estariam preocupados em desenvolver novas técnicas de produção que aumentassem os seus rendimentos.

Isto nos lembra das doutrinas do historiador Henry Thomas Buckle (1857), para quem a única forma de progresso verdadeiramente durável seria aquela resultante do desenvolvimento das capacidades racionais do homem, mais favorecidas nas sociedades onde as restrições do meio natural estimulariam o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Neste caso, para a Amazônia, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho. As limitações do meio físico e natural seriam favoráveis ao desenvolvimento

---

4 Relatório do presidente do Pará Ângelo Thomaz do Amaral, em 04/05/1861, Anexo nº 13.

5 Relatório do presidente do Pará Ângelo Thomaz do Amaral, em 04/05/1861, Anexo nº 13.

do raciocínio, da invenção e do trabalho, em detrimento da imaginação e das sensações. Nas últimas farturas de recursos favoreciam ao enfraquecimento da razão, causados pelo impacto da grandeza natural sobre a sensibilidade humana, o que faria dos homens eternos submissos ao meio ambiente, incapazes da civilização. Ao invés de incentivarem as atividades agrícolas que fixaria o homem à terra, as condições físicas teriam favorecido o extrativismo, formando agentes por natureza despovoadores e depredadores. O abandono da agricultura demonstraria a ocorrência de um processo de barbarização, a partir do qual cresceu a dependência do homem em relação ao meio.

Estas reflexões ganham consistência nos textos de Ferreira Penna (1864: 8), secretário da província do Pará, nas décadas de 1850-60. Embora tenha permanecido politicamente ativo, se destacou mais propriamente por suas atividades científicas. Esta experiência que embasava parte de suas reflexões. De acordo com relatos de Ferreira Penna, quando da viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, o atraso da agricultura na província do Pará estava relacionado ao modo de vida da população do interior, considerado como um dos mais retrógrados do país. Dizia que essas populações viviam em precárias condições de moradia, oferecendo os mais indispensáveis confortos da vida. Em grande parte das propriedades não se identificava áreas de cultivo, sendo que em apenas algumas moradias se observava pequenos roçados que ainda se utilizava a prática indígena na lida com a terra.<sup>6</sup>

A questão que incomodava o secretário da província era como essa população vivia e se sustentava, à medida que se identificava apenas algumas poucas áreas de cultivo. As observações do modo de vida levavam a conclusão de que esse povo por ter nascido no meio da abundância, “estendia a mão para colher os frutos em qualquer época, sem desprender grandes esforços”. Assim, “como os pássaros e animais selvagens, que na natureza encontram tudo, não se ocupavam do dia de amanhã” (PENNA, 1864, p. 12).

Os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente. No caso das populações do interior do Pará, a inexistência de uma indústria agrícola estaria, portanto, relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural, como observamos. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços.

A superação do atraso apontado pela autoridade provincial passava pela criação

<sup>6</sup> Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 7.

de uma agricultura científica, pois se acreditava que a regeneração da atividade agrícola amazônica viria da pesquisa, da intensificação dos processos produtivos, da adoção de técnicas modernas, de cultivo e tratamento do solo, do ensino técnico agrícola de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização. Estas ações seriam possíveis quando estes valores estivessem compartilhados pelas populações locais. Quando os urros dos jaguares ou os assovios dos guaribas fossem substituídos pela harmonização das vozes do homem vermelho e do homem branco. Este seria o sinal para que a aranha estenda a antena para a Amazônia e ordena que os gananciosos besouros recolham-se aos seus antros.

A agricultura se mostra, portanto, como uma forma de civilizar os homens “bárbaros” do sertão. O significado de *sertão* remetia aqui a ideia de terra desabitada e inculta, construída ainda no período colonial. Compreendia ainda o lugar inculto, no interior do país, longe do litoral, dos centros civilizados e habitat de homens rústicos, violentos, indomáveis. Eram territórios de selvagens, vistos como espaços a conquistar. Vânia Maria Lousada Moreira (2011, p. 2), em estudo sobre o trânsito indígena e transculturação nas fronteiras do Espírito Santo, destaca que a ideia de *sertão* construída no mundo colonial se definia em oposição ao chamado mundo “policiado”. No caso da formação histórica brasileira ligada de maneira íntima, à conquista (civil, religiosa e militar) dos sertões e aos encontros, aos conflitos e às mestiçagens entre afro-luso-brasileiros e índios, Mary Louise Pratt (1999, p. 27-32) prefere denominar esses espaços até então classificados como sertões ou regiões de fronteira como “zonas de contato”. Para Pratt, este termo é preferível porque evoca “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam”. Em razão disso, ela define as zonas de contato como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”.

As ideias mais recorrentes dentro desse programa de atualização do campo eram a necessidade de educar o agricultor para o emprego de técnicas mais avançadas, a superação da desordem e da indisciplina, ao mesmo tempo em que a mecanização e a diversificação dos cultivos criariam novas oportunidades de expansão do setor. Modernizar a vocação agrícola da Amazônia e do país, significava, por vezes, articular os interesses da agricultura, possível com uma intervenção governamental. A modernização da economia agrícola brasileira era vista como necessária à produção em massa, por meio da adoção de inovações tecnológicas e da participação direta do Estado, ao qual caberia a criação das condições necessárias a esta atualização do campo dentro da divisão internacional do trabalho, tida, no contexto da vocação agrícola, como uma condição “imutável e natural”, da economia brasileira. Esta reflexão lembra as expressões de Elias Thomé Saliba (1981), quando estuda a ideologia liberal no final do século XIX e início do XX.

A ideologia ruralista representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie, demonstrando que também o campo poderia ser atingido pela onda modernizadora, tornando-se um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais, doravante pensados, sobretudo, como recursos. Perdia-se, assim, o tom fatalista que havia estabelecido a ideia do sertão como espaço de uma eterna luta do homem pela vida num meio natural hostil.

Transformar as limitações, pois assim eram vistas pela ciência europeia as condições do meio tropical, em energia criadora, em uma *arte* do cultivo, é o sentido mais amplo da utilização das teorias deterministas mesológicas apresentadas pela crítica de Araripe Junior, no ensaio em que foi descrito o drama “Moscas e Aranhas”. A integração do Brasil ao conjunto das nações civilizadas só aconteceria, acreditava o autor, a partir da afirmação da autonomia do país e de suas condições específicas, as quais a cultura europeia deveria adaptar-se. Dos autores que assimilaram a teoria do determinismo mesológico, como Silvio Romero, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, foi Araripe Júnior o que fez dela um uso mais original, por reverter o notório pessimismo naturalista em relação ao futuro dos países tropicais, a que essas teorias geralmente conduziam. Isso foi possível graças a um artifício já bastante explorado por sucessivas gerações de românticos: a diferença do Brasil em relação à civilização europeia foi definida com originalidade. A obra de Araripe Júnior acaba por demonstrar uma visão exótica do país que conformou a persistência de uma imagem do Brasil a respeito de si mesmo, procedimento chamado de autoexotismo (VENTURA, 1991, p. 38).

A crônica de Araripe Júnior foi provavelmente motivada por uma série de artigos voltados para a problemática do imperialismo, publicados por João Ribeiro (1898) naquele ano na *Revista Brasileira*. Em tom amargo e denegridor da formação social João Ribeiro lançava sobre o Brasil imprecizações e condenações inexoráveis, considerando possível e mesmo agradável a perspectiva da submissão do país à força dos impérios europeus, a seu ver detentores exclusivos da capacidade de civilização. Ao propor a agricultura como instrumento de mudança do comportamento de índios e colonos em meados e fins do século XIX, Araripe Júnior permite contrapor a ideia de Ribeiro Júnior que assimilava a barbárie dos sertões brasileiros aos ditos “seres inferiores” que habitavam, degenerados pelo ambiente e mistura racial, portanto desprovidos de tradição, coragem e caráter. A suspensão súbita do drama interrompido pelo público, inflamado pelas paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras, era representativo do quanto esses princípios defendidos por João Ribeiro se constituía hegemônico.

Entre a ficção e realidade, a submissão ou reverência que se fazia as nações estrangeiras, como os Estados Unidos ou países europeus, não apenas teria interrompido subitamente o drama descrito por Araripe Júnior, impedindo o desfecho da cena que se encaminhava para uma batalha vitoriosa para as aranhas. Impedia que o país desenvolvesse projetos, como aldeamentos e colônias agrícolas, que

controlassem índios e colonos e permitisse o desenvolvimento da economia nacional, num movimento em que as populações locais fossem devidamente organizados, em um processo que os princípios modernos pudessem ser apropriados, sem que os interesses nacionais fossem distorcidos e as riquezas dilapidadas.

Como na interrupção súbita da peça, as paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras, interrompiam o desenvolvimento das forças nacionais. Nos parece que aqui se sustenta a crítica de Araripe Júnior ao seu interlocutor, João Ribeiro. O desenvolvimento da *arte* de cultivo, que associa os modernos modelos de plantio as potencialidades e riquezas nacionais, não pode ser interrompido pelos interesses, prepotência e ganância dos países estrangeiros.



Imagem 1: Capa da obra “diálogos das Novas Grandezas do Brasil, 1909.

Fonte: Biblioteca digital da USP. Acessado em 12-2018. [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5212/1/001042\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5212/1/001042_COMPLETO.pdf)

## REFERÊNCIAS

BUCKLE, Henry thomas. *História da civilização na Inglaterra*. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900, vol. 1, 1ª ed., 1857.

CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996.

- CARVALHO, Maria Alice Rezende. Joaquim Nabuco: Minha Formação. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001, vol. 2, p. 229.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2011, Puesto en línea el 31 enero 2011, pp. 1-14, p. 2)
- NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: Agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará*. Belém, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.
- PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 27-32
- RIBEIRO, João. *Impressões da Alemanha: democracia e socialismo: uma digressão pela América*. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, vol4, t. 13, p. 346-356, 1898
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TA Queiroz, 1980.
- SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga: 1891-1930*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1981
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literária no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 38
- VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Brazil, 1892.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)

**Pedro Nogueira da Gama**

UFRJ

Rio de Janeiro - RJ

**RESUMO:** Ao narrar e analisar o processo revolucionário francês do final do século XVIII, na obra intitulada *História Universal* de 1919, o escritor inglês Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo, afirma que a ruína das instituições e da estrutura política e social vigentes teria trazido grandes dificuldades para a ordem emergente. Questões essenciais não haviam sido devidamente pensadas: como seriam encaradas a propriedade, a moeda e as relações internacionais? Considerando o tempo de reflexão do autor, essa comunicação propõe explorar algumas possibilidades interpretativas a respeito de tais conceitos que Wells considera fundamentais para a edificação da ideia de uma “nova ordem mundial”.

**PALAVRAS-CHAVE:** H. G. Wells, Teoria da História, Economia Política Internacional.

**ABSTRACT:** In his most important non-fictional work entitled *The outline of History: being a plain history of life and mankind*, published first in 1919, the english writer Herbert George Wells (1866-1946), popularly known as H. G.

Wells, one of the most important authors of the “scientific” literature of his time, analyses the French Revolution occurred at the end of the eighteenth century. According to Wells, the fall of the current institutions as well as the political and social structure had brought great difficulties to the rising order. Essential questions had not been carefully thought: how property, currency and international relations should have been handled? Considering the historical time of the author, this article explores some possible interpretations related to those concepts which were considered by Wells as crucial for the elaboration of the “new world order” idea.

**KEYWORDS:** H. G. Wells, History Theory, International Political Economy.

Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, foi um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo. Singular observador do seu tempo, Wells produziu obras em que procurou entender as múltiplas transformações do homem e das sociedades humanas, emitindo críticas e alertas. Sensibilizado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, Wells realizou um esforço intelectual que se tornou primordial para a sua idealização de uma “nova ordem mundial”. Entre as obras produzidas, encontra-se seu principal texto não-ficcional, *História*

*Universal*, publicado em 1919, sendo uma obra pouco conhecida e investigada na atualidade no âmbito dos estudos históricos no Brasil.

Em *História Universal*, ao narrar de forma dramática o processo revolucionário francês, iniciado ao final do século XVIII, Wells afirma que as conquistas da revolução, como a extinção dos privilégios ancestrais do Antigo Regime, não foram suficientes para alcançar o ideal de liberdade e felicidade igual a todos os homens. Seu declínio não ocorria por uma ausência de vigor ou ânimo, mas pela carência de ideias maduras. Segundo o autor, não é plausível amadurecê-las diante do caos e de perturbações imprevistas. Em meio à ação conflituosa, são as ideias refletidas e amadurecidas nos períodos prévios de elaboração, que podem permitir o entendimento e a efetivação das novas “oportunidades criadoras” (WELLS, 1970, p. 196).

Nesse sentido, o colapso das instituições e da estrutura política e social antigas trouxe grandes dificuldades para a ordem emergente. Questões essenciais para o autor não haviam sido devidamente pensadas: como devem ser encaradas a propriedade, a moeda e as relações internacionais?

Segundo Wells, esses não são problemas circunscritos ao contexto histórico da Revolução Francesa, mas se tornam particularmente agudos a partir desse período para o desenvolvimento da vida social e das comunidades humanas.

“Tomemos esses três problemas e indaguemos o que são e de como apareceram no mundo. A vida de todos os seres humanos está profundamente dependente da solução que for conseguida para esses grandes enigmas. Daqui por diante, toda a nossa história será, cada vez mais claramente, a história dos esforços desenvolvidos para a solução desses problemas, isto é, dos esforços para de tal modo interpretar a propriedade, de tal modo estabelecer a moeda e de tal modo controlar as relações internacionais, que se torne possível uma comunidade de vontade, universal, progressiva e feliz. São os três enigmas da esfinge do destino: a humanidade, ou os decifra ou morre.” (WELLS, 1970, p. 197).

Considerando o peso atribuído, pois envolvem conceitos que o autor considera essenciais para a edificação da ideia de uma “nova ordem mundial”, debruçei-me sobre as possibilidades interpretativas em Wells sobre essas questões e seus potenciais vínculos. Esse é, portanto, o objetivo desse artigo.

A respeito da obra, é preciso apontar que as interpretações históricas de Wells estão relacionadas ao seu próprio tempo histórico e podem ser entendidas como resultado de uma articulação singular entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Esses conceitos, propostos por Reinhart Koselleck (2014), contribuem para a compreensão de um “sentido” da história em H. G. Wells.

“Mas o que seriam “experiência” e “expectativa”? Para Koselleck, a experiência é o passado enxergado com o olhar do presente. Ou seja, trata-se de um passado incorporado que é re-atualizado. São integrantes da experiência tanto o uso consciente da razão quanto condutas inconscientes. Às experiências individuais, sempre são incorporadas as experiências de outrem. Se esse “passado presente” pode significar um “já não mais, mas ainda aqui”, então o “futuro presente” é a expectativa atual do que poderá vir a ser ou um “ainda não, mas já aqui”. As expectativas são posicionadas em um horizonte que é revigorado ou reelaborado à medida que novas experiências são agregadas e se tornam parte do universo

sabido. O horizonte se move junto com aquele que se desloca. Frente às experiências presentes, seus limites podem ser superados, gestando um novo horizonte de possibilidades.” (JASMIN, 2013, p. 388).

Em conformidade com aspectos identificados pelo historiador francês Marc Bloch (1998), a partir de seu “presente” específico, o texto do autor inglês constrói uma versão do passado e as condições de possibilidade de futuro, estabelecendo assim julgamentos, com aproximações e distanciamentos entre ambos, mas que, ao fim, tem um objetivo principal: contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade.

Em seu artigo, Bloch percebe uma incessante preocupação do escritor com os rumos e possibilidades futuras da “humanidade”. Entende que Wells encara a história do mesmo modo que lida com as ciências físicas ou naturais, ou seja, como algo que possui uma utilidade. Bloch concorda que não é possível negar de todo o valor prático da história, assim como um papel orientador, ainda que cauteloso, nas ações humanas.

Algumas possibilidades de significados para um “sentido” da história em H. G. Wells podem ser apontadas. A própria palavra “sentido” é polissêmica. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004), “sentido” significa ponto de vista, modo de considerar. Mas a mesma palavra também pode significar lógica, encadeamento coerente de coisas ou fatos. Um terceiro significado remete à finalidade, propósito, aquilo que se pretende alcançar.

No caso de Wells e sua obra, há uma noção de completude que une a compreensão da história ao ofício do historiador. Por um lado, a História tem um “sentido” educacional: trazer luz e esclarecimento aos homens sobre o passado para que decidam seu caminho futuro. Mas é um engano pensar que Wells parece propor um retorno a um passado exemplar, a história como “mestra da vida”. Por outro lado, para que a História tenha uma função educadora, é necessário que a história aponte o seu propósito: tendo como “bússola” o progresso da inteligência humana e a evolução das ideias por ela concebidas, a vida em comunidade na forma de um “Estado mundial”, “universal” e “cosmopolita”, reflexo de todos os indivíduos e todas as nações, deve ser permanentemente perseguida.

Em primeiro lugar, percebe-se que o escritor inglês compreende a propriedade como um atributo natural e instintivo, remetendo essa característica para além do homem, ao mundo animal. A princípio, ele minimiza os fatores sociais relacionados à ideia de propriedade. Contudo, contraditoriamente, ao descrever uma situação hipotética, inserida em um “mito de origem” das primeiras comunidades humanas, o autor ressalta os aspectos “egoísticos” associados à ideia de propriedade.

“A instituição da propriedade tem a sua origem nos instintos combativos da espécie. Muito antes que os homens fossem homens, o macaco ancestral já era um proprietário. A propriedade primitiva é aquilo por que um animal luta. O cão e seu osso, o tigre e a sua toca, o grande veado macho e o seu rebanho, são afirmações vivas do direito de propriedade. Não é concebível expressão mais sem sentido em sociologia, do que o termo “comunismo primitivo”. O Homem Velho da família-tribo dos primeiros tempos paleolíticos afirmava-se veementemente dono e

proprietário de suas mulheres e filhas, dos seus petrechos e do campo visível do seu universo. Se qualquer outro homem vagasse neste seu universo, ele o combatia e, se pudesse, matava-o.” (WELLS, 1970, p. 197).

É perceptível, na referência ao antropólogo James Jasper Atkinson (1903) e à obra intitulada *Primal law*, as bases interpretativas de Wells sobre a conexão entre homem e propriedade. *Social origins and Primal law* é uma obra publicada em 1903, composta por dois ensaios distintos e independentes, escritos por Andrew Lang (*Social origins*) e James Jasper Atkinson (*Primal law*). Nascido na Índia e com pais escoceses, Atkinson realizou seus estudos na Escócia e, posteriormente, residiu na colônia francesa da Nova Caledônia por praticamente toda a sua vida, excetuando as viagens eventuais que fez à Inglaterra e à Austrália. Atkinson desenvolveu um profundo interesse pelas leis e costumes das comunidades nativas do arquipélago da Nova Caledônia, escrevendo sobre as mesmas, antes mesmo de se tornar familiarizado com a moderna antropologia. Ao se aproximar da antropologia, que lhe ampliou os horizontes, ele desenvolveu uma série de especulações sobre a origem da moralidade e da família. Pouco antes de falecer, seus manuscritos foram deixados aos cuidados de seu amigo, Andrew Lang. Em síntese, Atkinson observa que, em grande medida, nas sociedades ditas “primitivas”, não importando a hierarquia dos indivíduos no interior dessas sociedades, pode ser percebida a existência de códigos que regulam diversos aspectos da vida em comunidade. Entre esses aspectos, estão o casamento e as noções de propriedade.

A instituição de um “pacto social”, com o estabelecimento de regras de convivência, teria permitido que as pretensões individuais e o imperativo da vida em comunidade, em contraposição a outro agrupamento humano, pudessem se harmonizar em relação à propriedade. Para Wells, a sociedade humana surge marcada por relações de poder. Porém, deve sua perenidade a um arrefecimento das tensões entre os indivíduos, permitido por um processo de distensão do “princípio ou direito de propriedade”.

“A tribo cresceu e se expandiu, no curso das idades, como o mostrou convincentemente Atkinson, em seu *Primal Law*, pela gradual tolerância do Homem Velho, que pouco a pouco foi permitindo a existência dos homens mais novos e lhes reconhecendo a propriedade das mulheres que capturassem, fora da tribo, dos instrumentos e ornamentos que construíssem, e da caça que matassem. A sociedade humana desenvolveu-se graças à transação ou à conciliação entre propriedade de uma só pessoa e essa mais larga compreensão das necessidades da vida em comum. A evolução foi por certo o resultado das transigências e alianças impostas aos homens pela necessidade de expulsar alguma outra tribo do seu universo visível. Se as colinas e florestas e rios não eram a *tua* terra, nem a *minha* terra (grifos do autor), e só disso abria mão, porque de todo não era possível porque, nesse caso, os outros o destruiriam. A sociedade foi, portanto, desde os começos, uma mitigação do princípio ou direito de propriedade. A propriedade entre os animais e entre os selvagens primitivos foi algo de muito mais intenso e exclusivo do que a propriedade do mundo civilizado de hoje. Por isso mesmo, o seu sentimento está mais fortemente arraigado em nossos instintos do que em nossa razão.” (WELLS, 1970, p. 198).

Segundo o autor, a primeira crítica ferrenha ao princípio da propriedade teria

surgido no alvorecer do cristianismo. Mas teria sido somente no século XVIII que questionamentos agudos a respeito do poder e da vontade dos homens sobre suas propriedades surgiram. Como uma das principais motivações para as experiências revolucionárias dos setecentos, estaria a necessidade de proteção da propriedade diante dos excessos dos reis e da nobreza.

Entretanto, tendências igualitárias teriam surgido no interior do próprio movimento revolucionário francês, gerando perguntas a respeito de suas contradições internas. Por um lado, havia o anseio de defesa da propriedade privada e, por outro lado, o desejo de igualdade social entre os homens.

“Mas o mundo dos fins do século dezoito ainda se encontrava, neste último ponto (a ideia de que “um homem pode fazer o quiser com o que é seu”), no simples estágio interrogativo. Não havia conseguido nada de suficientemente claro, e muito menos de suficientemente estabelecido, para lhe conduzir a ação na matéria. Um dos impulsos primários foi o de proteger a propriedade contra a ambição e o desperdício de reis e a exploração dos aventureiros nobres. Foi para proteger a propriedade privada que a Revolução se desencadeou. Mas suas fórmulas igualitárias a levaram à crítica da própria propriedade para cuja defesa se havia levantado. Como podem homens ser livres e iguais, quando numerosos dentre eles não têm solo sobre o que ficar e nada para comer, e os proprietários não os alimentarão nem agasalharão a não ser que labutem e mourejem? E excessivamente! – queixavam-se os pobres...” (WELLS, 1970, p. 200).

Segundo o autor, o jacobinismo teria respondido a essas aspirações mediante uma “universalização” da propriedade, o que significava torná-la acessível a todos. Contudo, aqueles que ele chama de “socialistas primitivos” ou “comunistas” teriam tido como objetivo a eliminação total da propriedade. Nesse caso, seu único detentor seria o Estado.

“A este enigma, a resposta jacobina foi a de “dividir”. Desejavam intensificar e universalizar a propriedade. Visando o mesmo fim, por um outro caminho, havia, já no século XVIII, certos socialistas primitivos – ou, para ser mais exato, comunistas – que desejavam “abolir” inteiramente a propriedade privada. O Estado possuiria toda a propriedade.” (WELLS, 1970, p. 200-201).

O autor afirma que, ao longo do século XIX, houve maior clareza sobre os múltiplos significados da ideia de propriedade. Em outras palavras, buscou-se problematizar em que medida algo pode ser “privado”, a serviço de interesses pessoais, assim como o que deve ser “público”, em prol da coletividade e aos cuidados do Estado.

“Somente no curso do século dezenove é que os homens começaram a compreender que a propriedade não é uma instituição singela e única, mas um grande complexo de posses de diferentes valores e conseqüências; que muitas coisas (tais como o próprio corpo, os instrumentos de um artista, roupas, escovas de dente), constituem algo que há de sempre ser profunda e irremediavelmente propriedade pessoal e que outra grande série de coisas – estradas de ferro, maquinismos de diversas qualidades, casas, jardins cultivados, botes de passeio, por exemplo – precisa de ser objeto de análise cuidadosa e sutil para se determinar como e em que limite podem ficar algumas sob o domínio da propriedade privada e como e em que limite devem cair outras sob o domínio público e ser administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo.” (WELLS, 1970, p. 201).

No entanto, ainda que essa questão tivesse sido amplamente debatida ao longo

de mais de um século, entre a Revolução Francesa e o alvorecer do século XX, segundo Wells, o maior problema é que tal discussão era marcada menos pela racionalidade do que pelas paixões e que a ideia de propriedade permanecia incompleta.

“Temos, hoje, sobre a primeira geração revolucionária, a vantagem de cento e trinta anos de discussão e estudo mas, mesmo hoje, essa crítica da propriedade ainda é mais uma vasta e apaixonada agitação do que uma ciência. Na França do século XVIII, portanto, e com maior razão, nada mais seria possível senão aquele espetáculo de vagos e confusos movimentos populares a procurar confiscar os bens dos proprietários, enquanto as classes de pequenos e grandes proprietários agarravam-se ferozmente ao que possuíam, exigindo antes de tudo, e acima de tudo, a segurança da propriedade.” (WELLS, 1970, p. 201).

Nesse momento, é importante refletir cuidadosamente sobre as considerações de Wells, descritas até então em *História Universal*, a respeito da ideia de propriedade.

Um conceito presumível, do ponto de vista do indivíduo, é a do “objeto” que lhe pertence de modo exclusivo, em oposição ao restante de indivíduos e objetos de um mesmo universo. Desse conceito decorre a noção de direito de posse de algo ou de decidir sobre algo, mesmo que não haja posse no sentido eminentemente material. Ainda que esse direito seja, em teoria, acessível a todos os indivíduos de um determinado universo, limitações podem ser formalmente previstas. Para além das limitações formais, os requisitos e os mecanismos previstos para o exercício do direito podem impor limitações práticas, como, por exemplo, a condição socioeconômica de cada indivíduo (MARTIGNETTI, 2000, p. 1021-1022). Tal compreensão vai ao encontro das observações de Wells.

Um aspecto relevante a ser considerado é a variedade de “objetos” em diversos tipos. Para Wells, uma equiparação de “objetos” é passível de questionamento: ser dono de “escovas de dente”, um dos exemplos utilizados pelo autor, não tem o mesmo significado, no sentido socioeconômico, que ser proprietário de terras ou de uma fábrica. Torna-se imprescindível, portanto, o exame analítico dos “objetos”, de sua relação com o indivíduo ou grupo de indivíduos e como tal relação se altera no espaço e no tempo. Dito de outra forma, identificar a função social dos “objetos”, dentro de um determinado contexto histórico, social, político e econômico, é algo fundamental. Indo além, Wells propõe que o cauteloso exame, além de essencial, é urgente para decidir se certo “objeto” pode estar aos cuidados do interesse privado ou do interesse público. O autor atribui assim um significado para a “propriedade pública”: todas as “coisas” a serem “administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo”. O uso de tais palavras qualificadoras revela uma contraposição explícita entre cada uma das relações individuais, que se excluem reciprocamente. Em resumo, a propriedade pública se contrapõe à propriedade privada (MARTIGNETTI, 2000, p. 1022).

Outro aspecto que merece ênfase na digressão de Wells diz respeito à relação entre “propriedade” e “sistema econômico-social”: a propriedade privada pode ser compreendida como crucial à estrutura do sistema capitalista, atuando como um dos componentes que manobra a alocação e distribuição de papéis sociais, ocupações

e recursos econômicos, incluídos também os meios de produção. Além disso, nos comentários sobre as origens da Revolução Francesa, encontra-se implícito no texto de Wells que tal função atributiva transforma a propriedade em estrutura capaz de alterar a distribuição de poder, sendo este entendido como a “capacidade de controlar e de impor a própria vontade”. Uma vez que parte do sistema possui autonomia, mesmo que não absoluta, e é capaz de controlar recursos humanos e econômicos, assim como agir de maneira a alterar o sistema, essa parte se torna uma força política real, concorrendo com outras estruturas de poder. Isso pode ocorrer mesmo que, em um contexto histórico anterior, essa força fosse menos manifesta e atuante e estivesse em oposição, ainda que parcial, às estruturas de poder dominantes até então.

Por fim, Wells aponta que os conceitos de “liberdade” e “igualdade” estão ligados de forma conflituosa com a noção de propriedade. Por um lado, entendida como um bem exclusivo que remete à independência da necessidade e de outros homens, à estabilidade, à segurança e à garantia da possibilidade de sobrevivência, a propriedade acaba por se identificar com a ideia da liberdade, tornando-se seu símbolo. Por outro lado, sendo elemento importante da estrutura de poder, fiel da balança em sua distribuição, torna-se fator de desigualdade. Tal desigualdade, que alimenta a si mesma, reforça a oposição à ideia de liberdade pertinente à propriedade privada.

Continuando, Wells enxerga uma imprecisão conceitual semelhante no caso da moeda. Para o autor, a dinâmica social tem relação estreita com uma construção cultural: a “valia” conferida ao trabalho humano, sendo-lhe equivalente. A representação da “valia” teria sofrido inúmeras mudanças, progressivas ao longo do tempo, até que uma “confiança” fosse construída em torno de metais preciosos e moedas. No entanto, essa “confiança” teria sido atingida negativamente pela atuação dos governos, substituindo as moedas e os metais preciosos por papéis-moedas e títulos públicos, chamados de “promessas de pagamentos”, controladas pelo Estado de forma arbitrária tanto no seu valor quanto na sua circulação.

“Em estreita correlação com o vago e o impreciso das ideias dos homens a respeito da propriedade, estavam a confusão e imprecisão das suas ideias a respeito da moeda. Tanto a república americana quanto a francesa caíram em sérias dificuldades nesta matéria. É o nosso segundo enigma e, como o primeiro, não se trata de algo simples, mas de um emaranhado de costumes e convenções, leis e hábitos mentais de que brotam problemas de vital importância para a comunidade e que não admitem soluções simples. A valia que se atribui ao dia de trabalho de um homem é, manifestamente, de importância primária para o funcionamento da máquina social. E, conseqüentemente, o que se escolher para representar essa valia. Deve ter sido bem gradual, na história humana, o desenvolvimento da confiança em metais preciosos e em moedas, até se firmar, de modo praticamente universal, a certeza de que se podia confiar na capacidade aquisitiva do dinheiro em toda e qualquer parte que estivesse. Mas, estando razoavelmente estabelecida, essa segurança foi abalada pela ação dos governos que se puseram a aviltar o meio circulante e substituir a moeda metálica real por papel-moeda ou promessas, em papel, de pagamento. E, como era natural, assim que se processaram deslocamentos políticas e sociais de certo volume e seriedade, o mercado do dinheiro entrou a funcionar constringido e inadequadamente.” (WELLS, 1970, p. 201-202).

A título de exemplo, Wells faz comentários sobre os problemas enfrentados pelas jovens repúblicas, norte-americana e francesa, ao final do século XVIII e início do século XIX. Segundo ele, cada governo havia tomado empréstimos e emitido títulos de dívida pública, com um respectivo pagamento de juros. Porém, esses juros representariam custos superiores à arrecadação e, portanto, dificuldades de pagamento desses países. Ambas as revoluções teriam gerado não apenas o endividamento como também uma diminuição na produção de riqueza, o que teria impactado o potencial tributário. Em ambos os casos, terras teriam sido utilizadas como garantia da emissão de papel-moeda e dos títulos. Entretanto, a utilização do ouro no pagamento das dívidas, aliada à emissão exacerbada de papel-moeda e dos títulos, teriam gerado uma crise de “confiança” na população.

“Os Estados Unidos e a República Francesa começaram as suas respectivas carreiras nacionais entre graves dificuldades financeiras dessa natureza. Ambos os governos haviam tomado emprestado e emitido bônus em papel com garantia de juros, juros superiores aos que poderiam comodamente coletar. Ambas as revoluções haviam provocado não só empréstimos e gastos desesperados, como também a interrupção das culturas e da produção, o que ainda diminuiu mais a riqueza real tributável. Ambos os governos, não podendo pagar em ouro, recorreram à emissão de papel-moeda, com a garantia das terras inexploradas (na América), ou das terras recentemente confiscadas da Igreja (na França). Em ambos os casos, o quantum da emissão foi muito além da confiança dos homens na nova garantia. O ouro desapareceu da circulação, escondido pelos astuciosos ou mandado ao estrangeiro para pagamento das importações; e o povo se viu com as mãos cheias de toda sorte de títulos e notas, em lugar de moedas, todos de valor incerto e decrescente.” (WELLS, 1970, p. 202-203).

Assim, é muito significativo na interpretação de Wells que a confiabilidade da moeda seja um atributo básico fundamental para a dinâmica capitalista e a estabilidade social.

“Embora sejam complicadas as origens da moeda, como meio circulante, os seus efeitos práticos e o fim a que tem de servir na comunidade podem ser expostos, de modo sumário, em termos simples. O dinheiro que um homem recebe pelo seu trabalho (mental ou corporal), ou por privar a sua propriedade de alguns bens consumíveis, deve, em última análise, ser bastante para a aquisição de uma quantidade razoavelmente equivalente de bens consumíveis para o seu próprio consumo. (“bens consumíveis ou de consumo” é uma expressão que deveremos compreender no mais amplo sentido, incluindo mesmo coisas como viagens, conferências ou divertimentos teatrais, casa, conselho médico, etc., etc.). Quando cada um, na comunidade, tem isso garantido e está ainda garantido de que o dinheiro não diminuirá de poder aquisitivo, então a moeda (o meio circulante) está boa e sadia e, com ela, a distribuição dos bens pelo comércio. Então, e só então, os homens trabalharão alegremente. A necessidade imperativa dessa firmeza e segurança da moeda é portanto o dado fixo, a premissa, de onde devem partir o estudo científico e o controle da moeda.” (WELLS, 1970, p. 203-204).

Na sequência, o escritor inglês faz uma ponderação, admitindo a inexistência de um equilíbrio constante do ponto de vista dos preços e do poder aquisitivo. Assim, ele descreve situações que podem ser compreendidas como possíveis exemplos de processos de inflação, assim como o seu reverso, ainda que não utilize explicitamente esse termo.

“Mas, ainda sob a mais estável das condições, haverá sempre flutuações no valor da moeda circulante. A soma total dos bens consumíveis vendáveis no mundo e em diversos países varia de ano para ano e de estação para estação: o outono é, provavelmente, uma época de abundância em comparação com a primavera; com o aumento dos bens disponíveis do mundo, o poder de aquisição da moeda também aumenta, a não ser que haja simultaneamente um aumento de moeda em circulação. Por outro lado, se há uma diminuição na produção ou uma grande e desperdiçada destruição de bens consumíveis, tal como ocorre numa guerra, a porção do total de bens consumíveis representada por certa soma de dinheiro diminuirá e os preços e salários se hão de elevar. Na guerra moderna, a explosão de um grande projétil, mesmo que não atinja coisa alguma, destrói trabalho e material grosseiramente equivalentes a uma confortável pequena residência de campo, ou às férias de um ano para um homem. Se o projétil atinge alguma coisa, então essa nova destruição tem de ser acrescentada à diminuição dos bens consumíveis. Cada bala que explodiu na “Grande Guerra” *diminuiu* (grifo do autor) por uma pequena fração o valor aquisitivo de cada moeda, no mundo inteiro. Se há, além disso, um aumento de meio circulante durante o período em que os bens consumíveis estão sendo usados, mas não substituídos completamente – e as necessidades de governos revolucionários ou em estado de guerra quase sempre exigem isto – então, a exaltação dos preços e a queda no valor da moeda paga em salários ainda são maiores.” (WELLS, 1970, p. 204).

Até essa parte do texto de Wells, alguns pontos saltam aos olhos do leitor atento. Em primeiro lugar, está explícita a noção de que a moeda é resultante do amadurecimento lento e progressivo de “costumes e convenções, leis e hábitos mentais”. Desse modo, o autor defende que se trata de uma construção histórica e cultural. Simultaneamente, encontra-se presente a noção de que a interferência de governos, quaisquer que sejam, tende a ser danosa. Entre as razões políticas que interferem negativamente naquilo que Wells considera a lógica inerente do funcionamento das moedas, a qual busca didaticamente explicar, o autor ressalta as guerras e as revoluções. Não é pouco relevante que Wells utilize esses exemplos, pois realça aspectos relacionados ao caos e à destruição, particularmente, do seu próprio tempo histórico. Assim, caso não houvesse as interferências nefastas da política, haveria uma tendência lógica para a estabilidade na oferta de bens e na mecânica das moedas, dos preços desses bens e dos salários dos trabalhadores.

O estudo da moeda tem um caráter “científico”, segundo Wells. Seu manejo requer conhecimento e de forma alguma deve ser entendido como trivial. Mas, além da ingerência negativa da política, o autor destaca os egoísmos de “inteligentes” e “estúpidos”, que atuam em prejuízo da comunidade em geral. O autor não explica como exatamente tais egoísmos operam na prática. Porém, encontra-se presente a noção de que, se governos em dificuldades econômicas emitem títulos a juros, compensando com um aumento de impostos, essa situação se torna agravada com a interferência política dos mais ricos, os prováveis detentores dos títulos.

“Acresce a tudo isso que os governos, sob essas dificuldades, tomam ordinariamente dinheiro emprestado – isto é, emitem papéis ou títulos sujeitos a juros e garantidos pela boa vontade e capacidade da comunidade em geral para suportar as novas tributações. Ora, tais operações seriam difíceis e mais que difíceis, se fossem conduzidas, francamente, por homens perfeitamente honestos à plena luz do conhecimento científico. Mas nada disto sucede. Até aqui, pelo menos, há sempre

os egoístas inteligentes, a má espécie de gente rica, a procurar, em tais casos, desviar as coisas em seu próprio favor. E se por toda a parte há sempre esse egoísta inteligente, há sempre o egoísta estúpido, pronto a se assustar e entrar em pânico. E como resultado inevitável a vida do Estado perturba-se e desorganiza-se, embaraçada não só por um excesso de meio circulante, que nada mais é do que uma dívida que não paga juros, como também por uma grande sobrecarga de juros provenientes dos empréstimos. Tanto o crédito quanto a moeda começam então a flutuar, desesperadamente, com a inevitável evaporação da confiança pública. Ambos estão, dizemos, desmoralizados.” (WELLS, 1970, p. 205).

Wells entende que essa manipulação provoca uma inflação de preços e uma consequente erosão da capacidade de compra dos salários. Assim, no limite, ele acredita que há uma regressão das práticas econômicas associada a uma crescente instabilidade social.

“A consequência final de uma moeda inteiramente desmoralizada seria a de acabar com todo o trabalho e todo o comércio que não pudesse ser conduzido por pagamento em espécie ou troca. Os homens recusariam a trabalhar, exceto por alimento, roupa, casa e pagamento em espécie. A consequência imediata de uma moeda parcialmente desmoralizada é a de fazer subir os preços e tornar o comércio febrilmente aventureiro e os trabalhadores suspeitosos e irritáveis. Um homem sagaz não deseja, sob tais condições, reter o dinheiro em suas mãos senão pelo período mais breve possível; pede o máximo pelas coisas reais que possuir e compra outra coisa real logo que puder, com o fito de se libertar desse perecível material, o papel-moeda. Todos que têm rendas fixas e economizaram, sofrem com a elevação dos preços, e os assalariados verificam, com fúria crescente, que o valor real de seus salários é cada vez menor.” (WELLS, 1970, p. 205-206).

Em seguida, o autor faz uma longa explanação em que relaciona os dois “enigmas” fulcrais até então analisados: “propriedade” e “moeda.” Para ele, a corrente do pensamento revolucionário francês do final dos anos 1700, que privilegiou a proteção da propriedade privada como um dos seus principais objetivos políticos, também buscou maximizar “direitos, títulos e propriedade tangível” e concentrá-los em poucas mãos, em detrimento dos demais. Wells ressalta a convicção com que esses revolucionários agiriam, “sem nenhuma desonestidade consciente”, como se estivessem a cumprir seu “destino manifesto”. Uma vez bem sucedidos, teriam procurado em termos políticos a garantia da conservação de sua riqueza acumulada.

“Essa foi a situação a que levou o período revolucionário. Eis aí um estado de coisas em que o dever de toda pessoa inteligente seria, manifestamente, o auxiliar a ajustar e a reassegurar a máquina financeira. Mas todas as tradições da iniciativa privada, todas as ideias do século dezoito, surgiram para justificar a ação de pessoas hábeis, e sagazes em explorar a situação. Estes especuladores puderam-se acumular direitos, títulos e propriedade tangível, à custa das tempestades e deslocamentos dessa falência da moeda. O número de pessoas esclarecidas, que se devotou sincera e simplesmente à tarefa de restaurar a moeda honesta e eficiente e as condições do crédito, foi pequeno e ineficaz. A maior parte do pessoal financista e especulador do tempo estava a representar o papel dos apanhadores de salvados de naufrágio. E isto faziam, sem nenhuma desonestidade consciente, mas, pelo contrário, com a perfeita aprovação de sua consciência e o aplauso dos seus patrícios. O fito de toda pessoa inteligente passou a ser o de acumular tanto quanto pudesse de riqueza realmente negociável, então, e só então, trabalhar em prol de qualquer espécie de processo político que estabilizasse a situação e a deixasse na posse vantajosa de sua riqueza. Que melhores fatores serão precisos para se criar uma má atmosfera econômica, suspeitosa, febril, ambiciosa e especuladora?...”

É perceptível a intransigência de Wells às revoluções, sendo, no caso específico, à Revolução Francesa e à Revolução Americana. Se, anteriormente, Wells relacionou as mortes e a destruição do processo revolucionário francês com suas supostas ideias mal acabadas e sua evolução imatura e problemática, nesse momento, ele se esforça em expor a sua visão sobre os efeitos econômicos, concentradores da riqueza material e danosos à maior parte da população, que também seriam implicações das mesmas ideias.

Mas talvez o ponto mais importante a ser lembrado sobre a moeda, segundo Wells, seja a ideia de uma engrenagem histórica e naturalmente construída em que a “confiança” dos indivíduos e das comunidades é um atributo essencial para a sua continuidade e a atuação do Estado é entendida como potencialmente prejudicial ao seu funcionamento. Esse é um olhar que não permite considerar o poder e o Estado como basilares para a existência, utilização e perenidade da moeda.

Como observa Maurício Metri (2007), não é incomum que, de forma genérica, economistas e historiadores assumam a interpretação de que a moeda nasceu como um meio de tornar as trocas mais triviais e menos onerosas no lugar das práticas de escambo, assim como uma importante ferramenta auxiliar na atividade mercantil, concomitantemente ao surgimento dos mercados. Nesse sentido, a moeda é vulgarmente compreendida como uma “construção coletiva, realizada ao longo de séculos e manifesta em diferentes sociedades e épocas históricas; constitui-se num bem público, numa espécie de linguagem, numa técnica cuja utilização está à disposição de qualquer indivíduo” (METRI, 2007, p. 2). A visão defendida por Wells vai parcialmente ao encontro dessa leitura, o que será explicado adiante.

Segundo Metri, a tradição “mercadológica” da moeda, ao não conferir relevância ao seu aspecto político, não problematiza as características intrínsecas às diversas moedas, desde a sua constituição, como uma ferramenta singular para o exercício e expansão do poder e como forma de subjugar indivíduos, grupos sociais e Estados soberanos. Sua despolitização acarreta em um equívoco da leitura de certos eventos e processos históricos ao ignorar e não reconhecer os atributos e o potencial hierarquizante da utilização das moedas em benefício de quem tem a capacidade de impô-las e deliberar o que representam (METRI, 2007, p. 3).

Metri procura demonstrar que a formação histórica dos poderes soberanos entre os séculos XI e XV, na Europa Ocidental, passou pelo processo articulado de acumulação de poder e de riqueza, em que as moedas atuaram duplamente: primeiro, como uma ferramenta primordial dos chefes locais para constituir uma centralidade política, apoiada em um domínio territorial e um espaço de tributação, de forma a rivalizar com outros poderes concorrentes; indo além, convertendo-se paulatinamente na representação mais relevante da riqueza e, desse modo, na forma preferencial para a sua acumulação, assim como no referencial distintivo e organizador entre os que

disputavam os lugares mais importantes para a sua perpetuação (METRI, 2007, p. 3). Em suma, a centralidade da moeda nas relações de poder intraestatais e interestatais se tornou contínua, estendendo-se até a contemporaneidade.

Por um lado, parece escapar à análise de Wells outros pontos de vista que buscaram se distinguir da tradição “mercadológica” que naturaliza a moeda, apontando principalmente para as relações profundas entre a economia e a política e que considera a moeda como uma manifestação e um instrumento do poder. Por outro lado, o autor parece reconhecer o aspecto político, a diversificação de forças e suas influências na ideia de propriedade, em que pesem as diferentes acepções.

Por fim, uma questão pendente a que Wells dedica algumas reflexões diz respeito às relações internacionais. Ele afirma que, de forma semelhante às questões anteriores, os problemas se devem à ausência de ideias formadas ante ao caos revolucionário. Assim, o “estado de guerra” permanente da recém-criada república francesa, em que se incluem as reações contrarrevolucionárias internas e de outras monarquias europeias, teria afetado negativamente a propriedade privada e a moeda na França. A criação de novos impostos teria sido importante no financiamento da guerra, mas, ao fim, teriam sido incapazes de evitar a carência material e financeira. Nesse quadro, uma saída contraditória acabou por ser adotada.

Se os territórios estrangeiros haviam sido invadidos pela França em nome da ideia de liberdade, da autonomia e da libertação dos povos contra o despotismo do Antigo Regime, simultaneamente, esses territórios dispunham de variadas riquezas que então passaram a ser exploradas em benefício dos franceses, inclusive para viabilizar a continuidade do esforço de guerra. Assim, Wells alerta uma vez mais para as contradições do processo revolucionário, conduzido por um conjunto de ideias mal-acabadas: o “novo regime” se tornava cada vez mais parecido com o “antigo”. Eram outros os protagonistas, sem dúvida. Entretanto, abaixo da superfície das mudanças, escondia-se um oceano de permanências.

“No problema das relações internacionais, o terceiro aspecto em que a Revolução se viu desaparelhada da necessária bagagem de ideias claras, as surpresas não foram menores. Os novos fatos internacionais e os seus desenvolvimentos iriam reagir desastrosamente sobre o estado de aventura econômica e financeira, sobre aquela corrida e confusão desenfreada de especulação e sobre a atordoante rapidez com que se diluíam a sua propriedade privada e a sua posição monetária no país. A República esteve, desde o seu nascimento, em estado de guerra. Por algum tempo, pôde custeá-la com novos impostos, recebidos com patriotismo e zelo sem paralelos na história do mundo. Mas isso não poderia continuar. O Diretório viu-se à testa de uma nação conquistadora, intoleravelmente necessitada e embaraçada no interior, e ocupando no exterior terras estrangeiras cheias de riqueza arrebatável e de oportunidades materiais e financeiras. Ora, todos temos uma dupla natureza, a boa e a má, e os franceses, especialmente, cultivam, com certo senso de simetria e de equilíbrio, esses dois lados. Nessas terras conquistadas, a França entrara como libertadora, como a professora do republicanismo da humanidade. A Holanda e a Bélgica tornaram-se a República Batávia, Gênova e a sua Riviera, a República Ligúria, o norte da Itália, a República Cisalpina, a Suíça foi rebatizada de República Helvécia. Mülhaussen, Roma e Nápoles passaram a ser designadas de repúblicas. Agrupadas em torno da França, essas repúblicas

seriam a constelação da liberdade, conduzindo o mundo. Este era o lado ideal. Ao mesmo tempo, porém, o governo francês e indivíduos particulares franceses, em concerto com o governo, procediam a uma completa, exaustiva e desenganada exploração dos recursos desses estados libertados. Era o outro lado da natureza humana. [...] Passados dez anos, a contar da reunião dos Estados-Gerais, a Nova França começa a apresentar singular semelhança com a velha.. É mais entusiasta, mais vigorosa; usa o barrete da liberdade em vez da coroa; tem um novo exército – mas uma marinha antiquada; tem nova gente rica em vez da antiga gente rica; uma nova classe de camponeses trabalha ainda mais rudemente que antiga e sofre mais impostos; uma nova política exterior, curiosamente semelhante à velha política exterior, despida de suas vestes; e... não há nenhum milênio.” (WELLS, 1970, p. 207-208).

Por fim, é necessário fazer alguns comentários adicionais. Pode-se apreender no texto de Wells sua costumeira aversão às revoluções, conforme foi apontado em diversas ocasiões anteriores. Não é absurdo avaliar que o autor se mostra pessimista em relação às transformações trazidas pelas rupturas, que não se pode desconsiderar a força da conservação, particularmente, associada aos “egoísmos” humanos. Essas questões são abordadas por Wells com razoável frequência em suas obras.

Portanto, para que um “Estado mundial” seja construído a partir dos escombros da Primeira Guerra Mundial, é imprescindível um exercício de “prudência”. Ainda que seja a partir de um evento traumático sem precedentes, sendo, portanto, um tipo de ruptura, seus desdobramentos precisam acontecer mediante o devido esclarecimento prévio. Afinal, envolvem questões complexas, de difícil compreensão, como aquelas tratadas anteriormente pelo próprio autor: propriedade, moeda, relações internacionais, entre muitas outras. Decorre dessa imensa complexidade o imperativo de obras com teor educativo e pedagógico, mesmo que ficcionais, como os romances, contos e ensaios escritos por Wells, e não simplesmente obras lúdicas. Mas é um engano pensar que a “prudência” significa menor ênfase transformadora. Ao contrário, na visão de Wells, é através do esclarecimento coletivo e do uso da “prudência” que uma transformação ampla e radical pode se tornar viável, alcançando assim as profundezas das sociedades humanas.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 69-126.

BLOCH, Marc. Uma nova história universal: H. G. Wells historiador. In: \_\_\_\_\_. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 256-269.

\_\_\_\_\_. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale [et ai.], 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BROME, Vincent. **H. G. Wells: a biography**. Londres: Longmans, Green, 1951.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CROUZET, Maurice. A renovação da vida intelectual e artística. In: \_\_\_\_\_. **História geral das civilizações**: a época contemporânea. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 100-115.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1914). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DOWNEY, Richard. **Some errors of H. G. Wells**: a catholic's criticism of the "Outline of History". Nova Iorque: Benziger Brothers, 1921.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 139-188.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: Fiori, José Luís, MEDEIROS, Carlos, SERRANO, Franklin (org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008. p. 11-70.

\_\_\_\_\_. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 11-64.

GOMME, Arnold W. **Mr. Wells as historian**: an inquiry into those parts of Mr. H.G. Wells's Outline of History which deal with Greece and Rome. Glasgow: MacLehose, Jackson and Co., 1921.

GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams (org.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 13-41.

\_\_\_\_\_. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. O campo teórico das relações internacionais. In: BRIGADÃO, Clóvis (org.). **Estratégias de negociações internacionais**: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 89-103.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUGHES, David. British "scientific romance". **Science Fiction Studies**, Greencastle, v. 14, n. 41, mar. 1987.

IACHTECHEN, Fábio Luciano. Evolução, progresso e universalidade: elementos do conceito de história em H. G. Wells. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gênero utópico e o discurso científico na ficção de H. G. Wells**. 2008. 99f. Dissertação

(Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: o futuro não é mais o que era. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 381-402.

\_\_\_\_\_. As armadilhas da história universal. In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: A invenção das crenças. São Paulo: Ed. SESC, 2011, p. 357-382.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: Que é esclarecimento?: textos seletos. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. p. 63-71.

\_\_\_\_\_. **Ideia de uma história univesal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LANG, Andrew; ATKINSON, James Jasper. **Social origins and primal law**. Londres: Longsman Green & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

McKILLOP, A. B. **The spinster and the prophet**: H.G. Wells, Florence Deeks, and the case of the plagiarized text. Nova Iorque: Publishers Group West, 2002.

METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa medieval**. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RÉMOND, René. **Introdução à história de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

RODRIGUES, Henrique Estrada. A utopia no tempo, o tempo na utopia. In: FÓRUM DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

ROSS, William. **H. G. Wells world reborn**: the outline of History and its companions. Danvers: Rosemount Publishing, 2002.

SCHNERB, Robert. A era do cientificismo. In: CROUZET, Maurice (Org.). **História geral das civilizações**: o século XIX. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 109-119.

SHAW, George Bernard. **H G Wells**: the man I knew. 1946. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/archive/2013/12/h-g-wells-man-i-knew>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

WARD, A. C. **História da literatura inglesa**. Lisboa: Estúdios Cor, 1959.

WELLS, Herbert George. **A construção do mundo**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Experiment in autobiography**. Nova Iorque: Macmillan, 1934.

\_\_\_\_\_. **História Universal**. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v.7.

\_\_\_\_\_. **The outline of History**: being a plain history of life and mankind. Nova Iorque: Sterling, 2004. 2 v.

## REDE CAIÇARA DE CULTURA

**Bruno Tavares Magalhães Macedo**

Rede Caiçara de Cultura

(PPGH/UFF)\*

“**Rede Caiçara de Cultura**” foi aceito no Simpósio Temático “**ST 44. Indígenas camponeses e quilombolas: caminhos para os (des)encontros com novas e outras narrativas**”, coordenado por “**George Leonardo Seabra Coelho (Universidade federal do Tocantins)**”, que ocorreu no Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, de 23 a 27 de julho de 2018 na Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ

O presente trabalho de História Oral destaca a memória da luta travada pelas comunidades caiçaras nos territórios de mata atlântica compreendidas entre os estados do Rio de Janeiro e o Paraná. A organização destas comunidades está inserida na resistência política aos efeitos do plano estratégico do II PND para o litoral sudeste, da Baía da Ilha Grande - RJ ao Vale do Ribeira - SP, que previa a construção de três centrais nucleares. Uma no litoral entre Angra do Reis e Paraty, em Itaorna, e duas na região da Jureia, litoral sul de São Paulo. Junto com elas vinha o projeto

da expansão da BR 101 Sul, entre o Rio e a Baía de Paranaguá no Paraná. A estratégia era unir polos de tecnologia de ponta a um turismo de elite, em torno de cidades históricas decadentes do tempo da colônia. Paraty, Iguape, Cananeia, Guaraqueçaba, todas fundadas na tradição católica escravista da civilização portuguesa no Brasil. O processo de formação da Rede Caiçara de Cultura é fruto do encontro em parceria de um fluxo de agentes sociais ligados ao mundo científico, das artes e à organização política das localidades envolvidas na transformação acelerada de um território culturalmente constituído. Trabalho os vestígios de experiências heterogêneas de organização social, resistência popular, lutas políticas, manifestações pela cidadania em registros sonoros de canções sobre caiçaras. Proponho-me a descortinar limites na articulação entre projetos e contextos, através do desafio de analisar documentos produzidos por diversos agentes e instituições sociais envolvidas com práticas da experiência cotidiana representada através da música, dança e poesia sobre a Paraty contemporânea. O que procuro desenvolver em minha pesquisa é uma análise da formação da identidade caiçara em Paraty. Esta identidade se constrói como resistência cultural ao movimento de desapropriação e transformação

do espaço territorial comum. Minha pesquisa histórica traz novos subsídios para a análise da circulação de agentes do conhecimento (saberes) envolvidos no processo, através de documentos audiovisuais inéditos produzidos em minha parceria de dez anos com o Instituto Silo Cultural José Kleber.

\*Caderno de Resumos do Encontro Internacional Pg. 443/444.

XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias

ISBN: 978-85-65957-09-0

Universidade Federal Fluminense

Niterói, 23 a 27 de julho de 2018.

## COMO SE DÁ ESSA ARTICULAÇÃO

Em 03 de abril de 2005 se dá a primeira reunião para a criação da Rede Caiçara de Cultura. Esta ocorre no Silo Cultural José Kleber<sup>1</sup>, Paraty, RJ. Na Ata desta reunião ficaram delineados os princípios de uma ação coletiva para a realização de um **“Arrastão Cultural”**. O simbolismo da expressão pretendia uma imagem poética, claramente inspirada na obra do compositor de Paraty Luis Perequê. Os versos “remendando redes, reunindo malhas, pra cercar o peixe e fartar a casa” da canção Encanto Caiçara, gravada no LP homônimo de Perequê (1992), informam da prática cultural inspiradora da ação proposta. O mutirão para puxar a rede de arrasto nas praias do litoral durante a “safra” da tainha. Fundar a Rede de Cultura, baixo esta dimensão simbólica, significa potencializar o espírito tradicional do mutirão para reunir a cultura espalhada pelo território litorâneo coberto pela mata atlântica. O território caiçara.

A extensão deste território está referida no primeiro item da Ata da reunião, junto com uma intenção prática da Rede Caiçara de Cultura: “Estabelecer Centros de Cultura Caiçara / Centros de Referência nos municípios que abrangem as populações caiçaras (Segundo Diegues, o entendimento é que deve abranger de Angra dos Reis, RJ até o Paraná)”. Onze anos depois, o Prof. Dr. Antonio Carlos Sant’Ana Diegues (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras NUPAUB/USP) narra no IV encontro de Rede Caiçara de Cultura em Paraty como imaginou a ideia de território caiçara:

---

1 É objetivo do Instituto Silo Cultural José Kleber; promover, facilitar e viabilizar arte e cultura nos seus aspectos de resgate, preservação e renovação, em especial ao que se refere à cultura local; defender a diversidade cultural e o direito ao acesso aos meios de comunicação e divulgação para as expressões culturais minoritárias; promover a inclusão social através de artes e ofícios possibilitando a geração de renda para a população. É dado publicamente ao conhecimento o Silo Cultural José Kleber e seus criadores Luis Carlos Albino Veloso (Luis Perequê) e Vanda Maria Mota Pinto (Vanda Mota). Registrado no Serviço Notarial e Registral de Paraty, 02 de junho de 2004.

2 A IUCN é a União Internacional para Conservação da Natureza, fundada em 1948. Filiada à UNESCO.

*Eu comecei a imaginar que é um território que, se a cultura é a mesma, se o modo de vida é o mesmo, se as opressões são as mesmas é um território caiçara. Ai nós fizemos no NUPAUB o primeiro mapinha, que às vezes usam por aí, de qual é a extensão do território caiçara. Isso foi desenhado em 1989. Tem um trabalhinho meu, que eu publiquei na IUCN<sup>2</sup>, saiu até numa versão inglesa, e era a importância do conhecimento tradicional caiçara. Eu tinha que colocar num mapa, no Brasil, que é pro gringo poder ler, e aí coloquei essa extensão que era do Paraná até Paraty. (Diegues, depoimento oral, Paraty, julho de 2016).*

O que se pretendia, segundo a Ata da reunião de 2005, era a criação de um evento. Este evento seria uma “motivação cultural” para uma conexão em rede, que buscava congregar as diversas manifestações culturais caiçaras com as discussões sobre o problema da realidade socioambiental dessas comunidades, sua adaptação às regras impostas pelos parques de vida selvagem (Diegues, 2001). O objetivo era encontrar caminhos para transformar as comunidades em atores sociais com voz ativa nesse processo. A estratégia era utilizar as manifestações da cultura tradicional como lugar de mobilização política. Trabalhar uma aliança entre os saberes tradicionais, a ciência e a arte. Atraindo diversos agentes sociais livremente engajados para a ação de conscientemente criar espaços públicos de participação voltados para a discussão; como transformar a realidade socioambiental das comunidades caiçaras? Como propor uma mudança social através da manutenção de uma identidade cultural?

## **REDE CAIÇARA DE CULTURA – ONZE ANOS DEPOIS**

O encontro Cultura e Território realizado em Paraty durante a FLIP, julho de 2016, foi organizado pela articulação da Rede Caiçara de Cultura. Os depoimentos orais registrados incluem os de alguns fundadores da Rede em 2005<sup>3</sup>. Em seu conjunto, eles propõem uma comunidade de oradores e ouvintes que participou de um processo de produção conjunta de uma rede de saberes, onde o conhecimento tradicional, a pesquisa científica e a criação artística dialogaram por mais de uma década na construção de uma memória coletiva. A memória da Rede Caiçara de Cultura. Em comum se percebe a luta pelo direito ao território tradicional, espaço social de reprodução e transformação histórica de suas práticas e representações sociais, ou seja, de sua cultura, seu jeito de viver. Nesse espaço social se desenvolveram novas formas de leitura do passado com o objetivo de construir melhores condições de vida no presente. Ronaldo do Campinho da Independência, território quilombola de Paraty, expôs assim sua visão da história dos quilombos como espaço comum de resistência:

*Nos quilombos, ao longo do tempo do Brasil pré-republicano foi crescendo a presença de não negros que não eram da elite. Então o Brasil foi ocupado por*

---

3 Luis Perequê, músico e poeta de Paraty. Ronaldo Santos do Campinho da Independência, músico do grupo de RAP Realidade Negra, integrante do CONAQ, membro do Fórum das comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Paraty, Ubatuba e Angra. Dauro Marcos do Prado; liderança nacional caiçara, de família tradicional de resistência da Jureia (Município de Iguape, SP). Antonio Carlos Diegues, coordenador científico do NUPAUB, Núcleo de Pesquisas de Áreas Úmidas do Brasil, da USP. Alexandre Pimentel, autor do livro *Museus Vivo do Fandango*, então superintendente de cultura e território da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

*um grupo cada vez maior de não negros, que não eram os donos do poder, que também eram aliados importantes da luta quilombola. Eles também eram abrigados nos quilombos. Então é importante entender que quilombos não eram formados só por negros, tinham não negros ali também. Ai, essa nossa relação é histórica.* (Santos, depoimento oral, Paraty, 2016)

Guimarães (2007, p. 2) nos fala que a escrita da História não é mais uma mimese do que “realmente teria sido”. O texto escrito da história é hoje percebido como parte de um conjunto móvel de experiências humanas. “Seus signos, ao serem lidos evocam imagens a partir das quais o passado se torna matéria de conhecimento.” Entre os impasses recentes na escrita da História estão outras formas culturais de ler o passado, de se apropriar dele e construir narrativas em lugares de memória que produzem identidades presentes com múltiplos projetos de história. São tempos de “presentismo”. O poder do conjunto das evocações de uma cultura histórica produz narrativas que o autor explicita pelas palavras argutas de Jorge Coli como “os poderes da arte fabricando a História” (2007, p. 2).

Assim, como a fala de Ronaldo propôs uma história legitimadora da luta política das comunidades tradicionais, a fala do professor Diegues construiu para a comunidade de ouvintes uma visão antropológica do espaço caiçara. A noção de território foi contada como experiência vivida por Diegues, e passou a fazer parte da constituição da memória da Rede Caiçara de Cultura.

*Eu me lembro da importância dos mapas. Por quê? Porque, só um adendo, eu tinha feito meu doutorado aqui, então eu conhecia relativamente bem essa parte norte de Ubatuba e sul fluminense. E tinha feito meu mestrado entre os pescadores de Iguape e Cananeia. Então eu já tinha um trânsito aqui por essa região. E, como todo antropólogo, o que eu percebi é o seguinte; o modo de vida era praticamente igual. A importância da roça era a mesma, a importância do mutirão era a mesma, a importância do trabalho familiar era a mesma.* (Diegues, depoimento oral, Paraty, 2016).

A festa também é um dos pilares do encontro de fandango e cultura caiçara. Faz com que cada encontro seja lembrado. Cada memória transmitida faça parte da dinâmica dos novos encontros. A Rede Caiçara de Cultura aparece assim como uma trama invisível do encontro de saberes, pela relação entre as lideranças comunitárias, os cientistas e os artistas, que é celebrada pelo baile e a comida comunitária. Todos se afinam com a alteridade caiçara:

*Fandango é gozado, as músicas... Eu era um antropólogo ainda meio deficiente porque eu não me interessei muito pelas músicas, porque minha formação era marxista. Fortemente marxista. E marxista acha que a cultura musical é alguma coisa supérflua, o que eu só vim a aprender muito recentemente, que ela é fundamental na afirmação da identidade. Acho que são duas coisas importantes **na afirmação da identidade; é a música, de um lado, a cozinha, do outro, a culinária, né, e claro a organização.*** (Diegues, depoimento oral, Paraty, 2016).

---

4 Dever de memória é a expressão que Luciana Heymann (2006, p. 27) analisa como constitutiva de uma nova noção de direito à reparação, quando “toda evocação do passado, no espaço público, parece estar permeada por essa noção, presente no discurso de homens públicos, na fala de líderes comunitários, no debate acadêmico e nos textos jornalísticos.”

Então o ato de lembrar os feitos realizados é a condição de encontrar seu movimento de transformação, para entender seu lugar no presente. A escrita deste artigo faz parte do esforço geral das sociedades contemporâneas de lidar com seu “dever de memória”<sup>4</sup>. O debate sobre os direitos das comunidades caiçaras é resultado de uma aceleração na circulação entre as esferas de saber. Ela influi na própria definição de uma ordem social mais justa, que tem de lidar com um passado que teima em não passar. Estes agentes sociais transmutam essa teimosia “presentista” em ato de insubordinação.

*E aí, eu também gostaria de pegar a ideia da insurgência quilombola. Eu nunca tinha pensado nisso como um fato importante pra esse movimento das comunidades tradicionais. E não quero nem trazer isso como um orgulho de ser quilombola, não é bem isso, mas é só uma reflexão mesmo política dessa linha do tempo; de quem somos nós nesse tabuleiro, né? Nós todos.* (Santos, depoimento oral, Paraty, 2016. Grifo meu).

Essa dinâmica de construção da memória coletiva é parte constitutiva da própria demanda social em pauta no encontro. Ela se constrói no diálogo estabelecido dentro da comunidade de oradores e ouvintes. Ou seja, a demanda social se identifica com um passado “presentificado” em uma situação social simbólica que, ao mesmo tempo, procura explica-la e propõe sua transformação<sup>5</sup>.

Em Guimarães (2007) vemos também uma ação possível para o historiador contemporâneo. À historiografia, como área de investigação caberia, entre outras, a tarefa de se interrogar acerca dessas inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar esse conjunto pretérito de experiências. Sobre os regimes correlatos de escrita se põe uma questão de uso, ou de invenção; a busca de uma escrita que dialogue com essas diversas formas de produção de conhecimento do passado<sup>6</sup>. O caso do compositor de Paraty Luis Perequê é expressivo de um regime de escrita da história produzido para dialogar com as comunidades tradicionais. Através do uso do ponteio de viola, expressão arraigada nos encontros de cantoria do mundo rural brasileiro, Perequê compõe seus versos explicando a transformação que a Rio - Santos (1975) trouxe para o território caiçara.

Roceiro virou pedreiro  
Trabalhando em construção  
Fez as casa do estrangeiro  
Grileiro de nosso chão

---

5 Aquilo que Zygmunt Bauman (2003, p 64) chama de “la política de la vida, más que el de las estructuras sociales y sistémicas; en otras palabras, las estrategias de vida posmodernas, más que la modalidad burocrática de gestión de los procesos sociales y la acción coordinadora, son los factores más influyentes entre los que dan forma a la situación moral de los hombres y mujeres posmodernos.”

6 Para Gilroy (2011, p. 176) isto ocorre na produção e escuta da música quando “Urna espécie de historicismo popular, que estimulou um fascínio especial pela história e o significado de sua recuperação por aqueles que têm sido expulsos dos dramas oficiais da civilização”.

Tropeiro patrão de burro  
Hoje é burro de patrão  
Tem no peito um sussurro  
Quando vê um lote de burro  
Passando de caminhão  
Perequeaçu  
1992

Neste sentido a música é também uma escrita da história<sup>7</sup>. Assim o compositor popular ganha na circulação de uma memória compartilhada o status do narrador gabaritado de que fala Portelli (2011). A forma musical permite a apropriação direta da experiência narrada. Cada membro da comunidade de ouvintes se apropria da narração. Diversas vezes constatei o fenômeno. Sentado ao lado do gravador, vi aproximar-se um pescador da localidade para perguntar; “Tem o poema gravado? Esta é a minha história”. É a história comum do poeta e do pescador. Do tropeiro e do cantor. E a história da identidade caiçara também se faz pela circulação dos registros orais. Por causa da demanda do pescador, o compositor grava seus poemas em CD (Luis Perequê ao vivo, 2012). Eles podem ser reproduzidos pelo próprio pescador para sua rede de sociabilidade. O que multiplica a circulação de uma nova escrita da história.

Outro aspecto que Guimarães (2007, p. 9) discute é a subjetividade “como critério de legitimação dos discursos sobre o passado”. Se hoje não há um projeto único e ideal de futuro<sup>8</sup>, aparece vivamente na ciência e na arte uma necessidade de corrigir erros passados que permanecem. O ativismo caiçara de tradição oral incorpora o testemunho subjetivo ao encontro com outros saberes. Contudo, a avaliação sobre os resultados de um discurso enunciado é construída em processo. A história muda o sentido das classificações. É o que se ouve no depoimento de Dauro do Prado, líder comunitário da Juréia, litoral sul de São Paulo.

*Eu, assim, pelo menos não lembrava desse... Não sabia desse nome comunidades tradicionais, de caiçaras. Nós nos entendíamos por praianos, moradores da floresta, do mar. Mais ai veio esse nome, esse palavreado e a gente afirmou isso e acolheu*

<sup>7</sup>“La música, como la identidad, es a la vez una interpretación y una historia” (Firth, 2003, p. 184).

<sup>8</sup> Só restam projetos parciais como descreve Canclini (1997, P. 23): “Despojados de qualquer ilusão totalizadora ou messiânica, esses artistas mantêm uma tensa relação questionadora com sociedades, ou fragmentos delas, onde creem ver movimentos socioculturais vivos e utopias praticáveis”.

<sup>9</sup> Dauro se refere a um dos criadores da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. Ver: COSTA, José Pedro de Oliveira. Esboço da história da criação da SMA. In: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: 25 anos. São Paulo: SMA, 2011, p. 27-27.

<sup>10</sup> O projeto nuclear brasileiro previa a instalação de duas usinas nucleares na Juréia, e uma no litoral entre Angra dos Reis e Paraty. A BR-101 sul fazia parte desse projeto estratégico da Nuclebrás. Mas ela não chegou a se concretizar na Juréia. Fonte: Agência Estado, 17/11/2002 | 20h02. Acessado em 04/06/2018.

*esse pessoal, né. Oi tinha muita gente. O Zé Pedro que chegou lá jovenzinho. Dizendo pra nós que ia ajudar. Criou um alojamento. Nós carregamos pedra nas costas pra construir um alojamento da SEMA<sup>9</sup>, na época, que era uma secretaria especial de meio ambiente. E depois eles... a gente acreditando que iam criar uma coisa que ia ajudar e que ia afastar a Nuclebrás<sup>10</sup>, que ia afastar a especulação. Apoiamos tudo isso e de repente vem a puxada do tapete. Ai de repente vem uma lei que proíbe todas as atividades que os caiçaras fazem. Que vivem do mar, da pesca, da agricultura, do extrativismo, vive da floresta. É como Ronaldo falou, vive a relação com a natureza. O caiçara com o território é uma questão de pertencimento. Ele pertence àquele lugar. Ele pertence àquele mangue, ele pertence àquela areia, ele pertence àquela floresta, ele pertence a todas as coisas que estão ali. E quando se tira isso do caiçara, ou da comunidade quilombola, ou da comunidade indígena, dos pescadores, dos extrativistas é tirar a vida deles. (Prado, depoimento oral, Paraty, 2016).*

Dauro aponta o fato de que a identidade caiçara nasce de uma classificação apropriada da ação que mudou seu mundo comum. Sua afirmação política de resistência foi posterior à enunciação. Comunidades caiçaras era um termo do “palavreado dos ambientalistas” para designar a população de vida tradicional da Juréia. Transformou-se um sinônimo de resistência quando os “ambientalistas”, especialistas convocados pelo poder público, redefiniram a categoria de parque, normatizando as formas de manejo dos recursos naturais, que acabaram por inviabilizar a vida tradicional e expulsar os moradores antes classificados como comunidades caiçaras.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa não possui as mesmas premissas do projeto escriturário da História do século XIX<sup>11</sup>. O que se procura trabalhar são as fontes onde se encontram presentes a diversidade e a alteridade no discurso, evidenciadas em memórias sociais que permanecem vivas e em disputa no espaço social. Descrevendo as batalhas de memória dos grupos sociais, com seus processos de identidade e de luta pelo reconhecimento da diversidade cultural como uma condição de sobrevivência.

Como projeto alternativo na história, a Rede Caiçara de Cultura propõe que o saber seja negociado em um regime constitucional democrático representativo. Ouvindo a manifestação do dissenso. Convocando à mediação política, através da participação de atores sociais heterogêneos, para a disputa pelo estado de direito democrático. Uma ruptura no estado de direito está sempre no horizonte de possibilidades da História. A repressão e o medo tendem a produzir novas zonas de “noite e neblina”<sup>12</sup>. As mudanças na democracia brasileira 1988-2016 pedem um renovado esforço do

---

11 Para Márcia D’Alessio (2012 p. 91), “(...) o XX foi o século do seu desencantamento, porque o conhecimento histórico, ele próprio, tornou-se objeto de investigação do historiador, ou seja, a historiografia foi colocada no tempo, o que levou à desconstrução de interpretações únicas e verdades a-históricas. Nesse processo, experiências silenciadas aparecem, fontes novas são descobertas e outros suportes de memória alargam o conceito de patrimônio.”

12A expressão é uma referência ao cineasta Alain Resnais. Seu documentário, Noite e Neblina, realizado em 1955, é feito a partir de um convite do Comitê da História da Segunda Guerra Mundial, e tinha como objetivo comemorar o segundo aniversário da libertação dos campos de concentração.

campo da História Oral. Como pesquisador, procuro organizar as relações entre os conjuntos de documentos culturais produzidos e o processo político que os produziu.

O Silo Cultural de Paraty procurou registrar uma memória caiçara nascida num contexto histórico de aprendizado político. É uma história social complexa. Da qual participam identidades culturais em posições contraditórias. A imagem poética de Luis Perequê em Aves e Ervas, aponta quantas posições políticas diferentes pode assumir a identidade cultural na disputa social pelo *status quo*. O conflito pelo território urde até a figura de um “caiçara de farda”. O poema narra uma situação real ocorrida com o poeta na porta do condomínio de Laranjeiras, Paraty, 2007, quando da realização do II Festival de Inverno da Praia do Sono. O condomínio bloqueou a passagem de Perequê e sua família até o porto (praia) que fica no interior do condomínio particular. Essa história vivida é cotidiana para os habitantes da costeira de Paraty e ficou registrada em versos.

E assim começa outra história, porque é o fim da estrada.

Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada.

Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda e uma placa, escrito:

ATENÇÃO! É PROIBIDA A ENTRADA.

Perequê

2012

## FONTES DOCUMENTAIS

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Certidão de registro do Fandango Caiçara. Assinada por Célia Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 6 de março de 2013.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Ata de criação de Rede Caiçara de Cultura. Paraty, RJ. 03 de abril de 2005.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Estatuto registrado no Único Serviço Notarial e Registral de Paraty. Livro número A-5, às fls. 19/21, sob o número de Ordem: 509. Paraty, 02 de junho de 2004.

INSTITUTO SILO CULTURAL. Registro sonoro de depoimentos. Debate Cultura e Território. Paraty, 02-07-2016. Com Luis Perequê (Paraty), Dauro do Prado (Juréia) e Ronaldo Santos (Campinho). Participação do professor Antonio Carlos Diegues do Núcleo de Pesquisa de Áreas Úmidas do Brasil, NUPAUB\USP.

CDs e disco de Luis Perequê:

**Luis Perequê ao vivo.** Independente, Gravado em Ubatuba, agosto de 2012.

**Eu brasileiro.** Independente, Gravado no Silo Cultural José Kleber em Paraty, outubro de 2006.

**Encanto Caiçara.** Luis Perequê. Via Cult. Rio de Janeiro, 1992. Um disco vinil (36’)

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. “*De peregrino a turista, o una breve história de la identidad*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. “*Das utopias ao mercado*”. In: *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- D’ALESSIO, Marcia. “*Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador*”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p. 79-89, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- FRITH, Simon. “*Música e identidade*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro; modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, UCAM, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel. “*O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória*”. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- HALL, Stuart. “*Introducción: quien necesita de identidad?*”. In: HALL, Stuart. GAY, Paul du. (compiladores). *Cuestiones de Identidad Cultural*. Buenos Aires. Amarrotu, 2003.
- HEYMANN, Luciana. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- PORTELLI, Alessandro. “*Entrevista com Alessandro Portelli*”. In: *Revista Historiar*. Universidade Estadual Vale do Acaraú. V.4, N. 4, jan/jun, 2011.
- VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro, FGV/FUNARTE. 1997.

## SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS

### **Cícero Joaquim dos Santos**

Universidade Regional do Cariri  
Departamento de História  
Crato-CE

### **Rafael Gonçalves de Araújo**

Universidade Regional do Cariri, Curso de  
História. Crato-CE

### **Antônio Carlos Dias de Oliveira**

Universidade Regional do Cariri, Curso de  
História. Crato-CE

### **Teófilo Silva Primo Correia**

Universidade Regional do Cariri, Curso de  
História. Crato-CE

### **Zuleide Fernandes de Queiroz**

Universidade Regional do Cariri, Departamento de  
Educação. Crato-CE

**RESUMO:** Este trabalho apresenta reflexões relacionadas às narrativas orais sobre a presença dos mortos no mundo terreno, bem como sobre seus trânsitos no além cristão, e suas conexões com questões de gênero na região do Cariri, sul do estado do Ceará. O estudo problematiza sensibilidades de gênero na contemporaneidade. Desse modo, ele tem como objetivos: analisar as masculinidades e feminilidades presentes nas memórias sobre a morte e os mortos; compreender as mudanças e continuidades relacionadas às crenças sobre o além-mundo; deslindar as relações entre

gênero, idade e classe social nas narrativas sobre os mortos; perscrutar as sensibilidades de homens e mulheres nas memórias sobre seus familiares mortos e seus destinos no além cristão. Dialogando com os conceitos memória e sensibilidade, a pesquisa faz uso da história oral, tomando-a como a arte da escuta e das relações. Assim, ela analisa entrevistas orais produzidas com idosos católicos, integrantes e ex-integrantes de irmandades religiosas leigas, residentes nos espaços urbanos e rurais da região do Cariri. Além disso, ela analisa fontes escritas, tomando-as como documentos complementares. Como primeiros resultados, o estudo historiciza papéis sociais de gênero, moralidades e referências às masculinidades e feminilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativas. História oral. Relações de gênero. Sensibilidades. Mortos.

### **1 | INTRODUÇÃO OU CAMINHOS TEÓRICOS DE UMA CONSTRUÇÃO**

Olhando-se num espelho, os homens descobrem a morte. [...] É talvez isso que torna a história da morte tão fascinante. Trata-se, para o historiador, de voltar aos dados do problema, de surpreender do outro lado essa troca de olhares. Partindo da morte e das atitudes coletivas que

a acolhem, a história quer reencontrar os homens e surpreendê-los na região diante de uma travessia que não permite trapaça. (VOVELLE, 1996, p. 12).

Esse escrito do historiador Michel Vovelle chama a atenção para a compreensão da “travessia que não permite trapaça”, a partir das atitudes coletivas perante a morte. Ele indica como a história da morte foi desencadeada tomando como referência os modos pelos quais os vivos percebem e vivenciam o problema da finitude humana. Desse modo, a morte transcende do fenômeno biológico para o sentimento da morte e insere-se como uma experiência social e cultural. Assim, tornou-se um evento historicizável. Nessa construção, o seu nascimento remonta ao estreitamento dos diálogos dos historiadores com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia. Isso ocorreu na segunda metade do século XX (MARCÍLIO, 1983).

Para Otto Oexle (1996, p. 27), a partir dos anos 1970, a historiografia europeia, especialmente a francesa, deu destaque às “[...] atitudes e [a]os comportamentos dos homens diante da morte, bem como sobre as mudanças que eles sofreram no decorrer dos séculos até o presente”. Nessa urdidura, o historiador Philippe Ariès (2003, 2014) foi o precursor. Seus trabalhos ganharam destaque na historiografia ocidental por abordar o percurso das atitudes perante a morte e, assim, as transformações ocorridas ao longo dos séculos, tomando como referência o *tempo de longa duração*. Para ele (e outros historiadores que lidam com a temática da morte), as crenças e os comportamentos dos vivos perante o momento da morte inserem-se no *inconsciente coletivo*, perdurando por longos períodos de imobilidade e/ou de lentas transformações.

Rememorando os escritos de Maria Luiza Marcílio (1983, p. 61): “[...] as pesquisas desbravadoras de Phillippe Ariès e Michel Vovelle mostraram a beleza, a complexidade e também a viabilidade da história das atitudes diante da vida, da infância, do casal, da família e da morte, no Ocidente cristão”. A partir de então, uma série de estudos isolados foram publicados por historiadores que obtiveram destaque, além de Ariès e Vovelle, como Pierre Chaunu, François Lebrun e Robert Favre. De acordo com Otto Oexle (1996), a produção historiográfica sobre o tema da morte, produzida na segunda metade do século XX, foi voltada para a história da cultura. Como desdobramentos desses estudos, e apresentando novas questões, Schmitt (1999) e Vovelle (1997, 2010) fundaram a história dos mortos.

No início dos anos de 1990, o historiador João José Reis (1991) inaugurou a história da morte no Brasil. Ao publicar *A morte é uma festa*, Reis abriu caminhos para que outros historiadores se lançassem nas trilhas da morte como objeto da história brasileira. Dessa publicação até os nossos dias, outras abordagens e problemáticas foram lançadas à morte na sociedade e à história da morte, terreno esse que vem fertilizando muitas pesquisas apresentadas em programas de Pós-Graduações e Graduações em História e áreas afins, como as Ciências Sociais, a Antropologia, a Filosofia, as Ciências da Religião, a Comunicação, as Artes, a Arquitetura e a Psicologia.

Entretanto, há uma ausência a ser superada. Os estudos recentes vêm

pluralizando as interpretações sobre o lugar da morte e dos mortos na sociedade, mas pouco sabemos sobre as relações entre a história dos mortos e as questões de gênero. Essa ausência foi percebida a partir da conclusão da pesquisa de doutoramento em História Social da autoria de Santos (2017a), bem como das instigantes colocações postas na tese de doutorado em Antropologia escrita por Conceição (2011).

Nesse sentido, esta pesquisa problematiza as sensibilidades de gênero(s) mediante a análise das narrativas orais sobre aparições dos mortos no mundo dos vivos, na região do Cariri cearense do século XXI. Como objetivos específicos, ela almeja:

Entender como os papéis sociais de gênero foram inseridos no imaginário cristão tocantes às aparições dos mortos; Analisar as masculinidades e feminilidades presentes nas memórias sobre a morte e os mortos no Cariri contemporâneo; Compreender as mudanças e continuidades relacionadas às crenças sobre além-mundo e os papéis de gênero; Deslindar as relações entre gênero, idade e classe social nas narrativas sobre os mortos; Perscrutar as sensibilidades de homens e mulheres nas memórias sobre seus familiares mortos e seus destinos no além cristão. (SANTOS, 2017b, p. 5).

Para isso, tomamos a *sensibilidade* como uma categoria conceitual da Nova História Cultural. De acordo com Sandra J. Pesavento (2007), ela é compreendida como um modo de apreensão e conhecimento do mundo para além das fronteiras do saber científico e racional. Ela tem lugar nas sensações do corpo humano, despertadas como uma reação em face do vivido. Assim, como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade pode ser compreendida a partir das sensações e emoções, na reação dos sentidos afetados por fenômenos físicos e/ou psíquicos. Também corresponde aos modos pelos quais as sensações são interpretadas, organizadas e traduzidas mentalmente. São processos singulares pelos quais as sensações se transformam em sentimentos.

Se, por um lado, a sensibilidade é um sentir individual de cada um, logo marcada pela subjetividade, por outro, também é compartilhada, uma vez que “[...] os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Isto é, as sensibilidades também são construções sociais e, portanto, cabíveis de serem problematizadas na tarefa hermenêutica dos historiadores.

Em consonância com os sentidos apresentados por Sandra J. Pesavento (2007, p. 10), as sensibilidades são tratadas, neste estudo, “[...] como operações imaginárias de sentido e de representação do mundo, que conseguem tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido”. Nesse sentido, a capacidade mobilizadora das sensibilidades é projetada no campo da ação, da tomada de iniciativa, bem como no campo da estética, quando esta se refere “[...] àquilo que provoca emoção, que perturba, que mexe e altera os padrões estabelecidos e as formas de sentir” (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Dessa maneira, a partir da análise das marcas de historicidades ou evidências

do sensível (imagens, palavras, textos, sons, práticas, objetos), as sensações, os sentimentos e as imaginações têm um lugar especial para a escrita histórica, que tenta compreender o que parece indizível, neste caso, as maneiras como os vivos imaginam seus mortos, seus lugares no além e trânsitos no mundo terreno, estando atrelados, dentre outras nuances, às questões de gênero.

## 2 | TRILHAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa conta com o apoio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Pibic/CNPq), junto à Universidade Regional do Cariri (Urca). O projeto, intitulado *Presença (in) dizível: sensibilidades de gênero nas narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE*, de autoria e coordenação do professor doutor Joaquim dos Santos, conta com a participação do bolsista Teófilo Primo, estudante do curso de História da Urca.

Para o desenvolvimento da pesquisa, fazemos uso da história oral. Concordando com a definição apresentada por Alessandro Portelli (2016), ela é compreendida como uma narração dialógica que toma o passado como assunto e que é produzido a partir do encontro de um sujeito, identificado como narrador, e de outro, chamado de pesquisador. Tal encontro geralmente é mediado por um gravador e um bloco de anotações ou caderno de campo (usado para os registros).

Nesse sentido, a especificidade maior da pesquisa desenvolvida mediante os usos da história oral está na produção do documento: a fonte oral. Ela é construída, variável e parcial (PORTELLI, 2013). É no diálogo entre o pesquisador e o narrador que a fonte é produzida, considerando as inquietações de quem pergunta, as vontades de quem responde, os silêncios, os tempos e as demais implicações que ocorrem no diálogo e na troca de olhares entre dois e/ou mais sujeitos. Para Portelli (2016), essa é a grande riqueza da pesquisa. É na compreensão dessa interação que podemos perceber o significado e o funcionamento da memória do passado no presente, em vez de tentar compreender o que de fato aconteceu. Por isso, procuramos produzir entrevistas de história oral sobre as sensibilidades de gênero nas narrativas sobre os mortos evidenciando os diálogos, grifando perguntas e respostas e deixando visíveis as intervenções, a presença dos mediadores, as pausas, os silêncios, os risos, as lágrimas e as expressões dos narradores.

De acordo com Portelli (2016), a história oral é definida, portanto, como uma *arte da escuta* baseada em um conjunto *de relações*, a saber: 1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo); 2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); 3. A relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e as histórias; 4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador.

De certo modo, essas relações serão, em grau maior ou menor, mencionadas e trabalhadas no desenvolvimento da pesquisa. Vale lembrar que, ao narrar sobre

a presença dos mortos no mundo dos vivos na contemporaneidade, os narradores fazem referências às experiências vividas por eles próprios (com os mortos) e, de igual modo, mencionam saberes construídos a partir da escuta das tradições orais (SANTOS, 2017a).

Aqui, cabe ressaltar que fonte oral e tradição oral são categorias distintas. Como Portelli (2016) destaca, a tradição oral é composta por construtos verbais formalizados que são transmitidos. Já as fontes orais dos historiadores são narrativas individuais, dialógicas, informais, elaboradas no encontro entre o pesquisador e o narrador, como foram mencionadas anteriormente. “Naturalmente, essas narrativas podem incorporar materiais tradicionais, e os historiadores orais também podem recorrer às tradições orais. No entanto, é bom mantermos os dois conceitos distintos: nem tudo o que é oral é tradicional” (PORTELLI, 2016, p. 9).

Concepções semelhantes são apontadas por Jack Goody (2012), para quem a tradição oral é uma das “formas orais padronizadas”, e por Julie Cruikshank (2006), que a toma como um sistema coerente e dinâmico de construção e transmissão de conhecimentos. Por isso, nesta pesquisa dialogaremos com esses três autores nas reflexões sobre memória e tradição oral concernentes às sensibilidades de gênero.

No desenvolvimento da pesquisa, procuramos entrevistar idosos católicos e seus familiares, residentes nos espaços urbanos e rurais do Cariri. Privilegiamos aqueles/as que integram e/ou integraram grupos de religiosos leigos, como penitentes e incelências, bem como de irmandades religiosas oficiais, como é o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, entre outras. Com a mesma relevância, procuramos entrevistar pessoas que socialmente são apontadas como sujeitos que possuem algum tipo de proximidade e/ou estabelecem comunicações e intercessões com os mortos e com as forças do além, como é o caso de rezadeiras e outros praticantes das religiosidades do catolicismo não oficial.

É importante considerar que, na medida em que as fontes orais são singulares em virtude, sobremaneira, da sua produção e, conseqüentemente, contemporâneas do tempo estudado, elas trazem à baila uma profusão de narrativas tecidas a partir do vivido, aprendido e transmitido, suas redes de relações, incorporações e negociações com os artefatos da cultura. Na contemporaneidade, os saberes transmitidos nas memórias orais sofrem mediações das mais diversas e são postos em múltiplos suportes. Assim, as metamorfoses do oral no escrito e do escrito no oral, entre dimensões materiais e virtuais, serão, de igual modo, relevantes para a compreensão dos saberes socialmente compartilhados. Nesse sentido, refletir sobre a força do passado transmitido oralmente na atualidade requer o entrecruzamento das memórias orais com as equações da escrita multifacetada, elaborada, lida ou escutada por muitos narradores.

Por conta disso, além das fontes orais, fizemos uso de narrativas escritas. Como Portelli (2013, p. 31-32) reitera, muitos informantes leem livros e jornais, veem televisão e escutam rádio, têm cartas, diários e outros recortes guardados: “Com

efeito, a oralidade e a escrita não existem separadamente: se muitas fontes escritas estão baseadas na oralidade, a oralidade moderna está saturada de escrita”. Elas serão selecionadas a partir das referências pronunciadas pelos próprios entrevistados durante a realização das entrevistas.

### 3 | CONCLUSÕES OU APENAS A ABERTURA DOS TRABALHOS

O que apresentamos acima diz respeito aos caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa. Da mesma forma que os resultados, tais percursos são importantes, sobretudo quando entendemos que os caminhos que nos levam a construir algumas respostas são diferentes de outros trajetos.

No universo bastante amplo das narrativas orais sobre a morte e os mortos, muitas sensibilidades afloraram e tremeram as vozes dos narradores. O material coletado está em análise. E, tal qual o mistério se faz presente nos saberes e nas memórias sobre os mortos e seus trânsitos no além cristão, ele será o preâmbulo de outros escritos, pois as narrações sobre a vida e a morte e suas interpretações a partir das sensibilidades deixam dúvidas e incertezas. Esse é o tempo desta escrita.

### REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Unesp, 2014.

BORGES, Maria Elízia; SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos; GOMES, Laryssa Tavares Silva (Org.). **Estudos cemiteriais no Brasil**: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos. Goiânia: UFG; FAV; Ciar; FUNAPE, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONCEIÇÃO, Joalice Santos. **Duas metades, uma existência**: produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e no Culto de Babá Egun. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 149-164.

GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte**

**e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983. p. 61-75.

MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

OEXLE, Otto Gehard. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Org.). **A morte na Idade Média.** São Paulo: USP, 1996. p. 28-78.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 9-22.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimento na história oral.** Lisboa: Unipop, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 96-141. v. 2.

RIEDL, Titus. Últimas lembranças: retratos da morte no Cariri, região do Nordeste brasileiro. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Fantasmas falados: mitos e mortos no campo religioso brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1996.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **A mística do tempo: narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE.** 2017. 327 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos: tessituras da morte da Rufina na tradição oral.** 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Projeto de pesquisa.** Presença (in)dizível: sensibilidades de gênero nas narrativas sobre os mortos na região do Cariri/CE. Crato: Urca, 2017. Mimeografado.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).** São Paulo: Alameda, 2010.

VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Org.). **A morte na Idade Média.** São Paulo: USP, 1996. p. 11-26.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório: ou o trabalho de luto.** São Paulo: Unesp, 2010.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX.** São Paulo: Ática, 1997.

## UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II

**George Vidipó**

Seeduc-RJ

Secretaria de Estadual de  
Educação do Rio de Janeiro

**RESUMO:** Em 15 de julho de 1889, o português Adriano Valle deu “Vivas ao Partido Republicano” perante o Imperador e tentou contra a sua vida com tiros. Seu ato provocou uma nódoa na colônia portuguesa e nos republicanos. Este artigo analisa como os jornais, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, trataram o evento e os seus desdobramentos que feriram a imagem dos lusitanos no Brasil.

Atentado contra Dom Pedro II – Imprensa Neutra – Portugueses.

**ABSTRACT:** On 15 July 1889, the Portuguese Adriano Valle gave “Viva to the Republican Party” towards the Emperor and tried against himself with gunfire. His act caused a stain on the Portuguese colony and the Republicans. This article analyses how the newspapers, *Gazeta de Notícias* and *O Paiz*, treated the event and their developments that injured the image of the Lusitanians in Brazil.

Attack Dom Pedro II - Neutral Printing - Portuguese.

### 1 | INTRODUÇÃO

Quando o português Adriano Augusto Valle, na noite de 15 de julho de 1889, atirou em direção ao Imperador Dom Pedro II, colocou em xeque a imigração, que estava em curso no Império, e o movimento republicano. Este artigo analisará como dois jornais, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, trataram o evento e seus desdobramentos. Os dois periódicos optaram por acompanhar todo o processo criminal e serviram como base para defesa do acusado pelo crime.

### 2 | O ATENTADO<sup>1</sup>.

Na noite do dia 15 de julho de 1889 o Imperador e sua família assistiram a um espetáculo no Teatro Sant`anna<sup>2</sup>. Ao saírem, durante a preparação para pegarem as carruagens, do meio da multidão se ouviu um grito “- Viva o Partido Republicano”.

Os que estavam a porta e os que deixavam o Teatro, em protesto, deram “- Vivas a Monarquia. Vivas a Família Imperial”. E sucedeu-se uma onda de apoio a “Imperial Família”.

O Imperador então tranquilizou a multidão

<sup>1</sup> Relato dos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo* do dia 17 de julho de 1889.

<sup>2</sup> Hoje Teatro Carlos Gomes, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro.

“- Não se assustem”. O piquete que o acompanhava ameaçou desembainhar a espada, mas D. Pedro II ordenou que não o fizesse. Após tomar as carruagens, a Imperial Família se dirigiu ao Paço da Cidade e, ao passarem em frente ao restaurante “Maison Moderne”, na praça da Constituição<sup>3</sup>, localizado na esquina da rua Espírito Santo e travessa Barreira, onde se agrupavam um grupo de indivíduos, foi dado “um ou dois disparos” em direção as carruagens. Estas e o piquete não pararam e seguiram o seu caminho. Em frente ao restaurante, se “estabeleceu a maior confusão, e era grande a confusão, e era grande a indignação das pessoas que presenciaram o fato”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de julho de 1889: 1)

Foi convocado o 1º delegado de polícia, Dr. Bernardino Ferreira, auxiliado pelo capitão Lyrio e major Valadão buscaram o responsável pelo disparo. Após a diligência, às 2 1/2 da madrugada do dia 16 de julho prenderam o português Adriano Augusto do Valle em um bonde na rua Gonçalves, no Jardim Botânico.

Descobriu-se que Valle fora quem também gritara “- Viva o partido republicano” e que se retirara para o “Maison Moderne” e de lá atirara em direção a carruagem do Imperador. Ele, antes, junto com outros rapazes, em bebedeira, afirmara que teria coragem de dar “Vivas a República” diante do Imperador. Incentivado pelos colegas e o absinto atirara e depois fugira. Tentara se esconder em hotéis na redondeza, mas todos estavam cheios. No Hotel Provençaux, pediu que o caixeiro Antônio José Gonçalves guardasse os dois revólveres que possuía.

Ao ser descoberto pela polícia, resistira à prisão, e depois confessou que atirara contra o Imperador e que deras o “Vivas”, porém alegou que a cabeça estava tonta com absinto. Na prisão, no primeiro dia, tentou o suicídio, por isto ficou sendo supervisionado.

A polícia levantou que Adriano Augusto Valle tinha 20 anos de idade, era português de nascimento e tinha a profissão de caixeiro. O delegado solicitou sua prisão preventiva e assim aconteceu, ficou preso até o julgamento em novembro de 1889.

## 2.1 O desenvolvimento do evento através dos jornais.

Os jornais da cidade a partir do dia 17 de julho passaram a relatar o acontecimento, de acordo com os documentos oficiais da polícia e o levantamento dos repórteres junto as testemunhas.

Dar “Vivas à República” não era algo novo no ano de 1888 e 1889. Em 31 dezembro de 1888, no Rio de Janeiro, no Ginásio Francês, em uma Conferência Republicana liderada por Silva Jardim, houve um confronto entre republicanos e monarquistas. Nesse dia houve “vivas e morte a república e a monarquia”. O conflito durou uma tarde e uma noite, e os jornais condenaram a ação do governo e da monarquia. (VIDIPÓ,

---

<sup>3</sup> Hoje Praça Tiradentes.

2016: 77,78)

Para os leitores dos periódicos não era algo novo dar e ouvir “Vivas à república”, no entanto foi a primeira vez em que o Imperador fora confrontado ou “ofendido” (GAZETA DE NOTÍCIA, 17 de julho de 1889: 1). Isso e “o atentado” provocaram uma comoção nacional. Entre os meses de julho e agosto na *Gazeta de Notícias*, pouco no jornal *O Paiz*, houve registros de recebimentos de telegramas de toda parte do Império saudando o monarca e dando felicitações por ter sido salvo dos tiros. Nesses meses também foram oferecidas missas em ação de graça pelo livramento de Dom Pedro II do ato de Adriano Valle.

Os jornais da Corte tiveram que dar atenção ao evento. A monarquia passou a ter grande consideração do público e ser “bem-vista”. Por algum momento a república foi rejeitada. O ato do português Adriano Valle colocou em xeque o movimento republicano e também o imigrante.

A imigração europeia, como substituição da mão de obra negro-escrava, estava crescendo na década de 1880. Essa era vista como um dos pilares para a modernização do país. A *Gazeta de Notícias*, bem como *O Paiz*, saudavam a imigração, pois ela trazia civilidade.

Na década de 1870, crescia no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, um novo tipo de jornal, a imprensa-empresa. Essa não mais atendia ao interesse político do redator-chefe, que era também o principal financiador do jornal (SODRÉ, 1999. ALONSO, 2002: 276). Ela não tinha uma base partidária ou objetivo político definido. Esta procurava ser um noticioso, ser informativa e propunha ser apartidária, ser neutra e, como uma empresa, buscava gerar lucro. Esses periódicos buscavam uma independência financeira e isto era conseguido através da venda de anúncios.

Os melhores exemplos desse tipo de empresa eram os jornais *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. O segundo criado em 1874, tinha gráfica própria e era vendido a 40 reis. Foi inovador em seu tempo, pois introduziu a venda avulsa nas ruas e a um preço popular.<sup>4</sup> O periódico desde o princípio se propôs neutro, sem opção partidária, e ser um noticioso. Esses jornais se declaravam “imprensa neutra” ou “jornais neutros”. (VIDIPÓ, 2018b)

O jornal *O Paiz*, criado em 1884, tinha como referência a *Gazeta de Notícias*, sendo de propriedade do português João José Reis Júnior, filho do Conde de Matosinho (português rico e influente na Corte de Lisboa e do Rio de Janeiro). Inicialmente teve como redator-chefe Ruy Barbosa e posteriormente substituído por Quintino Bocayuva que permaneceu no jornal até 1901<sup>5</sup>. Esse era republicano e um dos redatores do Manifesto Republicano de 1870. Ao longo da década, o jornal deu atenção e voz a causa republicana, embora se declarasse “imprensa neutra”.

---

4 Segundo Marialva Barbosa a Revista Ilustrada em 1886 tinha o preço avulso de 1\$000 e a *Gazeta de Notícias* tinha o preço de 40 réis. (BARBOSA, 2010: 102)

5 Quintino Bocayuva assumiu o posto de redator-chefe do jornal em 15 de novembro de 1884.

A pesquisadora Andrea Pessanha estudou dois jornais, em sua tese de doutorado, *O Paiz* e a *Gazeta Nacional*, o primeiro se declarava “neutro” e o segundo órgão do Partido Republicano. Pessanha observou que, ao se declarar republicano, a *Gazeta de Nacional* limitou seu público consumidor e, por isto, sempre teve dificuldades de econômicas. Já o jornal *O Paiz*, embora tivesse como líder o chefe do Partido Republicano, se declarava “imprensa neutra” ou “democrática”<sup>6</sup>, por isso atingia um público maior de leitores e mais vendas de anúncios. Para autora a “neutralidade” do periódico era uma estratégia de mercadológica. (PESSANHA, 2006: 94-95).

A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* tendo um público leitor amplo e a presunção de “neutralidade” podiam defender ideias e posições políticas. Pois, para o leitor, os jornais e os jornalistas eram íntegros e defensores da verdade. (BARBOSA, 2010)

Em pesquisa anterior, observamos que a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* eram defensores da imigração europeia e da pequena propriedade como mecanismo para a modernização do país. No entanto, nos anos de 1888 e 1889 o jornal *O Paiz*, não abortou o assunto, uma vez que Bocayuva havia feito um acordo com os grandes proprietários de terras. Sobretudo, porque Dom Pedro II, em maio de 1889, passou a ser defensor da pequena propriedade. (VIDIPÓ, 2018a)

Quanto à política, a *Gazeta de Notícias* nunca assumiu uma posição clara, mais nos anos de 1888 e 1889, o redator-chefe Ferreira de Araújo na coluna “Cousas Políticas”, passou a dizer que tinha “tendências republicanas”. Isso não o impedia de apoiar as políticas da Monarquia, acreditava que assim estava sendo “neutro” e contribuindo para a modernização do país.

Desta forma Adriano Valle, um imigrante, fez com que os jornais tomassem posições, pois foi um ato político e republicano. Os portugueses compunham a maior colônia de imigrantes do Rio de Janeiro. Segundo Marcelo Badaró (2008), os portugueses haviam modificado as relações de trabalho da cidade, pois, a partir de 1870, eles haviam assumido a primazia dos trabalhadores. Segundo o pesquisador, no século XIX, o Rio de Janeiro, teve três fases no mercado de trabalho: até 1850, era majoritariamente africana; de 1850 até 1870, luso-africana; e na última fase, luso-brasileira. Os lusitanos também faziam parte da elite econômica, pois tinham negócios importantes na Corte.<sup>7</sup>

No dia 15 de julho de 1889, a ação de caixeiro português, colocou em perigo o prestígio da comunidade portuguesa. Nos 48 anos de reinado de Dom Pedro II nada parecido havia acontecido.

O jornal *O Paiz*, nos meses de julho a novembro, acompanhou o evento e o processo criminal com o título das matérias de “O atentado. Tentativa contra o imperador.” A sua versão sobre o evento foi publicada no dia 18 de julho, pois alegou que não havia espaço na edição anterior. Entretanto, no dia anterior, Quintino Bocayuva

6 O Paiz passou a utilizar o termo “imprensa democrática” após 1886.

7 Em pesquisa no Arquivo Nacional, no livro da Junta Comercial do Rio de Janeiro, entre os anos de 1880 e 1900, 70% das empresas abertas eram propriedades de portugueses.

assinou um editorial com o título “Os dois fatos”, onde procurava retirar do Partido Republicano a culpa, ou ser o motivador do ato de Adriano Augusto Valle. Argumentou que a “marcha acelerada da propaganda republicana visa um ideal político e se apoia em princípios” (O PAIZ. 17 DE JULHO 1889: 1), desta forma o movimento não era baseado na violência ou nas armas, e que eles, os republicanos, “seriam levados a supor que o resumido atentado foi obra de encomenda para reavivar a simpatia política para a causa monárquica” (OP. CIT.). Desta forma, para Bocayuva, Valle seria: “O fanático ou idiota que assim o procedesse ainda que influenciado pelo pai da política, atrasaria a marcha da ideia republicana e retardaria o seu triunfo”. (OP. CIT.)

Entretanto, para os republicanos, em sua propaganda à execução da família Imperial ou parte dela não era desconhecida. No ano anterior, Silva Jardim em seus “meetings” havia proposto:

Execução? Sim, execução. Matar? Sim! Que não derrame-se uma gota de sangue de brasileiros, mas que o Expatriado não se oponha entre a Liberdade e a Pátria! Matar? Matar, sim, matar. É perdição o sentimentalismo em política; a pena de morte deve existir para esse caso extremo, o daquele, que o Cardeal Richilieu chamava o mais sujo dos crimes: a traição à Pátria! Matar, sim, se tanto for preciso; matar. Abdicação, ou deposição, exílio ou execução. (SILVA JARDIM. Apud: FERNANDES, 2008: 115)

Bocayuva nega-se a lembrar que o principal propagandista da República defendia algo tão radical. Talvez porque todas as instituições e a sociedade imperial se manifestaram contra o “ato infame” do português Adriano Valle.

Assim, o periódico passou a relatar o evento para seus leitores sempre propondo dúvidas:

Antes de tudo, devemos declarar que ainda não sabemos se houve ou não um atentado premeditado ou diretamente praticado em intenção criminosa de atingir a pessoa do chefe de estado.

(...) Todos os boatos e referências as declarações que lhe [o réu] atribuem, são simples balelas ou conjecturas formadas sob a impressão de circunstâncias e antecedentes conhecidos de várias pessoas.

Os próprios documentos oficiais não concordam entre si; ... (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

Já a *Gazeta de Notícias* relatou o evento e seus desdobramentos de acordo com o levantamento de seus repórteres e dos documentos oficiais. O jornal procurava separar a notícia do evento da opinião. Para isso, o periódico utilizou duas colunas, “Cousas políticas”, do redator-chefe Ferreira de Araújo, e “Chronicas da Semana”, de Dermeval Fonseca.

Desde o dia 17 de julho, o noticioso classificava como um ato “repugnante” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de julho de 1889: 1) e posteriormente definiu como uma “grosseria” de Adriano ao ter gritado “- Viva o Partido Republicano” diante do Imperador. Ferreira de Araújo assim expõe:

Dois fatos que se passaram o primeiro, o dos vivos, é simplesmente uma grosseria. O imperador não se achava em exercício de funções majestáticas, não há ato seu que existe paixões; são conhecidas as tendências conciliadoras do seu espírito, sua bondade natural, e, se tem sido acusado de corromper, ninguém pode com justiça acusar de ter usado de violência contra quem quer que seja. (OP. CIT.)

A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* tinham a mesma opinião, que o “atentado” poderia servir para o “Gabinete de 7 de junho”, do presidente do Gabinete Visconde de Ouro Preto, fortalecer a Monarquia. Sendo assim buscaram colocar dúvidas e rebaixar o evento, a algo pessoal e inconsequente de um jovem. Demerval Fonseca, na “Chronica da Semana”, assim retratou o Adriano Valle:

Sabia-se que Adriano, pobre caixeiro desempregado, sem imputabilidade moral, nem educação social ou política, depois de ter se servido de alguns cálices de absinto fora as portas do Teatro Sant’anna dá uma prova de má-criação e de imbecilidade, gritando diante do imperador – Viva a República - ... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1)

*O Paiz* retratou Adriano Valle, como “moço” e “irresponsável”. Defendia que os brasileiros deveriam ter: “... assistência social e individual [para com Adriano], inspirada no sentimento humano, na consciência do nosso dever, espírito cristão, assistência essa que nunca deve faltar aos próprios criminosos endurecidos, quanto mais a uma criança transviada...” (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

A insistência sobre a menoridade de Adriano do Valle, não se sustentava, pois de acordo com o Código Criminal de 1830<sup>8</sup>, a partir dos 17 anos um indivíduo já era responsável pelos seus atos. Chamamos atenção que outro importante propagandista da república, Nilo Peçanha, tinha 20 anos, quando iniciou as jornadas republicanas pelas cidades do norte e noroeste fluminense. Bem como atuação da mocidade militar que fazia barulho, pró-república, nas escolas militares e quartéis. Para *O Paiz*, esses não eram irresponsáveis ou meninos.

O pecado de Adriano era não ter formação superior. Demerval Fonseca assim o classificava “... sem imputabilidade moral, nem educação social ou política, ...”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1) Como se pode perceber os dois periódicos se aproximavam na classificação e “defesa” de Adriano.

Adriano Augusto Valle, trazia com seu ato, um outro problema. Ele não era um nacional, era um português, e representava a maior colônia de imigrantes da Corte, bem como, a comunidade mais rica da cidade do Rio de Janeiro. Basta dizer que o proprietário do jornal *O Paiz* era português. Assim, o periódico sai em socorro da colônia:

A nacionalidade portuguesa não pode de modo algum ser lastimada pelo acidente da origem do jovem presumido criminoso. (...)

Ele podia ser brasileiro, turco, um russo, e o seu ato seria sempre um ato de individualismo, reclamando apenas o estudo, o exame, a observação das leis eu

---

8 Código Criminal – Lei de 19 de dezembro de 1830. – Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)

dos homens da ciência. (O PAIZ, 18 de julho de 1889: 1)

Ferreira de Araújo, em sua coluna, retira de Adriano do Valle a nacionalidade portuguesa e lhe dá a brasileira:

... esse rapaz não é propriamente um estrangeiro, no sentido em que essa qualidade pode servir de argumento para tirar valor à tentativa. Veio para o Brasil com 8 anos e hoje tem 20 anos; aqui formou o espírito, e o que se sabe, aqui aprendeu; se alguma pode influir sobre seu espírito – e todos os que conhecem, dizem que nunca cogitou algo – é a política desta terra, a única que ele talvez conheça, e que a conhece. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22 de julho de 1889: 1)

Não houve xenofobismo, ou uma reprodução da “Noite das Garrafadas”, mas a colônia portuguesa teve que se manifestar. No dia 18 de julho o ministério de Portugal no Brasil, na pessoa do Conselheiro Nogueira, convocou uma reunião com os compatriotas para discutirem sobre o “atentado” contra o Imperador. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de julho de 1889: 1)

Antes de acontecer a reunião, os associados das caixas beneficentes e associações portuguesas lançaram nota na *Gazeta de Notícias* de repúdio e “... redento graças providencia de sua Majestade ter escapado de o atentado”. (OP. CIT.) A diretoria do Liceu Literário Português em nota do dia 17 de julho, anunciou que não concordava com o ato de selvageria contra Dom Pedro II e para entidade fora “cometido por um inconsciente contra a vida de vossa Majestade, porque esse ato não podia ser perpetrado por um português (...). Este ato manou de um louco, e os loucos não têm pátria” (OP. CIT.). Com isso o Liceu inaugurou o despatriamento do “moço” (OP. CIT.) Adriano Valle.

Na reunião, convocada pelo ministério de Portugal com representantes da colônia, foi definida a retirada da nacionalidade portuguesa de Adriano Valle. No entanto, houve protestos nos jornais contra a posição tomada na reunião, principalmente na *Gazeta de Notícias*. As críticas mais veementes eram assinadas por pseudônimos, como o Sancho Panças:

... Faltava a palhaçada de ontem no Gabinete Português, para completar o grotesco do caso do dia 15.

O sr. ministro do rei de Portugal convidou os seus compatriotas não para lhe comunicar que havia deixado de correr à revelia o processo do infeliz Adriano, mas para obrigar a criarem uma felicitação a sua majestade, que escapou de um tiro que não lhe foi dirigido

A mensagem foi proposta e dada a proposta e dada por aprovada, sem se concentrar a discussão. (...)

Nenhum brasileiro, nenhum homem de outra qualquer nacionalidade atirou a responsabilidade da ocorrência de 15 de sobre os portugueses. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 de julho de 1889: 1)

Em outro artigo, de autoria de César Gomes Neves, Firmino Antônio da Silva e José Lopes afirmavam que não foi a totalidade dos portugueses que aprovaram a

resolução liderada pelo Conselheiro Nogueira Soares e solicitavam que se tivesse solidariedade ao “rapaz” como era dada a todos os portugueses. (OP.CIT.)

A *Gazeta de Notícias* lançou um editorial em 26 de julho onde condenava a decisão de “parte” da colônia de negar a nacionalidade e a solidariedade pelo ato de “irresponsabilidade” do “moço” Adriano.

... Nestas circunstâncias, o que nos parece que a colônia portuguesa em peso deveria fazer, se entende que este ato de um compatriota a nódoa, era procurar demonstrar, não repele uma solidariedade de que ninguém a julgou capaz, mas que Adriano, quando praticou o desatino de que o acusam, não era nem português, republicano, mas um exaltado por [bebedeira] ou pro outra qualquer... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 de julho de 1889: 1)

Esse embate dentro da colônia portuguesa não foi acompanhado pelos leitores do jornal *O Paiz*. Esse se limitou a acompanhar o desenrolar do processo de Adriano Valle, e se tinha alguém ou algo a defender, era Quintino Bocayuva e a República.

Em 28 de julho, na *Gazeta de Notícias*, foi publicada uma carta onde o ministro de Portugal, Sr. Figueiredo Magalhães, explicava o seu ato junto a colônia na reunião do dia 24 de julho no Gabinete Literário Português. Magalhães justificou que não estava defendendo ou condenando o movimento republicano, importava a ele e à colônia inocentar os portugueses de tão “revoltante” ato. Diz ele:

Eu não eliminei nem sequer a colônia portuguesa por figura de retórica, ato repugnante feito, mas simplesmente o ato revoltante do malfeitor, (...), que nos autoriza a tomar a matéria pela forma, a espécie pelo gênero, o concreto pelo abstrato... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 de julho de 1889: 1)

Não sabemos dizer qual o grupo envolvido que deu “solidariedade” a Adriano Augusto Valle, mas o certo que “o moço” não ficou desamparado. Entre a prisão e o julgamento, levaram cinco meses. Nesse período, se formou uma equipe de três advogados para sua defesa. Abaixo, procuraremos descrever como foi esse processo.

## 2.2 O Processo e a Acusação.

Segundo o Código Penal de 1830 todo acusado tinha o direito de ter um “curador”<sup>9</sup>, defensor nomeado pelo Estado. Inicialmente, o 1º delegado de polícia Bernadino Ferreira nomeou o comendador Eduardo F. Teixeira. Esse, entretanto, alegou impossibilidade de assumir a defesa, por estar cheio de atribuições.

Posteriormente, foi nomeado Dr. Julio Ottoni, que fora Promotor de Justiça no Rio de Janeiro. Após ser despedido, passou a atuar como advogado em parceria com J. Ferreira da Costa Braga.<sup>10</sup> Nos anos de 1888 e 1889, ele apareceu em vários eventos sociais na cidade do Rio de Janeiro relatados pela *Gazeta de Notícias*, como no 15º aniversário do Jockey Clube, onde foi o orador principal. Júlio era, também, filho do

9 Código Criminal – Lei de 19 de dezembro de 1830. – Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l16-12-1830.htm)

10 Tinha escritório na Rua da Quitanda nº 59 no centro do Rio de Janeiro.

senador Christianno Ottoni, do Partido Liberal, este foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Como Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, também signatário do Manifesto, retornaram ao Partido Liberal e se tornaram senadores do Império. Lafayette assumiu o posto de Presidente do Gabinete de Ministros no período de 24 de maio de 1883 a 6 de junho de 1884.

Em agosto de 1889, iniciou o “processo de culpa” na justiça presidido pelo juiz Luiz de Hollanda Cavalcanti, foi quando apareceu um novo defensor para Adriano Valle, Francisco Crysologo Ferreira Lima. Esse atuara em vários casos criminais na cidade, e grande parte dos clientes era de imigrantes (portugueses e espanhóis)<sup>11</sup>. Não conhecemos sua vida social. Através dos jornais pesquisados percebemos que suas defesas eram sempre vitoriosas. Não sabemos quem o remunerava<sup>12</sup>, pois segundo os jornais, Adriano Valle e seu pai eram pobres.

O jornalista Pardal Malet, republicano, foi convocado como testemunha, pois estava no “Maison Moderne”, no momento do “atentado”. Alguns diziam que ele havia incitado Adriano Valle a cometer o crime. Malet escreveu uma carta para a *Gazeta de Notícias*, onde se defendia e indicava o Adriano como uma vítima e que necessitava de “um amor fraterno” de todas as pessoas. Para ele, essa ajuda estava na atuação do advogado Ferreira Lima, “seu colega” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de julho de 1889: 1), e, este estaria com o “pobre” Adriano até o julgamento.

A defesa de Adriano Valle se uniu o literário, escritor, jornalista, advogado e político Eunápio Deiró. Esse tinha uma procuração do pai de Adriano para fazer parte da defesa. Fora Deputado Geral, por Minas Gerais, pelo Partido Conservador. Na década de 1880, era crítico literário no *Jornal do Commercio* (SACRAMENTO BLAKE, 1889). Na Questão Religiosa como deputado defendera os Bispos, sendo elogiado pelo jornal *O Apóstolo*. Em fevereiro de 1889, no sepultamento do Barão de Cotegipe, foi o principal orador, ou seja, Deiró era uma personalidade do Partido Conservador e da sociedade da carioca.

Nos altos do processo de Adriano do Valle, reproduzidos pela *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, não verificamos a defesa oral de Deiró, mas o fez através da publicação em 4 capítulos no jornal *Gazeta de Notícias*.

Os advogados de Adriano Valle não conseguiram impedir o avançar do processo e, em 9 de setembro de 1889, o juiz Hollanda Cavalcanti Albuquerque aceitou a denúncia de atentado contra as suas Majestades, o Imperador e a Imperatriz. O juiz assim definiu:

...Visto estes autos, etc. Julgo procedente a denúncia à folha 2, ficou provado no sumário; a vista do depoimento das testemunhas e confissão do réu em diversos interrogatórios, que, em 15 de julho do corrente ano, das onze a meia-noite, no

11 Coluna “Tribunais” da *Gazeta de Notícias*, 1885 à 1889.

12 A *Gazeta de Notícias*, no dia 25 de julho de 1888, em uma nota, anunciou a criação de um fundo para defesa de Adriano Valle iniciada pelo Doutor Raymundo Capella. Nesse dia, José Braga, Antônio Pereira e José Chave doaram 5\$000 (Cinco mil réis). Nas edições posteriores não houve mais notícia sobre esse fundo. Conseguimos apenas informação sobre o Capella, este era advogado e professor no Rio de Janeiro

Teatro Sant'anna...

Portanto pronuncio o réu Adriano Augusto do Valle com incurso no artigo 192, por dar-se a circunstância agravante do artigo 16 inciso 7º combinado com o artigo 34 tudo do código penal que o obriga a prisão e livramento.

O escrivão do júri, a quem este processo for distribuído, lance o nome do réu no rol dos culpados, ... Rio de Janeiro, 9 setembro, 1889 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de setembro de 1889: 1)

Importante observar a sentença do Juiz Hollanda Cavalcanti Albuquerque, a acusação principal está no artigo 192, que diz: “Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas ...” e no artigo 16 inciso 7º tem “Haver no ofendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respeito deste em razão de pai”. Dom Pedro II foi tratado como um homem comum “mestre ou superior”. O magistrado não utilizou nenhum artigo de crime contra o Estado ou o chefe de Governo que constam no Código Criminal (Capítulo II e III). Podemos aqui afirmar que há uma vitória republicana e da tese que os jornais defendiam.

Adriano foi, então, a júri popular. Nos recursos que os advogados fizeram não se levou em consideração a nacionalidade do acusado. Quando muito, utilizaram o termo “estrangeiro”, desta forma o ser “português” foi esquecido.

Durante o período da prisão e julgamento, não observamos nos jornais pesquisados, nenhuma relação estreita da colônia portuguesa, ou seus representantes, com os advogados de Adriano Valle. Com exceção, a Júlio Ottoni que, de acordo com o jornal *O Paiz*, se tornou sócio honorário da Sociedade Cooperativa Portuguesa. Essa estava sendo organizada:

Reuniu-se ontem o conselho deliberativo da Sociedade Cooperativa Portuguesa, sendo aprovado que tem que regê-la internamente.

Compareceram o sr. Dr. Júlio Ottoni, que, usando a palavra, a sua nomeação de sócio honorário dirigindo frases congratuladoras aos seus consócios... (O PAIZ, 16 setembro de 1889: 1)

Os recursos da defesa não foram aceitos e Adriano Valle foi levado a ser julgado por um júri em novembro de 1889. Entretanto, entre os recursos e o julgamento, aconteceu a mudança da forma de governo, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a família Imperial foi levada para exílio.

No dia 24 de novembro de 1889, aconteceu o julgamento perante o júri. Os advogados propuseram que a grito de “Viva o Partido Republicano” não era mais relevante no processo uma vez que houve a mudança da forma de governo. Assim, Ottoni fixou-se em afirmar que Adriano não atirou contra as carruagens, pois nenhum dos cocheiros, nem os membros do piquete ouviram o disparo, bem como não havia marca de tiro nas carruagens. Já, Ferreira Lima defendeu que Adriano Valle havia “embrutecido” os sentidos devido o absinto e tomou uma atitude irracional.

O juiz Hollanda Cavalcanti fez 15 perguntas para os jurados, sendo a primeira “O acusado atirou no carro do imperador?” As demais estavam associadas a primeira. Após reunião o presidente do júri respondeu que “não”. As demais perguntas não tinham mais sentido. Adriano Valle foi então absolvido e solto<sup>13</sup>. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de novembro de 1889: 1)

O jornal *O Apostolo* assim resumiu o julgamento em uma pequena nota:

Atentado contra o ex-imperador – na sessão do júri de 24 do corrente mês, foi absolvido por 10 votos Adriano do Valle, do atentado cometido contra a pessoa do ex-imperador Dom Pedro II, na noite do dia 15 de julho. (O APOSTOLO, 27 de novembro de 1889: 3)

A República vencedora e a colônia portuguesa seguiram suas vidas. Importa dizer que, durante o processo de acusação de Adriano Valle, sobretudo, a partir de setembro, a relação da imagem dos portugueses com a sua ação foi dissociada.

### 3 | CONCLUSÃO

Ao longo do período estudado observamos que os jornais se esforçaram em diminuir o ato político de Adriano Valle e transformá-lo em algo pessoal e irresponsável de um “moço”. A colônia portuguesa inicialmente percebeu que o “atentado” contra o Imperador afetaria sua aceitação dentro da sociedade carioca e do Império. Os portugueses eram uma importante força de trabalho e, sobretudo, faziam parte da elite econômica da cidade do Rio de Janeiro. Como estratégia, procuraram isolar Adriano Valle retirando-lhe sua nacionalidade e pátria.

Embora de propriedade de um português, observamos que *O Paiz* se preocupou mais em defender o Partido Republicano e a pessoa do seu chefe, Quintino Bocayuva, do que os portugueses. Já na *Gazeta de Notícias* houve uma defesa mais efetiva da colônia e do próprio Adriano Valle, lhe retirando a nacionalidade. O jornal tentou apresentar as várias vozes de apoio e de condenação dos representantes lusos ao “moço”.

Por causa da repercussão Adriano não ficou desamparado e a dissociação do atentado como um ato político ou de um português foi notado em todo o processo. O apoio não foi identificado, mas pelo resultado podemos supor as origens. No dia 24 de novembro o acusado ao ser libertado não era português e nem republicano.

### REFERÊNCIAS:

*Diário de Notícias* – 1894.  
*Gazeta de Notícias* – 1889.

---

13 Não encontramos mais indicação da atuação de Adriano Valle nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. O que poderia os leitores e este pesquisador a reconhecer que o “português” havia feito algo inconsequente, ou como o júri afirmou, não atirou contra o ex-Imperador. Entretanto, no *Diário de Notícias*, de 1894, Valle retorna a ser mencionado, fora pego pela polícia em uma tentativa de explodir uma ponte em uma revolta contra o governo republicano. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31 de outubro de 1894: 1)

*O Paiz* – 1889.

*O Apostolo* – 1889.

ALONSO, Angela. ***Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império***. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BADARÓ, Marcelo. ***Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca***. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

BARBOSA, Marialva. ***História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900***. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. ***A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república***. São Paulo: Humanitas, 2008.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. ***O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888***. Tese de doutorado de História. Niterói: UFF, 2006.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro***. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SARMIENTO, Érica (org.). ***E-imigração em debate: novas abordagens na contemporaneidade***. Niterói: Associação de Educação e Cultura (ASOEC), 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. ***História da Imprensa no Brasil***. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIDIPÓ, George Luiz de Abreu. ***A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)***. Dissertação de Mestrado de História. Niterói: UNIVERSO, 2016.

\_\_\_\_\_. ***Burgos agrícolas e a pequena propriedade nos jornais do século XIX***. In: SARMIENTO, Érica (org.). ***E-imigração em debate: novas abordagens na contemporaneidade***. Niterói: Associação de Educação e Cultura (ASOEC), 2018, p. 9-21.

\_\_\_\_\_. ***Jornais Neutros do Rio de Janeiro no século XIX***. Belo Horizonte: 5º Encontro da Alcar Regional Sudeste, 2018. – Link: [http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-imprensa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/5o-encontro-2018/gt-historia-da-midia-imprensa/jornais-neutros-do-rio-de-janeiro-no-seculo-xix/at_download/file) - acesso 06/11/2018.

## UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

**Glauco José Costa Souza**

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro

**RESUMO:** O futebol é o principal objeto de análise deste capítulo, mas não o único, haja vista a existência de diversas práticas esportivas nos subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. Inseridas em uma verdadeira febre esportiva que acometia a Capital Federal no início do século passado, as regiões suburbanas precisam ser vistas como sujeitos ativos deste período. Inicialmente, optamos por trazer a definição do que conceituamos como subúrbios e de que maneiras os esportes se desenvolveram na região. Para tanto, faremos uso da interdisciplinaridade ao longo desta reflexão sobre a definição de que subúrbios estamos falando. Por meio da leitura de trabalhos na área de Geografia, apresentamos definições variadas sobre as transformações deste espaço geográfico nos séculos XIX e XX. Tal procedimento se mostra de extrema importância para entendermos o cenário em que a prática esportiva é recebida pelos suburbanos. Ao escolhermos analisar este processo nos deparamos com um cenário interessante pelo qual os esportes se desenvolveram nas regiões a tal ponto que permitiu o estabelecimento de contatos com outros grupos inicialmente fora

deste círculo. A Liga Suburbana foi uma das várias formas de competição que surgiram na então Capital Federal no início do século XX. Não obstante, ao fazer uso do termo suburbano, seus praticantes trouxeram para si uma noção de identidade que começava a ganhar forma. Paralelamente, a concepção do que seriam os subúrbios encontrava-se em franca construção inserida em uma gama de complexidade e diversidade que esperamos explorar nas linhas que se seguem abaixo.

### 1 | INTRODUÇÃO

O futebol é o nosso principal objeto de análise no presente trabalho, todavia, ele não é o único, haja vista a existência de diversas práticas esportivas nos subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. Inseridas em uma verdadeira febre esportiva que acometia a Capital Federal no início do século passado, as regiões suburbanas precisam ser vistas como sujeitos ativos deste período. Inicialmente, optamos por trazer a definição do que conceituamos como subúrbio e de que maneira os esportes se desenvolveram na região. Para tanto, faremos uso da interdisciplinaridade ao longo desta reflexão sobre a definição de que subúrbios estamos falando. Por meio da leitura de trabalhos na área de geografia, apresentamos

definições variadas sobre as transformações deste espaço geográfico nos séculos XIX e XX. Tal procedimento se mostra de extrema importância para entendermos o cenário em que a prática esportiva é recebida pelos suburbanos.

Ao escolhermos analisar este processo nos deparamos com um cenário interessante pelo qual os esportes se desenvolveram nas regiões a tal ponto que permitiu o estabelecimento de contatos com outros grupos inicialmente fora deste círculo. Assim, é importante reforçarmos a ideia de que a Liga Suburbana de Futebol foi uma das várias formas de competição que surgiram na então Capital Federal no início do Século XX. Não obstante, ao fazer uso do termo suburbano, seus praticantes trouxeram para si uma noção de identidade que ganhava características próprias em meios aos embates sobre a sua definição. Paralelamente, a concepção do que seriam os subúrbios encontrava-se em franca construção inserida em uma gama de complexidade e diversidade que esperamos explorar nas linhas que se seguem abaixo. Ainda que hoje em dia haja tentativas de estabelecer um senso comum sobre o perfil dos moradores dos subúrbios cariocas, esta unicidade de concepção não se fazia presente no início do século passado (embora tenham acontecido tentativas de fazê-lo, como nos dias de hoje), sobretudo quando nos deparamos com os mais variados sujeitos e veículos da imprensa que falavam sobre os subúrbios do Rio de Janeiro. Estes, por sua vez, exigem um olhar atento para que se possa dar conta disso.

## 2 | SUBÚRBIOS, UM CONCEITO

A definição de subúrbios é complexa e está sujeita a discussões por vezes contraditórias e em outras complementares envolvendo àqueles que estudam o tema. Giancarlo Livman Fabretti, por exemplo, os define como áreas “do entorno metropolitano no qual a classe trabalhadora proletarizada foi se estabelecer” (FABRETTI, 2013, p.9). Tal concepção se aproxima bastante da definição de Maurício de Almeida Abreu que em **A evolução urbana do Rio de Janeiro** (2010) também opta por destacar o elemento socioeconômico na construção do conceito. Abreu apresenta as regiões suburbanas do Rio de Janeiro como aquelas ocupadas pelas camadas pobres da população carioca após as reformas de Pereira Passos.

A caracterização socioeconômica das pessoas que habitavam as regiões suburbanas é, pois, um elemento essencial para a sua definição, como apontam alguns pesquisadores. Ellizabeth Dezouart Cardoso as define como as áreas “em torno dos caminhos das estradas de ferro, englobando dezenas de bairros onde se localizavam moradias da maior parte as camadas de baixa renda” (CARDOSO, 2014, p.238). Enquanto isso, Leonardo Soares dos Santos, em **De arrabaldes a subúrbios: a geografia social do Rio de Janeiro a partir dos seus cronistas** (2015), é enfático ao destacar que, assim como também enfatiza Maurício de Almeida Abreu, foram as reformas de Pereira Passos determinante para este processo.

Não obstante, identificar uma determinada região como típica de uma camada social específica é fruto de um processo de construção de imagem e com os subúrbios cariocas não foi diferente. Cardoso ressaltava que a construção deste conceito foi objeto de disputa na Capital Federal, por meio do qual, a imprensa de grande circulação adotou, em larga escala, a utilização de termos pejorativos. Entretanto, eles não foram os únicos, pois “as publicações do Subúrbio criaram e veicularam representações tanto positivas quanto negativas sobre a área em foco, cada uma anulando a outra” (CARDOSO, 2014, p.237). Se, por um lado, a atribuição de características negativas por parte de alguns periódicos visava à valorização de alguns espaços, como Copacabana, Leblon e Ipanema, percebemos que na imprensa suburbana tal uso poderia servir a táticas em busca de melhorias para a região. Assim, podemos perceber parte da grande complexidade das áreas sobre as quais nos debruçamos.

Desta forma, temos nos subúrbios cariocas sujeitos ativos que fizeram uso de mecanismos variados para construir a região e a imagem que foi feita em torno dela. Longe de ser áreas em que “os malfeitores de toda casta que neste último tempo tem infestado” (Gazeta de Notícias, em 14/12/1905, p.4), como certa feita fora afirmado no jornal *Gazeta de Notícias*, estas regiões estavam em pleno desenvolvimento na transição do século XIX para o XX, tendo, em seu cotidiano, a presença das práticas esportivas, como o futebol.

### 3 | O FUTEBOL NOS SUBÚRBIOS

O futebol não ficou restrito à região Centro – Laranjeiras do Rio de Janeiro. Nos subúrbios cariocas também foi possível identificar a sua presença por meio de sua prática aos finais de semana. Para isso, a imprensa foi determinante ao registrar o acontecimento de partidas amistosas.

Nos subúrbios os matches de domingo. Adiantam-se bastante nos subúrbios o entusiasmo e animação pelos jogos athleticos. Já se fala numa liga suburbana e a rapaziada não pensa noutra cousa. Domingo ultimo foram disputados vários matches. (Gazeta de Notícias, em 28/03/1907, p.4).

O mesmo *Gazeta de Notícias* que outrora definira as regiões suburbanas de forma pejorativa também dava destaque ao desenvolvimento esportivo daquelas localidades. Periódico fundado em 2 de agosto de 1875, ele, desde suas primeiras edições, buscava destacar notícias sobre arte, moda literatura e eventos notáveis, como explicitado em sua publicação inaugural. Segundo Nelson Sodré, em a **História da Imprensa no Brasil**, o jornal provocou uma verdadeira revolução por ser um periódico popular e barato que, com o passar dos anos, deu grande destaque a temas antes vistos como de menor interesse, tais quais as atividades esportivas – em especial o futebol. Por isso, é nesta fonte que encontramos informações valiosas sobre o futebol suburbano em seus primeiros anos. No registro destacado acima, por sua vez, nos é possível

identificar que tal prática não se tratava de um ato isolado e que tão pouco acontecia com rara frequência, haja vista não só a quantidade de partidas disputadas naquela oportunidade (mais de uma, conforme a fonte nos indica ao salientar que foram “disputados vários matchs), como também a animação e possibilidade de organizar uma competição que viria a acontecer poucos meses depois.

Como se já não bastasse a existência de partidas de futebol aos finais de semana, havia também nos subúrbios a criação de clubes esportivos em larga escala desde o início do século XX. Em 1903, moradores do Andaraí fundaram o Football & Athletic Club, segundo Roberto Assaf e Clovis Martins, em **História dos Campeonatos Cariocas de Futebol**. Além deste, outras instituições foram criadas nas regiões suburbanas: Sport Club Mangureira, na região da Tijuca, fundado em 27 de julho de 1906; Nacional Football Club, do Riachuelo, fundado em 1º de agosto de 1906; Pedregulho Football Club, de Benfica, fundado em 3 de maio de 1906; e o Sampaio Football Club, de Sampaio, fundado em 17 de junho de 1906. Tais associações esportivas são alguns exemplos das que foram criadas no período e que praticavam o futebol.

Todas as agremiações têm em comum o fato de terem participado da 1ª edição da Liga Suburbana de Futebol, acontecida no ano de 1907, mas eles não foram as únicas, pois o título coube ao Riachuelo Football Club, o qual, ao lado do Mangureira, Nacional e do Sampaio, foi um dos responsáveis diretos pela realização do torneio.

#### 4 | A LIGA SUBURBANA DE FUTEBOL DE 1907

A Liga Suburbana de Futebol de 1907 é a primeira competição futebolística que temos conhecimento, até o primeiro momento, disputada exclusivamente nos subúrbios do Rio de Janeiro. Importante destacar que este torneio não era o único existente além da Liga Metropolitana. Havia “cerca de doze a quinze clubs fora da Liga Metropolitana, alguns dos quaes bem florescentes e reunindo bons elementos para a disputa de uma prova de honra” (O Paiz, em 15/03/1907, p.4), por isso não é de se estranhar a existência de outras “Ligas Alternativas”.

Foi esse o caminho tomado por dois clubes que deixaram a Metropolitana: o Bangu and Athletic Club, de 17 de abril de 1904, e o Rio Cricket and Athletic Association, fundado em 15 de agosto de 1897. O Bangu criou a Taça do Bangu, da qual foi vencedor em 1907, e o Rio Cricket deu início a União Sportiva Fluminense no mesmo ano. Desta forma, podemos ver que a Liga Suburbana estava inserida em um processo de descentralização do futebol institucional no Rio de Janeiro, por meio do qual, já na primeira década do século XX, não só a sua pratica e a criação de clubes se disseminavam, como também a organização de competições.

O torneio suburbano teve início em 5 de maio de 1907 e teve como presidente Augusto José Teixeira, a vice-presidência passou a ser ocupada por Arnaldo Joppert e a tesouraria ficou a cargo de Luiz Maia. A eles couberam comandar a comissão que elaborou a lei orgânica que guiou a Liga Suburbana em seu primeiro ano, a qual, por

exemplo, exigia campos com a condição mínima para a realização de um bom jogo e vedava a participação de *players* que estivessem disputando outras competições (Jornal do Brasil, em 18/08/1907, p.5). Tais regramentos, importante destacar, aproximavam-se do que era proposto pela Liga Metropolitana. O historiador Leonardo Pereira, em **Footballmania, Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902 - 1938**, ressalta que apesar de o torneio acontecer nos subúrbios cariocas, ele não era composto somente de jovens suburbanos ou proletários, como também reforçamos no início do trabalho devido à complexidade socioeconômica existente naquelas regiões. Não obstante, a competição aconteceu de maneira satisfatória:

O sucesso da nova entidade geraria, como consequência principal, o aparecimento por toda a cidade de diversas ligas congêneres, abrindo novos campos para a prática do jogo. Longe do monopólio pretendido pela Liga Metropolitana, o futebol ia assim alastrando-se por vários bairros e grupos. (PEREIRA, 2000, p.69).

Na visão de Leonardo Pereira, a Liga Suburbana funcionou como um polo difusor para o futebol fora da Metropolitana. Nós, por outro lado, não a enxergamos assim, pois a criação e realização de outras competições foi concomitante e por motivos que não se ligam diretamente a sua fundação. Todavia, isso não reduz e nem aumenta a sua relevância, mas tão somente mostra a importância que a competição teve nas regiões suburbanas.

A edição inaugural em 1907 foi vencida pelo Riachuelo F.C. Ex-membro da Liga Metropolitana, o clube dos irmãos Joppert trazia consigo a experiência de ter enfrentado equipes como o Botafogo e apresentando desempenho surpreendentemente positivo, como destacara o *Gazeta de Notícias*:

Bateram-se em forte peleja os primeiros teams do Riachuelo e Botafogo. Ambos valentes, um é vencedor do premio Gazeta de Notícias e outro detentor da Caxambu Coup. Graças ao entrainment e a fortaleza que existem actualmente no primeiro team do Riachuelo, o Botafogo perdeu por cinco goals. Ninguém esperava semelhante resultado. Ao começar o jogo, no lado do Riachuelo notava-se grande receio e algum acanhamento. Conhecedores, no entanto, como são do campo levaram vantagem sobre o adversário (Gazeta de Notícias, em 21/04/1907).

A superioridade técnica apontada em relação ao Riachuelo pelo periódico fez diferença na Liga Suburbana, competição que premiava o 1º e o 2º time dos participantes. O Riachuelo venceu com tranquilidade no time 1, mas o mesmo não pode ser dito em relação ao time 2, cujo título ficou com o S.C. Mangueira após forte polêmica fora das quatro linhas. Vencedora do duelo decisivo, o time do Mangueira ficaria com o título automaticamente, mas os organizadores da competição identificaram a presença de um jogador irregular na equipe vencedora. Como punição, o resultado positivo foi atribuído ao Riachuelo que, por sua vez, se recusou a ser campeão daquela maneira.

A solução inicialmente encontrada foi a marcação de um novo duelo entre os clubes “no dia 6 do corrente [outubro] para ser disputado o desempaten, tomando parte no team do Mangueira somente jogadores deste club que não tenham jogado em outros club de campeonatos” (Correio da Manhã, em 3/10/1907, p.5). O Riachuelo

aceitou a medida, mas não o Mangueira que, em carta enviada ao *Correio da Manhã*, requereu a saída da competição ante ao que chamou de “injustiça clamorosa que lhe é feita, e muito menos a imposição de um desempate, pois é impossível haver desempate onde não há empate” (*Correio da Manhã*, em 06/10/1907, p.8). Por fim, o título foi confirmado para o Mangueira, mas isso não impediu a sua saída.

O Riachuelo foi outra instituição a abandonar a Liga Suburbana após 1907. Longe de isso significar uma redução das suas atividades, a decisão se deu em razão da possibilidade de o clube privilegiar seus sócios nas práticas esportivas, com destaque ao futebol.

Vão muito adiantados os trabalhos da construção do ground deste club. O campo fica esplendidamente localizado em ângulo da rua Vinte e Seis de Maio e Conselheiro Magalhães Castro, na estação Riachuelo, tem grande largura, maior comprimento [...]. Agora mesmo, no intuito de treinar os associados, visto como desligou-se da Liga Suburbana, este clube acaba de instituir o Campeonato Jupyra que será disputado annualmente somente pelos times compostos de seus associados. Bravos ao Riachuelo! (*O Paiz*, em 24/05/1908, p.8)

Dessa forma, ainda sem uma competição própria dos subúrbios, o futebol manteve o seu desenvolvimento por estar inserido em sua rotina cotidiana. Mais do que o gosto por uma determinada prática esportiva, os subúrbios cariocas se constituíam em uma grande região na qual o esporte crescia já na primeira década do século XX.

## 5 | SUBÚRBIOS ESPORTIVOS

Os Subúrbios apreciavam outros esportes para além do futebol. Segundo o *Jornal do Brasil*, “dia a dia mais se desenvolve no espírito da mocidade o gosto pelos sports que tanto têm concorrido para a resistência physica e admiravel robustez intelectual dos ingleses e dos americanos do norte” (*Jornal do Brasil*, em 28/07/1908, p.8). Tal sensação não se dava apenas no cotidiano local, mas também pode ser identificada nas instituições fundadas e nas que se deseja fundar para a prática esportiva.

O Centro Sportivo do Engenho Velho, por exemplo, já em 1908 buscava proporcionar aos seus associados um espaço de “diversão e de desenvolvimento physico perfeito e completo para as crianças, rapazes e senhoritas” (*Jornal do Brasil*, em 28/07/1908). Em 1911, o jornal *Gazeta Suburbana: Semanario Critico, Litterario, Noticioso, Dedicado aos interesses da zona suburbana* tomou a iniciativa de buscar a fundação de “um club ideal”. Este periódico que trazia em seu objetivo “trabalhar pelos subúrbios” (*Gazeta Suburbana*, em 8/09/1910, p.1), acreditava contribuir para a união suburbana e o progresso da região ao promover um espaço onde “a litteratura, o theatro, o sport terão o maior acolhimento” (*Gazeta Suburbana*, em 30/05/1911, p.1).

Além de praticados, os esportes também faziam parte da oratória da imprensa suburbana. O interesse local pelo tema fez com que os órgãos de imprensa criados reservassem sessões específicas para abordar este tema. Os periódicos *Gazeta Suburbana* e *O Suburbio* possuíam espaços próprios para dar informações a respeito

da temática, tamanho era o interesse suburbano pelo assunto.

Tal processo já verificado na primeira década do século XX segue seu curso ao longo dos anos seguintes, tanto que, em 1922, um cronista da Revista Suburbana destaca a presença do esporte no dia a dia da região. Segundo ele, “hoje em dia já não é só no Flamengo, nas Avenidas da Capital da República, que se cultiva esse sport” (Revista Suburbana, em 20/08/1922, p.10): as áreas suburbanas também são locais em que a prática esportiva se fez presente.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os subúrbios cariocas apresentaram um forte desenvolvimento esportivo próprio identificado desde o início do século XX. Parte da Capital Federal que desde o século XIX podia ser considerada uma cidade esportiva, estas regiões tiveram sujeitos que se envolveram diretamente com a prática dos esportes naquelas localidades.

Isto, no entanto, não foi feito em total oposição ao que acontecia na área Central ou em Laranjeiras e Botafogo. Eventualmente, os processos foram semelhantes, o que não nos permite caracterizar os Subúrbios como regiões em que os habitantes pudessem ser exclusivamente vinculados às camadas socioeconômicas inferiores. Existiam elites suburbanas que se fizeram atuantes em espaços que compartilhavam com sujeitos de outros segmentos sociais.

O futebol foi um esporte de bastante presença nos subúrbios, como podemos notar pela criação da Liga Suburbana, de clubes suburbanos e também de partidas disputadas. Todavia, ele não foi o único. Havia nestas regiões o interesse e o hábito de desenvolver e praticar esportes em geral.

## REFERÊNCIAS

**ABREU**, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2010;

**ASSAF**, Roberto e **MARTINS**, Clovis. História dos Campeonatos Cariocas de Futebol – 1906/2010. Rio de Janeiro: Maquinária, 2010;

**CARDOSO**, Elizabet Dezouzar. *Representações e identidade na cidade na primeira metade do século XX – Os Subúrbios Cariocas*. URBANA, V.6, nº 9, ago-dez, 2014 - Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas - CIEC/UNICAMP;

**CHARTIER**, Roger. *Cultura Popular. Revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8. Nº 16, 1995;

**FABRETTI**, Giancarlo Livman. *A metropolização vista do subúrbio: Metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2013;

**SANTOS**, Leonardo Soares dos. *De arrabaldes a subúrbios: a geografia social do Rio de Janeiro a partir dos seus cronistas*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n.2, 2015;

**MELO**, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: Primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de

Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001;

**MENDONÇA**, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011;

**PEREIRA**, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000;

**SANTOS**, Leonardo Soares dos. *De arrabaldes a subúrbios: a geografia social do Rio de Janeiro a partir dos seus cronistas*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n.2, 2015;

**SANTOS**, Leonardo Soares dos. *Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista de Humanidades nº 12 (30), 2011; e

**SODRÉ**, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro*. Editora Civilização Brasileira, 1966.

## JORNAIS

Correio da Manhã;

Gazeta de Notícias;

Gazeta Suburbana;

Jornal do Brasil;

O Paiz; e

O Suburbio.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

